

LUCIA HIPOLITO

**PSID**

**DE  
RAPOSAS E  
REFORMISTAS**



PAZ E TERRA  
POLÍTICA

Em 1964, segundo Lucia Hippolito, "o comando pessedista assistiu, perplexo", a tomada de poder pelos militares. "Fragmentado, abúlico, disfuncional". O Partido Social Democrático deixara o palco iluminado da cena política. Como isso foi possível com o sólido PSD, o todo-poderoso partido da democracia populista? Que soubera, com tanta habilidade, "administrar" e superar as crises dramáticas de 54, 55 e 61?

Este livro coloca e responde a essas questões, embora a autora adiante que não pretendeu "escrever a história do PSD, tarefa por demais ambiciosa". Mas seu estudo é, sem dúvida, uma contribuição valiosa e polêmica para a compreensão do que foi esse partido, a meu ver de muitas "raposas" para poucos reformistas. As imagens correntes são recuperadas numa análise precisa - o "ppedismo mineiro", a conciliação e a tolerância, o cálculo político - que se completa com o primoroso "manual do bom pessedista". O perfil do PSD se identifica, ainda, na força eleitoral, na competência administrativa, na socialização das lideranças e... na falta de democracia interna. Alguns pontos se destacam para a análise de todo o sistema, como as relações potencialmente conflitivas entre Executivo e Legislativo (o distanciamento do partido com relação a Getúlio Vargas é um bom exemplo); a importância decisória do poder regional e local, bem como as exigências de alianças e coligações (partido nacional seria mesmo uma "fiação legal"?); e as condições para o equilíbrio de um pacto conservador. A tese central aponta o PSD como o fiador da estabilidade do regime, num sistema partidário pluralista e que se mantém moderado até o final da década de 50. Até então o PSD encarna o centro, forte e por todos reconhecido, atuando ou omitindo-se (a tal "omissão preventiva") para preservar-se como o principal negociador político. A UDN espremeia, o PTB cresce, mas é o PSD que dá o tom.

A leitura deste livro provoca uma reflexão, das mais oportunas, sobre aquelas

**De raposas e reformistas**  
— o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)

Coleção Estudos Brasileiros  
vol. 85

Direção: Aspásia Alcântara Camargo  
Juarez Brandão Lopes  
Luciano Martins

CIP-BRASIL, Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

H558d

Hippolito, Lucia.

De raposas e reformistas : o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64 / Lucia Hippolito. — Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

(Coleção Estudos brasileiros ; v. 85)

Originalmente tese de mestrado apresentada ao IUPERJ em setembro de 1984.

Anexos  
Bibliografia

1. Brasil — Política e governo — 1945-1964 2. Partidos políticos (Brasil) 3. Partido Social Democrata (Brasil) I. Título II. Título : O PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-1964 III. Série

CDD — 320.98106

329.00981

329.981

923.281

85-0180

Conselho Editorial:

Antonio Cândido

Celso Furtado

Fernando Gasparian

Fernando Henrique Cardoso

Lucia Hippolito

## De raposas e reformistas

— o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)



YOMBO . . . 34054



SED-FRICH-USP

REPOSITÓRIO DE FILÓSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS





Copyright by: Lucia Hippolito

Revisão: Henrique Tarnapolsky

Capa: Isabel

Composição: Linoart Ltda.

10379565

309.981  
H664d

Partidos políticos - Brasil  
Brasil - Política e governos  
São

Direitos adquiridos pela:

EDITORA PAZ E TERRA S/A

Rua São José, 90 — 18.º andar

Centro — Rio de Janeiro, RJ

Tel.: 221-3996

Rua Carijós, 128

Lapa — São Paulo, SP

Tel.: 864-0755

DEDALUS - Acervo - FFLCH



1985

20900098247

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

*Para meus pais, Nadir e Paulo Hippolito,  
pelo amor e estímulo sempre presentes.*

*Para Edgar, cujo amor, carinho e compa-  
nheirismo transformaram minha vida numa  
aventura fascinante.*

*Para Maria Helena Flexa Ribeiro.  
(In memoriam.)*

## ÍNDICE

Agradecimentos .....	13
Prefácio .....	19
Introdução .....	21
1 — ESTABILIDADE E CRISE DO SISTEMA PARTIDÁRIO — PROPONDO UM NOVO MODELO .....	27
1. O sistema partidário moderado .....	29
1.1 — Primeira hipótese .....	30
2. O sistema partidário polarizado .....	31
2.1. — Segunda hipótese .....	32
3. Conclusão .....	36
2 — DE RAPOSAS E REFORMISTAS — O PERFIL ESPECULAR DO PSD .....	37
1. Partidos e sistemas partidários — lições da produção brasileira .....	38
2. Referências teóricas e partido real .....	40
3. O "manual do bom pesedista" .....	44
4. Conclusão .....	48
3 — O PARTIDO DE CENTRO E A ESTABILIDADE POLÍTICA — O PSD NO CENÁRIO FEDERAL .....	51
1. Transformando votos em cadeiras — o PSD no Legislativo federal .....	53
1.1 — O PSD no sistema partidário parlamentar ..	55
2. O Congresso e a estabilidade política — limites institucionais da competição partidária .....	61

3. Alianças parlamentares — táticas e moedas de troca	
3.1 — As táticas de formação de alianças — avançando uma hipótese .....	64
3.2 — Moedas de troca nas alianças parlamentares .....	66
4. As alianças possedistas .....	69
4.1 — O acordo interpartidário de 1948 .....	69
4.2 — As alianças do governo JK .....	72
5. O PSD no governo .....	76
6. Conclusão .....	82
4 — O PSD EM DOIS AGOSTOS — 1954 E 1961 .....	85
1. 1954 — A “omissão preventiva” .....	86
1.1 — A campanha de 1950 — indecisão e “crisi-tianização” .....	87
1.2 — O PSD e o governo Vargas .....	90
1.3 — Do apoio à omissão .....	93
1.4 — A defesa do regime .....	97
1.5 — Considerações finais .....	101
2. 1961 — A “operação reconquistista” .....	103
2.1 — O PSD diante da política de “terra arrasada” .....	105
2.2 — O PSD diante da “cruzada” janista .....	108
2.3 — O Congresso diante do presidente .....	109
2.4 — O PSD e a batalha pela posse — a “operação reconquistista” .....	111
2.5 — Considerações finais .....	115
3. Conclusão — o mesmo PSD em duas crises .....	116
5 — ORGANIZAÇÃO INTERNA E OLIGARQUIZAÇÃO DA CHEFIA — O PODER DAS RAPOSAS PESSEDISTAS .....	119
1. Organização — um partido federativo .....	120
1.1 — O diretório nacional — o exercício do equi-líbrio .....	122
1.2 — Os diretórios regionais — a fonte do poder .....	124
2. Crime e castigo — as dissidências possedistas .....	128
2.1 — Minas em 1947 — Valadares x Dutra .....	128
2.2 — 1955 — as dissidências contra Juscelino .....	130
2.3 — Apertam-se os parafusos — as alterações estatutárias .....	132

3. A perpetuação da chefia — tendência à oligarquiza-ção .....	133
4. Conclusão .....	136
6 — ESSES MOÇOS... — A TRAJETÓRIA DA ALA MOÇA DO PSD .....	139
1. Revisitando Sartori .....	142
2. As <i>dramatis personae</i> .....	145
2.1 — Maranhão — Renato Archer e Cid Carva-lho x Vitorino Freire .....	146
2.2 — Paraíba — José Joffily x Rui Carneiro .....	148
2.3 — Bahia — Vieira de Melo e Oliveira Brito x Antônio Balbino .....	149
2.4 — São Paulo — Ulisses Guimarães e João Pa-checo e Chaves x Cirilo Júnior .....	151
2.5 — Santa Catarina — Leoberto Leal x Nereu Ramos .....	153
2.6 — Rio Grande do Sul — Nestor Jost x Peracchi Barcelos .....	154
3. Primeiro ato — os anos de glória (1955-1957) .....	156
Cena 1 — A campanha e as eleições .....	157
Cena 2 — A batalha pela posse .....	159
Cena 3 — A hora e a vez dos moços (1956) .....	161
Cena 4 — Inicia-se a reação dos velhos (1957) .....	168
4. Intervalo — que ala é essa? .....	170
5. Segundo ato — Vitória de Pirro (1958-1961) .....	172
Cena 1 — Derrota na Câmara dos Deputados .....	173
Cena 2 — Derrota nos estados .....	175
Cena 3 — Cai o pano .....	181
6. Postácio — O destino de cada um .....	183
7. Conclusão .....	184
7 — ... E O PSD NÃO OCUPOU O NOVO CENTRO — AS ELEIÇÕES DE 1958 E 1960 .....	187
1. PTB, UDN e PSD: estratégias eleitorais .....	190
2. O JK-65 (primeira fase) .....	194
3. 1958 — os resultados eleitorais .....	195
4. O JK-65 (segunda fase) .....	199
5. As eleições de 1960 .....	203
6. Conclusão .....	210

4. Ministérios brasileiros (1946-64) .....	293
5. Governadores eleitos entre 1947 e 1962 .....	304
6. Declaração de Brasília (1962) .....	309

## ÍNDICE DE TABELAS

1. Senado Federal: representação partidária (1945-64) ...	57
2. Câmara dos Deputados: representação partidária (1945-64) .....	58
3. Frequência das coligações durante o governo JK .....	73
4. Coalizões lideradas pelo PSD, incorporando a UDN ....	74
5. Coalizões lideradas pelo PSD, excluindo a UDN .....	74
6. Distribuição dos ministérios pelos partidos .....	78
7. Ministros de cada partido como proporção do total de ministros de cada governo .....	80
8. Permanência média dos ministros pessedistas em comparação com a permanência média dos ministros dos demais partidos (no total do período e em quatro ministérios) ..	81
9. Participação do PSD e da Ala Moça nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados (1955-60) .....	161
10. Cadeiras conquistadas por PSD, PTB e UDN na Câmara dos Deputados (1945-62) .....	198
11. Cadeiras conquistadas por PSD, PTB e UDN nas Assembleias Legislativas (1947-62) .....	199

## ÍNDICE DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1 — Percentagem de cadeiras conquistadas na Câmara dos Deputados por PSD, UDN e PTB, em comparação com os pequenos partidos .....	60
Quadro 1 — Participação da Ala Moça do PSD nas CPIs instaladas no governo JK (1956-61) .....	163

8 — O BARCO À DERIVA — O PSD E A CRISE DE 1964 .....	213
--	-----

1. Parlamentarismo e presidencialismo, a primeira divisão interna .....	215
2. A reforma agrária — aceitação e rejeição .....	223
2.1 — O PSD toma a iniciativa — do projeto Joffily à Declaração de Brasília .....	224
2.2 — A babel legislativa e a diáspora pessedista ..	227
3. O PSD e o governo João Goulart — colaboração e afastamento .....	232
3.1 — O governo toma a iniciativa — o PSD no primeiro ministério presidencialista .....	234
3.2 — Nova tentativa do governo — a reforma ministerial e a frente ampla de San Tiago Dantas .....	236
3.3 — Resistência no Congresso — a “vigília cívica” e o rompimento do PSD .....	239
3.4 — A queda do governo — a X Convenção Nacional do PSD e o golpe de 31 de março ..	242
4. A morte do regime — o Ato Institucional .....	247
5. Conclusão .....	250

CONCLUSÕES GERAIS .....	253
-------------------------	-----

ANEXOS .....	259
--------------	-----

BIBLIOGRAFIA .....	317
--------------------	-----

ÍNDICE ONOMÁSTICO .....	329
-------------------------	-----

## ÍNDICE DE ANEXOS

1. Representação partidária no Senado Federal entre 1945 e 1964 .....	259
2. Representação partidária na Câmara dos Deputados entre 1945 e 1964 .....	275
3. Comissões técnicas da Câmara dos Deputados — presidentes e respectivos partidos (1947-64) .....	286



## AGRADECIMENTOS

Escrever um trabalho académico e transformá-lo em livro é, antes de tudo, contrair dívidas de gratidão que jamais poderão ser saldadas. O mínimo que devo a todos os amigos que me prestaram um auxílio inestimável é registar aqui o meu reconhecimento.

Wanderley Guilherme dos Santos, meu orientador de tese, sintetiza todas as qualidades do intelectual. Nele, a palavra orientador alcança sua mais alta significação. Ao longo de todo o processo de elaboração da tese recebi de Wanderley doses exatas de incentivo, crítica, solidariedade e carinho. De Wanderley recebi quotidiana orientação intelectual, desafio para prosseguir, abrigo para minhas angústias e ombro amigo para minhas inseguranças.

Olavo Brasil de Lima Júnior acompanhou, com sua inteligência viva e percepção aguda, todos os passos do trabalho, livrando-me de vários embaraços no decorrer da pesquisa, esclarecendo dúvidas, apontando pontos obscuros, sugerindo novos caminhos. Maria Vitória Benevides, com seus trabalhos sobre o governo JK e a UDN, forneceu o estímulo necessário para aguçar meu interesse sobre o tema dos partidos políticos brasileiros.

No IUPERJ, onde cursei o mestrado em ciência política, encontrei um fértil ambiente intelectual, que possibilitou o prosseguimento de minha formação académica.

Agradeço ao CPDOC, especialmente à sua diretora, Celina Moreira Franco. Trabalhando há oito anos no Programa de História Oral, pude manter um convívio quase diário com o universo pessedista, através dos depoimentos constantes de seu acervo, muitos dos quais contaram com minha participação como entrevistadora.

Dos meus colegas no CPDOC recebi todo apoio possível, além de valiosas contribuições. Sou grata a todos, e particularmente a Aspásia Camargo, Ricardo Benzaquen de Araújo, Lúcia Lippi de



## HINO DO PSD

Oliveira, Maria Celina Soares D'Araújo, Angela Maria de Castro Gomes e Plínio de Abreu Ramos, com quem discuti partes do trabalho. Entretanto, não posso responsabilizá-los pelas insuficiências que este livro possa conter.

Maria Tereza Teixeira e Regina Hippolito auxiliaram-me na penosa revisão dos originais, apontando falhas de forma e conteúdo.

Entre meus entrevistados do PSD, Renato Archer transcendeu o comportamento de um mero "objeto de estudo". Amigo incondicional, Renato depôs durante longas horas, abriu portas, promoveu contatos, localizou antigos companheiros; enfim, comportou-se como um valioso "assistente de pesquisa". O mesmo quero dizer do senador Amaral Peixoto. Além de seus longos e ricos depoimentos, este livro beneficiou-se extremamente de seus conselhos, de sua inestimável ajuda na localização de documentos e na sugestão de nomes, pessedistas a serem procurados e do carinho e paciência com que respondeu às minhas inúmeras questões. A Renato e Amaral, minha eterna gratidão.

A Ala Moça do PSD, agradeço os preciosos depoimentos, sem os quais seria impossível resgatar a trajetória do grupo. As entrevistas de Ulisses Guimarães, Renato Archer, Cid Carvalho, José Joffily, João Pacheco e Chaves, Oliveira Brito e Nestor Jost ocupam lugar destacado entre as fontes de pesquisa.

Finalmente, as minhas homenagens a todos os políticos pessedistas. São eles os verdadeiros protagonistas deste livro, as raposas e os reformistas que fizeram a história do PSD.

PSD é a voz do Brasil unido  
PSD nunca foi nem será vencido  
Faça do voto a sua arma, o seu fuzil  
O pessedista está de pé pelo Brasil

Onde quer que exista um problema  
Que interesse ao Brasil e a você  
Destruindo a bandeira da Pátria  
Vai na frente o PSD

Nas cidades e nos campos  
Do Amazonas ao Chui  
A legenda dos bons brasileiros  
É aquela que escolhi

PSD é a voz do Brasil unido  
PSD nunca foi nem será vencido  
Faça do voto a sua arma, o seu fuzil  
O pessedista está de pé pelo Brasil

(Letra cedida pelo deputado Heráclito Fortes — PMDB-PI)

## PREFÁCIO

Lucia Hippolito escreve um livro, uma pesquisa, uma tese sobre o PSD. Quando o PSD foi extinto por um ato de força, Lucia seria, na melhor das hipóteses, uma adolescente. Hoje, sem os recursos dos Stepan, dos Dulles e etc., Lucia se debruça sobre um dos períodos mais ricos da vida política brasileira e chega à conclusão de que o regime marcado pela Constituição de 1946 teve o PSD como fiador de sua estabilidade. O seu enfraquecimento é o enfraquecimento do regime democrático, o seu desaparecimento é o desaparecimento do regime. Esta é a convicção de todos os que tiveram alguma responsabilidade na existência do PSD. O interessante é que Lucia Hippolito chegue a esta conclusão e adote ela mesma este ponto de vista. Isto confirma que ela se apaixonou pelo seu objeto de estudo, como bem notou Maria Vitória Benedes. É com justificado respeito que ela vê Capanema e Juscelino, Alkmim e Valadares, Joffily e Rui Carneiro, Oliveira Brito e Vieira de Melo, Leoberto e Nereu Ramos; e assim vai, porque a admiração de Lucia é a mais abrangente.

País estranho, país fascinante este Brasil. Pois não é que o processo de renovação para um novo estágio da vida nacional tem hoje como figuras centrais o dr. Ulisses Guimarães e o dr. Tancredo Neves, exatamente duas das mais importantes personalidades do PSD e que se constituem diante da Nação como fiadores da estabilidade? Esta mesma foi a postura que levou o reformista José Bonifácio a viabilizar o surgimento do Estado brasileiro através da transmissão da coroa de pai para filho, ao mesmo tempo que propunha em projeto de Constituição o estatuto do índio, a abolição da escravidão e a reforma agrária, sendo ele "testemunha de vista" da Revolução Francesa e seu irmão o autor da Constituição da Revolução de 1817. Há quem admita que, se na América Latina a hispanidade se fragmentou e a lusitanidade não, esta é uma con-

seqüência que tem como base o gênio político de José Bonifácio, exemplo absoluto de distinção entre suas convicções pessoais e o interesse nacional imediato. A opinião de pelo menos um cronista político dos mais conceituados é a de que "não há a menor dúvida ter sido o PSD fundado por José Bonifácio". Teríamos que o PSD nasceu com o Estado nacional, projeta-se no futuro com a construção do próximo pacto social e se corporifica na Constituinte de 1986.

Se isto se traduz por espírito público, este é o espírito do PSD. Com alegria e orgulho vejo que este país encanta também pessoas como Lucia, que põe o crivo da seriedade, da competência e da pertinência na pesquisa com a ternura e o vigor que milhões de outros, tão jovens como ela, extravasam nas praças públicas. Este é o país a que Lucia Hippolito, Tancredo e todos os milhões de jovens aí estão a declarar sua imensa paixão. Mesmo porque, somos um país de jovens.

#### RENATO ARCHER

## INTRODUÇÃO

Este livro é uma versão ligeiramente condensada de minha tese de mestrado apresentada no IUPERJ em setembro de 1984. É o produto final de um longo e rico processo que se iniciou em 1977, quando ingressei no curso de mestrado em ciência política.

O objetivo maior do trabalho é investigar a contribuição fornecida pelo Partido Social Democrático para a estabilidade — e eventualmente a crise — do sistema partidário que funcionou no Brasil entre 1945 e 1964.

No entanto, é preciso ressaltar desde logo que não se trata de escrever a história do PSD. Empresa ambiciosa demais para uma só pessoa, a história do partido representa um desafio para o fôlego dos historiadores.

Identificar a natureza do sistema partidário e perceber-lhe a dinâmica é uma preocupação presente em todo o trabalho, pois é sobre este pano de fundo que será acompanhada a trajetória do PSD. Esta preocupação conduz a outras: por que o sistema partidário não foi capaz de evitar o colapso do regime democrático em 1964? Que modificações sensíveis ocorreram no interior do sistema para que se chegasse a uma situação de "paralisia de decisões", na classificação acurada de Wanderley Guilherme dos Santos?<sup>1</sup>

Se é verdade que o sistema partidário não foi o único responsável por sua própria morte e pela interrupção do regime democrático, é também verdade que este mesmo sistema havia superado outras crises bastante profundas, limitando sua extensão a uma área politicamente administrável. Por que não foi possível em 1964 repetir a *performance* de outros momentos?

1. Wanderley Guilherme dos Santos, 1979.



Minha perplexidade diante dessas questões conduziu a pesquisa ao partido mais poderoso do período, o PSD, pois parecia encontrar-se nele a chave do comportamento do sistema partidário.

Uma das premissas deste livro é a de que o PSD exerceu o papel de *fiador* da estabilidade política do regime de 1946. Portanto, seria necessário mergulhar fundo na vida do partido para se retirar daí a essência do comportamento pessedista.

Para isso, deveriam ser investigados a sua força eleitoral e parlamentar, sua participação no Executivo e seu desempenho nas principais crises do período. Mais ainda, seria preciso conhecer o interior do partido, sua organização e funcionamento, e as alterações por ele sofridas em termos de composição interna. A partir daí, seria possível estabelecer as relações entre as modificações ocorridas dentro do PSD e seus reflexos na dinâmica do sistema partidário. No momento em que o partido perdesse a coesão interna, necessitaria para que liderasse o sistema, estariam instaladas as condições para a emergência de uma crise política de graves proporções.

Esta foi a empreitada que me propus levar adiante, ao longo dos oito capítulos deste livro.

No Capítulo 1 são formuladas as hipóteses nas quais se baseia o trabalho, a partir da crítica à tipologia formulada por Giovanni Sartori em seu *Party and Party Systems*. A discussão conduz à proposta de um modelo teórico alternativo, que dê conta da natureza e funcionamento do sistema partidário, tentando identificar as condições que informam a estabilidade e/ou a crise de um tal sistema.

No Capítulo 2 tenta-se traçar o perfil do PSD, em que se combinam valiosas lições retiradas da produção acadêmica brasileira, referências teóricas sobre partidos políticos e depoimentos das principais lideranças pessedistas. O que emerge deste painel é um partido marcado pela tolerância, pela conciliação e pela experiência política de suas lideranças, adquirida em longos anos de socialização. Mas emerge também um partido que recebe mal as tentativas internas de democratização do acesso aos postos de comando.

O Capítulo 3 acompanha a trajetória do PSD no cenário federal. Sua força eleitoral — traduzida na conquista da maioria das cadeiras na Câmara dos Deputados e no Senado — o conduz a liderar as alianças parlamentares, de modo a manter a tendência moderada do sistema e a garantir-lhe a estabilidade. É o partido de centro *em ação*. Além disso, este capítulo tenta descobrir em que medida esta posição majoritária no Legislativo se reflete no Execu-

tivo, com o objetivo de identificar a contribuição do PSD para a estabilidade política do período.

No Capítulo 4 analisa-se a participação do PSD em duas crises políticas: agosto de 1954 e agosto de 1961. Em ambos os momentos o partido tem condições de liderar a superação da crise, embora em 1961 tanto o PSD como o próprio sistema partidário já não sejam os mesmos de 1954. Mas é a atitude do PSD o elemento que confere alguma similitude às duas crises ocorridas em conjunturas tão distintas. O papel do partido é determinar a natureza da crise e restringi-la a limites políticos, evitando que a radicalização do processo permita a interferência de fatores externos na solução do impasse.

O Capítulo 5 se concentra na estruturação interna do PSD: a organização e os mecanismos de funcionamento, bem como as relações entre seções regionais e comando nacional. São ainda abordadas a maneira como a direção partidária recebe as dissidências internas manifestadas em períodos eleitorais e as alterações estatutárias necessárias para fazer face às dissidências. Finalmente, é focalizada a questão da democracia interna, tentando mostrar o PSD como o partido em que a oligarquização da chefia impede a renovação do comando partidário, como observou Robert Michels.<sup>2</sup>

O Capítulo 6 tem como preocupação principal discutir as modificações ocorridas no centro político-ideológico do sistema, como decorrência das novas demandas surgidas na sociedade brasileira na segunda metade da década de 1950. O comportamento do PSD diante dessas novas realidades é tratado através da trajetória política da Ala Moça, sua mais relevante dissidência ideológica, surgida durante o governo Kubitschek. O tratamento dispensado pelas "raposas" pessedistas aos reformistas da Ala Moça provoca o afastamento do PSD do novo centro político. A morte da Ala Moça é o primeiro impacto sério na estrutura pessedista, e a fragmentação interna do partido se dissemina por todo o sistema partidário.

O Capítulo 7 analisa as consequências imediatas da fuga do centro praticada pelo PSD, no contexto das eleições de 1958 e 1960. Premido de um lado pela estratégia eleitoral de Juscelino — o JK-65 — e de outro pelas novas demandas do eleitorado, o PSD se deixa ultrapassar por seus adversários, que ganham terreno nas

2. Robert Michels, 1962.

eleições majoritárias de 1958. O partido é conduzido ao desastre na sucessão presidencial de 1960, entra em marcha a desagregação do sistema partidário, e o regime caminha para o colapso.

O Capítulo 8 é também o último capítulo do regime inaugurado pela Constituição de 1946. A polarização acelerada, via radicalização político-ideológica, se manifesta através do abandono do centro. O PSD não possui mais as condições mínimas para operar como estabilizador do regime. A contrário, entre 1961 e 1964 o PSD é um partido fragmentado internamente, que reage às iniciativas de um Executivo fraco e errático. As principais questões analisadas no capítulo — parlamentarismo *versus* presidencialismo, reforma agrária e relações entre PSD e governo — permitem acompanhar a progressiva destruição do sistema partidário, o desaparecimento do PSD enquanto principal avalista do equilíbrio político, o colapso final e a morte do regime da Constituição de 1946.

Finalmente, uma palavra sobre as fontes. Salvo o trabalho de Lúcia Lippi de Oliveira,<sup>3</sup> escrito há mais de dez anos, não chegou ao meu conhecimento nenhum outro estudo sobre o PSD enquanto partido nacional. Além disso, a pesquisa tornou-se particularmente penosa, pela quase total inexistência de fontes primárias que dissessem respeito diretamente ao PSD. Seus arquivos foram queimados, seus livros de atas desapareceram.<sup>4</sup> Os arquivos privados dos membros do PSD à disposição do pesquisador são pouco numerosos e bastante discretos no que toca às grandes decisões tomadas pelo partido. Dessa forma, lancei mão de todo tipo de fonte que foi possível alcançar: jornais, revistas, dados eleitorais, os arquivos disponíveis e principalmente as fontes orais, sobre as quais quero tecer algumas considerações.

Os depoimentos utilizados neste trabalho, listados na bibliografia, revelaram-se cruciais para sua elaboração. Da realização de alguns deles participei pessoalmente, como pesquisadora do Programa de História Oral do CPDOC. Dois depoimentos destacam-se do conjunto: o de Ernani do Amaral Peixoto e o de Renato Archer. São depoimentos exemplares, que forneceram preciosos ele-

mentos para que a investigação se desdobrasse e pudesse prosseguir.

Na verdade, mais do que meramente ilustrativas de certas passagens do texto, as fontes orais constituíram-se em parte integrante da pesquisa, estabelecendo nexos entre questões, consolidando hipóteses já formuladas e fornecendo novas, esclarecendo dúvidas, preenchendo lacunas deixadas pelas fontes escritas, complementando informações substantivas, auxiliando, enfim, a desvendar o universo possedista. Os depoimentos ocupam, portanto, lugar destacado neste trabalho, como relevante fonte histórica e instrumento de pesquisa de inestimável valor.<sup>5</sup>

3. Lúcia Lippi de Oliveira, 1973.

4. Informação prestada pelo senador Amaral Peixoto e por todos os possedistas com quem conversei.

5. Ver, a respeito da utilização de fontes orais, Aspásia Camargo, Lucia Hippolito & Valentina da Rocha Lima, 1983.



## ESTABILIDADE E CRISE DO SISTEMA PARTIDÁRIO — PROPONDO UM NOVO MODELO

*Uma ruptura no sistema partidário é o melhor indicador de uma crise política generalizada.*

Wanderley Guilherme dos Santos

*O PSD é a estabilidade da política republicana.*

Pio Canedo

Quando, em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional n.º 2 declarou extintos todos os partidos políticos em funcionamento no Brasil, desaparecia — ao menos formalmente — o mais poderoso partido do regime da Constituição de 1946: o Partido Social Democrático, fundado no final do Estado Novo pelos interventores nomeados por Getúlio Vargas.

Partido que elegeu presidentes da República, governadores e prefeitos, senadores, deputados e vereadores, ocupou ministérios e secretarias, forneceu quadros para todos os escalões da administração do país, o PSD foi o principal responsável pela superação das grandes crises políticas do período, constituindo-se ao longo de sua história em verdadeiro fiador do regime político que sucedeu ao Estado Novo.

Quase 20 anos passados de sua abrupta extinção, o sistema partidário brasileiro do período 1945-64 ainda suscita uma série de perplexidades. E algumas delas dizem respeito diretamente à sua natureza e funcionamento.

O objetivo deste capítulo é propor algumas hipóteses sobre estas duas dimensões — natureza e funcionamento — do sistema partidário. Para tanto, faz-se necessário o recurso a um modelo analítico que, sem imobilizar a discussão numa camisa-de-força esterilizante, permita — com algumas adaptações — uma razoável observação do quadro brasileiro.

Neste sentido, a contribuição de Giovanni Sartori é particularmente estimulante, pois apresenta uma tipologia dos sistemas partidários que emerge como um excelente ponto de partida para a formulação de hipóteses sobre a dinâmica dos sistemas partidários.<sup>1</sup>

No prefácio à edição brasileira de sua obra, Sartori justifica a não inclusão da América Latina — à exceção de México e Chile — em sua análise, afirmando que os sistemas partidários latino-americanos não têm *consolidação estrutural*. Sendo assim, o *partido* e não o sistema deve ser a unidade crucial de análise. Parece contrária, à primeira vista, a utilização do estudo de Sartori para analisar o sistema partidário brasileiro, uma vez conhecidas as ressalvas do autor. E seria, de fato, uma contradição, se se pretendesse investigar o sistema partidário no Brasil ao longo da evolução política do país enquanto nação independente. E as razões da impossibilidade são claras e enunciadas pelo próprio Sartori: sistemas partidários intermitentes, partidos que se fundam e desaparecem. Apenas entre 1822 e 1964 funcionaram no Brasil quatro sistemas partidários, correspondendo ao Império (1822-89), à República Velha (1889-1930), ao período 1930-7 e ao período 1945-64. O quadro partidário de um período histórico não se repete na etapa subsequente, impossibilitando a observação de períodos mais longos.

Entretanto, a contradição acima exposta desaparece quando se delimita a análise a somente *um* sistema partidário, que existiu durante 20 anos (1945-65) e cujo funcionamento foi vital para a dinâmica do processo político.

Dessa forma é possível solucionar o dilema, concordando com Sartori, quando este afirma que a “unidade crucial de análise” é o partido, e discordando dele, pois partidos são atores políticos que lutam pelo poder num mercado competitivo, cujas fatias são disputadas por outros atores (partidos). Parece inútil, por conseguinte, prolongar a discussão: a existência de um regime político pluripartidário onde os partidos representam interesses, articulam demandas e disputam o poder com *reais* possibilidades de alcançá-lo configura o funcionamento de um sistema partidário e justifica a referência ao modelo de Sartori.

Para isso, são estabelecidas duas premissas básicas: trata-se de acompanhar, *pari passu*, a evolução de *um* sistema partidário

*historicamente delimitado* — entre 1945 e 1964 — e de *um partido determinado*, o PSD, para se tentar saber de que forma as alterações internas sofridas pelo partido ao longo de sua existência influenciaram no comportamento do sistema partidário como um todo.

## 1. O sistema partidário moderado

De acordo com a tipologia proposta por Sartori, os sistemas pluripartidários agrupam-se em dois tipos: *pluralismo moderado* e *pluralismo polarizado*.

O *pluralismo moderado*, cujo número de partidos relevantes Sartori situa entre três e cinco,<sup>2</sup> tem como características básicas, primeiro, a *ausência de partidos anti-sistema*, ou seja, os partidos existentes, mesmo na oposição, coonestam a *legitimidade* do regime. Assim, a oposição luta para mudar o governo, mas preserva o sistema.

Segundo, a *existência de uma oposição unilateral*, pois qualquer que seja o número dos partidos que se opõem ao governo, eles podem unir-se para tentar derrotá-lo; não há oposições mutuamente excludentes.

Terceiro, a *inexistência de um centro político ocupado*, fazendo com que a mecânica do sistema seja bipolar, “precisamente por que o sistema não está baseado no centro”.<sup>3</sup>

Quarto, já que ao longo de um contínuo esquerda-direita o centro não está ocupado, a tendência marcante do pluralismo moderado é *centrípeto*, isto é, os partidos buscam uma posição de centro, moderada, afastando-se de posições políticas extremadas.

Quinto, a *distância ideológica* entre os partidos é pequena, uma vez que a competição centrípeta e a ausência de partidos anti-sistema e de oposições bilaterais evidenciam um alto grau de consenso e a aceitação tácita da legitimidade do regime.

Sexto, a *ausência de oposições irresponsáveis*, pois todos os

2. Segundo Sartori, a relevância de um partido resulta de sua força eleitoral e de seu potencial de coalizão e/ou de intimidação (*chantagem*). Giovanni Sartori, 1976, p. 119-27. Na verdade, o critério numérico, tão caro ao autor — que chega a lhe dedicar todo um capítulo do livro —, é menos relevante que as outras características apontadas, estas mais substantivas.

3. Giovanni Sartori, 1976, p. 134 (trad. da A.).



partidos relevantes mantêm aspirações de chegar ao poder, ao menos através de coalizões. Uma oposição é tanto mais responsável quanto maior é sua expectativa de governar. "Num sistema de pluralismo moderado todos os partidos estão orientados para o governo, isto é, disponíveis para coalizões ministeriais." <sup>4</sup>

Em resumo, as características básicas de um sistema pluralista moderado são: a) *competição centrípeta*, uma vez que o centro do sistema não está ocupado; b) *distância ideológica* razoavelmente *pequena* entre os partidos relevantes; c) *disponibilidade dos partidos* para uma participação no governo, e d) uma *política moderada*, como síntese das três primeiras.

### 1.1 — Primeira hipótese

É bastante alto o grau de estabilidade de um sistema pluralista moderado tal como o descrito acima, e as eventuais crises que surgem têm amplas possibilidades de encontrar uma solução política satisfatória, pois os atores (partidos) envolvidos estão comprometidos com a legitimidade do sistema e aceitam as regras do jogo político. Mesmo na oposição, procuram manter-se em uma posição moderada, consequência natural da competição centrípeta. Minha primeira crítica ao modelo proposto por Sartori situa-se precisamente na identificação do *centro* e de seu papel na dinâmica do sistema partidário. Embora o autor não hierarquize as categorias de análise, fica bastante claro que a questão do centro é crucial, porque dela derivam as outras características do modelo.

A própria definição de centro proposta por Sartori revela-se de difícil aceitação por ser altamente arbitrária. Segundo o autor,

"o centro é, em si mesmo, um amplo espectro que contém o que é razoável, o equilíbrio entre prós e contras, a moderação, mas também a pura e simples abstenção mental, uma atitude de quem não sabe nada ou não faz nada". <sup>5</sup>

Ora, a posição de centro surge muito menos por deliberação individual dos partidos do que pela evolução da dinâmica do siste-

ma partidário. Ou seja, o centro é determinado pela esquerda e pela direita. <sup>6</sup>

Assim, os estímulos vindos dos dois extremos convergem para o centro, que passa a atrair os dois pólos. Em outras palavras, a tendência centrípeta do pluralismo moderado se dá *a partir da existência de um centro ocupado por um partido sólido*, ao contrário do proposto no modelo sartoriano.

Isto posto, minha primeira hipótese é a de que é possível existir um sistema pluralista moderado com o centro ocupado por um partido forte que, antes de enfraquecer a tendência centrípeta do sistema, fortalece-a, tornando-se (o partido de centro) o *fiador do equilíbrio e da política moderada do regime, de sua estabilidade, enfim*.

A existência mesma de um sólido partido de centro, que atraía de uma política de alianças e de coalizões alternativas atraía os outros partidos para uma posição de compromisso com a estabilidade do regime, é condição suficiente para o fortalecimento da tendência centrípeta e moderada do sistema — e não o oposto, como pretende estatuir Sartori.

A transformação do sistema partidário, de moderado em polarizado, está menos relacionada com a ocupação do centro por um partido forte do que com outros indicadores, alguns deles fornecidos pelo próprio universo empírico analisado, ou seja, com a dinâmica particular de sistemas particulares.

Estas considerações conduzem a uma outra indagação, ainda no terreno da especulação teórica: sob que condições um sistema pluralista moderado se transforma em polarizado? Para responder, temos que voltar a Sartori para saber o que ele entende por *pluralismo polarizado*.

### 2. O sistema partidário polarizado

Sartori afirma que um sistema pluralista polarizado conta com mais de cinco partidos relevantes e tem como características básicas, primeiro, a *atuação de partidos anti-sistema*, que contestam a legitimidade do regime.

4. Giovanni Sartori, 1976, p. 179 (trad. da A.).  
5. *Idem, ibid.*, p. 347.

6. Curiosamente, em trabalho anterior Sartori afirma que "o centro é relativo à sua esquerda e à sua direita". *Idem*, 1966, p. 157 (trad. da A.).

Segundo, a existência de oposições bilaterais mutuamente excludentes, ou seja, incompatíveis em termos de união contra o governo.

Terceiro, o centro político do sistema ocupado por um ou mais partidos, fazendo com que o centro não esteja em disputa.

Quarto, uma tendência centrífuga, já que o centro está ocupado. A evolução do sistema leva ao enfraquecimento do centro, que passa a perder votos para os extremos.

Quinto, o aumento da distância ideológica entre os partidos, inviabilizando coalizões e provocando um aumento da polarização.

Sexto, a presença de oposições irresponsáveis, sem chances reais de ocupar parcelas do governo, e cujas promessas, por isso mesmo, não terão que ser cumpridas.

Sétimo, uma competição política desigual, típica das oposições irresponsáveis, que acenam com uma política de dar mais.<sup>7</sup> O consequente acirramento da disputa no terreno das promessas irrealizáveis desestabiliza o sistema, porque os partidos responsáveis são praticamente compelidos a entrar nessa competição, sob pena de perda substancial de votos.

## 2.1 — Segunda hipótese

Descrito o modelo, é hora de responder à questão formulada acima: sob que condições um sistema pluralista moderado se transforma em polarizado?

Segundo Sartori, a transição pode ocorrer de duas formas principais: por colapso do sistema<sup>8</sup> ou por “desenvolvimento endógeno”, resultante dos mecanismos internos próprios a cada sistema político.

Deixando de lado a hipótese de colapso do sistema, que mecanismos internos podem ser responsáveis pela transição do pluralismo moderado para o polarizado?

7. “Se um partido pode prometer sempre, levianamente, o céu na terra, sem nunca ter que ‘responder’ por suas promessas, esse comportamento se situa claramente abaixo de qualquer padrão de competição equitativa.” Giovanni Sartori, 1976, p. 140 (trad. da A.).

8. “Há um colapso quando uma ditadura se instala ou é eliminada; quando eleições livres são impedidas ou restabelecidas; quando juízes subversivos substituem (ou são substituídos) um judiciário independente; quando partidos, no plural, são autorizados ou proibidos.” *Idem*, p. 275 (trad. da A.).

Para Sartori, um dos indicadores mais importantes é o critério numérico. Assim, quanto maior o número de partidos, maior será a possibilidade de transformação do sistema em polarizado. Entretanto, um número crescente de partidos pode expressar apenas uma fragmentação partidária e não uma polarização.

Na última seção da edição brasileira de seu livro,<sup>9</sup> Sartori relaciona um pouco o peso do critério numérico — enfatizado por ele ao longo de toda a obra —, justificando sua utilização por ter que lidar comparativamente com “cerca de cem formações políticas que se pretendem baseadas em partidos” e onde “a única informação disponível, constantemente atualizada e fácil de tratar, existente para todos os países, é o número de seus respectivos partidos relevantes”.<sup>10</sup>

Na verdade, ao construir sua tipologia Sartori está mais preocupado com as características do sistema do que com a dinâmica de cada um deles, e por isso pouco se detém na análise das possíveis condições de transformação de um tipo de sistema em outro. Dessa forma, admitindo um certo grau de adaptação em seu modelo, conclui o autor que “para regiões específicas e países mais pesquisados podemos usar a distância ideológica como principal critério e variável independente”.<sup>11</sup>

Na mais relevante contribuição acadêmica sobre a crise de 1964 no Brasil, Wanderley Guilherme dos Santos<sup>12</sup> formula críticas substantivas ao modelo de Sartori. Em primeiro lugar, o autor declara que, muito mais do que o critério numérico ou mesmo a distância ideológica, o elemento fundamental na transformação de um sistema pluralista de moderado em polarizado é o grau de radicalização. Afirma Wanderley Guilherme que o número de partidos por si só não explica a transformação. “A variável crucial ainda seria a presença de um processo de radicalização, que evita que os partidos se engajem no processo normal de cooperação e compromisso.”<sup>13</sup>

Mais ainda, o que está verdadeiramente em jogo é a natureza do processo de radicalização. Para Wanderley Guilherme, não é necessário que a origem do processo de radicalização se localize em

9. Um pós-escrito de 1980, posterior portanto à edição original de 1976.

10. Giovanni Sartori, 1982, p. 383.

11. *Idem*.

12. Wanderley Guilherme dos Santos, 1979.

13. *Idem*, *Ibid.*, p. 29.



*questões de princípio* — razão defendida por Sartori para o aumento da distância ideológica. Pode tratar-se de uma *radicalização meramente política*, dependendo da força relativa dos partidos e de seu apego a determinadas posições.<sup>14</sup>

Trabalhando com categorias como controle de recursos políticos, preferências políticas e intensidade de preferência (grau de radicalização),<sup>15</sup> Wanderley Guilherme constrói uma resposta extremamente pertinente para a questão da transformação do sistema, afirmando que ela ocorre,

“no modelo e, por hipótese, na vida, através da mediação de um processo de radicalização no qual a intensidade das preferências dos atores está próxima a atingir seu grau máximo”.<sup>16</sup>

Accolhida a valiosa contribuição de Wanderley Guilherme, torna-se necessário agora formular a segunda hipótese deste trabalho, decorrente da primeira. Independentemente do número de partidos<sup>17</sup> ou mesmo da distância ideológica entre eles, um sistema pluralista moderado com o centro ocupado por um partido sólido se transforma em polarizado através de um processo de radicalização que atinge diretamente o centro do sistema, pulverizando-o; consequentemente, o centro político desaparece, embora o partido de centro possa continuar existindo. Entretanto, este partido é minado por um processo de fragmentação interna, que impede a manutenção da tendência centripeta do sistema. Ao contrário, a tendência centrífuga se instala, e é o próprio partido de centro, dilacerado por dissensões internas, que a preside. Quando isto acontece, não

14. “Em princípio, qualquer questão pode dar início a uma dinâmica radicalizada; basta que os atores se sintam fortemente comprometidos com suas preferências e tenham acesso aos recursos necessários para lutar por elas. *Idem* (trad. da A.).”

15. “Em qualquer sistema político, portanto, a competição política tem lugar entre atores que têm preferências às quais eles aderem, com graus variados de intensidade (a dimensão da radicalização), e as quais eles tentam converter em decisões coletivas, baseadas nos recursos que esses atores controlam (causas no parlamento, por exemplo, no processo parlamentar de tomada de decisões).” *Ib.*, p. 31-2 (trad. da A.)

16. Wanderley Guilherme dos Santos, 1979, p. 40 (trad. da A.).

17. Até porque, no caso do Brasil o número de partidos pouco variou entre 1945 e 1964: o regime se inaugurou com 11 partidos e tinha 13 quando caiu. Ver Olavo Brasil de Lima Júnior, 1983.

só o sistema partidário mas todo o sistema político está próximo de um colapso.

Novamente emerge como fundamental a questão do centro, condicionando todo o modelo. Assim, a hipótese avançada acima tem como característica básica a não-ocupação do centro, ou seja, o oposto do modelo sartoriano.

O processo de radicalização política provoca um movimento na dinâmica do sistema partidário e um deslocamento do centro político-ideológico. Se este se move, para a esquerda ou para a direita, o partido de centro deve percorrer caminho idêntico, sob pena de abandonar o centro.<sup>18</sup>

Ora, se internamente o partido de centro é vítima do mesmo processo de radicalização, ele se fragmenta, perde a plasticidade e a iniciativa. Perde, pois, as necessárias condições para que se mantenha no centro. Consequentemente, os extremos do sistema partidário passam a ser os pólos de atração.

Além disso, é preciso levar em consideração a possibilidade de o partido de centro possuir características internas que dificultem sua mobilidade. Isto é, se se tratar de um partido com uma chefia fortemente oligarquizada, que aciona seu poder de veto para impedir a renovação do comando partidário,<sup>19</sup> sua capacidade de acompanhar a evolução do centro político-ideológico será extremamente reduzida, senão remota.

Portanto, é a partir da fragmentação do centro do sistema que se pode observar a transição de um sistema pluralista moderado, tal como o concebido acima, para um sistema de tipo polarizado. Se o partido de centro é o fiador da estabilidade política, os abalos sísmicos ocorridos em seu interior constituem condição suficiente para que o sistema partidário deixe de ser moderado e ingresse no grupo dos sistemas pluralistas polarizados.

18. Afinal, como afirmara o próprio Sartori em trabalho anterior, “se a história caminha para a esquerda, o centro só pode permanecer numa posição central se também caminhar para a esquerda (e vice-versa, se a história caminha para a direita)”. Giovanni Sartori, 1966, p. 164 (trad. da A.).

19. Robert Michels, 1962. Adiante, no capítulo 5, será discutida a questão da oligarquização da chefia e suas implicações na estrutura do partido de centro — e, por extensão, na dinâmica do sistema partidário.



### 3. Conclusão

As críticas formuladas ao modelo sartoriano — e as hipóteses daí derivadas — conduzem necessariamente a uma proposta de revisão teórica do modelo em questão, partindo de algumas premissas básicas.

Em primeiro lugar, é preciso rediscutir a questão do centro. A hipótese de um sistema pluralista moderado com o centro ocupado por um partido forte não é fruto do encontro fortuito de uma situação empírica determinada, um simples caso desviante, que só faria confirmar a regra do modelo tal como Sartori o descreve.

Na verdade, todo o modelo sartoriano está em discussão, uma vez que, por falta de profundidade de análise e de adequado instrumental de pesquisa, o autor deduziu que os sistemas partidários moderados não estão baseados na ocupação do centro. Mas se ele próprio não percebeu corretamente a posição do centro, toda a construção lógica fica prejudicada. Pois é exatamente a partir de um partido de centro, solidamente instalado no *centro político-ideológico* do sistema partidário, que se obtém uma tendência centrista e se garante a estabilidade do sistema.

Se o centro se forma a partir da direita e da esquerda, é o partido de centro que atrai os extremos para uma política moderada, escoimada dos radicalismos, uma política de compromisso com a permanência e a evolução normal do sistema político-partidário.

Além disso, falta ao modelo sartoriano a mediação de uma dimensão crucial — o grau de radicalização — que determina, em última instância, a posição do partido no espectro político.

Os capítulos seguintes deverão acompanhar a evolução do sistema partidário brasileiro entre 1945 e 1964, concentrando-se especialmente na atuação do Partido Social Democrático. Moderado até o final dos anos 50, o sistema partidário sofre um processo crescente de radicalização, que atinge diretamente o partido de centro. Dada a posição do PSD no sistema partidário, sua fragmentação interna se dissemina por todo o sistema, que se polariza e caminha célere para o colapso final de 1964.

De que forma esta evolução se processa é uma longa história, a ser contada daqui em diante...

## DE RAPOSAS E REFORMISTAS — O PERFIL ESPECULAR DO PSD

*Entre a Bíblia e O capital, o PSD fica com o Diário Oficial.*

Tancredo Neves

*Um partido de centro é formado com a esquerda da direita e a direita da esquerda*

Amaral Peixoto

Partido de centro ou mesmo de centro-esquerda, como querem alguns de seus membros, o PSD foi o mais importante partido do regime da Constituição de 1946. Por sua atuação e influência na própria dinâmica do processo político, pode-se dizer que o PSD deu o tom da política brasileira do período.

O sistema partidário viveu, entre 1945 e 1964, na dependência da capacidade do PSD de se articular com os demais partidos, no sentido de atender às demandas da evolução política. Assim, o sistema foi moderado enquanto o PSD foi um partido solidamente instalado no *centro* político. Transformou-se em polarizado quando o PSD fugiu do centro e fragmentou-se internamente. Enquanto o PSD manteve a iniciativa — da participação ou da omissão —, os outros partidos movimentaram-se ao seu redor, tendo-o como ponto de referência, para acompanhá-lo ou a ele se opor. Quando, ao contrário, o PSD se viu a reboque da conjuntura, reagindo a ela (e não mais se antecipando), o *centro político do sistema desapareceu e o sistema partidário caminhou para o colapso*.

É este o partido cujo perfil se tentará traçar neste capítulo, que será dividido em três partes. Inicialmente, há que se recorrer aos estudos brasileiros sobre partidos e sistemas partidários, para se retribarem lições e noções que possam orientar a presente investigação.

Na segunda, abordaremos um trabalho mais analítico, a obra clássica de Duverger sobre os partidos políticos,<sup>1</sup> para tentar estabelecer alguns pontos de contato entre os estudos teóricos e o partido real. Do confronto entre a lógica do modelo e a da realidade, poderemos explicitar um pouco mais o perfil do partido.

Finalmente, a terceira seção tentará traçar o perfil do PSD, tal como visto por suas principais lideranças, ou seja, uma espécie de auto-retrato pessedista, de que serão inferidas algumas regras básicas de comportamento.

É importante destacar que neste capítulo não serão abordadas a estrutura e a organização internas do PSD, mas somente seu perfil e o papel desempenhado por ele no sistema político-partidário entre 1945 e 1964. Estrutura e organização serão analisadas mais adiante, no Capítulo 5.

### 1. Partidos e sistemas partidários: lições da produção brasileira

A partir do início da década de 1970, o estudo dos partidos políticos e do sistema partidário conheceu um notável progresso.<sup>2</sup> Dos inúmeros trabalhos realizados, dois grupos serão aqui abordados: o primeiro trata do sistema partidário em funcionamento no período 1945-64; o segundo trata dos partidos políticos, analisados individualmente.

No primeiro grupo, três estudos merecem especial referência, por terem contribuído expressivamente para uma melhor compreensão do tema e pela influência que exerceram neste trabalho.

O livro de Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e partidos políticos no Brasil*, chama a atenção para a importância do "peso condicionante que a expansão acentuadamente burocrática do Estado brasileiro exerceu sobre o sistema partidário criado em 1945".<sup>3</sup> Além disso, oferece preciosas lições para futuras pesquisas, tais como a necessidade de se abordar cada partido político como uma organização complexa, que disputa espaço num mercado ocupado por outras organizações semelhantes. Outra lição diz res-

peito à dinâmica do sistema partidário. Em transformação contínua, este abrigava, quando de sua extinção, duas tendências antigônicas: uma à desagregação, pois o sistema se revelava incapaz de representar interesses e organizar o governo, e outra ao fortalecimento, já que suas bases de apoio se encontravam em processo de realinhamento.

Wanderley Guilherme dos Santos, em trabalho já comentado no capítulo anterior,<sup>4</sup> aponta a transformação do sistema partidário parlamentar, de moderado em polarizado, através de um crescente processo de radicalização política, e alerta para a necessidade de se estudar este processo no interior mesmo dos principais partidos políticos que sustentavam o regime de 1946. Ademais, o autor identifica no modelo analítico de Sartori alguns pontos sujeitos a uma crítica mais profunda, fornecendo subsídios vitais para a realização deste trabalho.

Finalmente, Olavo Brasil de Lima Júnior, em *Os partidos políticos brasileiros*, fornece uma vigorosa contribuição ao avanço dos estudos, combinando sistemas partidários nacionais e estaduais, como forma de melhor qualificar (e até contradizer) algumas hipóteses caras à análise política do período. O autor adverte para o perigo das generalizações excessivas, baseadas apenas no estudo do sistema partidário em sua perspectiva nacional, afirmando que "tal sistema como um todo passou por um processo contínuo de mudanças e, ao mesmo tempo, atuou de maneira diferente em cada estado e em cada nível de competição, pois sua estrutura dependia das condições locais de disputa eleitoral".<sup>5</sup>

O segundo grupo de trabalhos aborda os partidos políticos do período enquanto partidos nacionais ou mesmo enquanto seções regionais.

O primeiro a ser mencionado — e o mais relevante, da perspectiva deste livro — é o estudo pioneiro de Lúcia Lippi de Oliveira, *O Partido Social Democrático*. Sem ele este trabalho teria enormes dificuldades em vir à luz, uma vez que se trata do único estudo até hoje realizado sobre o PSD, enquanto partido nacional.<sup>6</sup>

4. Wanderley Guilherme dos Santos, 1979.

5. Olavo Brasil de Lima Júnior, 1983, p. 23.

6. Lúcia Lippi de Oliveira, 1983. O trabalho é tanto mais pioneiro quando se leva em conta o fato de que nos idos de 1973 o autoritarismo parecia solidamente instalado no Brasil, e a relevância do estudo dos partidos políticos extintos em 1965 não encontrava eco nem nos cientistas sociais nem na própria classe política.



A autora aborda o partido como uma organização, estudando sua estrutura interna, sua participação nos governos, sua função de representação e o papel que desempenhou na política brasileira. Em seu trabalho, Lúcia Lippi não analisa as crises políticas do período, afirmando, com muita propriedade, que "elas não tiveram origem na vida partidária; o PSD tanto quanto os demais partidos não foram os deflagradores destas crises".<sup>7</sup> Por isso mesmo, ao analisar, nos próximos capítulos, a participação do PSD nas crises políticas, tentarei explicitar a contribuição do partido no encaminhamento e na solução dessas crises.

Lúcia Lippi aponta ainda a necessidade de se estudarem as seções regionais do PSD, como forma de melhor compreender as relações entre diretórios regionais e diretório nacional. Dez anos depois desse apelo, surge o primeiro trabalho nesse sentido, o de Dulce Pandolfi, que aborda o PSD de Pernambuco. Enfatizando a continuidade entre o Estado Novo e o regime de 1946, a autora aborda a contribuição da interventoria Agamenon Magalhães na implantação e "consolidação da dominação do pesedismo em Pernambuco" até a derrota e "desagregação da elite pesedista" no final da década de 1950.<sup>8</sup>

Quanto aos outros partidos, a produção recente tem sido estimulante. Trabalhos sobre a UDN nacional e seções regionais, sobre o PSP, o PDC e o PTB<sup>9</sup> enriqueceram consideravelmente a bibliografia sobre o assunto, lançando sempre mais luz neste *puzzle* rico e contraditório que é o sistema partidário brasileiro do período 1945-64, cujas peças ainda não estão totalmente encaixadas.

## 2. Referências teóricas e partido real

*A lógica não pode substituir a evidência.*

Giovanni Sartori

Cabe agora uma tentativa de verificar o grau de adequação de um modelo mais analítico ao PSD. Não tenciono neste trabalho tecer considerações a respeito das inúmeras definições de partido

político, pois não resta a menor dúvida de que o PSD foi realmente um partido político. O que desejo é investigar até que ponto as referências teóricas podem fornecer subsídios que auxiliem a tornar mais precisos os contornos do PSD.

O livro de Maurice Duverger, *Les partis politiques*,<sup>10</sup> consagra especial atenção às origens do partido. Segundo o autor, os partidos criados *de fora para dentro*, isto é, aqueles que não se originaram de movimentos sociais ou políticos autônomos, são também partidos criados de cima para baixo, fortemente centralizados, onde medra uma desconfiança em relação a seus representantes parlamentares, e pequena importância é atribuída às atividades eleitorais e parlamentares.

Uma outra dimensão da tipologia de Duverger estabelece a distinção entre partido de massas e partido de quadros. O primeiro se caracteriza por um apelo ao público pagante (que através de subvenções permite à campanha eleitoral escapar à "servidão capitalista") e ouvinte (que recebe educação política e aprende a intervir na vida do Estado). Já o partido de quadros é basicamente composto de notáveis, que preparam eleições, conduzem-nas e mantêm contato com os candidatos. Portanto, o que está em jogo não é o número de filiados ao partido, mas um certo critério de "qualidade" de seus membros.

Não obstante, o próprio Duverger alerta para o fato de que praticamente não existem mais partidos de quadros em estado puro, situação típica do período de vigência do voto censitário. A conquista do sufrágio universal obrigou os antigos partidos de quadros a adotar algumas posturas dos partidos de massas. Mas adverte o autor que a inexistência de um sistema de filiações e de recebimento regular de subvenções é um critério seguro para se atribuir a um partido o caráter de partido de quadros.

A tentativa de se confrontar tal quadro teórico com o PSD apresenta, logo de início, uma dificuldade. Do ponto de vista de suas origens, o PSD corresponde perfeitamente ao partido criado de fora para dentro. Formado no ocaso do Estado Novo e composto basicamente pelos interventores nomeados por Vargas, o partido permitiu à elite política que se consolidou nos estados durante a ditadura estadonovista a possibilidade de sobreviver num regime democrático.<sup>11</sup>

7. *Idem*, p. 75.

8. Dulce Chaves Pandolfi, 1983, pp. 3, 4.

9. Otávio Dulci, 1977; Maria Vitória Benevides, 1981; Isabel Picaluga, 1978; Regina Sampaio, 1982; Luís Werneck Viana, 1978; Miguel Bodéa, 1979.

10. Maurice Duverger, 1958.

11. Amaral Peixoto, 1983.

Não obstante, o "pecado original" do PSD não condiciona automaticamente sua inscrição no modelo descrito por Duverger. Partido criado de cima para baixo, certamente. Porém, jamais um partido fortemente centralizado. O poder dos diretórios regionais sobre o comando nacional impediu sempre a imposição de diretrizes do centro em direção à periferia do partido. O que efetivamente vigorou durante toda a existência do PSD foi uma prática de influências recíprocas entre diretório nacional e diretórios regionais, em que decisões ou sugestões de uns influenciavam (mas não condicionavam) comportamentos de outros. A grande autonomia das seções regionais era contrabalançada por uma busca permanente do equilíbrio, função do diretório nacional.

Um segundo obstáculo impede a aplicação do modelo, tal como descrito por Duverger, ao PSD. Nada poderia estar mais distante da prática pessevista do que a desimportância atribuída aos parlamentares e às atividades eleitorais, características do partido que, no modelo teórico, é criado de fora para dentro. Como veremos ao longo deste e dos próximos capítulos, a força do PSD repousa, antes de qualquer coisa, em seu vigor eleitoral. É a partir da conquista de maiorias parlamentares e dos governos estaduais que o partido se constitui na principal agremiação política do período 1945-64.

O voto é, portanto, vital para o PSD. Através dele o partido credencia-se como majoritário no Congresso Nacional, condição necessária para liderar alianças parlamentares e para participar dos governos, ocupando ministérios. Mais ainda, a posição majoritária do PSD será um aspecto fundamental para o exercício da função de estabilizador do sistema. A vitória nas eleições confere ao partido uma maioria parlamentar confortável que lhe permite ocupar o *centro* político do sistema partidário e interferir na dinâmica do processo político.

De outro lado, a conquista dos governos estaduais (e do governo federal) abre para o partido a possibilidade de acesso a um sem-número de recursos políticos, que auxiliam sua permanência no poder.

Quanto à oposição centralização/descentralização, vigorava no PSD um certo equilíbrio entre as duas tendências, uma vez que questões regionais tinham enorme importância, mas era possível detectar uma política nacional do partido.

Emerge desta discussão um aspecto polémico, crucial para a própria dinâmica da evolução do partido. Existia ou não democra-

cia interna no PSD? Até que ponto as frações e tendências intrapartidárias podiam manifestar-se livremente, sem que o comando nacional exercesse algum tipo de coerção?

Do ponto de vista do comportamento parlamentar, o partido jamais fechou questão sobre matérias de natureza ideológica. Nesse caso, era livre o exercício do voto pelos parlamentares. No entanto, distinto era o tratamento dado às frações intrapartidárias de cunho mais ideológico, quando estas começavam a disputar o poder dentro do partido.

Esta é uma dimensão fundamental da vida do PSD. Nesse momento, a democracia interna deixava de existir, o comando nacional cerrava fileiras contra a dissidência, até conseguir destruí-la.

A dicotomia partido de quadros/partido de massas, por sua vez, coloca o PSD mais próximo do partido de quadros, aceitas as ressalvas feitas pelo próprio Duverger. Embora atuasse num regime de sufrágio universal e secreto, o PSD jamais dispôs de qualquer sistema de filiação em massa;<sup>12</sup> ademais, o partido era mantido por subvenções de seus parlamentares. Nas eleições, eram promovidas campanhas entre empresários simpatizantes, com o objetivo de angariar fundos.<sup>13</sup> Portanto, deste ponto de vista — e apenas deste — o PSD pode ser considerado um partido de quadros.

Se o PSD não era um partido fortemente centralizado, a articulação entre seus três níveis — nacional, regional e local — era bastante sólida.<sup>14</sup> Articulação basicamente vertical, o que não evitou a existência de contatos frequentes entre seções do mesmo nível. Tal incidência, se não impedia o aparecimento de dissidências, permitia maior flexibilidade à estrutura do partido, com reflexo na própria dinâmica das decisões tomadas por ele, dando origem à crença mais ou menos generalizada de que "o diretório nacional do PSD só se reunia quando estava tudo resolvido".<sup>15</sup>

Toda a comparação feita acima entre partido teórico e partido real, se auxilia a precisar o perfil do PSD, reforça também a observação de que modelos analíticos jamais dão inteira conta da realidade, que no mais das vezes insiste em se comportar de maneira

12. Ver Lúcia Lippi de Oliveira, 1973. Amaral Peixoto, 1971, e Martins Rodrigues, 1971, também se referem ao tema.

13. Amaral Peixoto, 1971; Lúcia Lippi de Oliveira, 1973.

14. Lúcia Lippi de Oliveira, 1973.

15. José Joffily, 1983.



contrária (e autônoma) à prevista pela lógica, "e a lógica não pode substituir a evidência".<sup>16</sup>

### 3. O "manual do bom pessedista"

*Não sou PSD mas sou bom de cochicho.*

(Frase no pára-choque de um caminhão de Minas Gerais.)

Quase 20 anos depois de sua extinção, o PSD e o pessedismo continuam a freqüentar as conversas nos corredores do Legislativo e nos gabinetes do Executivo, as colunas dos analistas políticos e, como se vê acima, os depósitos da sabedoria popular. O exercício prolongado do poder e a longevidade política de seus membros são alguns dos fatores que ajudaram a transformar os pessedistas nos maiores personagens do que se poderia chamar o "folclore político" nacional.<sup>17</sup> Tudo isto resultou na criação de um conjunto de estereótipos sobre o partido e seus membros; os pessedistas são vistos como as raposas políticas por excelência, mestres na malícia, na esperteza, no cochicho, na acomodação e na conciliação.

Meu objetivo nesta seção é evitar as definições simplistas e epidérmicas e penetrar mais fundo na mentalidade e no estilo pessedistas. A partir de depoimentos de membros do partido, foi possível inferir um conjunto de regras que norteavam o comportamento dos pessedistas e do PSD.<sup>18</sup>

Estes depoimentos, que explicitam a própria lógica do estilo pessedista, nos conduzem a um universo vivo, complexo e sutil, que traz o sabor inigualável da experiência vivida: o terreno da política, pura e apurada. Vamos ao que convençionei chamar de "manual do bom pessedista".

A primeira e mais importante regra é a *demonstração de força eleitoral*. Bom pessedista é, antes de tudo, aquele que tem votos. Afirma José Joffily: "A força da tribuna e outras demonstrações

de atributos parlamentares eram secundárias. O que importava era demonstrar, na hora das combinações, que contava com tantos preferidos e com votações progressivas. Não se indagava a origem desses votos, se urbana ou rural. Interessava era dar a demonstração de força eleitoral. O PSD sempre deu prova de fé no voto, nas regras do jogo democrático." E Oliveira Brito confirma: "Nós acreditávamos no voto, no regime democrático. E por isso que sempre respeitamos as decisões das urnas. Não podíamos ter a veleidade de chegar ao poder por outra estrada que não a do voto. O PSD nunca foi golpista."

O PSD era um partido de centro, nos diz a segunda regra. E um partido de centro, ensina Amaral Peixoto, "é formado com a esquerda da direita e a direita da esquerda. Dentro do partido havia quem se voltasse mais para a esquerda, quem quisesse um partido de centro-esquerda". Diz Nestor Josti: "Centro-direita era mais a UDN."

Já Barbosa Lima Sobrinho qualifica um pouco mais as afirmações acima: "O PSD tinha diversas correntes: correntes um pouco mais de esquerda, um pouco mais de direita. Benedito Valadares, por exemplo, era um elemento de centro, ou mais para a direita. Já o elemento de Pernambuco e de alguns outros estados seria mais para a esquerda, do ponto de vista das reivindicações econômicas. (...) O PSD sempre foi mais aberto a essas idéias, a essas reformas do que a UDN, que era um partido muito mais reacionário, embora tivesse dentro dele também alguns elementos mais liberais."

Amaral Peixoto declara que "o PSD fazia muita questão de não ser um partido reacionário, de ser aberto às conquistas populares, à legislação trabalhista, à reforma agrária, que aceitava em termos. A Lei Malala, de Agamenon Magalhães, recebeu total apoio do partido. Muitas conquistas da Constituição de 46 foram obtidas por elementos do PSD, sobretudo o Agamenon".

Abelardo Jurema, por sua vez, afirma que "o PSD, como partido de centro, era um partido que acenava com algumas conquistas. Era um partido que concordava com o PTB na questão do repouso remunerado e em várias conquistas que vieram depois de Getúlio. (...) Houve também a lei do trabalho feminino. Foram conquistadas do PTB com o apoio do PSD, do contrário não passariam".

A posição de partido de centro originava-se, segundo muitos pessedistas, na própria base social do partido. "O PSD represen-

16. Giovanni Sartori, 1976, p. 67.

17. Aliás, é de se notar que só o PDS tem um "folclore", nos outros partidos vamos encontrar apenas alguns políticos que, individualmente, constituíam personalidades folclóricas.

18. Todos os depoimentos utilizados para ilustrar esta seção estão devidamente listados na bibliografia. É preciso ressaltar, no entanto, que a responsabilidade pela edição é inteiramente minha.



tava, de modo geral, a classe média", diz Amaral Peixoto. "O pequeno proprietário rural, o pequeno usineiro, comerciante, funcionários públicos eram do PSD." Segundo Martins Rodrigues, havia "no PSD um sentido nacional. Era um partido que representava a opinião dominante nos estados, a opinião daquelas classes conservadoras, pequenos empresários, pequenos homens de negócios, fazendeiros, agricultores etc.". Ulisses Guimarães compartilhava da mesma opinião: "O PSD era o partido da classe média brasileira, aquela representada por professores, farmacêuticos, advogados e muitos elementos da classe rural. O PSD era acentuadamente da classe rural, muito ligado ao interior. Quando surgiu a questão da reforma agrária, foi um problema que atingiu a medula da estrutura do PSD, que era uma máquina montada — e daí a sua força — em todos os municípios do Brasil. Portanto, o setor tinha muita, atuação, muita força no partido".

*Conciliação e moderação* constituem outra regra básica do pessedismo. "O pessedista é o homem do bom-senso e do equilíbrio", declara Amaral Peixoto, "que procura encontrar soluções para as dificuldades do momento." E Oliveira Brito explica: "Esta habilidade se desdobra no sentido da oportunidade. Isto quer dizer que nem sempre se pode pleitear o ideal, o que é melhor, mas sim o que é possível, e não se quedar, não parar esperando que a benesse venha como por milagre. Não conseguindo aquilo que é ideal, aceitamos outra solução, mas não desistimos daquilo que consideramos o melhor".

Antônio Babino ressalta no espírito de moderação "a flexibilidade, uma grande capacidade de escutar, de participar dos debates sem estimulá-los exageradamente, desempenhando um papel conciliador. O PSD funcionava como uma espécie de viveiro da formação de políticos de atuação moderadora, muito mais do que de uma atuação radical".

Ulisses Guimarães afirma que "o PSD foi o grande laboratório das soluções políticas brasileiras. O PSD, com sua plasticidade, com sua sabedoria, com seu realismo, foi um laboratório político, evitando revoluções, evitando turbulências na vida política nacional, preservando a unidade".

Presidente do partido durante 14 anos, Amaral Peixoto conclui: "Seu papel foi de equilíbrio. Não se deve ver somente o que o PSD fez, mas o que ele evitou que fosse feito no Brasil, grandes crises nacionais que foram evitadas pelo PSD. Sua contribuição à vida do país nesses anos entre 1945 e 1964 foi muito grande, o

saldo foi muito positivo. O grande papel do PSD foi de ponderação e de equilíbrio, mas também de firmeza e de apoio ao progresso." Aliás, *firmeza na decisão e na execução* é a quarta regra do "manual do bom pessedista". Não se deve confundir moderação e espírito de conciliação com indecisão pois, como afirma Tancredo Neves, "o pessedista é o homem do equilíbrio, do bom-senso, da conciliação, mas muito firme na hora em que toma uma decisão. Legalista, tem respeito reverencial pela autoridade constituída, mas não hesita em contrariá-la na defesa da ordem democrática". Essa idéia é reforçada por Oliveira Brito: "A capacidade de decisão é um dos importantes traços do PSD. Quando decidíamos, estava decidido, para a vitória ou para a derrota".

Um bom pessedista se forja na prática quotidiana da política, num longo aprendizado que se inicia, muitas vezes, nas lides municipais. Daí a importância da *socialização política* (ou "sargentação", para se usar um termo da época), quinta regra do comportamento pessedista.

"O PSD foi uma verdadeira escola política", afirma Ulisses Guimarães. "Os deputados estaduais, em geral, tinham sido prefeitos ou vereadores. Depois de serem deputados estaduais, e frequentemente em várias legislaturas, é que alçavam voo para o plano nacional, como deputados federais ou senadores. Isto foi muito interessante, porque evitava os improvisadores. Estes homens, quando chegavam no cenário nacional, já tinham tido um aprendizado no estado e no município e traziam a vivência desses problemas. Por isso o PSD tinha um estado-maior composto de homens já com muita experiência, o que não acontecia com outros partidos. Então, chegavam aqui figuras de quem nunca se tinha ouvido falar e que se comportavam com muita ingenuidade, não tinham malícia política, experiência, não conheciam o ofício. Enfim, como se diz em Portugal, não eram do ramo. No PSD eram todos do ramo. Se se fizesse uma pesquisa sobre a trajetória política desses homens, seria verificado que uma percentagem muito grande era de prefeitos ou governadores; depois é que vinham para o plano federal. No PSD, como regra — e essa era a razão da sua força —, não havia a improvisação. O partido era uma verdadeira escola."

Assim, força eleitoral, posição de centro, espírito de moderação e conciliação, firmeza na decisão e na execução, socialização constituem um somatório de elementos que têm como consequência a sexta regra do manual: a *competência administrativa*.

"Os grandes administradores eram do PSD", afirma Amaral Peixoto. "Os dirigentes do partido eram quase todos homens experientados na administração, nos governos estaduais ou nos ministérios. Tinham uma noção muito maior das responsabilidades do governo."

Nas palavras de Renato Archer: "Os partidos políticos brasileiros se formaram em função de posições momentâneas, mas cada vez mais ganhavam fisionomia própria. A UDN, preocupada com os problemas morais; o PTB, com os problemas sociais, e o PSD com problemas administrativos, de desenvolvimento etc. De todos eles, verificou-se que o PSD era capaz de governar; governou com Dutra e governou com Juscelino. A UDN se revelou incapaz de governar, com Jânio Quadros, e o PTB também, com Goulart".

#### 4. Conclusão

Neste capítulo tentou-se elaborar um perfil do PSD, com o recurso a um modelo analítico e a ajuda substantiva dos próprios pessedistas. O resultado fica a meio-caminho entre o retrato e o auto-retrato; um perfil, em que visões internas e externas se complementam, com o objetivo de precisar os contornos partidários.

Do confronto com a tipologia proposta por Duverger emerge um PSD nascido não por geração espontânea, mas por deliberação da própria elite dominante no período autoritário anterior, no sentido de criar instrumentos que lhe permitissem operar a transição para um regime democrático. No entanto, o partido que nasce pela mão de interventores *nomeados* fundará seu prestígio e sua força na vitória eleitoral, nas atividades parlamentares e na participação nos diferentes níveis do Executivo. Partido de quadros que adota posturas de partido de massas, o PSD adapta-se aos novos tempos inaugurados pela Constituição de 1946.

Mas é basicamente na sistematização que me propus fazer a *posteriori*, e que denominei "manual do bom pessedista", que encontraremos os fundamentos da longa permanência do PSD no poder. As regras do comportamento pessedista vão aprimorando, uma a uma, as virtudes maiores do partido, de modo a se obter no final a *essência* do pessedismo: *um estilo de prática política*.

O PSD é um partido que retira suas bases de poder primordialmente de sucessivas vitórias eleitorais. É um partido de centro,

fundado no espírito de moderação e conciliação, na firmeza e decisão na execução de suas deliberações.

As lideranças pessedistas se formam na prática política, nas lutas eleitorais e no exercício do poder nos estados, antes de se lançarem no plano nacional. Esta socialização permanente gerou um conjunto de homens experientes e experimentados nas lides políticas e no trato com a coisa pública, preocupados com a administração do país e preparados para exercê-la.

Maciçamente apoiado pelo eleitorado do interior, o PSD procura sempre o ponto de equilíbrio entre posturas mais conservadoras, exigidas pelas bases, e mais modernizantes, preconizadas pelos membros mais jovens e renovadores. Assim, apóia o monopólio estatal sobre o petróleo, a intervenção do Estado contra os abusos do poder econômico, as iniciativas desenvolvimentistas de Juscelino, luta pela extensão do voto ao analfabeto e por uma política nacional de energia nuclear. No entanto, opõe-se às medidas que ameacem suas bases clientelistas: reforma administrativa, extensão da legislação trabalhista ao campo e realização de uma reforma agrária radical.

Enfim, é um partido em que convivem raposas (lideranças tradicionais, atentas às reivindicações das bases do interior) e reformistas (lideranças mais jovens, voltadas para as demandas do emergente eleitorado urbano).

Um partido com tais condições de plasticidade tem, *a priori*, suficientes atributos para aplicar intramuros as qualidades maiores do pessedismo. Entretanto, a questão da democracia interna co-nhecera diferentes tratamentos por parte do comando partidário. Enquanto dissidências eleitorais serão absorvidas pelo partido no interior das próprias seções regionais, dissidências ideológicas não serão bem digeridas, e as consequências do confronto entre raposas e reformistas serão dramáticas para o PSD e para todo o sistema partidário.

Mas este assunto será tratado mais adiante; antes, é preciso acompanhar o desempenho do PSD enquanto partido parlamentar, atuando no Congresso em disputa com outros partidos; como partido governamental, atuando no Executivo, e como fiador do equilíbrio do sistema, participando das principais crises políticas do período 1945-64.

### O PARTIDO DE CENTRO E A ESTABILIDADE POLITICA — O PSD NO CENÁRIO FEDERAL

*O papel do PSD foi, principalmente, de moderação e de equilíbrio.*

Amaral Peixoto

*O Partido Social Democrático representa um fator importante de estabilidade e de ordem.*

Afonso Arinos de Melo Franco

Nos regimes democráticos, a força de um partido político repousa basicamente em dois tipos de recursos. Em primeiro lugar estão os *recursos primários*, isto é, a sua capacidade de atrair votos. Da demonstração de boa saúde eleitoral dependem a sobrevivência do partido e suas esperanças de chegar ao poder. O segundo tipo é representado pelos *recursos derivados*, ou seja, a transformação dos recursos primários (votos) em efetiva participação na vida política. Assim, são recursos derivados a força parlamentar (constituição de maiorias individuais no Congresso); a representação nas várias instâncias do Legislativo (comissões, mesas diretoras) e o exercício de funções no Executivo.

Alcançar o poder, através da presença substantiva em suas diversas arenas, significa ter acesso a um conjunto de recursos políticos, cuja distribuição constitui estímulo poderoso para o aumento dos recursos primários do partido nas eleições seguintes. Dessa forma, completa-se o círculo: votos conduzem ao poder; poder conduz a recursos políticos que, bem administrados, podem — embora não automaticamente — resultar em mais votos.

O objetivo deste capítulo é confrontar essas considerações com o desempenho do PSD no período entre 1945 e 1964. Esta análise permitirá investigar o grau de adequação da realidade à primeira hipótese avançada neste livro, a de um *sistema pluralista moderado com o centro ocupado por um partido forte*.



A enunciação dessa hipótese já dá margem a que se faça uma primeira inferência. A dinâmica do modelo proposto contribui decisivamente para a estabilidade institucional, uma vez que o partido de centro, ao atrair os outros para uma política de alianças, compromete-se com o bom funcionamento do regime democrático. O partido de centro emerge, por conseguinte, como o *fiador* da estabilidade política.

Neste capítulo a argumentação será desenvolvida em cinco partes. Na primeira, serão analisados os recursos primários de que dispõe o PSD durante o período estudado. Através do exame das cadeiras conquistadas no Legislativo federal poderemos observar a evolução de sua força eleitoral, o que credencia o PSD como o partido mais importante no Congresso, entre 1946 e 1964.

Na segunda parte, a análise se concentrará no Congresso e em suas regras de funcionamento, que constituem por si só elemento relevante para a estabilidade política. O conhecimento do quadro institucional que funciona como pano de fundo para a competição interpartidária é de grande valia para que se possa entender a atuação dos partidos, e em especial a do partido majoritário.

Em seguida serão discutidas as alianças e coalizões realizadas dentro do Congresso, decorrentes em certa medida das próprias regras de convívio parlamentar. O comportamento aliancista dos partidos políticos é em grande parte produto de disposições legais, que praticamente compõem os partidos à coligação. As táticas de formação de alianças é que diferem, pois estas obedecem a critérios flagrantemente políticos.

O próximo passo será, então, acompanhar a evolução de dois tipos distintos de alianças: os *acordos interpartidários* para a sustentação dos governos no âmbito do Legislativo e as *alianças partidárias* constituídas para a votação de matérias específicas. No primeiro caso será analisado o acordo interpartidário de 1948; no segundo, as alianças firmadas na Câmara dos Deputados durante o governo Kubitschek (1956-61).

Finalmente, na última seção a discussão será centrada na participação do PSD no governo. Sua presença nos ministérios e sua preferência por determinadas pastas serão confrontadas com a idéia inicial de que o partido mobiliza sua força eleitoral para ocupar certos espaços de poder, alcançando assim um acesso privilegiado a recursos de toda sorte (políticos ou não).

Em resumo, este capítulo vai tratar do partido de centro *em ação*: a presença e o desempenho do PSD nas arenas políticas do

Legislativo e do Executivo, tentando identificar sua contribuição para a estabilidade do regime da Constituição de 1946.

## 1. Transformando votos em cadeiras — o PSD no Legislativo federal

*A força de um partido reside, antes de tudo, em sua força eleitoral.*

Giovanni Sartori

No processo de transformação dos resultados eleitorais em cadeiras parlamentares emerge, de maneira geral, o fenômeno da “sobre-representação” dos grandes partidos.<sup>1</sup> Independentemente do sistema partidário que se esteja analisando, a lei eleitoral beneficia os grandes partidos; é o processo de “fabricação de maiorias”.<sup>2</sup> De fato, pelo mecanismo de distribuição de sobras eleitorais, os maiores partidos conquistam algumas cadeiras a mais do que o número realmente obtido por seu desempenho nas eleições.

No Brasil, a lei eleitoral determinava, inicialmente, que *todas* as sobras fossem destinadas ao partido majoritário. Esta medida era defendida por alguns políticos como o pessimista Amaral Peixoto, para quem “isto era feito com o intuito de fortalecer a maioria, fosse ela qual fosse”.<sup>3</sup>

Mais tarde, a nova lei eleitoral votada em 1950 — e que vigorou até 1964 — determinou uma alteração na forma de distribuição das sobras, instituindo o princípio das maiores médias. O Art. 59 da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950, dispunha:

Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários serão distribuídos mediante a observação das seguintes regras:

1. Dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido pelo número de lugares por ele obtidos, mais um, cabendo ao partido que apresentar a maior média um dos lugares a preencher.

1. Olavo Brasil de Lima Júnior, 1983.

2. Douglas Rae, 1967.

3. Amaral Peixoto, 1977-84, p. 519.

## 2. Repetir-se-á a operação para a distribuição de cada um dos lugares.

Dessa forma, as sobras deixaram de aumentar exclusivamente a representação do partido majoritário e passaram a beneficiar todos os grandes partidos, donos das maiores médias.

Outras peculiaridades da lei eleitoral brasileira contribuíram igualmente para promover sensíveis distorções no resultado das eleições. Não importava o partido ou coligação pelo qual o parlamentar era eleito; sua opção por uma bancada no Legislativo somente era definida no momento mesmo da diplomação dos eleitos realizada pelo Congresso Nacional. Por esse caminho, um deputado ou senador podia eleger-se pelo PTN ou pelo PST, por hipótese, e na hora da diplomação declarar-se do PSD ou da UDN, passando a integrar a bancada do partido escolhido.<sup>4</sup>

Esta migração, observada principalmente em direção aos grandes partidos, prejudicava enormemente a representação, já combatida, dos pequenos. Mesmo elegendo um ou dois parlamentares, os pequenos partidos podiam ficar sem *nenhuma* representação no Congresso, embora este caso extremo não se tenha verificado.

Alterações na representação dos grandes partidos eram a outra face dessa mesma moeda. Relata Amaral Peixoto:

Deputados filiados ao PSD, que não tinham possibilidade de se eleger pelo PSD, procuravam um partido mais fraco e me comunicavam: "Você me eleger pelo PR." Era uma farsa. Ele tinha quatro mil votos; no PSD ele ficaria em 20.º lugar. O PSD fazia 18, e ele sobrava. No PR, com esses quatro mil e mais os votos dos outros candidatos todos, ele alcançava o quociente, vinha na frente e se elegia. O deputado Freire de Morais se elegia sempre pelo PR. Na hora de declarar a bancada, ele dizia: "PSD." (...) No tempo do Juscelino, eu tinha vários deputados eleitos pelo PR, pelo PTN. Desses eu me lembro bem. O do PTN era da Baixada, e o do PR era o

4. Este mesmo processo ocorria também no âmbito das assembleias legislativas e câmaras municipais. Por isso mesmo, não raras vezes os dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (número de parlamentares eleitos por cada partido) não correspondem fielmente aos fornecidos pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal (distribuição das cadeiras pelos partidos), utilizados neste livro.

Freire de Morais. Justamente por falta da lei de fidelidade partidária.<sup>5</sup>

Esse fenómeno migratório, operado já dentro do Congresso Nacional — e ainda não suficientemente examinado pelos estudiosos do período —, constituía-se em poderoso fator de distorção da representação partidária. Em consequência, o sistema partidário parlamentar não era o reflexo perfeito e automático do sistema partidário eleitoral. Da mesma forma, o partido parlamentar tampouco reproduzia necessariamente a dinâmica da campanha eleitoral, cujas táticas variavam de estado para estado.

### 1.1 — O PSD no sistema partidário parlamentar

Para se avaliar corretamente o peso da presença do PSD no Congresso, é necessário conhecer a evolução da magnitude de sua bancada ao longo do período. Do ponto de vista da atuação parlamentar, os dados mais eloquentes são aqueles fornecidos pela Câmara dos Deputados.

Em primeiro lugar, a Constituição especifica que o número de senadores é igual para todos os estados (Art. 60), mas o número de deputados é proporcional à população (Art. 58), pois o senador representa a federação, enquanto o *deputado representa o povo*.<sup>6</sup>

Segundo, a Câmara renova os mandatos de *todos* os deputados a cada quatro anos, o que permite uma visão mais clara da evolução eleitoral dos partidos. Já o Senado renova alternadamente o mandato de um e de dois terços de seus membros, de quatro em quatro anos.<sup>7</sup>

5. Amaral Peixoto, 1977-84, pp. 520-1.

6. Dispõe o Art. 58 da Constituição: "O número de deputados será fixado por lei, em proporção que não exceda a um para cento e cinquenta mil habitantes até vinte deputados e, além desse limite, um para cada duzentos e cinquenta mil habitantes."

§ 1.º — Cada território terá um deputado, e será de sete deputados o número mínimo por estado e pelo Distrito Federal."

7. Determina o Art. 60 da Constituição: "O Senado Federal compõe-se de representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário."

§ 1.º — Cada estado, e bem assim o Distrito Federal, elegerá três senadores.



Terceiro, exatamente porque representa o povo, a Câmara dos Deputados desempenha um papel de maior relevância na dinâmica do processo político. Por exemplo, o Art. 67 da Constituição dispõe, em seu § 1.º, que "cabe privativamente à Câmara dos Deputados e ao presidente da República a iniciativa de lei de fixação das forças armadas e a de todas as leis sobre matéria financeira". Além disso, o seu § 3.º determina que a discussão dos projetos de lei de iniciativa do presidente da República comece pela Câmara dos Deputados. A aprovação ou não de um projeto do Executivo pelo plenário da Câmara tem influência evidente e inevitável no comportamento do Senado, ao discutir e votar o mesmo projeto.

Entretanto, uma vez que se está analisando a presença do PSD no Legislativo federal — e este é bicameral —, há que se observar esta presença igualmente na Câmara e no Senado.

Na distribuição das cadeiras no Senado Federal, a força relativa do PSD pode ser facilmente constatada; o partido conserva a maioria durante todo o período. Em 1945, o PSD obtém maioria absoluta (61,9%), situação idêntica à da Câmara dos Deputados. Novamente maioria absoluta nas eleições suplementares de 1947, completando o número de 39 cadeiras no período entre 1945 e 1950, de um total de 63 senadores.<sup>8</sup>

Já em 1950 o PSD só consegue eleger seis senadores (27,2%), em parte por causa da derrota do candidato possedista nas eleições presidenciais. Sendo majoritário, o pleito para o Senado sofre influência das eleições para o governo dos estados e para a presidência da República. Em 1950 o PTB e o PSP, membros da aliança eleitoral que conduziu a chapa Getúlio Vargas-Café Filho à presidência e vice-presidência da República, aumentam substancialmente sua representação. Entretanto, a baixa *performance* do PSD não resulta em perda da maioria no Senado.

§ 2.º — O mandato de senador será de oito anos.

§ 3.º — A representação de cada estado e a do Distrito Federal renovar-se-ão de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços."

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, promulgado pela Assembleia Nacional Constituinte, determinava, em seu Art. 2.º, § 1.º, que "os mandatos dos atuais deputados e dos senadores que forem eleitos para completar o número de que trata o § 1.º do Art. 60 da Constituição coincidirão com o do presidente da República". O § 2.º dispunha que "os mandatos dos atuais senadores terminarão a 31 de janeiro de 1955" (grifo da A.).

8. Atenção às notas 1 e 2 da Tabela 1. O número total de senadores entre 1945 e 1950 foi de 63.

TABELA 1

SENADO FEDERAL  
REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA (1945-1964)

partidos	1945 <sup>1</sup>	1947 <sup>2</sup>	1950 <sup>3</sup>	1954 <sup>4</sup>	1958 <sup>5</sup>	1962 <sup>6</sup>						
	C	%	C	%	C	%	C	%	C	%	C	%
PSD	26	61.9	13	54.1	6	27.1	16	38.1	6	28.5	16	35.5
UDN	10	23.8	6	25.0	4	18.1	9	21.4	8	38.1	8	17.7
PTB	2	4.7	1	4.7	5	22.7	12	28.5	6	28.5	12	26.6
PCB	1	2.3										
PR			1	4.7	2	9.0	1	2.3			1	2.2
PSP			1	4.7	3	13.6	1	2.3			1	2.2
PPS	1	2.3										
PL							2	4.7	1	4.7	1	2.2
PDC											1	2.2
PPB			2	8.3							1	2.2
PSB					1	4.5					1	2.2
PST					1	4.5					2	4.4
PTN											1	2.2
MTR												
UDN/PR s/part.	2	4.7					1	2.3			1	2.2
TOTAL	42		24		22		42		21		45	

FONTE: Anexo 1.

NOTAS:

1. Eleitos dois senadores por estado e pelo Distrito Federal.
2. Eleição suplementar para completar o número de três senadores por estado e pelo Distrito Federal. No Maranhão e no Piauí foram eleitos dois senadores, em decorrência de vaga aberta por falecimento. Em São Paulo foram eleitos dois senadores porque Getúlio Vargas, eleito por dois estados em 1945, optou por representar o Rio Grande do Sul.
3. Renovação de um terço do Senado. No Distrito Federal foram eleitos dois senadores, em decorrência de vaga aberta com a cassação do mandato de Luís Carlos Prestes (PCB), em janeiro de 1948.
4. Renovação de dois terços do Senado.
5. Renovação de um terço do Senado.
6. Renovação de dois terços do Senado. No Acre foram eleitos três senadores por ser primeira eleição, em decorrência da transformação do antigo território do Acre em estado.

Nas eleições de 1954 e 1962 verificou-se uma relativa recuperação do PSD (38,1% e 35,5%, respectivamente). Apenas nas eleições de 1958 o partido não conseguiu eleger a maioria dos senadores (posição conquistada pela UDN). Não obstante, como nesse ano se renovava apenas um terço das cadeiras do Senado, a vitória eleitoral da UDN não se transformou em maioria udenista no Senado, pois entre 1954 e 1962 o PSD contou com uma bancada de 22 senadores, contra 17 da UDN.

Na Câmara dos Deputados o PSD conquistou a maioria das cadeiras entre 1945 e 1962, chegando a alcançar a maioria abso-



**TABELA 2**  
**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA (1945-1964)**

partidos	1945	1947	1950	1954	1958	1962						
C	%	C	%	C	%	C						
PSD	151	52,7	7	36,8	112	36,8	114	34,9	115	35,2	118	28,8
UDN	77	26,9	2	10,5	81	26,6	74	22,6	70	21,4	91	22,2
PTB	22	7,6	2	10,5	51	16,7	56	17,1	66	20,2	116	28,3
PCB <sup>2</sup>	14	4,8										
PR	7	2,4	3	15,7	11	3,6	19	5,8	17	5,2	4	0,9
PSP	2	0,6	1	5,2	24	7,8	32	9,8	25	7,6	21	5,1
PPS <sup>3</sup>	4	1,3										
PL	1	0,3			5	1,6	8	2,4	3	0,9	5	1,2
PDC	2	0,6			2	0,6	2	0,6	7	2,1	20	4,8
PTN			2	10,5	5	1,6	6	1,8	7	2,1	11	2,6
PSB					1	0,3	3	0,9	9	2,7	5	1,2
PST					9	2,9	2	0,6	2	0,6	7	1,7
PRT					1	0,3	1	0,3	2	0,6	3	0,7
PRP					2	0,6	3	0,9	3	0,9	5	1,2
MTR <sup>4</sup>											3	0,7
UDN/PR s/part.	6	2,0	2	10,5			6	1,8				
TOTAL	286		19		304		326		326		409	

FONTE: Anexo 2.

NOTAS:

1. Eleição suplementar para preenchimento dos cargos abertos pelo Art. 11, § 2.º, n.º 11, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e com a vaga ocorrida por falecimento, em Santa Catarina.
2. Partido extinto em 7 de maio de 1947, com o cancelamento de seu registro pelo Tribunal Superior Eleitoral.
3. O Partido Popular Sindicalista, o Partido Agrário Nacional e o Partido Republicano Progressista se fundiram para formar o Partido Social Progressista.
4. Movimento Trabalhista Renovador, fundado em 1958 por Fernando Ferrari (RS), dissidente do PTB.

luta em 1945 (52,7%). Mesmo em 1962, quando atingiu seu mais baixo percentual (28,8%), o PSD ainda era o partido majoritário na Câmara, com 118 cadeiras.<sup>9</sup> Sua situação privilegiada enquanto partido majoritário só foi ameaçada em 1962 pelo PTB, cuja representação aumentou continuamente desde 1945.

9. O PSD só perderá a maioria na Câmara em novembro de 1963, quando seis deputados do PSD-MA se transferiram para o PTB. Mas o regime não teve sobrevida suficiente para que este fato implicasse alteração substantiva no quadro partidário da época.

O exame do Gráfico 1 permite observar que o PSD manteve um desempenho estável entre 1947 e 1958, desviando-se apenas entre 1945 e 1947 e entre 1958 e 1962. No primeiro caso, deve-se atribuir o fato à situação excepcional das eleições de 1945, as primeiras após oito anos de regime ditatorial. Fundado por elementos estreitamente vinculados à administração do Estado Novo (intervenientes, ministros, funcionários públicos), o PSD tinha condições ímpares para se organizar em todos os estados e vencer as eleições, conquistando a maioria das cadeiras.

Já no caso das eleições de 1962, a fragmentação interna do partido, aliada à radicalização político-ideológica e à polarização do sistema partidário, pode ser responsabilizada pela queda no rendimento eleitoral do PSD.

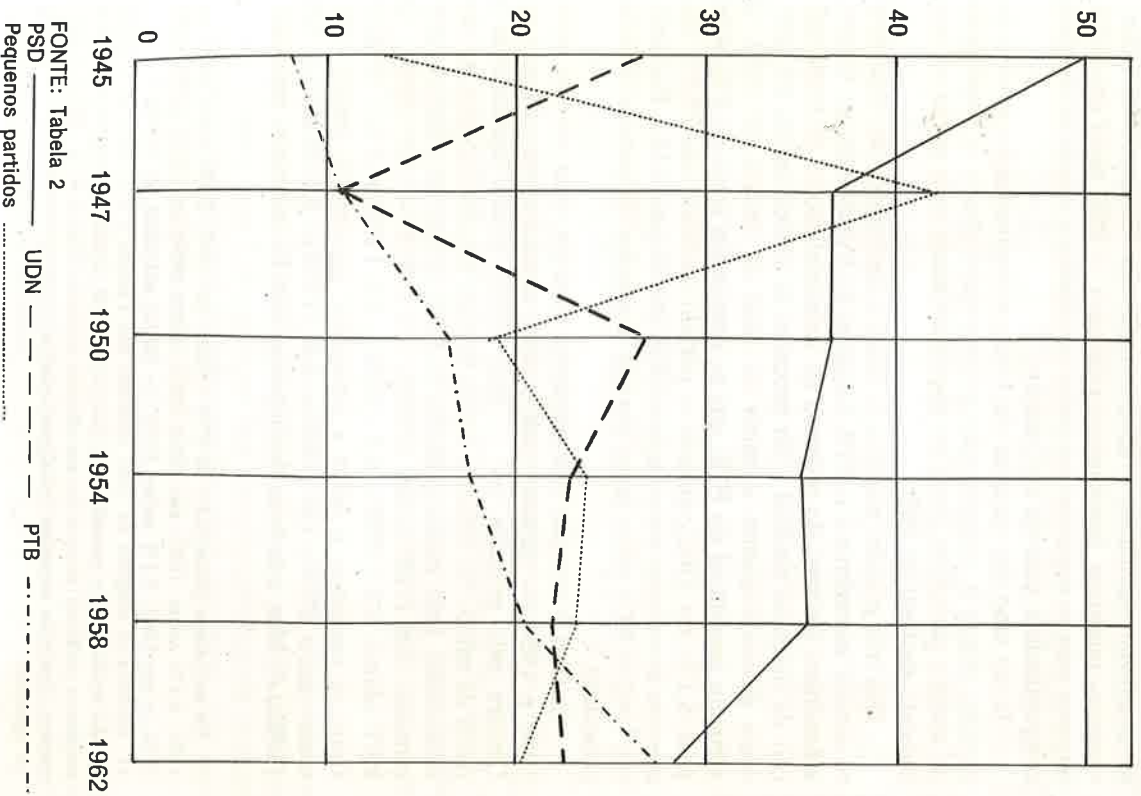
Dos três grandes partidos, o único a apresentar um movimento sempre ascendente é o PTB, herdeiro do trabalhismo de Vargas, esboçou o processo de industrialização, da manipulação da máquina sindical e do processo de radicalização, em crescente desenvolvimento a partir do final da década de 1950. O aumento percentual do PTB, que se situava em torno de 6%, sobe para 8,1% em 1962, quando o partido aumenta em 75,7% seu número de cadeiras em relação a 1958 (de 66 para 116). Portanto, em 1962 o PTB era o único partido a assediar de perto a maioria pesadista.<sup>10</sup>

Quanto à votação dos pequenos partidos, esta cresceu entre 1950 e 1954 — quando muitos deles conquistaram cadeiras na Câmara pela primeira vez — mas passou a cair ligeiramente a partir de então. No entanto, alguns tiveram um desempenho, se não ascendente, pelo menos positivo. O PDC obteve os seguintes percentuais: 0,6 (1950), 0,6 (1954), 2,1 (1958) e 4,9 (1962). O PRT obteve 0,3 (1950), 0,3 (1954), 0,6 (1958) e 0,7 (1962). Entre os pequenos, o único a conquistar percentuais sempre crescentes foi o PTN: 1,6 (1950), 1,8 (1954), 2,1 (1958) e 2,6 (1962).<sup>11</sup> Mas este bom desempenho não foi suficiente para estí-

10. Os aumentos percentuais do PTB foram: em 1947, 2,9% sobre 1945; em 1950, 6,2% sobre 1947; em 1954, 0,4% sobre 1950; em 1958, 3,1% sobre 1954, e em 1962, 8,1% sobre 1958. — Dados extraídos da Tabela 2.

11. Embora as eleições de 1947 constem das Tabelas 1 e 2, além do Gráfico 1, não estão sendo consideradas para efeito da análise do desempenho dos pequenos partidos, porque foram eleições atípicas. Tratou-se de eleição suplementar, realizada somente em alguns estados, para o preenchimento de apenas 19 cadeiras.

**GRÁFICO 1**  
**PERCENTAGEM DE CADEIRAS CONQUISTADAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS POR PSD, UDN E PTB, EM COMPARAÇÃO COM OS PEQUENOS PARTIDOS**



mular uma alteração na posição dos pequenos partidos, cuja representação, tomada em conjunto, sofreu uma ligeira queda — de 23,1% para 20,1% — entre 1954 e 1962.

Finalmente, os dados da Tabela 2 nos mostram que entre 1945 e 1958, quando o sistema partidário era moderado, o partido de centro — o PSD — era amplamente majoritário na Câmara dos Deputados, podendo liderar as alianças parlamentares, atraindo os demais partidos para uma posição de compromisso com a estabilidade do regime.

## 2. O Congresso e a estabilidade política — limites institucionais da competição partidária

Para compreender as razões e a dinâmica das alianças partidárias realizadas no Congresso, é preciso levar em conta que a decisão de firmar coalizões encontra-se, por assim dizer, fora do alcance imediato dos partidos. Nas regras de funcionamento parlamentar, determinadas majoritariamente pela Constituição, originam-se as razões do comportamento aliadista dos partidos políticos.

Exigindo maiorias qualificadas para a apresentação e votação de um sen-número de matérias, a Constituição praticamente impede que um partido isolado possa votar qualquer projeto. A lei praticamente compele os partidos à aliança, transformando o Congresso no *foro da negociação* por excelência. Esta condição confere ao Legislativo um papel de vital importância na estabilidade dos regimes democráticos.

Por isso mesmo, é fundamental conhecer as condições sob as quais funcionava o Congresso brasileiro no período, principalmente aquelas que determinavam os limites institucionais da disputa partidária.

Primeiramente, deve-se reter a noção de que *só a Constituição pode fixar número mínimo de assinaturas para a proposição de matérias e quorum para a votação*.

A convocação extraordinária do Congresso Nacional (Art. 39, parágrafo único) e a criação de comissões parlamentares de inquérito (Art. 53) só se realizam mediante proposta de um terço de qualquer das câmaras. Uma nova votação, na mesma sessão legislativa, de projetos de lei rejeitados ou não sancionados (Art. 72) só se viabiliza após proposição da maioria absoluta dos membros de uma das câmaras. Já uma emenda constitucional (Art. 217,



§ 1.º) só pode ser proposta por no mínimo um quarto dos membros de qualquer das câmaras.

No tocante à votação das matérias, o *quorum* fixado pela Constituição de 1946 é um dos três tipos seguintes:

1. *maioria simples* — todas as deliberações, salvo disposição constitucional em contrário (Art. 42);

2. *maioria absoluta* — declaração da procedência ou não de acusação contra o presidente da República, nos termos do Art. 88, e contra os ministros de Estado, nos crimes conexos aos do presidente da República (Art. 59) — *exclusivamente* pela Câmara dos Deputados;

3. *maioria de dois terços*:

a) cassação de mandato de deputado ou senador, por falta de decoro parlamentar (Art. 48, § 2.º);

b) julgamento do presidente da República, ministros de Estado, ministros do STF e procurador-geral da República, por crimes de responsabilidade, descritos no Art. 89 (Art. 62, § 2.º) — *exclusivamente* pelo Senado;

c) julgamento dos vetos do presidente da República a projetos de lei aprovados no Congresso (Art. 70, § 3.º) — pelo Congresso Nacional, *em sessão conjunta*, e

d) suspensão de imunidades parlamentares durante vigência de estado de sítio (Art. 213, § 3.º).

Finalmente, há o caso das emendas constitucionais. Dispõe o Art. 217:

“A Constituição poderá ser emendada.

§ 1.º — Considerar-se-á proposta a emenda, se for apresentada pela quarta parte, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ou por mais da metade das assembléias legislativas dos estados, no decurso de dois anos, manifestando-se cada uma delas pela maioria de seus membros.

§ 2.º — Dar-se-á por aceita a emenda que for aprovada em duas discussões, pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, em duas sessões legislativas ordinárias e consecutivas.

§ 3.º — Se a emenda obtiver numa das câmaras, em duas discussões, o voto de dois terços dos seus membros, será logo submetida à outra; e, sendo nesta aprovada pelo mesmo trâmite, e por igual maioria, dar-se-á por aceita.”

Portanto, não é difícil perceber que as óbvias implicações dos dispositivos constitucionais no funcionamento da vida parlamentar resultam na necessidade de alianças entre os partidos. Nos regimes democráticos pluripartidários, um partido jamais alcança isoladamente a maioria absoluta das cadeiras, posição em que poderia prescindir de alianças para a votação de alguns projetos. Caso isso ocorra, a competição interpartidária estará largamente prejudicada, e o sistema se transforma num “sistema de partido predominante”.<sup>12</sup>

Apesar das ressalvas acima, seria possível argumentar que o partido majoritário poderia sustentar sozinho a vitória (ou a derrota) de projetos de seu interesse, uma vez que o *quorum* para a votação de grande parte das matérias era de *maioria simples*, coligando-se apenas quando o *quorum* exigido fosse de *maioria absoluta* ou *maioria de dois terços*.

Ainda assim, seria necessário fazer aliança com os outros partidos, e as razões deste procedimento devem ser procuradas uma vez mais nos instrumentos legais. O regimento interno da Câmara e do Senado não tornava obrigatória a presença de *todos* os parlamentares no momento de uma votação. Além disso, a Constituição não possuía qualquer dispositivo sobre *fidelidade partidária*,<sup>13</sup> isto é, não perdia o mandato o parlamentar que votasse contra a orientação de seu partido.

Finalmente, no caso específico do PSD, a direção não obrigava suas bancadas no Congresso a seguir uma disciplina rígida e nunca fechou questão sobre matéria considerada controvertida pelos membros do partido. O comando possedista tinha como regra permitir que os diferentes interesses partidários se manifestassem, mormente quando se tratava de questão de natureza ideológica.<sup>14</sup>

12. G. Sartori, 1976, p. 124.

13. A fidelidade partidária foi introduzida na vida política brasileira pela Constituição de 1967, num capítulo sobre partidos políticos, matéria sobre a qual a Constituição de 1946 não legislou. Dispõe o Art. 162, parágrafo único da Constituição de 1967: “Perderá o mandato no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais quem, por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o partido sob cuja legenda foi eleito. A perda do mandato será decretada pela Justiça Eleitoral, mediante representação do partido, assegurado o direito de ampla defesa.”

A redação do artigo foi mantida pela Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, e pelas emendas constitucionais subsequentes.

14. Lúcia Lippi de Oliveira, 1973.



Pelo acima exposto, verifica-se que a liderança do PSD não podia garantir a presença de *toda* a sua bancada no momento das votações; tampouco podia assegurar-se de que *todos* os possedistas presentes votariam de acordo com a sua orientação. Consequentemente, *era necessário fazer alianças com os demais partidos, mesmo quando se tratasse de aprovar projetos por maioria simples.*

### 3. Alianças parlamentares — táticas e moedas de troca

*Faça o bem ao seu amigo para conservá-lo,  
ao seu inimigo para conquistá-lo.*

Benjamin Franklin

A formação das alianças partidárias dentro do Congresso é resultado, portanto, muito menos da deliberação individual dos partidos que do quadro institucional dentro de cujos limites se processa a vida parlamentar. Num regime democrático pluripartidário, a necessidade de se coligar advém do fato de que nenhum partido, ainda que majoritário, obtém a maioria absoluta das cadeiras.

Um novo exame da Tabela 2 mostra que *apenas* em 1945 o PSD conquistou a maioria absoluta na Câmara dos Deputados (52,7%). Não obstante, mesmo na legislatura de 1946 a 1951 ele fez alianças com outros partidos no Congresso, pois esta maioria não era condição suficiente para poder governar sozinho.

Mas se o comportamento aliancista é fruto da obediência às regras do jogo democrático, cabe aos partidos, isto sim, decidir *como, para que e — o mais importante — com quem* se aliar. A composição e os objetivos das alianças parlamentares submetem-se a *critérios políticos*.

#### 3.1 — As táticas de formação de alianças — avançando uma hipótese

Os estudos brasileiros sobre partidos políticos e sistemas partidários progrediram bastante na análise das alianças eleitorais, abandonando afirmações anteriores que denunciavam estas alianças como "instrumentos eleitorais usados por líderes personalistas."<sup>15</sup>

15. Olavo Brasil de Lima Júnior, 1983, p. 62. Ver ainda os trabalhos de Gláucio Ari Dillon Soares, 1964; Maria do Carmo Campello de Souza, 1976; e Isabel Ribeiro de Oliveira, 1973.

Ao contrário, trabalhos recentes identificaram na prática da aliança eleitoral uma racionalidade intrínseca: os partidos tinham em vista maximizar seus ganhos, pela associação com um ou mais parceiros, além de atender a interesses locais (estaduais ou municipais), independentemente da estratégia partidária nacional.<sup>16</sup>

Mas o processo de formação de alianças parlamentares ainda está a merecer maior atenção da literatura brasileira. A leitura de estudos que tratam de alianças e coligações eleitorais permite, no entanto, a formulação de algumas hipóteses sobre as táticas de composição das alianças parlamentares.

Inicialmente é preciso examinar as possibilidades de ganho de todos os sócios. Os partidos minoritários lucram ao participar de uma aliança com um partido que está no governo, porque aumentam suas chances de acesso ao poder, o que não conseguiriam, caso contassem apenas com seus próprios (e poucos) recursos.

O partido majoritário, por sua vez, também lucra, porque pode assegurar-se a liderança de uma maioria mais ampla, que lhe permita, com certa tranquilidade, aprovar (ou vetar) matérias de seu interesse. Como não é possível prescindir de alianças, o partido majoritário tem que se garantir da ameaça eventual do principal partido de oposição. A partir daí, algumas táticas podem ser imaginadas:

A) o partido majoritário atrai o seu principal oponente para uma aliança, a fim de evitar a radicalização da oposição e construir uma maioria mais confortável;

B) o partido majoritário atrai para uma aliança todos os partidos relevantes, isolando o partido "inimigo";

C) o partido majoritário se alia a todos os partidos ideologicamente mais próximos do principal oponente, deixando-lhe a possibilidade remota de se aliar a um partido ideologicamente antagônico.

Se o partido majoritário é também um partido de centro, a função de suas alianças passa a ser a associação alternativa com todos os partidos relevantes, de forma a acenar-lhes com reais possibilidades de participação no governo e a comprimi-los com a instabilidade política. Por isso mesmo, não convém isolar por muito tempo o principal partido de oposição, pois este pode transformar-

16. Olavo Brasil de Lima Júnior, 1983, Capítulo 3.



se num pólo de radicalização política (e mesmo ideológica) e contribuir para a desestabilização do regime.

Os dois traços básicos das táticas aliancistas propostas acima são a plausibilidade e a não-exclusividade. As hipóteses podem ser testadas em diferentes conjunturas e podem, ainda, coexistir dentro de um mesmo contexto.<sup>17</sup> Não obstante, a lógica que as preside será sempre *política*, visando atender ao princípio racional de maximização de ganhos políticos.

Mas qual é a moeda de troca utilizada pelo partido majoritário para seduzir um possível parceiro? Se está no governo, ele dispõe de recursos políticos para distribuir, recursos de poder. Se não controla o governo, mas *detém o controle do Congresso*, o partido majoritário dispõe de um razoável arsenal de recursos para uma barganha.

### 3.2 — Moedas de troca nas alianças parlamentares

Um exame menos superficial da vida parlamentar mostra que a movimentação em plenário e os discursos na tribuna são apenas a "ponta do iceberg"; a verdadeira atividade passa-se no interior das comissões do Congresso e nas articulações entre as principais lideranças.

Controlar as comissões significa, por conseguinte, possuir um elemento de capital importância na dinâmica da competição partidária, já que é por elas que se inicia — e muitas vezes se encerra — a discussão de uma matéria. Uma comissão tem enorme influência sobre os projetos ali apreciados. Retardar ou acelerar a tramitação de um projeto constitui manobra política das mais sutis.

A Constituição de 1946 garantia ao partido majoritário o controle de grande número de comissões técnicas ao determinar, no parágrafo único do Art. 40: "Na constituição das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos nacionais que participem da respectiva câmara."

Dono da maior bancada nas duas casas do Congresso durante todo o período, o PSD utilizava as presidências das comissões da

Câmara e do Senado como moeda de troca para firmar alianças. Mas conservava para si a presidência das duas mais poderosas comissões do Legislativo: a de *Constituição e Justiça* e a de *Orçamento*, ambas da Câmara dos Deputados.<sup>18</sup>

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara tem como atribuição examinar em primeiro lugar todos os projetos propostos pelos deputados ou pelo presidente da República — estes discutidos inicialmente na Câmara, como vimos — para determinar-lhes a constitucionalidade. Só então as matérias são distribuídas pelas demais comissões, de acordo com sua natureza, para receber um parecer. Desse modo, a comissão funciona como primeira triagem dos projetos — e muitos morrem ali, julgados inconstitucionais.

Além disso, alguns temas estavam afetos exclusivamente à Comissão de Constituição e Justiça: matérias que envolvessem o Poder Judiciário e o Ministério Público, matérias de direito civil, penal, eleitoral, imigração e emigração; naturalização, extradição e expulsão de estrangeiros; perda de mandato parlamentar; licença para processar deputados.

Portanto, esta era a comissão *política* da Câmara dos Deputados, palco dos debates que envolviam a própria Constituição. Entre 1947 e 1964 apenas dois, entre seus nove presidentes, não pertenciam ao PSD: Aquiles Mincaroni, do PTB (1954), e Milton Campos, da UDN (1955). Os demais foram: Agamenon Magalhães (1947-1950), Samuel Duarte (1951), Benedito Valadares (1952), Antônio Balbino (1953), Oliveira Brito (1956-1961), Nelson Carneiro (1962) e Tarso Dutra (1963-1964).

A segunda comissão em importância, a Comissão de Orçamento, apreciava as emendas ao orçamento da União, determinando, em última instância, a alocação de recursos para a realização de obras dos municípios, entre outras despesas. Era a comissão que tratava do poder *no varejo*, a "comissão fisiológica por excelência", no entender de Ulisses Guimarães.<sup>19</sup>

Criada em 1947 com o título de Comissão de Finanças e Orçamento, ela teve três presidentes: dois possedistas — Souza Costa (1947-1950) e Israel Pinheiro (1951-1952 e 1954) — e um petebista — Abelardo Andréa (1953). Em 1955 a comissão é

17. Seria, de resto, interessante que se fizessem estudos nesse sentido, testando todas as possibilidades de aliança aqui imaginadas. Mas este procedimento escapa aos objetivos deste trabalho, uma vez que se trata de tema anelar do argumento central.

18. Ver no Anexo 3 a lista de todas as comissões permanentes da Câmara dos Deputados, entre 1947 e 1964, com seus presidentes e respectivos partidos.

19. Ulisses Guimarães, 1971.

desdobrada em duas: Comissão de Finanças e Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira. A primeira ficou incumbida da redação final da proposta de orçamento, sendo que todas as atribuições relevantes da comissão primitiva foram transferidas para a nova Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira. Por isso mesmo, o PSD desistiu da presidência da Comissão de Finanças, mas conservou a da Comissão de Orçamento. Entre 1955 e 1964, todos os seus presidentes eram pessestistas: Israel Pinheiro (1955-1956), Wagner Estrelita (1957-1961), Leite-Neto (1962), Guilhermino de Oliveira (1963) e Waldemar Guimarães (1964).

Com exceção das duas comissões citadas, de cuja presidência o PSD praticamente não abriu mão — *et pour cause* —, todas as outras estavam abertas à negociação com os demais partidos.<sup>20</sup> Entre 1948 e 1950, por exemplo, durante a vigência da aliança PSD/UDN/PR, o PSD presidiu 12 das 14 comissões; entregou uma ao PR (Segurança Nacional) e uma à UDN (Obras Públicas).

Outra moeda de negociação entre o PSD e os demais partidos era a composição da mesa diretora da Câmara dos Deputados.<sup>21</sup> Salvo a presidência da casa, que esteve nas mãos do PSD entre 1946 e 1964,<sup>22</sup> os outros cargos foram ocupados indistintamente pelos demais partidos, mesmo os de oposição. Vale lembrar que, de 1958 a 1964, a primeira secretaria da Câmara — posto mais importante depois da presidência — foi ocupada pelo udenista José Bonifácio Lafayette de Andrada. Durante esse período, a UDN liderava a oposição no Congresso — exceção feita aos sete meses do governo Jânio Quadros.

20. Com exceção de 1947, ano de criação das comissões, quando o PSD ocupou a presidência de todas as 12 comissões da Câmara.

21. Evidentemente, as negociações em torno da presidência das comissões e da composição da mesa se processavam também no âmbito do Senado. Entretanto, por todas as razões já expostas neste capítulo, a análise se restringiu à Câmara dos Deputados.

22. Os presidentes da Câmara dos Deputados entre 1946 e 1964 — todos pessestistas — foram: Fernando Melo Viana (presidente da Assembleia Nacional Constituinte), Samuel Duarte (1947-48), Cirilo Júnior (1949-50), Nereu Ramos (1951-54), Carlos Luz (1955), Ulisses Guimarães (1956-58) e Raniery Mazzili (1958-64). O presidente da Câmara era eleito por um período de dois anos, sendo permitida a reeleição, como aliás pode-se observar. *Diário da Assembleia*, 1946; *Diário do Congresso Nacional*, 1947-64.

#### 4. As alianças pessestistas

Tal como ocorre com o sistema partidário, uma aliança parlamentar não é a reprodução exata da aliança eleitoral. A lógica do processo político conduziu à alteração das alianças, seja pela substituição de alguns parceiros ou mesmo pela incorporação de novos.

Do ponto de vista da formação de alianças parlamentares, há que distinguir dois grupos: os grandes acordos interpartidários, que compõem as maiorias governamentais no Congresso, e as alianças formadas para votar determinadas matérias. Os acordos pertencentes ao primeiro grupo distribuíram-se da seguinte forma, entre 1946 e 1964: a) governo Dutra — PSD/UDN/PR; b) governo Vargas — PSD/PTB/PSP; c) governo Kubitschek — PSD/PTB; d) governo Quadros — PSD/PTB/PSP;<sup>23</sup> e) governo Goulart — PSD/PTB/PSP.<sup>24</sup>

Esses grandes acordos interpartidários são articulados, na maioria das vezes, sob a orientação do governo federal, acima dos partidos, e em não raras ocasiões contrariam os verdadeiros interesses partidários. Por isso mesmo, suas possibilidades de permanência são muito precárias. Sempre há necessidade de se agregarem novos parceiros ao acordo inicial.

#### 4.1 — O acordo interpartidário de 1948

Nascido de negociações entre o presidente Dutra e os governadores udenistas Otávio Mangabeira (BA) e Milton Campos (MG), o acordo envolvia o PSD, a UDN e o PR — excluindo o PTB — e visava “consolidar o regime, promover planos econômico-financeiros e fazer cumprir a legislação relativa à elevação do nível de vida dos brasileiros”.<sup>25</sup> Mas o que estava verdadeiramente

23. No caso do governo Jânio Quadros, o PSD liderou a maioria de oposição ao governo. Durante o seu curto mandato, Jânio governou em *minoría* no Congresso.

24. Essa aliança se foi desfazendo progressivamente, até que o PTB ficou sozinho na sustentação do governo Goulart. Ver, adiante, o Capítulo 8, e ainda Wanderley Guilherme dos Santos, 1979.

25. Maria Celina D'Araújo, 1982, p. 46. Sobre o acordo interpartidário, ver ainda Paulo Brandi, 1983; Maria Vitória Benevides, 1981, e Hélio Silva, 1978, onde o acordo é publicado na íntegra, pp. 301-2.



em jogo era a sucessão presidencial de 1950; Dutra tentava coordenar uma candidatura "de união nacional" para manter o controle da própria sucessão.

Quais os ganhos — e as perdas — de cada um dos parceiros? Para a UDN, o acordo representava a possibilidade de participar do governo e de fortalecer a fração dutrista dentro do PSD; com isso, a fração getulista se enfraqueceria, e as possibilidades de uma reaproximação — perigosa, para as pretensões eleitorais udenistas — entre o PSD e Getúlio Vargas se tornariam mais remotas. Além disso, o acordo mantinha vivas as aspirações de Otávio Mangabeira de vir a ser escolhido por Dutra como candidato "de união nacional".

Para o PR, de pequena representação na Câmara (sete deputados e mais seis da coligação UDN-PR), o acordo significava a única chance de participação no governo, além de aumentar as esperanças de seu presidente, Artur Bernardes, de ver ressurgir sua liderança em âmbito nacional.

Quanto ao PSD, sua poderosa bancada na Câmara (151 deputados) lhe garantia o controle do acordo, pelo menos no Congresso. Ademais, atraía a UDN, principal partido de oposição, para uma política moderada, evitando eventuais excessos de radicalismo. Mais ainda, o acordo isolava momentaneamente o PTB (tal como o PSD, criado por Getúlio Vargas e também beneficiário da popularidade do ex-ditador), impedindo seu crescimento exagerado, o que permitiria sua cooptação futura em bases vantajosas para o PSD.

O acordo interpartidário de 1948 teve, finalmente, um grande vitorioso e um grande derrotado. O primeiro foi o próprio presidente Dutra, que governou praticamente sem oposição parlamentar — situação única no período 1946-64 — e ganhou enorme poder de influência no processo sucessório; fortaleceu a ala dutrista dentro do PSD e diminuiu a influência dos pesedistas mais fiéis a Vargas.

O grande derrotado foi o presidente do PSD e vice-presidente da República, Nereu Ramos.<sup>26</sup> Candidato natural do partido à sucessão presidencial, Nereu viu suas pretensões aniquiladas pela interferência de Dutra no processo. O presidente da República "era contrário à candidatura de Nereu. Queriam alguém que fosse do PSD, mas alguém que fosse antivarguista e mais aceitável pela UDN, alguém que representasse a continuidade do seu próprio esquema".<sup>27</sup>

De fato, a aproximação das eleições presidenciais de 1950 decretou a morte do acordo interpartidário. Ele funcionou no Congresso, permitindo a aprovação tranquila de todas as matérias de interesse do governo federal. Mas fracassou no momento de decidir a sucessão presidencial, razão verdadeira de sua existência.

O PSD, atendendo às reivindicações de suas bases, que jamais aceitaram bem o entendimento com a UDN, afastou-se do acordo. O mesmo aconteceu com a UDN, pelas mesmas razões com relação ao PSD e ainda pela desilusão de Otávio Mangabeira, que viu frustrados os seus planos de se tornar o candidato de consenso. A lógica da campanha eleitoral passou a presidir a ação dos partidos políticos. Amaral Peixoto relata:

Final, na hora da sucessão o Mangabeira apareceu como candidato. O PSD nem examinaria a candidatura, não podia examinar. Quando o Dutra ou alguém comunicou isso ao Mangabeira, ele tomou o avião e foi para a Bahia, dizendo: "O candidato será o Brigadeiro ou quem o Brigadeiro indicar." Nesse momento, alguns elementos do PSD — aí entra a malandragem pesedista — mandaram fazer cartazes com o retrato do Brigadeiro e pregaram na cidade: "Para presidente: Eduardo Gomes." Interessava a nós a candidatura do Brigadeiro. Era um candidato perigoso, mas a gente forçava para cortar qualquer possibilidade de acordo com a UDN. Não nos interessava esse acordo, pelos reflexos na política estadual.<sup>28</sup>

O acordo interpartidário de 1948 representa um exemplo feliz da plausibilidade das táticas aliancistas avançadas neste capítulo. A tática A propunha uma aliança entre o partidário majoritário e seu principal oponente, de modo a evitar a radicalização da oposição e construir uma maioria parlamentar confortável. Os

26. Paulo Brandi, 1983, p. 215.

27. Amaral Peixoto, 1977-84, p. 489.

dados fornecidos pela Tabela 2 mostram que PSD e UDN, acrescidos do PR e da coligação UDN-PR, atingiram entre 1948 e 1950 um total de 255 deputados, ou seja, 83,8% da Câmara dos Deputados! Maioria mais do que suficiente para que Dutra governasse sem oposição no Congresso, aprovando todos os projetos de interesse do Executivo.

#### 4.2 — As alianças do governo JK

Outra dinâmica orientou a formação das alianças lideradas pelo PSD dentro do Congresso, para deliberar sobre matérias específicas.<sup>29</sup>

Embora os grandes acordos interpartidários servissem de base para a formação das alianças no Legislativo, nem sempre eles eram suficientes para sustentar a votação de determinados projetos. O caso do governo Kubitschek oferece dados empíricos bastantes para que se possa ter uma visão do comportamento dos partidos — e em especial do PSD — no Congresso.

A aliança PSD/PTB, responsável pela eleição de Juscelino à presidência da República em 1955, contava com 170 deputados entre 1956 e 1959 (52,1% da Câmara); as eleições de 1958, por seu turno, deram à aliança 181 deputados (55,5%).

A primeira lição que os dados ensinam é que uma aliança parlamentar que incluisse *apenas* o PSD e o PTB seria insuficiente para aprovar (ou rejeitar) matérias cujo *quorum* exigido fosse de maioria de dois terços — como emendas à Constituição, por exemplo.

Como já vimos anteriormente, a ausência de rigidez na disciplina partidária tornava vital a formação de coalizões, mesmo para a votação de projetos que exigissem *quorum* de maioria absoluta ou mesmo de maioria simples. A vantagem de que dispunha a aliança PSD/PTB (52,1% entre 1956 e 1959, e 55,5% entre 1959 e 1963) só funcionaria se a totalidade de seus membros estivesse presente no momento da votação e se *todos* os pessimistas e petebistas votassem de acordo com a orientação da liderança (no caso de *quorum* de maioria absoluta). Assim, a incorporação de

novos parceiros à aliança básica constituía condição necessária para um funcionamento produtivo do Congresso e para garantir boas relações entre Executivo e Legislativo.

Após um exaustivo levantamento das votações realizadas durante o governo Kubitschek, Maria Isabel Valadão de Carvalho analisa 319 votações nominais na Câmara dos Deputados (56% do total de 564 votações), chegando ao seguinte quadro:

**TABELA 3**  
FREQUÊNCIA DAS COALIZÕES DURANTE O GOVERNO JK

coalizões	%	N = 319
PSD/PTB/UDN/PSP	43.2	138
PSD/PTB/PSP	29.8	94
PSD/PTB/UDN	3.1	10
PSD/UDN/PSP	5.3	17
PSD/PTB	5.0	16
PSD/UDN	2.4	8
PTB/PSP/UDN	8.7	28
UDN/PTB	2.4	8

FONTE: Maria Isabel Valadão de Carvalho, 1977, p. 51.

Em oito diferentes coalizões, o PSD participou de seis, alterando parceiros ou agregando novos à aliança-base, PSD/PTB.

Recorrendo uma vez mais às hipóteses sobre táticas aliancistas, podemos reagrupar os elementos que compõem a Tabela 3, a partir das possibilidades de aliança então avançadas.

As Tabelas 3, 4 e 5 demonstram o alto grau de plausibilidade das hipóteses sobre táticas de formação de alianças no Congresso, desta vez testadas no contexto do governo Kubitschek. Mais ainda, atestam seu caráter não-excludente, pois dois tipos distintos de tática, ambos liderados pelo partido majoritário, puderam ser encontrados, coexistindo no mesmo período governamental.

A coalizão mais frequente incorporava a UDN e o PSP à aliança-base PSD/PTB, reforçando a tese de que uma situação eleitoral não se reproduz *necessariamente* no Congresso. PSD, PTB e UDN, adversários nas eleições presidenciais de 1955, colaboraram

29. Esta seção é em grande parte uma síntese de dois importantes trabalhos: Maria Isabel Valadão de Carvalho, 1977, e Wanderley Guilherme dos Santos, 1979.



TABELA 4

COALIZÕES LIDERADAS PELO PSD,  
INCORPORANDO A UDN (TÁTICA A)

PSD/PTB/UDN/PSP	43.2%
PSD/UDN/PTB	3.1%
PSD/UDN/PSP	5.3%
PSD/UDN	2.4%
<b>total</b>	<b>54.0%</b>

FONTE: Tabela 3.

TABELA 5

COALIZÕES LIDERADAS PELO PSD,  
EXCLUINDO A UDN (TÁTICA B)

PSD/PTB/PSP	29.8%
PSD/PTB	5.0%
<b>total</b>	<b>34.8%</b>

FONTE: Tabela 3.

abertamente durante o governo de Juscelino.<sup>30</sup> A votação nominal é um bom caminho para se analisar esta colaboração, pois “é essencialmente um ato onde os compromissos eleitorais, partidários e/ou governamentais são colocados à prova. Cada deputado pronuncia individual e publicamente o seu voto”.<sup>31</sup>

Além disso, a associação com outros partidos era fundamental para superar problemas no interior mesmo da aliança PSD/PTB, ilustrados pelos seguintes exemplos:

30. “A UDN, diferentemente do que era esperado, tendo-se em vista a sua oposição ‘histórica’ ao PSD e ao PTB, esteve frequentemente identificada com as demandas destes dois partidos, e certamente com parte dos interesses governamentais.” Maria Isabel Valadão de Carvalho, 1977, p. 51.
31. Maria Isabel Valadão de Carvalho, 1977, p. 28.

1. *extensão da legislação trabalhista ao campo* — tendo em vista o peso de suas bases rurais, o PSD alia-se à UDN e ao PSP para rejeitar o projeto, *contra o PTB*.<sup>32</sup>

2. *extensão da anistia política a 1945* — o PSD se alia aos pequenos partidos e derruba o projeto, *contra* uma aliança entre PTB, UDN e PSP que, muito fragmentados internamente, não conseguem ver aprovada a medida;

3. *permissão para que candidatos de partidos ilegais pudessem concorrer a cargos eletivos* — novamente o PSD se alia à UDN e ao PSP para rejeitar o projeto, *contra o PTB*.

Trabalhando com os mesmos dados analisados por Maria Isabel, Wanderley Guilherme dos Santos chega a interessantes conclusões, refutando “uma das hipóteses mais universalmente aceitas nos trabalhos sobre o sistema político brasileiro entre 1945 e 1964”:<sup>33</sup> a da aliança PSD/PTB como condição suficiente para a estabilidade do sistema no período pré-Goulart.

Para os objetivos desta seção, as conclusões do autor podem ser assim resumidas:

a) a aliança PSD/PTB não é satisfatória para explicar o relacionamento estável entre o Executivo e o Legislativo durante o governo JK;

b) sem a cooperação da UDN o Congresso seria muito mais ameaçador para o Executivo do que realmente foi;

c) “a capacidade operacional do sistema parlamentar (...) dependia da habilidade das elites parlamentares dos principais partidos brasileiros para a negociação e do grau de liberdade de que o partido de centro — o PSD — dispunha para substituir pelo menos um membro de uma coalizão tripartidária e ainda permanecer operativo”.<sup>34</sup>

Estas considerações de Wanderley Guilherme podem ser também consideradas conclusão desta seção.

32. “O comportamento do PSP foi, em última instância, contrário à regulamentação. Nas três primeiras (votações) acompanha a posição da bancada petebista; nas duas últimas — as fundamentais — opõe-se ao PTB.” *Idem*, p. 75.

33. Wanderley Guilherme dos Santos, 1979, p. 128 (trad. da A.).

34. *Idem*, *ibid.*, pp. 141-2 (trad. e grifo da A.).



## 5. O PSD no governo

*No PSD estavam os homens mais capacitados para exercer funções de governo.*

Amaral Peixoto

Nem só de eleições e de atuação parlamentar vive um partido político. Um dos indicadores de sua força é a disponibilidade para participar dos governos. Como *coadjuvante* privilegiado ou como *protagonista*, o PSD participa de todos os ministérios do período, mesmo durante os governos de Café Filho e Jânio Quadros, ambos de clara orientação antipessedista.<sup>35</sup>

Segundo Amaral Peixoto, as preferências do PSD fixavam-se prioritariamente em quatro ministérios: Justiça, Fazenda, Viação e Agricultura. Sintomaticamente, tratava-se dos ministérios cruciais, tanto do ponto de vista político quanto da dotação orçamentária; os quatro ministérios concentravam a maior parte do orçamento da União.<sup>36</sup>

O Ministério da Justiça e Negócios Interiores era a pasta política por excelência, exercendo enorme influência sobre largas parcelas da vida nacional; não surpreende, portanto, que o PSD o reivindicasse. Controle sobre a polícia federal, a área da justiça, escolha e promoção de desembargadores, contatos com o Supremo Tribunal Federal, intervenção nos estados, censura, contatos com a justiça eleitoral, indicação para a nomeação de titulares de cartórios, administração dos territórios eram instrumentos à disposição do Ministério da Justiça, e consequentemente do partido que o ocupasse. Segundo depoimento de Martins Rodrigues, durante o governo Kubitschek, nos estados "todas as indicações para cargos e funções ligados ao Ministério da Justiça eram feitas pelo presidente do PSD ou por deputados pesseditas".<sup>37</sup>

Outro ministério sempre solicitado pelo PSD era o de Viação e Obras Públicas, que abrangia a Marinha Mercante, conservação de navios, linhas de navegação (Lóide e Costeira), estradas de ferro, Departamento de Estradas de Ferro (para construção de novas ferrovias), Departamento de Estradas de Rodagem, portos, Correios e

35. Ver no Anexo 4 a lista de todos os ministérios do período de 1946-64.

36. Amaral Peixoto, 1977-84.

37. Maria Vitória Benevides, 1976, p. 76.

Telegrafos, concessão para rádio e televisão, obras de saneamento, obras contra as secas.

Dispondo de tais órgãos, o Ministério da Viação constituía-se num formidável instrumento de poder para o partido que o controlasse, por seu extraordinário potencial de empregos<sup>38</sup> e pela enorme quantidade de recursos a serem alocados, atendendo a muitos interesses partidários. Para o PSD, controlar o Ministério da Viação significava fortalecer seus apoios nos estados, pois "os governadores tinham grandes interesses. Com o Departamento de Estradas de Rodagem na mão, por exemplo, podia-se ajudar muito o governador", afirma Amaral Peixoto, ministro da Viação no governo Kubitschek.<sup>39</sup>

A perda do Ministério da Agricultura para o PTB, a partir de 1956, gerou grandes prejuízos para o PSD e muitos atritos entre o partido e Juscelino. Para conseguir o apoio do PTB à sua candidatura à presidência da República em 1955, Juscelino entregou ao partido os ministérios do Trabalho e da Agricultura, com todos os órgãos respectivos. Este acordo desagradou profundamente o PSD, que se viu aliado de todo um setor da administração pública, de importância crescente e óbvio peso político e eleitoral. A este respeito, Amaral Peixoto declara:

Sabe quem fortaleceu o PTB? O Juscelino. O acordo que eu havia feito com o Jango era o seguinte: o Juscelino daria ao PTB o Ministério do Trabalho e mais outros ministérios, de acordo com a votação proporcional do partido, mas sem especificar. Mas o Juscelino foi a São Borja para uma homenagem ao túmulo do dr. Getúlio, e lá conseguiram arrancar dele uma carta em que ele dizia que daria ao PTB o Ministério do Trabalho e suas autarquias — é um mundo, tem todos os institutos — e o Ministério da Agricultura e suas autarquias. Assim, o PTB ficaria com todos os institutos. E com o Ministério da Agricultura, a penetração no interior, que era inteiramente do PSD, passava para eles.<sup>40</sup>

38. "Quando fui despachar a primeira vez com um coronel que era diretor dos Correios e Telegrafos, ouvi dele que havia 17 mil vagas nos Correios. Dezesete mil vagas!" Amaral Peixoto, 1977-84, p. 722.

39. *Idem*.

40. Amaral Peixoto, 1977-84, pp. 476-7.

TABELA 6

## DISTRIBUIÇÃO DOS MINISTÉRIOS PELOS PARTIDOS

Ministérios	PSD	PTB	UDN	PSP	PSB	PR	PDC	s/part.	Total
Justiça	14 (66,6)	2 (9,5)	2 (9,5)		2 (9,5)	1 (4,7)			21
R. Exteriores	6 (37,5)	1 (6,2)	5 (31,2)		2 (12,5)			2 (12,5)	16
Fazenda	6 (31,5)	2 (10,5)	1 (5,2)				1 (5,2)	9 (47,3)	19
Viação	8 (47,0)	3 (17,6)	2 (11,7)	1 (5,8)				3 (17,6)	17
Agricultura	4 (23,5)	9 (52,9)	1 (5,8)			1 (5,8)	1 (6,2)	1 (5,8)	17
Educação	5 (31,2)		1 (6,2)	1 (6,2)	1 (6,2)	3 (18,7)	1 (6,2)	4 (25,0)	16
Trabalho	1 (4,7)	14 (66,6)			1 (4,7)		1 (4,7)	4 (19,0)	21
Saúde	4 (28,5)	2 (14,2)		6 (40,0)				3 (21,4)	15
Ind. e Comércio	2 (33,3)	2 (33,3)				1 (16,6)		1 (16,6)	6
Minas e Energia	1 (16,6)		3 (50,0)		1 (16,6)			1 (16,0)	6
<b>Total</b>	<b>51 (33,1)</b>	<b>35 (22,7)</b>	<b>15 (9,7)</b>	<b>8 (5,1)</b>	<b>7 (4,5)</b>	<b>6 (3,8)</b>	<b>4 (2,5)</b>	<b>28 (18,1)</b>	<b>154</b>

FONTE: Anexo 4.

O exame da Tabela 6 indica que o PSD foi o partido com maior participação nos ministérios — 51 ministros, num total de 154 (33,1%). Das dez pastas que eram objeto de distribuição entre os partidos,<sup>41</sup> o PSD predominou em cinco (Justiça, Relações Exteriores, Viação, Educação e Fazenda<sup>42</sup>), empatou com o PTB em uma pasta (Indústria e Comércio, 33,3% para cada um dos partidos), perdeu a primazia em uma para a UDN (Minas e Energia), em duas para o PTB (Trabalho e Agricultura) e em uma para o PSP (Saúde).

Dos quatro ministérios preferidos pelo PSD, os ministros pesedistas foram numericamente superiores aos dos demais partidos no Ministério da Justiça, de Viação e Obras Públicas e da Fazenda.

Entretanto, a fato de ser o PSD o partido majoritário no conjunto dos ministérios não é suficiente para confirmar a hipótese de que ele foi também o partido que mais contribuiu para a estabilidade do regime da Constituição de 1946; o número de ministros não explica como se distribuiu esta participação nos vários governos. Para tornar a análise um pouco mais precisa, há que se examinar a presença do PSD em cada um dos períodos governamentais.

Ao analisar a força eleitoral e parlamentar do PSD verificamos, na seção 1 deste capítulo, que o número de cadeiras por ele conquistadas manteve um razoável grau de estabilidade, entre 1947 e 1958 — 36,8% em 1947; 36,8% em 1950; 34,9% em 1954, e 35,2% em 1958.

Comparativamente, os índices de participação no ministério, obtidos pelo partido entre 1946 e 1961 refletem, conforme a Tabela 7, a situação parlamentar. O PSD foi o partido que forneceu maior número de ministros para os governos Dutra, Vargas, Café Filho, Nereu Ramos e Juscelino Kubitschek.

41. Obviamente, não foram consideradas as pastas militares. Em toda a história da República só há cinco casos de civis ocupando estas pastas: Pandiá Calógeras (Guerra), Raul Soares, Ferreira Chaves e Veiga Miranda (Marinha), durante o governo Epitácio Pessoa (1919-22), e Salgado Filho, primeiro ministro da Aeronáutica, ministério criado por Getúlio Vargas em janeiro de 1941. Edgar Carone, 1971; Hélio Silva, 1974.

42. No caso do Ministério da Fazenda, a primazia pertence, a rigor, ao grupo dos "sem indicação de partido", com nove ministros (47,3%). Tal fato se explica pela alta incidência, na pasta, de banqueiros e técnicos em geral. Entretanto, entre os partidos políticos o PSD foi o que mais ocupou o Ministério da Fazenda.



**TABELA 7**  
MINISTROS DE CADA PARTIDO COMO PROPORÇÃO DO  
TOTAL DE MINISTROS DE CADA GOVERNO

	ED	GV	CF	NR	JK	JQ	JG
PSD	.54	.47	.20	.37	.54	.10	.17
PTB	.04	.21	.13	.25	.29	.30	.30
UDN	.09	.10	.20			.30	.07
PSP		.15		.12	.12	.10	.01
PSB						.10	.10
PR	.04		.06	.12	.04	.10	.01
PDC			.06			.10	.05
s/part.	.27	.05	.33	.12			.25
Total	.98	.98	.98	.98	.99	1	.96

FONTE: Anexo 4.

Entretanto, no governo Jânio Quadros há uma flagrante disparidade entre a posição do PSD no Congresso e sua participação no Executivo. Afinal, em 1958, o partido tinha obtido a maioria das cadeiras na Câmara (35,2%). No entanto, fornece apenas um ministro ao governo. Sua posição, aliás, é idêntica à do PSP, do PSB e do PR, que detinham, juntos, 15,5% das cadeiras na Câmara dos Deputados!

O mesmo fenômeno vai ocorrer durante o governo seguinte, o de João Goulart, quando o PSD, ainda majoritário na Câmara (28,8%), obtém um índice de participação no Executivo bem inferior ao do PTB.

Esta ruptura no padrão de correspondência entre força parlamentar e presença nos ministérios, observada até então, pode ser uma forte razão do aumento das dificuldades nas relações entre Legislativo e Executivo, nos dois últimos governos do período.

O que se pretende medir agora é a permanência média dos ministros possedistas, em comparação com a dos ministros dos demais partidos. Esta permanência pode ser obtida através da seguinte fórmula:  $\frac{\Sigma Ti}{\Sigma Mi}$ , em que  $\Sigma Ti$  = total de meses que os minis-

tros do PSD — ou dos demais partidos — passam no ministério (no total do período ou em uma pasta determinada);  $\Sigma Mi$  = total de ministros possedistas — ou dos demais partidos.<sup>43</sup>

**TABELA 8**  
PERMANÊNCIA MÉDIA DOS MINISTROS PSESSIDISTAS EM  
COMPARAÇÃO A PERMANÊNCIA MÉDIA DOS MINISTROS  
DOS DEMAIS PARTIDOS (NO TOTAL DO PERÍODO E EM  
QUATRO MINISTÉRIOS)

	1946/64	Justiça	Fazenda	Viação	Agricultura
PSD	12.9	12.7	17.0	16.7	7.2
demais partidos	9.9	5.7	12.3	10.8	17.0

FONTE: Anexo 4.

Os índices de permanência média obtidos pelo PSD no total do período e nos quatro ministérios já mencionados anteriormente permitem que se façam, por inspeção, algumas considerações. O PSD foi o partido que permaneceu mais tempo nos ministérios, considerados em conjunto, o que equivale a dizer que o PSD foi o partido que mais contribuiu para a estabilidade governamental durante todo o período entre 1946 e 1964.<sup>44</sup>

Quanto aos quatro ministérios observados, ministérios cruciais dentro de qualquer governo e considerados estratégicos pelo PSD, o partido obteve índices de permanência média superiores aos dos demais partidos em três pastas: Justiça, Fazenda e Viação. Quanto ao Ministério da Agricultura, o índice obtido pelo PSD foi inferior ao dos demais partidos, refletindo a perda do ministério a partir do governo Kubitschek.

Podemos concluir, assim, que a estabilidade governamental esteve diretamente relacionada com a permanência do PSD no mi-

43. Foram excluídos os ministros militares e os ministros sem filiação partidária, conforme a listagem do Anexo 4.

44. Sobre estabilidade e instabilidade governamental no período em questão, ver ainda Wanderley Guilherme dos Santos, 1979.



nistério. O partido complementava, com esta participação nos postos do Executivo, sua função de *fiador* do equilíbrio político.

## 6. Conclusão

A premissa básica proposta por este capítulo era testar a hipótese de um sistema partidário moderado, com o centro ocupado por um partido forte.

A análise do desempenho do PSD no Legislativo e no Executivo federais conduziu a algumas interessantes conclusões.

Primeiro, uma consideração mais geral, embora não menos relevante, permite classificar a dinâmica do sistema partidário brasileiro entre 1945 e o final da década de 1950 de *moderada*, justamente pela atuação do PSD enquanto partido de centro.

Segundo, é falsa a hipótese de que o PSD podia governar sozinho. Embora majoritário, ele fez alianças com os demais partidos. E isto ocorreu porque o próprio quadro institucional fornecia os limites da competição interpartidária, conduzindo todos os partidos a um comportamento aliancista. Isto é, o PSD jamais foi majoritário o bastante para poder prescindir de alianças. Como, de resto, nenhum partido o é, num sistema partidário pluralista, sob pena de este se transformar em sistema de partido predominante.

Não obstante, a posição majoritária conquistada na Câmara e no Senado proporcionou ao partido uma situação de tal tranquilidade que o levou a ditar as regras das alianças interpartidárias, selecionando sócios na medida das necessidades pessedistas e no interesse da estabilidade política.

Terceiro, a realização de alianças parlamentares obedece a uma lógica política. A partir daí, tentou-se avançar uma série de hipóteses plausíveis de táticas aliancistas, todas elas de iniciativa do partido majoritário. Este procura harmonizar estratégias mais amplas e táticas de curto prazo ao escolher seus parceiros, de modo a manter o equilíbrio do sistema.

Em momentos governamentais, de entressafra eleitoral, pode ser conveniente, por exemplo, aliar-se ao seu principal oponente para garantir uma maioria parlamentar confortável, como foi o caso do acordo com a UDN em 1948. Já em momentos eleitorais, a maximização dos ganhos indica a procura de outros parceiros, cujo eleitorado seja complementar ao do partido majoritário — daí a aliança PSD/PTB nas eleições presidenciais de 1955.

Todavia, essa postura não anula as táticas de coalizões alternativas, indispensáveis para que todos os partidos relevantes se comprometam com a estabilidade do regime. E as alianças firmadas na Câmara dos Deputados ao tempo do governo Kubitschek são um bom exemplo do envolvimento de outros partidos — UDN e PSP — com a aliança básica PSD/PTB, como condição necessária ao bom desempenho do governo.

Finalmente, a própria participação do PSD no Executivo. A situação de partido majoritário no Legislativo se reproduziu em cinco dos sete governos do período, e a distribuição de pastas para outros partidos, mesmo em períodos governamentais marcadamente antipessedistas, se fazia no sentido da manutenção do compromisso com a reprodução do sistema.

Entretanto, pudemos observar ainda que o PSD, ademais de ser o partido que mais ministros forneceu aos governos do período, foi aquele que permaneceu por mais longo tempo na chefia das pastas civis. A estabilidade governamental crescia na razão direta da presença de pessedistas no ministério. Por isso mesmo, o PSD foi o partido que mais contribuiu para a estabilidade dos governos entre 1946 e 1964.

Enquanto dispôs de uma maioria parlamentar tranquila, o PSD pôde conduzir o jogo político, conferindo ao sistema o caráter de moderado e atraindo os outros partidos para o centro. O desempenho do PSD deu estabilidade ao sistema, contrariando o modelo analítico proposto por Sartori. As evidências são significativas ao apontar um sistema pluripartidário moderado, com o centro ocupado por um partido forte.

Um aspecto apenas foi deixado de fora, apesar de extremamente relevante para complementar o perfil da atuação do PSD como fiador do equilíbrio do sistema: o comportamento do partido em situações de crise política. Foi deixado de fora intencionalmente, porque isso é assunto para o Capítulo 4.

## O PSD EM DOIS AGOSTOS — 1954 e 1961

*Getúlio Vargas, por sua própria formação, tinha uma certa incapacidade para tratar com as instituições do regime democrático.*

Oliveira Brito

*Jânio Quadros não sabia propriamente o que era um regime democrático, não foi preparado para ele, nem desejava vê-lo em prática.*

Renato Archer

Como se comporta um partido de centro em situações de crise política? No contexto de um sistema partidário moderado, com o centro ocupado por um partido forte, a função básica deste partido é contribuir para a superação da crise, impedindo que ela se alastre por todo o sistema político. Isto é, evitando que uma situação de crise *política* se transforme em crise *institucional* e provoque uma ruptura na evolução normal do processo político. Impedir o colapso se torna, portanto, vital para o partido de centro que, por sua própria posição no sistema partidário, possui condições de plasticidade que lhe permitem melhor negociar as soluções para a crise.

A proposta deste capítulo é analisar a atuação do Partido Social Democrático diante de duas situações de crise: uma, que culmina com o suicídio do presidente Vargas, em agosto de 1954; a outra, gerada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961. Na primeira, a morte do presidente influi poderosamente na superação da crise; na segunda, o afastamento do presidente exerce também uma influência poderosa, mas na exacerbação da crise, que se vinha mantendo em níveis toleráveis. Em ambos os momentos o PSD desempenhou relevante papel na solução do impasse político.

Neste capítulo, as duas conjunturas são analisadas separadamente. Todavia, tanto uma quanto outra são discutidas a partir da mesma ótica — a ótica do PSD. Em outras palavras, pretende-se

privilegiar a análise do PSD nos dois períodos e a dinâmica das relações PSD-governo (e vice-versa).

A estratégia principal que orienta a ação possedista nas duas crises é a mesma: preservar a estabilidade do regime. Em 1954, o PSD coloca em prática a tática da "omissão preventiva": desassocia-se paulatinamente dos atos do governo Vargas sem, no entanto, fazer-lhe oposição ostensiva. O PSD preserva-se, assim, como o principal negociador político, à medida que se aprofunda a crise.

Já em 1961 a tática possedista será outra: a "operação reconquista", em que o PSD joga toda a sua força parlamentar e política na superação do impasse, ao mesmo tempo que retoma as rédeas do governo.

É importante ressaltar que o desempenho do PSD nas duas crises se orienta de maneira a determinar a natureza da crise e a restringi-la a limites *politicamente* administráveis, evitando a um só tempo a radicalização do processo e a intervenção de fatores externos que possam subtrair a solução da crise ao controle dos *atores políticos*. E, por conseguinte, a atuação do PSD nos dois momentos o elemento que empresta alguma similitude a duas crises ocorridas em diferentes contextos históricos, justificando sua análise em um mesmo capítulo.

### 1. 1954 — a "omissão preventiva"

*O PSD não foi 100% a favor do governo Vargas, mas também não foi 100% contra.*

Pio Canedo

As dificuldades do segundo governo Vargas são atribuídas pelos estudiosos às circunstâncias da própria eleição do presidente.<sup>1</sup> Da mesma forma, a participação do PSD no período é determinada, em larga medida, por sua atuação na sucessão presidencial de 1950. Devemos, por isso mesmo, remontar à campanha eleitoral para acompanhar, desde o início, as vicissitudes por que passou o PSD na primeira metade da década de 50.

1. Ver, principalmente, Maria Celina Soares D'Araújo, 1982; Paulo Brandi, 1983; Thomas Skidmore, 1969, e John W. Foster Dulles, 1974.

### 1.1 — A campanha de 1950: indecisão e "cristianização"

A eleição presidencial de 1950 inaugura um modelo — reproduzido nas sucessões posteriores — que percorre três fases: na primeira, a tentativa de superação dos limites partidários conduz à busca de uma candidatura de "união nacional", negando aos partidos legitimidade enquanto veículos de tendências políticas diferenciadas.

A segunda fase assinala o fracasso da "união nacional", pois paradoxalmente os partidos tentam fortalecer-se, cada qual impondo que o candidato de consenso saia de suas fileiras. Vetos recíprocos neutralizam as possibilidades de acordo.

Afinal, na terceira fase os partidos fazem retornar a discussão aos limites da política partidária, escolhendo cada um o seu candidato, o que não impede no entanto a formação de alianças entre os grandes partidos e os partidos menores, em torno de um candidato comum.

Há que se acrescentar ao modelo descrito um outro ingrediente, que permeia todo o processo: a interferência do presidente da República, praticada em maior ou menor grau, mas sempre com resultados negativos para a autonomia do sistema partidário. No caso da sucessão de 1950, a ingerência excessiva do presidente Dutra acentua ainda mais as divergências entre PSD e UDN, e agrava as dissensões dentro do PSD, sendo em grande parte responsável pelo fracasso do partido.

A primeira fase, representada pela procura da candidatura de consenso, é de iniciativa do PSD, majoritário no Congresso; por isso, o partido entende caber-lhe indicar o candidato.<sup>2</sup> Em junho de 1949, o governador Válder Jobim (RS) lança a "fórmula Jobim", segundo a qual o candidato deveria ser escolhido após ampla consulta a todos os partidos políticos. O candidato natural é Nereu Ramos, vice-presidente da República e presidente nacional do PSD. Mas Nereu tem sua indicação vetada por Dutra. Como vimos no Capítulo 3, o presidente considerava Nereu excessivamente vinculado a Getúlio Vargas. Desde o início, Dutra manobra para

2. As informações contidas nesta seção foram retiradas de meu trabalho *A campanha eleitoral de 1950*, 1977; e de Maria Celina Soares D'Araújo, 1982.



que o candidato escolhido seja o seu preferido, o mineiro Bias Fortes.

Assim, em novembro a "fórmula Jobim" é substituída pela "fórmula mineira", proposta por Benedito Valadares e submetida à apreciação do comando nacional do PSD. A "fórmula mineira" estreita os limites da "fórmula Jobim", pois sugere um candidato de união nacional que seja possedista e mineiro. A lista de Valadares é composta pelos nomes de Israel Pinheiro, Ovídio de Abreu, Bias Fortes e Carlos Luz.

A clara inspiração do Catete na "fórmula mineira" gera imediatamente resultados negativos para a negociação. Nereu Ramos, aliado da disputa, renuncia à presidência do PSD (26-11-1949) e é substituído por Cirilo Júnior.

O diretório do Rio Grande do Sul, que apoia Nereu, sente-se desobrigado de participar das conversações, ao ser rejeitada a "fórmula Jobim". A atitude de independência do PSD do Rio Grande do Sul em relação ao Catete e à direção nacional do PSD será fonte permanente de divergências daí em diante.

A aceitação da "fórmula mineira" pelo PSD marca a passagem para a segunda fase, isto é, a do fracasso da "união nacional". Otávio Mangabeira, que pretendia ser o escolhido por Dutra, rompe com o presidente em dezembro e declara que o candidato da UDN será uma vez mais o brigadeiro Eduardo Gomes — homologado pela convenção nacional udenista em 12 de maio de 1950.

O PSD ainda realiza duas tentativas de entendimento. Uma, a candidatura suprapartidária do mineiro Afonso Pena Júnior, naufraga antes mesmo de ser lançada. Outra, um candidato comum PSD/PTB, esbarra em dois obstáculos: o primeiro, representado por Getúlio Vargas, que se nega a apoiar um candidato imposto pelo Catete. Rompido com Dutra em razão das críticas feitas por este à política econômico-financeira do Estado Novo e pelas atitudes tomadas contra os getulistas dentro do PSD,<sup>3</sup> Vargas mantém encontros com Amaral Peixoto, nos quais deixa clara a intenção de apoiar um nome saído de negociações entre as lideranças do PSD e não de inspiração do palácio do Catete. Segundo Amaral Peixoto,

3. Não se deve menosprezar, tampouco, a mágoa de Getúlio pela participação do então general Dutra, ministro da Guerra do Estado Novo e um dos principais articuladores do golpe de 1937, nos acontecimentos que puseram termo ao Estado Novo e depuseram Vargas em 29 de outubro de 1945.

to, Getúlio não fazia qualquer objeção às candidaturas de Nereu Ramos e de Cristiano Machado, ambas vetadas por Dutra.<sup>4</sup>

O segundo obstáculo residia no próprio PTB, que via grandes chances de vitória na candidatura de Getúlio Vargas, negando-se portanto a ser o sócio minoritário da empreitada. Assim, cresce a candidatura Vargas, fortalecida por uma aliança firmada entre Getúlio e Ademar de Barros, cujo partido — o PSP — terminará por fornecer o candidato a vice na chapa de Getúlio: Café Filho (RN).

A terceira fase, caracterizada pela definição dos partidos em torno de seus candidatos, significa, para o PSD, o agravamento da crise interna. Candidaturas se sucedem sem que se consiga um nome que ao mesmo tempo una o partido e agrade ao Catete.<sup>5</sup> Mais ainda, o lançamento da candidatura Vargas contribui para aprofundar as divergências, pois as lideranças possedistas hesitam entre a fidelidade à legenda e a lealdade pessoal a Getúlio.

Finalmente, uma reunião dos dirigentes possedistas na casa de Cirilo Júnior (15-05-1950) resulta na indicação do mineiro Cristiano Machado. Fica também decidido que, depois de lançado oficialmente, Cristiano deverá entender-se pessoalmente com Vargas e oferecer a vice-presidência ao PTB. Mas Cristiano Machado decide não procurar o ex-ditador, para não colocar em risco as possibilidades de obter o apoio de Dutra.<sup>6</sup>

Sendo assim, Getúlio recusa-se a tomar a iniciativa de apoiar o nome de Cristiano Machado. A atitude de Vargas tem sérias consequências no interior do PSD: a não-aceitação da candidatura (homologada pela convenção nacional em 9 de maio) por várias seções estaduais, que partem para apoiar Getúlio. Cristiano Machado, nome sem expressão nacional, não consegue unir o partido em torno de sua candidatura.

4. Amaral Peixoto declara que Dutra vetava Cristiano Machado, sob a alegação de que este tinha "um irmão comunista", o escritor Antônio Machado. Amaral Peixoto, 1977-84, p. 529.

5. Durante todo o processo sucessório foram ventiladas no PSD as candidaturas de Nereu Ramos, Cristiano Machado, Ovídio de Abreu, Adolfo Mesquita da Costa, Váler Jobim, Pinto Aleixo, Góis Monteiro, Miguel Couto Filho, Israel Pinheiro, Carlos Luz, Barbosa Lima Sobrinho, João Neves da Fontoura, Cirilo Júnior, Pereira Lira, e a já mencionada candidatura suprapartidária de Afonso Pena Júnior.

6. Amaral Peixoto, 1977-84.

Aproveitando-se da crise pessedista, Getúlio faz alianças com o PSD em vários estados, tendo em vista também as sucessões estaduais; no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Paraná e Paraíba, Vargas apoia os candidatos do PSD ao governo e é por eles apoiado, velada ou ostensivamente.

O PSD, por seu turno, põe em prática a "cristianização": o candidato do partido é abandonado à própria sorte, e sua candidatura é bastante esvaziada, uma vez que as mais expressivas lideranças pessedistas aderem a Getúlio Vargas. Para boa parte dos políticos pessedistas, a "cristianização" representa uma atitude de autopreservação, pois apoiar Cristiano Machado significa "incorrer em derrotas eleitorais provavelmente fatais".<sup>7</sup>

O resultado das eleições, como era previsto, consagrou a vitória de Getúlio Vargas. O candidato do PSD venceu apenas nos estados do Pará e Maranhão e nos territórios do Amapá e Acre.<sup>8</sup> A derrota do PSD na eleição — e principalmente a crise intrapartidária que a precedeu — será determinante, em larga medida, no comportamento do partido ao longo do segundo governo Vargas e na crise de agosto de 1954.

## 1.2 — O PSD e o governo Vargas

A participação do PSD nos dois ministérios do governo Vargas reflete, de um lado, o reconhecimento do importante papel exercido pelo partido — pela divisão do partido, melhor dizendo — na vitória de Getúlio, e de outro a situação excepcional dos quadros pessedistas.

O PSD era o único partido que possuía razoável número de membros em condições de exercer funções de governo. Como já foi assinalado, a socialização política resultava em homens experimentados no exercício de cargos públicos em diferentes níveis. Esta preponderância pessedista era tanto a causa como a consequência do íntimo conhecimento dos problemas nacionais e do

funcionamento da administração pública, de que sempre desfrutou o PSD.

Entretanto, a posição majoritária do PSD no ministério não significa apoio total do partido ao governo; trata-se menos de indicações *pessedistas* do que de nomeações baseadas em critérios regionais e/ou pessoais. Assim, Ademar de Barros indica o pessedista e paulista Horácio Lafer para a pasta da Fazenda. Juscelino Kubitschek, recém-eleito governador de Minas Gerais, indica dois pessedistas mineiros, Negrão de Lima e Tancredo Neves, que ocuparão sucessivamente o Ministério da Justiça. Da Bahia vêm os pessedistas Simões Filho e Antônio Balbino, que se sucederão na pasta da Educação.

Não obstante, a disposição de colaborar com o governo é manifestada pelo PSD em duas providências iniciais: o partido emite nota de apoio ao novo governo, logo em seguida à diplomação dos eleitos pelo TSE,<sup>9</sup> e elege Amaral Peixoto presidente do diretório nacional.<sup>10</sup> Eleito governador do estado do Rio com 72% da votação, Amaral tem o apoio da maioria dos presidentes dos diretórios regionais do partido. Escolhendo um líder que é também genro de Getúlio, o PSD dá uma demonstração de que deseja manter relações cordiais com o novo governo.

Mas desde o primeiro momento, a atuação do PSD no governo encontra dificuldades no próprio estilo de Getúlio Vargas. O presidente não se contenta em governar *partidariamente*; ao contrário, tenta durante todo o seu governo cooptar a UDN, oferecendo postos no governo e posições nos estados. Essas tentativas de atrair a UDN para a órbita do governo não só redundam em fracasso, como enfraquecem a posição do PSD, cujos ministros não se sentem fortalecidos por Getúlio.<sup>11</sup>

9. É o seguinte o teor da nota do partido: "O Conselho Nacional do PSD, reunido para fixar sua orientação no atual momento político, após a exposição de seu presidente, e considerando os altos interesses nacionais, resolveu:

a) apoiar o governo do presidente Getúlio Vargas, dando-lhe colaboração política e administrativa; b) expressar mais uma vez ao general Eurico Gaspar Dutra o seu apreço, por sua obra de governo e pelos serviços prestados à causa da democracia". *Correio da Manhã*, 29-1-1951. Ver ainda Amaral Peixoto, 1977-84.

10. *Correio da Manhã*, 9-3-1951; Amaral Peixoto, 1977-84.

11. A participação, no ministério, de udenistas como João Cleofas e José Américo de Almeida é encarada pela UDN como de "caráter pessoal" e não

7. Maria Celina Soares D'Araújo, 1982, p. 62.  
8. Os resultados oficiais da eleição presidencial de 1950 foram: Getúlio Vargas — 3.849.040 votos; Eduardo Gomes — 2.342.384 votos; Cristiano Machado — 1.697.193 votos, e João Mangabeira — 9.466 votos. TSE, *Dados estatísticos*, vol. 7.



De outro lado, alguns atos levados a efeito pelo governo desagradam a amplos setores do PSD. O inquérito instaurado no Banco do Brasil para apurar irregularidades na Cexim (Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil) atingiu gravemente o PSD, citado nominalmente nas conclusões:

"Por ele se verá o tripúdio inominável que se fez da economia brasileira, para fins escusos e de ordem política e eleitoral. Produtos essenciais à nossa economia, de exportação normal, indispensáveis ao mercado estrangeiro, foram postos à venda a preços inferiores para dar margem ao lucro ilícito que ministros, deputados e candidatos tramaram obter em bem de sua posição na campanha eleitoral e de reforço de caixa do Partido Social Democrático." <sup>12</sup>

Além disso, denúncias sobre irregularidades no processo de encampação da antiga São Paulo Railway — a Santos-Jundiaí —, efetuado durante o governo Dutra, atingem diretamente o ex-ministro da Viação, Clóvis Pestana (PSD-RS), acentuando ainda mais as divergências entre o PSD gaúcho e o governo.<sup>13</sup>

A própria reforma ministerial de 1953 ratifica a separação entre o PSD e os possedistas no governo. Além de perder a pasta da Fazenda — Horácio Lafer é substituído por Osvaldo Aranha —, o PSD não fortalece seu apoio ao governo, uma vez que os dois novos ministros possedistas representam antes escolhas *getulistas* do que *possedistas*. Tancredo Neves e Antônio Balbino são deputados que exercem seu primeiro mandato federal, e portanto não têm su-

como indicação de que o partido apóie de alguma forma o governo. Ao contrário, os esforços de Getúlio para cooptar a UDN são vistos com enormes suspeitas. Já em fevereiro de 1952, Afonso Arinos de Melo Franco, líder da UDN na Câmara, expressa suas desconfianças em relação às atitudes de Getúlio, pois "se supõe que o dr. Getúlio queira desmoralizar a UDN e enfraquecê-la, a fim de manobrar no sentido de reformar a Constituição na parte referente às inelegibilidades, para se reeleger, ou eleger presidente o comandante Amaral Peixoto". Relatório de conversa entre o deputado Gurgel do Amaral e o deputado Afonso Arinos, a 15-2-52. — Arquivo Getúlio Vargas, CPDOC/FGV, ref. GV52.02.21/1, in *Impasse...*, 1983, p. 14.

12. Conclusões do inquérito do Banco do Brasil, citadas em Hélio Silva, 1978, p. 117.

13. Paulo Brandi, 1983.

ficiente vivência política e partidária para aglutinar o PSD e fazê-lo cerrar fileiras em torno do governo Vargas.

Por conseguinte, o PSD chega à crise de agosto de 1954 divorciado, em certa medida, de seus membros que ocupam postos no Executivo, pois seus atos recebem apoio apenas formal — e cada vez menor — do PSD que atua no Legislativo.

### 1.3 — Do apoio à omissão

Na Câmara dos Deputados, a disposição de manter boas relações com o governo levou o PSD a reunir seus 112 deputados aos 51 do PTB e aos 24 do PSP para compor a maioria parlamentar de apoio ao governo (alcançando 61,5% da Câmara). A escolha de Gustavo Capanema (PSD-MG) para liderar a maioria era também um sinal eloquente do apoio possedista, já que Capanema fora ministro da Educação entre 1934 e 1945 e mantinha excelentes relações pessoais com o presidente Vargas.

Entretanto, as seqüelas do período eleitoral já se fazem sentir no Congresso desde a primeira hora. O PSD do Rio Grande do Sul dá instruções à sua bancada para atuar "independentemente do controle da maioria situacionista, liderada pelo sr. Gustavo Capanema".<sup>14</sup> A posição gaúcha é ratificada na convenção nacional do PSD (27 a 29-4-1951), quando a delegação do Rio Grande nega apoio à moção de solidariedade a Vargas, afirmando que "não pode o PSD hipotecar apoio político a quem não pertença a seus quadros partidários e não está, por isso, obrigado a cumprir-lhe o programa".<sup>15</sup> A discordância gaúcha assume certa relevância, porque é o sinal para que algumas seções regionais se autonomizem gradativamente da direção nacional, em termos de apoio ao governo.

Porém, no tocante aos projetos enviados pelo Executivo a atitude do PSD é de apoio passivo; o partido não se empenha na aprovação dos projetos, mas tampouco os veta. A aprovação de cada matéria tem que ser negociada separadamente, desgastando cada vez mais a liderança de Capanema, que não encontra no PSD desejo real de postar-se solidamente do lado do governo.

O progressivo afastamento do PSD em relação ao governo federal pode ser verificado através dos seguintes episódios: a trami-

14. *Correio da Manhã*, 1-4-1951.

15. *Idem*, 1-5-1951.



tação do projeto do Fundo de Reparelhamento Econômico e da Petrobrás, a CPI da *Última Hora*, a demissão de João Goulart do Ministério do Trabalho e o aumento do salário-mínimo em maio de 1954. À medida que se agravava a crise, aumenta o distanciamento do PSD no que respeita ao apoio ao governo.

O primeiro projeto de certa relevância enviado pelo Executivo ao Congresso foi o do Fundo de Reparelhamento Econômico, destinado a financiar o Plano Lafer. O Plano Nacional de Reparelhamento Econômico, conhecido como Plano Lafer, abrangia áreas como indústria de base, agricultura, energia elétrica, modernização da rede ferroviária, armazéns e ampliação do sistema portuário.<sup>16</sup> Atendendo à orientação da liderança da maioria, o PSD contribuiu decisivamente para a aprovação do projeto, em novembro de 1951.<sup>17</sup>

Se foi tranquila a votação do Plano Lafer, graças à adesão maciça do PSD, o mesmo não se pode afirmar quanto à tramitação do projeto da Petrobrás, primeiro episódio que permite observar com clareza as dificuldades do governo para obter uma rápida aprovação de uma matéria.

Enviado ao Congresso em dezembro de 1951, o projeto é passivamente apoiado pelo PSD, mas encontra resistências no PTB e na UDN, que surpreendentemente se unem em defesa do monopólio estatal sobre a produção de petróleo.<sup>18</sup> Em julho de 1952 a UDN, captando melhor o sentimento popular favorável ao monopólio — a campanha “o petróleo é nosso” ganha a opinião pública —, apresenta um substitutivo, através do deputado Bilac Pinto, propondo o monopólio estatal.

Para não ficar a reboque de uma iniciativa da oposição e do potencial eleitoral que ela poderia mobilizar, o PSD aprova a emenda udenista, e a Petrobrás é transformada em lei em 21 de setembro de 1953, quase dois anos depois de o Executivo ter enviado a mensagem.<sup>19</sup>

A longa e penosa tramitação do projeto da Petrobrás permite que sejam feitas algumas considerações sobre o comportamento dos partidos. A batalha parlamentar demonstrou que o *grande inter-*

*locutor do governo no Congresso é a UDN.* E ela quem responde às iniciativas do Executivo, criticando-as. Cortejada por Getúlio, a UDN recusa a corte e toma a ofensiva da oposição. A Banda de Música, sua fração mais aguerrida, lidera os ataques ao governo, denunciando irregularidades, ou mesmo passando à frente do próprio governo, como no caso da Petrobrás.<sup>20</sup>

E o PSD? O PSD se omite. Se a UDN é o grande interlocutor do governo, o PSD é o grande ausente. Só assim se explica o fato de 81 deputados udenistas encerrarem um governo que deveria ser apoiado por uma maioria de 187 deputados!

O PSD coloca em ação a tática da “omissão preventiva”. Pois qual é o sentido de apoiar um Executivo que favorece a UDN nos estados e permite que o PTB, aproveitando-se do Ministério do Trabalho, alicie possedistas? Em dezembro de 1952, a imprensa noticiava a existência de uma carta de Amaral Peixoto, dirigida ao presidente Getúlio Vargas, referindo-se abertamente à luta que travava com o deputado João Goulart, presidente nacional do PTB. Segundo a notícia, Amaral queixava-se dos favores que o Cateie concedia aos trabalhistas, “em fase de reorganização e arregimentação eleitoral”. O PTB estaria desfalcando o PSD, “oferecendo as boas graças do Cateie para os que se transferissem para o partido”.<sup>21</sup>

Um segundo episódio permite observar a “omissão preventiva” praticada pelo PSD: a evolução da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara dos Deputados para apurar as denúncias de favorecimento ilícito ao jornal *Última Hora* por órgãos da administração federal, notadamente o Banco do Brasil.

*Última Hora* era o único jornal que apoiava o governo, e as denúncias de favorecimento ilícito foram apresentadas na Câmara pelo deputado Aliomar Baleiro, da Banda de Música da UDN. Em carta a Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Samuel Wainer, proprietário do jornal, declarava que saudou “com profunda alegria a constituição da Comissão Parlamentar”, pois assim “sua inocência e a do governo seriam provadas. Na carta Wainer sugeria, entre outras medidas de apoio no campo parlamentar, a “nomeação de

16. Paulo Brandi, 1983, p. 246.

17. Curiosamente, as maiores dificuldades para a aprovação do Fundo residiram no PTB, partido que elegeu o presidente da República.

18. Getúlio Carvalho, 1976.

19. *Idem*, *ibid.*

20. Sobre a Banda de Música da UDN, ver adiante o Capítulo 6, além de Maria Vitória Benevides, 1981, entre outros.

21. *Correio da Manhã*, 12-12-1952. Amaral não confirmou nem desmentiu a existência da carta.

uma comissão decente", e que o PSD indicasse nomes "como o de Cirilo Júnior (que poderia ser presidente da Comissão); Antônio Balbino (que poderia ser o eventual relator) e Miguel Couto Filho".<sup>22</sup> A sugestão de Wainer revelava um bom conhecimento do PSD e a necessidade de ter um apoio firme do partido contra a ofensiva da UDN.

Surpreendentemente, após entendimentos entre o líder Gustavo Capanema e as lideranças da oposição, a CPI ficou assim constituída: presidente, Castilho Cabral (PSP); relator, Guilherme Marchado (UDN); membros, Aliomar Baleeiro (UDN), Ulisses Guimarães (PSD) e Frota Aguiar (PTB). Enquanto Castilho Cabral e Frota Aguiar foram inteiramente envolvidos pela UDN, o PSD se desvinculou da sorte da comissão; "Ulisses desinteressou-se do problema e deixou de comparecer às reuniões."<sup>23</sup> O governo ficou sem defesa, entregue às acusações da UDN.

Qua à razão do desinteresse do PSD? O partido se omitiu e preferiu assistir à derrota do governo, porque a partir de meados de 1953 a lógica das eleições de outubro de 1954 passou a presidir as ações partidárias; eleições que teriam evidentes repercussões na sucessão presidencial de 1955. O PSD preferiu omitir-se na CPI da *Última Hora* para não correr o risco de provocar, com uma defesa ardorosa do governo, o aprofundamento das denúncias contra Samuel Wainer. O partido queria evitar que aparecesse na CPI o nome de um dos primeiros financiadores do jornal, o então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, que determinara a um banco mineiro o desconto de "três mil contos em promissórias da Editora Última Hora S/A, a serem pagos futuramente em publicidade".<sup>24</sup> De fato, o nome de Juscelino jamais apareceu durante os trabalhos da comissão.

Assim, a omissão do PSD é parte do cálculo político do partido. Se o governo sair vitorioso, o PSD ganha porque participa do ministério e da maioria parlamentar. Se o governo perder, o partido não sofre as consequências — porque seu apoio ao governo é apenas formal — e preserva um de seus potenciais candidatos à sucessão presidencial de 1955.

Os episódios subsequentes que configuram o acirramento da crise política têm como agravante o fato de ocorrer em pleno ano eleitoral. A omissão do PSD, no que diz respeito à defesa do governo diante do recrudescimento dos ataques da UDN, cresce na razão direta da aproximação das eleições de outubro.

Dessa forma, o Memorial dos coronéis e a consequente demissão de João Goulart do Ministério do Trabalho,<sup>25</sup> ocorridos em fevereiro de 1954 — durante o recesso do Congresso —, não suscitam qualquer reação relevante por parte das lideranças possedistas mais expressivas.<sup>26</sup>

Alegando compromissos eleitorais, grande parte do PSD recusa-se a seus estados, deixando no cenário federal uma luta sempre mais acirrada entre oposição e governo. O PSD se faz escasso no Congresso.

Na abertura da sessão legislativa, o deputado Aliomar Baleeiro pronuncia violento discurso de crítica à Mensagem do presidente enviada ao Congresso, mas não é contestado por nenhum membro da bancada possedista.<sup>27</sup> A liderança da maioria (agora sem o PSP, que se retira) fica a cargo de Augusto do Amaral Peixoto (PSD-DF), uma vez que Capanema se licencia.<sup>28</sup>

#### 1.4 — A defesa do regime

A ausência do PSD nos debates parlamentares é aproveitada pela UDN, cujos deputados atacam diariamente o governo. Se a

25. O Memorial dos coronéis, lançado em meados de fevereiro de 1954, foi assinado por 82 coronéis e tenentes-coronéis lotados basicamente na Escola Superior de Guerra e no Estado-Maior do Exército. Continha críticas ao governo, principalmente quanto às medidas tomadas em relação ao salário-mínimo. Como consequência da divulgação do manifesto, Vargas demitiu o ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, e o ministro do Trabalho, João Goulart. Paulo Brandi, 1983; *Impasse...*, 1983, entre outros.

26. Os jornais da época não registram pronunciamentos do PSD sobre os dois temas. Ver *Correio da Manhã*, fev.-mar. 1954, e *O Estado de São Paulo*, fev.-mar. 1954, entre outros.

27. Discurso do deputado Aliomar Baleeiro, 22-3-1954. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. I, 1954, pp. 364-72.

28. Grande número de possedistas aponta o caráter tibio da atuação de Gustavo Capanema nos momentos mais críticos. Aliás, em 1955-ele repetirá o mesmo desempenho, ausentando-se nos episódios de 11 de novembro. Amaral Peixoto, 1977-84; Oliveira Brito, 1983; Renato Archer, 1977-8, entre outros, corroboram esta afirmação.



omissão é parte do cálculo político-eleitoral pessedista, a oposição cerrada é parte da estratégia eleitoral udenista, que tenta capitalizar a crescente impopularidade de Vargas junto à opinião pública do Rio de Janeiro.<sup>29</sup>

O último ato do governo, que poderia gerar uma reação pessedista, é o aumento de 100% sobre o salário-mínimo, concedido pelo presidente em maio. Mas mesmo esta medida passa sem qualquer pronunciamento do PSD, porque a crise começa a assumir uma magnitude inesperada.

Discursando na Câmara em março, Aliomar Baleeiro acusa o presidente da República de promover um bloqueio econômico ao estado de Pernambuco, governado pelo pessedista — e dissidente — Etelvino Lins, que se opõe ao governo federal. Baleeiro propõe o início de um processo contra o presidente: "Admitindo como verdadeiro o fato, temos que o sr. Getúlio Vargas delinquitu, cometeu um crime de responsabilidade que o sujeita ao *impeachment* e à cadeia".<sup>30</sup>

As denúncias iniciais agregam-se outras, sobre entendimentos entre Vargas e Perón e sobre corrupção e conivência com atos ilícitos. Votada em junho, a proposta de *impeachment* é derrotada por 136 votos contra 35. Desta vez, o PSD joga toda a sua força parlamentar na derrota do projeto. Apenas cinco de seus deputados — todos, *et pour cause*, da bancada gaúcha — votam a favor do *impeachment*.<sup>31</sup>

Entretanto, é importante registrar aqui o trecho final da declaração de voto dos deputados pessedistas Armando Falcão (CE), Lopo Coelho (DF), Lima Figueiredo (SP), Alcides Carneiro (PB) e Benedito Mergulhão (DF), porque ele reflete o pensamento de largas parcelas da bancada pessedista:

"Os deputados abaixo-assinados não alimentam ilusões quanto à possibilidade de regeneração do atual governo, que tem na chefia um homem de vocação totalitária invencível.

29. Sobre a impopularidade de Getúlio no período mais agudo da crise, ver Abelardo Jurema, 1977, entre outros.

30. Discurso de Aliomar Baleeiro, em 30-3-1954. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. II, 1954, pp. 754-61.

31. Ver a relação da votação do *impeachment* em *Impasse...*, 1983, pp. 294-6.

Mas o que aí está é fruto legítimo, pois resultou da espontânea e livre escolha da maioria do povo, que muitas vezes só aprende a selecionar pelo método da experiência amarga.

Para o bem da democracia restaurada, após tantas desgraças, pelo contragolpe militar de 29 de outubro, o sr. Getúlio Vargas deve ser tolerado e sustentado no governo até o derradeiro instante de seu mandato constitucional."<sup>32</sup>

A atitude positiva do PSD ao derrotar a proposta de *impeachment*, contrariando sua postura precedente, é no entanto facilmente explicável. O *impeachment* aprovado resultaria em prejuízo certo para o PSD, uma vez que ao menos formalmente o partido ainda apoiava o governo. Ademais, os ministros pessedistas poderiam ser acusados de crimes conexos com os do presidente da República, nos termos do Art. 59 da Constituição.<sup>33</sup> Uma tal derrota, a quatro meses das eleições, representaria para o partido um desastre de proporções incalculáveis.

Entretanto, a partir de 5 de agosto, quando o atentado da rua Toneleros conduziu a crise para sua fase mais aguda,<sup>34</sup> o PSD retorna à tática de "omissão preventiva": aguarda os acontecimentos, nega-se a defender ou a acusar o governo no Congresso, nega combater à UDN e contribui para que a crise se reduza à insatisfação pela presença de Getúlio na chefia do governo.

Enquanto os discursos da oposição se sucedem, virulentos, menos da metade da bancada pessedista comparece ao plenário — situação, de resto, registrada pela UDN. Discursando em 9 de agosto, Aliomar Baleeiro declara estranhar

32. Declaração de voto dos deputados Armando Falcão, Lopo Coelho, Lima Figueiredo, Alcides Carneiro, Benedito Mergulhão, em 16-6-54. Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV, ref. GC54.06.00 in *Impasse...*, 1983, pp. 297-8.

33. Determina o Art. 59 da Constituição de 1946: "Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I — a declaração, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, da procedência ou improcedência da acusação contra o presidente da República, nos termos do Art. 88, e contra os ministros de Estado, nos crimes conexos com os do presidente da República."

34. Em 5 de agosto de 1954, elementos ligados à guarda pessoal de Getúlio Vargas atentam contra a vida do jornalista Carlos Lacerda, um dos líderes da oposição a Vargas na imprensa. No atentado morre o major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz.



(...) que nesta emergência as bancadas do PSD estejam quase desertas! É realmente um sinal de gravidade extrema a ausência dos líderes da maioria nesta Casa. (...)

Esperava, hoje, que o nobre líder da maioria estivesse em seu posto, pronto a dar à Nação as explicações que ela ansiosamente espera. Não escondo, pois, a minha decepção diante do vazio de todas as cadeiras destinadas ao PSD.<sup>35</sup>

O discurso de Baleeiro não recebe aparte de nenhum membro da bancada do PSD, embora a mesa registre a presença de 39 deputados pessedistas na Câmara.<sup>36</sup>

No dia seguinte, 43 deputados do PSD estão presentes, quando o udenista Herbert Levy afirma que "incompatível se tornou o presidente da República, moralmente, com a nação brasileira neste momento". Nenhum pessedista o aparteia para tomar a defesa do governo.<sup>37</sup> A mesma coisa vai ocorrendo nos dias subsequentes; o PSD não se pronuncia diante dos violentos discursos de Bilac Pinto (11-8) e Afonso Arinos (13-8), pedindo a renúncia do presidente.<sup>38</sup>

Só em 17 de agosto Capanema reassume a liderança da maioria, discutando em defesa do governo. Defesa fraca, hesitante, em que Capanema é bombardeado por 153 interrupções de deputados da UDN, do PR, do PSP e do PTB, que atacam o governo. Enquanto isso, apenas dois deputados do PSD — Augusto do Amaral Peixoto (DF) e José Joffily (PB) — ocorrem em seu auxílio.<sup>39</sup>

Tentando explicar a posição do governo diante do atentado da rua Toneleros, Capanema rechaza as acusações de envolvimento da família do presidente — o deputado Lutero Vargas, seu filho, e Benjamin Vargas, seu irmão — no atentado. Ao mesmo tempo, pronuncia-se contra a renúncia de Getúlio, afirmando:

35. Discurso de Aliomar Baleeiro, 9-8-1954. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. XIV, 1954, pp. 222-31.

36. *Idem*, pp. 3, 232-3.

37. Discurso de Herbert Levy, 10-8-1954. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. XIV, 1954, pp. 323-9. Os deputados presentes estão relacionados às pp. 283, 330-1.

38. Nos dois dias estavam presentes 41 deputados do PSD. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. XIV, 1954, pp. 385, 412-3, 540, 563-5.

39. Discurso de Gustavo Capanema, 17-8-1954. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. XIV, 1954, pp. 795-823. Vale lembrar que neste dia a mesa registrou a presença de 76 deputados, dos quais 37 do PSD. *Idem*, pp. 737, 789-90.

Nós, que falamos nesta Casa e ao país inteiro em nome da maioria do povo, dizemos ao presidente da República que ele não deve renunciar. Pode-se renunciar a um direito, pode-se renunciar a um privilégio, mas renunciar a um dever, isto nunca! Renunciar a uma responsabilidade, isto nunca!<sup>40</sup>

E ao final, impotente diante do verdadeiro massacre que sofre por parte dos deputados da oposição — liderados pelos udenistas Bilac Pinto, Herbert Levy, Heitor Beltrão, Aluísio Alves e Maurício Joppert —, Capanema conclui:

Daqui lanço o meu apelo a quantos brasileiros neste momento estejam animados da maior boa fé, estejam cheios de bom senso, para que permaneçamos unidos na exigência da verdade e da punição dos criminosos. Apelo ainda para que fiquemos todos juntos, a fim de que a crise transcorra de tal maneira que a Constituição continue íntegra.<sup>41</sup>

Mas nessa altura já é consensual entre os pessedistas a inconveniência da permanência de Getúlio à frente do Executivo. A opinião pública é contra Vargas, os militares são contra Vargas. E o PSD adere à idéia da renúncia, contando que a iniciativa parta do próprio presidente, para que o regime não seja apalado. Cede-se o presidente, mas salvam-se as instituições.<sup>42</sup>

O suicídio de Vargas em 24 de agosto fura o tumor e acelera a solução do impasse.

#### 1.5 — Considerações finais

A estratégia pessedista, durante todo o desenrolar da crise de 1954, é a de manter a estabilidade do regime, mesmo à custa do

40. *Idem*, p. 817.

41. Discurso de Gustavo Capanema, 17-8-1954. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. XIV, 1954, p. 823 (grifo da A.).

42. Todos os relatos sobre a última reunião ministerial são unânimes em afirmar que a proposta de licença do presidente parte de Amaral Peixoto. Enquanto membro da família, Amaral quer preservar Getúlio de uma deposição humilhante, repetição do 29 de outubro de 1945. Mas enquanto presidente do PSD, Amaral tem consciência de que o afastamento voluntário do presidente é condição necessária para preservar o regime de abalos mais profundos; ademais, a licença vai ao encontro dos desejos da maioria das lideranças pessedistas, bem como da maioria do Congresso.



afastamento do presidente. O PSD nega-se a emprestar à crise importância além de uma crise entre governo e oposição.

Evidentemente, há que considerar na atitude do partido fatores que dizem respeito às suas relações com o governo Vargas. Do ponto de vista do PSD, a "omissão preventiva" se justifica a partir do seu próprio cálculo político. O partido não pode arcar sozinho com a sustentação política do governo, porque se este redundar em completo sucesso, o PTB colherá todos os louros e talvez imponha ao PSD uma aliança em outros termos, para efeitos da sucessão presidencial de 1955.<sup>43</sup>

Colocando em termos bastante simples, o PSD não pode prestar serviços a um governo que agradece, premiando o PTB e a UDN. A este respeito, declara Tancredo Neves:

Desde o momento em que teve que partilhar parte do governo com a UDN, o PSD já se sentiu lesado. Depois, era um partido que tinha um certo receio de enfrentar a grande imprensa do Brasil naquela ocasião, que era toda anti-Getúlio; de maneira que procurou fazer um jogo de acomodação. O PSD, por esses motivos, não era um partido totalmente identificado com o governo. Em alguns estados houve também um problema muito importante: a UDN se aliara ao PTB e tinha nesses estados todas as prerrogativas de partido do governo, e o PSD era tratado como oposição. Então, era muito difícil nesses estados a gente realmente trazer o PSD para um apoio entusiasta ao presidente Vargas.<sup>44</sup>

Ademais, a própria postura do presidente acaba estimulando a omissão do PSD, pois ao tentar uma estratégia de apoio máximo, atraiendo a UDN, Getúlio

"(...) jogava na prática com um comportamento apartidário e de deslegitimação das organizações políticas, advindo exatamente de seu descrédito nas instituições e na ausência de uma proposta política institucionalmente assentada".<sup>45</sup>

43. Não deve constituir surpresa o fato de o PSD já pensar na sucessão presidencial de 1955, mal o governo Vargas tinha tomado posse. Afinal, o partido tinha sido derrotado em 1950, e já é do senso comum que uma sucessão presidencial tem início tão logo se encerra a anterior.

44. Tancredo Neves, 1984, p. 9.

45. Maria Celina Soares D'Araújo, 1982, p. 137.

A atitude do PSD, votando contra a proposta de *impeachment* do presidente, se destoa de sua postura de omissão, encontrando-se perfeitamente sincronizada com a estratégia de defesa da estabilidade política. De fato, o PSD não vota a favor da permanência de Getúlio, mas a favor da permanência das instituições do regime, pois é óbvio que um processo de *impeachment* não se realiza sem dolorosas e traumáticas consequências para qualquer regime, ainda mais se levarmos em conta que a Constituição de 1946 ainda não completara dez anos.

Negando-se a defender vigorosamente o governo, o PSD nega à UDN um adversário fora do Congresso; *fauve de combattants*, a UDN é o grande interlocutor do governo, deixando ao PSD margem para encaminhar uma solução política para a crise. Da mesma forma, negando-se a combater frontalmente o governo, o PSD desqualifica a crise como um conflito Legislativo versus Executivo, de resultados imprevisíveis para a estabilidade do regime.

Lançando-se à campanha eleitoral no momento mais agudo da crise, o PSD dá ainda uma demonstração de que pretende contribuir para que o governo chegue a bom termo, liderado pelo presidente ou mesmo pelo vice-presidente; daí o consentimento tácito do partido à proposta de afastamento "voluntário" de Vargas. O que importa, no cálculo do PSD, é manter o funcionamento das instituições, administrando politicamente a crise e emprestando à conjuntura a máscara da normalidade.

## 2. 1961 — a "operação reconquista"

*A oposição dá muito mais unidade ao partido do que o governo.*

Amaral Peixoto

Tal como em 1950, o PSD é derrotado nas eleições presidenciais de 1960. Este fato, no entanto, não gera em 1960 as ambigüidades por que passou o partido durante o segundo governo Vargas. Desta vez, o PSD é tratado como partido derrotado<sup>46</sup> e

46. A nomeação de Clóvis Pestana (PSD-RS) para o Ministério da Viação confirma este tratamento dispensado ao partido, pois o PSD do Rio Grande do Sul, como vimos, estava em dissidência em relação ao diretório nacional, tendo apoiado a candidatura de Juarez Távora em 1955 e a de Jânio Quadros em 1960. Ver os Capítulos 5, 6 e 7.

passa os sete meses do curto mandato de Jânio Quadros na oposição. Esta situação tem, à primeira vista, algumas consequências de certa relevância.

Em primeiro lugar, estar na oposição ao governo federal é uma experiência inédita para o partido, que vem participando do poder desde 1946. Em certa medida, este é um processo salutar para o PSD, no entender do comando nacional. Amaral Peixoto, por exemplo, afirma que durante o governo Jânio Quadros

(...) o partido agiu muito bem, mantendo uma unidade que não manteve no governo. Quando o partido está no governo, todo mundo pede favores. Não se pode contentar a todos, então vem o descontentamento. Ao passo que na oposição, não, todos sentem a necessidade de se unir para enfrentar o governo, que é o mais forte.<sup>47</sup>

Segundo, a posição do PSD durante o governo Jânio Quadros era igualmente inédita porque Jânio foi o primeiro presidente que, ao montar seu ministério, não levou em consideração a força parlamentar dos partidos. Ora, o PSD já tinha sido derrotado em 1950, mas isto não impediu que ele fosse o partido majoritário no ministério, como vinha acontecendo desde 1946.

O governo Jânio Quadros promove uma ruptura no padrão de correspondência entre força parlamentar e representatividade no Executivo, mantido até então. Em 1961, o PSD é o partido majoritário na Câmara — detém 35,2% das cadeiras —, mas está representado no ministério por *apenas um* ministro.<sup>48</sup> Esta subversão na composição ministerial é um dos ingredientes que contribuirão para as difíceis relações entre Jânio Quadros e o Congresso, durante seu curto e atribulado governo.

Terceiro, as eleições de 1960 consagraram pela primeira vez a vitória de chapas diferentes, pois João Goulart, candidato da aliança PSD/PTB, foi novamente eleito vice-presidente — a lei eleitoral em vigor não vinculava o voto do vice-presidente ao do presidente.

Para o PSD, a vitória do PTB é extremamente preocupante, pois este terá os cinco anos seguintes para utilizar os recursos

47. Amaral Peixoto, 1983, p. 9.

48. Ver Tabela 2, no capítulo 3. Aliás, PSP, PSB e PR forneceram cada qual um ministro, e detinham, respectivamente, 7,6%, 2,7% e 5,2% da Câmara dos Deputados, nesse momento.

advindos de sua participação no governo com o objetivo de se fortalecer e ganhar espaços, visando às eleições de 1965. Em resumo, Jango poderá tornar-se candidato à presidência da República, ameaçando a estratégia do JK-65, com que o PSD conta para retornar ao governo. O testemunho de Pio Canedo expressa bem os receios possedistas:

A situação do PSD não ficou muito clara, porque estava o PSD, partido de centro, do equilíbrio e das grandes figuras nacionais, entre o presidente Jânio, que à primeira hora já agrediu o possedista máximo, que era Juscelino, e do outro lado Jango, que seria, ao término do governo Jânio Quadros, a grande força que poderia obstaculizar a volta de Juscelino em 1965.<sup>49</sup>

Assim, a atitude do PSD durante o governo Jânio Quadros tem como objetivos maiores manter a unidade partidária e conter a expansão do PTB, confirmando uma vez mais que a aliança PSD/PTB, altamente eficaz nos períodos eleitorais, é bastante problemática durante os períodos governamentais.

Dentro desta mesma lógica — por mais paradoxal que possa parecer à primeira vista — se insere o comportamento do PSD durante a crise gerada pela renúncia de Jânio, quando o partido toma a liderança na defesa da posse de João Goulart na presidência da República.

## 2.1 — O PSD diante da política de “terra arrasada”

A atitude de Jânio Quadros em relação ao PSD revela-se no dia mesmo de sua posse. No discurso de transmissão do cargo, o novo presidente poupa de críticas o governo anterior,<sup>50</sup> mas à noite

49. Pio Canedo, 1983, p. 28.

50. Abelardo Jurema relata os momentos de tensão vividos pelo PSD antes da transmissão do cargo: “Todo o quartel-general do PSD estava acolhendo o Juscelino a passar o cargo ao presidente da Câmara, que o passaria ao Jânio. E o Juscelino disse: ‘Não, eu quero fazê-lo pessoalmente porque há muito tempo um presidente não passa o mandato. Quero assegurar a continuidade democrática.’ Então o Alkmim teve que revelar por que estava tão empenhado em que o Juscelino não passasse a faixa presidencial: ‘Olhe, Juscelino, o problema é que tenho informações de que o Jânio vai fazer um discurso violentíssimo contra o seu governo.’ Sabe o que o Juscelino fez? Ele bateu na mesa e respondeu: ‘Seu Alkmim, aí a nação e o mundo vão ver



pronuncia em cadeia de rádio uma violenta diatribe contra o governo JK, atacando o endividamento externo e o favoritismo e filhismo na administração pública.<sup>51</sup>

Já no dia seguinte, Abelardo Jurema, líder da maioria no final do governo JK, encaminha à mesa da Câmara requerimento solicitando convocação extraordinária do Congresso caso persistissem os ataques ao governo anterior.<sup>52</sup>

A adesão do PSP ao requerimento possedista consolida a formação do bloco de oposição no Congresso, que reabre seus trabalhos em março. Na Câmara, a maioria compõe-se de PSD, PTB e PSP, reunindo 206 deputados (63,1%), sob a liderança de Paulo Pinheiro Chagas e depois José Maria de Alkmin, ambos do PSD mineiro. No Senado, o PSD lidera igualmente o bloco de oposição PSD/PTB/PSP, com 41 senadores (65%) — o líder escolhido é Filinto Müller (PSD-MT).

O clima de animosidade entre o presidente da República e o PSD não impede, no entanto, que ele estabeleça contatos pessoais com algumas lideranças possedistas. Ao mesmo tempo que transforma em projeto do Executivo um projeto de lei sobre reforma agrária, de autoria do deputado da Ala Moça José Joffily (PB),<sup>53</sup> Jânio tenta atrair para sua órbita os diretórios possedistas que dissem da orientação da direção nacional. Assim, Daniel Faraço (RS) e Etelvino Lins (PE) chegam a ser sondados para oferecer apoio ao governo.<sup>54</sup>

o maior escândalo desta República! O Alkmin perguntou: 'Que escândalo?' Ele respondeu: 'Dou-lhe uma bofetada na cara que ele cai lá do outro lado.' Ai o Jânio resolveu fazer um discurso formal, educado, e à noite fez um discurso violento contra o Juscelino — o que estava preparado para ser feito na posse —, acusando-o e atacando-o." Abelardo Jurema, 1977, pp. 410-1.

51. *Jornal do Brasil*, 1.º-2-1961. A impressão causada pela fala do novo presidente foi tal, que o mesmo jornal afirmou em editorial: "Do sr. Jânio Quadros queremos um governo excepcional e não de exceção. O presidente deve compreender que os governos que se limitam a viver o presente às custas do passado e sem pensar no futuro têm nos livros de História apenas a importância que têm as virgulas e os travessões."

52. *Jornal do Brasil*, 2 a 4-2-1961. Juscelino, que decidira responder pessoalmente aos ataques de Jânio, foi desaconselhado pelo comando nacional do PSD.

53. José Joffily, 1977-8.

54. Paulo Pinheiro Chagas, 1977. O autor se refere ainda a uma tentativa de cooperação de Tancredo Neves, a quem Jânio teria oferecido a embaixada em La Paz. O convite "incendeu os ânimos da ala mais jovem do partido, que manifestou viva repulsa". Tancredo recusa o convite. *Idem*, p. 436.

Uma das primeiras manifestações públicas do PSD quanto aos atos do novo governo ocorre em 10 de março,<sup>55</sup> quando o partido lança nota oficial aprovando a política externa de Jânio Quadros.<sup>56</sup> Na verdade, a atitude do PSD é gerada por desentendimentos com o PTB quanto à "política externa independente". Os petebistas, em sua grande maioria, apóiam as iniciativas de Jânio, o que leva o PSD a suspeitar de uma aproximação entre Jânio e as esquerdas. O presidente Amaral Peixoto aprova "com ressalvas" a política externa independente, como forma de coibir ao mesmo tempo uma excessiva esquerdização do PTB e uma aproximação entre este e o presidente da República.

A posição do PSD era bastante delicada, comprimido entre Jânio e Jango. O próprio Amaral Peixoto reconhece que as divergências em torno da política externa constituíram o primeiro ponto de atrito realmente sério entre PSD e PTB.<sup>57</sup>

Outra providência possedista para evitar o rompimento da aliança com o PTB foi a aprovação da "pauta prioritária" do PTB, que constava de dez projetos, dois dos quais já tramitavam no Senado: regulamentação do direito de greve e diretrizes e bases para a educação nacional.<sup>58</sup> De fato, a iniciativa do PTB ao propor a pauta como condição para a manutenção da aliança tinha como objetivo real levar o PSD a se desligar do acordo.

No interior do PTB, trava-se uma disputa pelo poder que terá sérias consequências para a própria dinâmica do sistema partidário. Dois grupos se enfrentam: o primeiro, situado mais à esquerda, é composto basicamente por deputados que integram a Frente Parlamentar Nacionalista. A eleição de Almino Afonso para líder da bancada na Câmara — derrotando Rui Ramos, candidato de João Goulart — coloca o grupo em evidência dentro do partido. Para os membros desta fração, uma aliança com o PSD é cada vez menos indicada, uma vez que o controle da maioria pelos possedistas impede a aprovação de medidas "mais avançadas".

55. Já em 17 de fevereiro o partido emite nota oficial contra o decreto presidencial que elevava para sete horas o horário de expediente do funcionalismo público civil. *Correio da Manhã*, 18-2-1961.

56. *Jornal do Brasil*, 11-3-1961. A chamada "política externa independente" visava basicamente ao reatamento de relações diplomáticas com os países socialistas e o apoio à Revolução Cubana.

57. Amaral Peixoto, 1983.

58. *Correio da Manhã*, 24-3-1961.

O segundo grupo, derrotado na eleição para a liderança mas ainda detentor do controle do partido, reúne-se sob o comando de João Goulart. São os trabalhistas "históricos" e os petebistas "fisiológicos", que controlam a hierarquia partidária. E é exatamente para não perder o comando do eleitorado petebista nem a liderança junto à massa operária e à estrutura sindical que o grupo de João Goulart caminhará sempre mais para a esquerda.

Esta disputa dentro do PTB se reflete diretamente no interior do PSD. Afinal, o partido exerce a liderança da maioria no Congresso e tem que fazer uma série de concessões para não ficar a reboque da "ala esquerda" do PTB. Além disso, o próprio PSD possui sua ala esquerda, os elementos da Ala Moça que participam da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), juntamente com alguns membros da Bossa Nova da UDN e mesmo do PR, além, obviamente, do PTB.

Portanto, está em andamento um início de reatranjo partidário que, partindo de dissidências geracionais existentes nos partidos criados em 1945, evolui para esboçar contornos político-ideológicos mais nítidos no tocante à competição partidária. Pela primeira vez tenta-se superar a dicotomia getulismo-antigetulismo, presente no sistema partidário desde sua criação.

De outro lado, inúmeros deputados do PSD ingressam na Ação Democrática Parlamentar (ADP), criada na Câmara como contraponto à FPN. Politicamente conservadora, a ADP congrega 94 deputados: 41 da UDN, 32 do PSD, cinco do PSP, quatro do PDC, quatro do PL, três do PRP, dois do PTN, dois do PR e um do PTB.<sup>59</sup>

## 2.2 — O PSD diante da "cruzada" janista

As ameaças contra o governo JK, contidas no discurso proferido no dia da posse, começam a tornar-se realidade, através de um conjunto de sindicâncias mandadas instaurar por Jânio Quadros em vários órgãos da administração. Este procedimento conta com o apoio da UDN, eterna defensora da necessidade de se "moralizar" a administração pública. Além disso, o "saneamento" deve render interessantes dividendos políticos, tanto para Jânio quanto para a UDN. O primeiro fortalecerá ainda mais suas bases popula-

res, divulgando os escândalos dos "poderosos"; a segunda se beneficiará com a ruptura dos laços que sempre ligaram o PSD à administração pública.

É óbvio, portanto, que o alvo principal é o PSD, em grande parte responsável pela "relativa estabilidade do governo brasileiro e da administração pública desde a Segunda Guerra Mundial".<sup>60</sup>

Entretanto, as medidas solicitadas por Jânio atingiam também o PTB, participante ativo dos dois governos anteriores. Assim, até 31 de março eram 33 as comissões de sindicância e de inquérito instaladas, todas presididas por oficiais das Forças Armadas.<sup>61</sup>

Em maio, a comissão criada para apurar irregularidades no SAPS (Serviço de Assistência da Previdência Social) citou nominalmente o vice-presidente da República, João Goulart.<sup>62</sup> Foi o bastante para que o PTB esquecesse momentaneamente suas divergências internas e cerrasse fileiras em torno do vice-presidente; no Congresso, os petebistas abandonaram também momentaneamente suas diferenças com o PSD e fizeram coro com os possedistas na oposição aos atos do presidente.

O próprio PSD, prosseguindo em seus esforços para manter a coalizão com o PTB, solidariza-se com o vice-presidente, através do líder Paulo Pinheiro Chagas.

Dessa forma o PSD, que vinha sendo hostilizado por boa parte dos petebistas, em razão do apoio destes à política externa independente, recebeu novamente o seu auxílio, engrossando a oposição a Jânio Quadros.

## 2.3 — O Congresso diante do presidente

A auto-suficiência de Jânio em relação ao Congresso é enunciada ainda em março, pelo ministro da Justiça Oscar Pedroso Horta; este afirma que o presidente da República não tem interesse em "obter maioria em nenhuma das casas do Congresso, para não implicar em submissão do Poder Legislativo ao Executivo".<sup>63</sup> As declarações do ministro vão sendo confirmadas pelos atos de Jânio

60. Thomas Skidmore, 1969, p. 248.

61. Mário Victor, 1965.

62. A devolução por Jânio Quadros de uma carta em que João Goulart retitava as acusações a ele imputadas foi considerada sinal de rompimento entre Jânio e Jango. Ver íntegra da carta em Mário Victor, 1965, p. 159.

63. *Idem*, p. 210.



Quadros, que passa ao largo dos partidos. Seu próprio líder, o udenista Pedro Aleixo (MG), ressentia-se da total ausência de interesse por parte de Jânio em negociar com os partidos políticos.<sup>64</sup>

Conseqüentemente, a Câmara passou a funcionar de forma mais ou menos autônoma, debatendo os assuntos que ela própria propunha. "Nós achamos que era a maneira de ocupar aquele espaço vazio, com um presidente ausente", afirma Oliveira Brito (PSD-BA), presidente da Comissão de Constituição e Justiça.<sup>65</sup>

Em resposta ao tratamento que vinha recebendo do presidente, o PSD colaborou para duas importantes derrotas do Executivo, dificultando ainda mais as relações entre o partido e o governo. O projeto de lei antitruste, enviado em 3 de abril, foi derrotado na Comissão de Constituição e Justiça, que aprovou o substitutivo de Ulisses Guimarães (Ala Moça do PSD). Em 6 de junho o Senado vota (26 a 22) a indicação de José Ernirio de Moraes, amigo pessoal de Jânio, para embaixador em Bonn.

Estas poucas derrotas não significavam, todavia, um sinal de oposição sistemática do PSD às mensagens emanadas do Executivo. Embora fosse o principal partido de oposição, o PSD contribuiu para a aprovação dos projetos que julgou pertinentes. E a maioria foi aprovada com o apoio do bloco da oposição — e, portanto, do PSD —, indispensável para se aprovar qualquer projeto.<sup>66</sup>

Na verdade, todos quantos analisam o governo Jânio Quadros apontam como único projeto relevante enviado ao Congresso o da lei de remessa de lucros para o exterior (3-8), "e neste caso, com a divisão de seus ministros".<sup>67</sup>

Em suma, a atitude de Jânio não se volta especificamente contra o PSD, mas contra todo o sistema partidário e o Poder Legislativo, este desautorizado enquanto foro de debates dos grandes problemas nacionais. Tentando firmar uma liderança inconteste acima dos partidos, Jânio acusa o Congresso de tentar diminuir o mandato que o povo lhe dera em praça pública, segundo suas próprias declarações ao deputado Oliveira Brito.<sup>68</sup>

O comportamento de Jânio Quadros em relação ao Congresso e aos partidos políticos foi bem distinto do de Getúlio Vargas, embora fossem ambos bastante personalistas. Getúlio, que não fora eleito pelo PSD, negou-se a ficar dependente do partido; ao contrário, tentou dividi-lo, cooptando apenas aquela fatia do PSD que lhe interessava. Mas respeitou a divisão das forças partidárias no Congresso e constituiu um ministério que refletia a ponderação da força parlamentar dos partidos.

Jânio, por sua vez, desprezou a configuração partidária do Congresso, não negociou com os partidos, ignorou as regras do jogo político e tentou governar *apesar* do Legislativo.

Por isso mesmo, não só o PSD, mas todo o sistema partidário, assiste passivo aos episódios que precipitam a renúncia do presidente em 25 de agosto, agindo com presteza apenas para consumir a aceitação do ato.<sup>69</sup>

## 2.4 — O PSD e a batalha pela posse — a "operação reconquista"

No próprio dia da renúncia, Ranieri Mazzili (PSD-SP), presidente da Câmara dos Deputados, assumiu internamente a presidência da República, em face da ausência do vice-presidente, que se encontrava na China em visita oficial.

Na Câmara dos Deputados, o PSD se manifesta prontamente a favor da posse de João Goulart. Em discurso, Gustavo Capanema fixa a posição do partido:

A única coisa que nos cabe é tomar conhecimento do acontecimento que foi a renúncia, ato unilateral e irretratável, repito, do senhor presidente da República. Nestas condições, o que se segue é a aplicação pura e simples da Constituição. O vice-presidente da República assume o governo, pelo resto do período. E como Sua Excelência não está no país, assume em seu lugar o presidente da Câmara, como a Constituição indica.<sup>70</sup>

- 64. Gileno de Carli, 1962.
- 65. Oliveira Brito, 1983, p. 56.
- 66. Gileno de Carli, 1962, apresenta, à p. 166, a relação das 73 mensagens enviadas pelo Poder Executivo ao Congresso.
- 67. Maria Vitória Benevides, 1982, p. 33. Ver também Gileno de Carli, 1962, p. 183.
- 68. Oliveira Brito, 1983.

- 69. Para maiores esclarecimentos sobre a seqüência dos eventos que precederam a renúncia, como a condecoração de Ernesto Guevara, o "caso da mala" e as denúncias de golpe por parte de Lacerda, bem como as considerações sobre a influência da personalidade de Jânio na renúncia, ver Carlos Lacerda, 1978; Mário Victor, 1965; Gileno de Carli, 1962; Cordeiro de Farias, 1981, entre outros.
- 70. Citado em Mário Victor, 1965, p. 314 (grifos da A.).

Para o PSD, não se tratava de colocar João Goulart na presidência da República, mas de *respeitar a Constituição* dando-se posse ao vice-presidente, seu sucessor constitucional, nos termos do Art. 79 da Constituição de 1946.

É evidente que há muito mais coisas embutidas na atitude do PSD. A posição do partido, desde a primeira hora a favor da posse, é mais uma demonstração de sua importância como fiador do equilíbrio político, evitando a vitória de posições radicais (à esquerda e à direita) que se farão presentes no desenrolar de toda a crise. Mas é igualmente certo que no apoio à posse de João Goulart o peso do cálculo político pessedista é bastante significativo.

A esta hora, Jango já não era mais o anti-JK-65, porque Jango no governo não poderia ser Jango candidato. Então, o PSD estabeleceu a continuidade democrática no país, mas defendendo-se para 1965,

afirma Pio Canedo (PSD-MG), profundo conhecedor da mentalidade pessedista.<sup>71</sup>

As declarações a favor da posse se sucedem. No dia 26 o marechal Lott, que se pronunciara na véspera, é preso por ordem do ministro da Guerra. No dia 28 o PSD lança nota oficial de apoio à Constituição e à posse do vice-presidente; o PTB lança nota afirmando que solicitara a Goulart que adiasse sua volta ao Brasil; o governador Leonel Brizola (PTB-RS) inicia a "cadeia da legalidade" — rede de emissoras de rádio, através da qual exorta a população a resistir às tentativas de impedir a posse; três governadores se pronunciam pela posse: Mauro Borges (PSD-GO), Nei Braga (PDC-PR) e Carvalho Pinto (PDC-SP).<sup>72</sup>

A tentativa de evitar a posse de João Goulart concentrava-se principalmente na opinião dos três ministros militares, que no dia 28 manifestaram ao presidente Mazzili "a absoluta inconveniência, por motivos de segurança nacional, do regresso ao país do vice-presidente João Belchior Marques Goulart".<sup>73</sup>

Mazzili envia mensagem ao Congresso no mesmo dia, solicitando o pronunciamento do Legislativo sobre o veto dos ministros. Recorda Amaral Peixoto:

71. Pio Canedo, 1983, p. 29.

72. *Correio da Manhã*, 26 a 31-8-1961.

73. Citado em Máio Víctor, 1965, p. 337.

Eu lembrei ao Mazzili o seguinte: "Os ministros militares não fizeram nenhuma declaração por escrito a você. Você vai ficar com a pecha de estar impedindo a posse do Jango. Peça a eles que façam uma declaração." Ele pediu, os ministros fizeram aquela declaração, e o Mazzili remeteu ao Congresso. Foi bom, porque aquilo motivou uma aceitação mais fácil do parlamentarismo.<sup>74</sup>

No mesmo dia, o Congresso nomeou uma comissão mista — cujo relator era Oliveira Brito<sup>75</sup> — que tinha como tarefa emitir parecer sobre o impedimento do vice-presidente. No dia seguinte, a comissão aprovava o parecer do relator, que rejeitava o impedimento mas propunha a aprovação da emenda parlamentarista — em tramitação no Congresso desde julho e subscrita por 314 deputados — como forma de contornar o veto dos ministros e resolver o impasse.<sup>76</sup>

Ao mesmo tempo, contatos permanentes entre Amaral Peixoto e os presidentes da UDN (Herbert Levy) e do PL (Raul Pilla) convenceram os militares de que o Congresso repeliaria qualquer tentativa de golpe.<sup>77</sup>

Mas a aprovação da emenda não foi tranquila; mais uma vez o PSD tomou a iniciativa, enviando ao encontro de João Goulart em Montevideu o mineiro Tancredo Neves, para obter a aquiescência de Jango ao novo regime. Sua concordância era fundamental para que o PTB votasse a favor da emenda, uma vez que o líder Almino Afonso e o governador Leonel Brizola reivindicavam a posse *tout court*, sem os freios do parlamentarismo.<sup>78</sup>

74. Amaral Peixoto, 1983, p. 14.

75. Compunham a comissão os deputados Oliveira Brito (relator), Novais Filho, Paulo Fernandes, Plínio Salgado, Alô Guimarães e Paulo Lauro, e os senadores Argemiro de Figueiredo, Jefferson Aguiar, Manuel Novais, Nogueira da Gama, Padre Calazans e Heribaldo Vieira. *Correio da Manhã*, 29-8-1961.

76. "Quando eu estava para relatar a comunicação dos militares fui assediado por grupos de todos os partidos, inclusive do PSD, para que retardasse ao máximo. Mas eu sabia o risco que o país estava correndo, e portanto não atendi. (...) Os homens de bom senso me deram total cobertura. Somente aqueles menos avisados ou que tinham um ponto de vista mais ideológico é que não queriam solução nenhuma", declara Oliveira Brito, 1983, p. 57.

77. Amaral Peixoto, 1977-84.

78. "O Mazzili me chamou ao palácio para tomar um avião para o Rio e de lá pegar outro para Montevideu. Mas eu achei que não devia sair do



Afinal, na madrugada de 2 de setembro a Câmara aprovou (233 a 55) a Emenda Constitucional n.º 4, que instituiu o parlamentarismo no Brasil. No Senado, foram 48 votos contra seis; no PSD votaram contra a medida os senadores Ari Viana (ES), Jarbas Maranhão (PE) e Juscelino Kubitschek (GO). Este via no parlamentarismo um sério entrave à sua volta ao poder em 1965. Não por acaso, Juscelino será um dos mais ativos pregadores do plebiscito pelo retorno do país ao presidencialismo.

Discursando no Congresso, Juscelino fez sua declaração de voto, que depois viria a assumir um caráter premonitório:

Não é porque estejamos todos convencidos de que o novo regime irá melhorar o país, mas para resolver uma crise momentânea, que enveredamos pelo desconhecido, que adiamos a crise para agravá-la amanhã, talvez de forma irremediável. Só o povo pode decidir sobre o seu próprio destino. Mudar o regime, adotar instituições novas, sem consultar o povo, é o erro. Ele é o único, no regime democrático, capaz de fixar as normas de nova vida política. O povo não foi ouvido. O povo não sabe o que foi decidido no atropelo dessas votações realizadas em 24 horas. A mudança é fruto de uma pressão inaceitável, no regime que praticamos. Esta, a razão fundamental por que voto contra. Fico fiel ao povo, aos seus mandatos, ao seu voto, que foi dado pelo presidencialismo.<sup>79</sup>

No dia 4, vários setores se manifestam sobre a emenda aprovada. O Partido Socialista e a União Nacional dos Estudantes (UNE) lançam manifestos contra o regime parlamentarista; os ministros militares o aceitam. No dia 5 Jango desembarca em Brasília, sendo recebido por Mazzili, Auro de Moura Andrade (presidente do Congresso) e pelo ministro Barros Barreto (presidente do STF); os ministros militares estão ausentes.<sup>80</sup>

Em 7 de setembro de 1961, João Goulart tomava posse na presidência da República; no dia seguinte, Tancredo Neves era eleito primeiro-ministro (259 votos contra 22). A "operação re-

conquista" revestira-se de pleno êxito: a crise fora superada, e o PSD estava novamente no poder.<sup>81</sup>

## 2.5 — Considerações finais

Dois elementos influem poderosamente na atuação do PSD na crise de agosto de 1961. Primeiro, o fato de estar na oposição é um fator de união de um partido que se vinha desgastando no poder. Segundo, o cálculo político pessedista vê na posse de Jango o fim do obstáculo maior à volta do partido ao governo em 1965, já que Jango estará constitucionalmente impedido de concorrer contra Juscelino.

Mas a crise de 1961 aponta outro elemento importante no comportamento do PSD. A fragmentação interna, iniciada nos últimos anos do governo JK, fruto de um processo de radicalização crescente, é momentaneamente suspensa em benefício de um objetivo que une todo o partido: manter a Constituição, mesmo à custa do abandono do presidencialismo. "A posição do partido foi tomada porque era uma opção entre o Jango — embora cercado pelo parlamentarismo, que nós aceitávamos — e a ditadura militar", afirma enfaticamente Amaral Peixoto.<sup>82</sup>

Mais uma vez o PSD joga todo o seu peso na manutenção da normalidade constitucional, na estabilidade do sistema político, apesar de pressionado cada vez mais de perto pelos militares. Administrando politicamente o processo, o PSD contribui decisivamente para impedir o transbordamento da crise para fora dos limites do sistema político. Ainda uma vez (a última) os militares são mantidos fora da arena que decide, em última instância, a superação da crise. Determinar a natureza da situação de crise, contribuir para ultrapassá-la e reconquistar o governo representam, em certa medida, o "canto de cisne" da unidade pessedista enquanto partido de centro moderado, num sistema partidário em crescente processo de polarização.

81. Amaral Peixoto declara que a escolha do primeiro-ministro estava entre "Capanema, Tancredo e Auro de Moura Andrade. Mas o primeiro nome a surgir foi o meu. A bancada foi ao Jango e sugeriu o meu nome; foram trinta e tantos deputados. O Jango desconversou. Ele não queria alguém que fizesse sombra a ele; queria uma pessoa que tivesse compromissos com ele". Amaral Peixoto, 1983, p. 15.

82. Amaral Peixoto, 1983, pp. 13-4.

### 3. Conclusão — o mesmo PSD em duas crises

Ao longo da análise da *performance* do PSD durante as duas crises, é possível detectar uma prática comum na solução dos impasses, que consiste basicamente em reduzir a situação de crise a limites politicamente administráveis. Isto não significa defesa intransigente do contexto vigente. Se alguma concessão há que ser feita para que as instituições se mantenham, o PSD tem plasticidade suficiente para se adaptar e ceder alguns elementos do cenário político. Em 1954 concorda com o afastamento "voluntário" do presidente da República; em 1961 aceita a adoção do parlamentarismo.

Em ambas as crises está presente, além da defesa da normalidade constitucional, o cálculo político pessedista. Em 1954, o partido está consciente da necessidade do afastamento do presidente Vargas para que suas próprias pretensões presidenciais sejam mantidas — é preciso conservar as possibilidades de vitória nas eleições de 1955; daí a tática da "omissão preventiva". Já em 1961, o partido tem perfeita consciência da conveniência da posse de João Goulart, para que as aspirações presidenciais do PSD em 1965 sejam fortalecidas; daí a "operação reconquistista", completada com a eleição de Tancredo Neves para primeiro-ministro.

Da mesma forma, o PSD age nas duas crises como partido moderado, evitando a radicalização excessiva do processo. Em 1954, nega combate à UDN e impede que a situação de crise extravase os limites de um conflito entre governo e oposição. Em 1961, lidera o movimento em favor da aceitação do parlamentarismo, evitando que a crise se transforme num confronto entre os que defendem a posse *tout court* (liderados por alguns elementos do PTB) e os que a vetam, *tout court* (liderados pelos três ministros militares). Nos dois momentos, 1954 e 1961, o PSD preserva uma margem de manobra para negociar saídas políticas para os impasses.

Quanto à influência do presidente da República nas duas crises, é interessante observar o papel de Getúlio e de Jânio. O primeiro trabalha na busca do "consenso máximo": eleito pelo PTB e pelo PSP, governa com o PSD e tenta cooptar a UDN.<sup>83</sup> O segundo trabalha na base do "consenso zero": eleito por UDN, PTN,

PDC e dissidências de PR, PTB e PSD,<sup>84</sup> não governa com nenhum deles, não tenta cooptar nenhum partido.

Na verdade, os dois presidentes mantêm uma postura que deslegitima os partidos, diluindo sua atuação e seus contornos. Contra os dois reage o sistema partidário como um todo, e é no afastamento dos dois que residem as esperanças de sobrevivência do regime. No caso de 1954, o governo seguinte (o de Juscelino) aproveita as lições da crise, e há um fortalecimento geral das instituições. Mas em 1961 o contexto já será bem outro, e o regime terá uma sobrevida curta.

Finalmente, uma palavra sobre o sistema partidário. Moderado em 1954, absorve bem o impacto da crise de agosto. Já em 1961 a radicalização política está instalada, e o sistema se polariza; apenas a momentânea unidade no interior do PSD — a última demonstração de unidade de um partido que se fragmenta rapidamente, vítima do mesmo processo de radicalização — suspende por um período limitado a crescente polarização do sistema partidário brasileiro.

Será interessante, por isso mesmo, comparar a atuação do PSD em 1954 e em 1961 com seu desempenho nos momentos finais da crise de 1964, quando o partido tenta a mesma estratégia, ou seja, administrar politicamente a crise e superá-la pelas vias constitucionais. Mas já então os tempos serão inteiramente outros: o sistema partidário estará irremediavelmente polarizado, o PSD estará totalmente fragmentado e sem um mínimo de coesão interna para liderar a solução do impasse. Este quadro tornará impossível a aplicação em 1964 do mesmo modelo de solução de crises implementado em 1954 e em 1961.

83. Maria Vitória Benevides, 1982.

84. Maria Celina Soares D'Araújo, 1982.



## ORGANIZAÇÃO INTERNA E OLIGARQUIZAÇÃO DA CHEFEIA — O PODER DAS RAPOSAS PESSEDEISTAS

*O PSD era uma federação; funcionava nacionalmente aceitando as peculiaridades regionais.*

Martins Rodrigues

*O diretório nacional do PSD era uma obra-prima de realismo político.*

Ulisses Guimarães

As duas principais hipóteses deste livro dizem respeito à dinâmica do sistema partidário. A primeira, desenvolvida e testada nos capítulos anteriores, nos fala de um sistema partidário moderado, caracterizado pela presença de um sólido partido de centro, que exerce a função de estabilizador do sistema.

A segunda hipótese postula que a transformação do sistema partidário, de moderado em polarizado, se dá através de um processo de radicalização que atinge diretamente o centro do sistema; este desaparece, embora o partido de centro possa continuar existindo. Este partido, minado por um processo de fragmentação interna, já não pode manter a tendência centrípeta do sistema, perdendo sua função básica de fiador da estabilidade política.

Assim, a fragmentação do partido de centro se reflete em todo o sistema partidário. Portanto, devemos ajustar o foco da análise e dar um mergulho no interior do partido de centro, investigando o PSD por dentro: sua composição, estrutura e mecanismos de funcionamento, para tentar entender o processo de fragmentação interna; mais ainda, para saber se esta fragmentação se deve a fatores endógenos, exógenos ou a uma explosiva combinação de ambos.

Inicialmente, será analisada a estrutura interna do PSD, sua organização em diretórios municipais, estaduais e diretório nacional, bem como as formas de convivência entre estas três instâncias.

As relações entre seções locais e comando nacional permitem des-  
cobrir a *fonte real* do poder das lideranças partidárias, as raposas  
pessedistas.

Em seguida, observaremos como as raposas mobilizam o poder  
adquirido nos estados para pressionar o diretório nacional, chegan-  
do mesmo à dissidência ostensiva. Dois exemplos de dissidências  
pessedistas serão abordados: um regional, tendo como pano de  
fundo as eleições para o governo de Minas Gerais em 1947; o  
outro, mais profundo, tendo como cenário a sucessão presidencial  
de 1955. A consequência da dissidência de 1955 é uma relativa  
inversão no equilíbrio de forças partidário: o diretório nacional  
passa a se armar de instrumentos mais eficazes para controlar os  
diretórios regionais.

Finalmente, na terceira seção analisaremos o fenômeno da oli-  
garquização da chefia. Ou seja, de que maneira o controle parti-  
dário perpetua a liderança das raposas pessedistas, e que efeitos  
tal situação gera na estrutura do partido. Alguns casos excepcio-  
nais contrariam, dentro do PSD, a tendência à oligarquização das  
lideranças,<sup>1</sup> e estes casos serão aqui focalizados. As trajetórias de  
Juscelino Kubitschek e de Antônio Balbino estão entre os (poucos)  
exemplos bem-sucedidos de renovação no comando pessedista.

Em resumo, este capítulo trata de poder partidário e oligar-  
quização da chefia; são as raposas pessedistas em ação.

## 1. Organização — um partido federativo

*Quem fala em organização, fala em oligar-  
quia.*

Robert Michels

A organização interna do PSD pouco se alterou durante toda  
a sua história. Das discussões iniciais que precederam a sua fun-  
dação, participaram os interventores Ernani do Amaral Peixoto  
(RJ), Agamenon Magalhães (PE) e Henrique Dodsworth (DF)  
— defensores da formação de partidos nacionais — e Fernando  
Costa (SP) e Benedito Valadares (MG), que defendiam partidos  
regionais, tentativa de reedição da hegemonia de que desfrutavam

1. Robert Michels, 1962.

São Paulo (com o PRP) e Minas Gerais (com o PRM) durante  
a República Velha.<sup>2</sup>

O Código Eleitoral de 1945 obrigou os novos partidos políti-  
cos a se constituírem como partidos nacionais. Para obter o registro,  
deveriam colher um mínimo de dez mil assinaturas de eleitores em  
cinco estados, pelo menos. Em termos de organização, os partidos  
deveriam conter três níveis: municipal, estadual e nacional.<sup>3</sup>

Se a lei era igual para todos, o PSD foi o partido que melhor  
conseguiu operacionalizá-la. O partido que se organizou em 1945  
terminou por ser fruto da acomodação entre as duas tendências  
existentes no grupo fundador e as exigências do Código Eleitoral.  
Para atender àqueles que defendiam partidos regionais, deu-se ao  
PSD uma estrutura *federativa* — o diretório nacional era composto  
pelos presidentes de diretórios regionais ou seus delegados.<sup>4</sup> Dessa  
estruturação resultou uma grande autonomia das seções regionais  
em relação à direção nacional.

Nos estados, o PSD começou a ser organizado sob a liderança  
dos interventores, reunindo prefeitos (todos nomeados pelo inter-  
ventor), membros da administração estadual e outras forças que  
apoiavam o governo, como proprietários rurais, industriais, comer-  
ciantes, funcionários públicos etc. Em muitos estados, o que decidiu  
a adesão ou não ao PSD foi a lógica da disputa regional. Políticos  
que apoiavam o presidente Vargas, mas dissentiam do interventor,  
ficaram na oposição. Antigas desavenças que remontavam à Repú-  
blica Velha também influíram na formação do novo partido.

Esse processo de constituição partidária tem, já de início, duas  
consequências: o PSD comparece às eleições de 2 de dezembro de  
1945 na condição de único partido que dispõe de diretórios em  
todos os municípios do Brasil. Mais ainda, consolida-se a força do

2. Sobre as origens do PSD ver principalmente Amaral Peixoto, 1977-84;  
Benedito Valadares, 1966; Lúcia Lippi de Oliveira, 1973; Barbosa Lima So-  
brinho, 1977, e meu verbete sobre o PSD, in Fundação Getúlio Vargas/  
CPDOC, 1984. Sobre a preponderância do eixo São Paulo-Minas durante a  
República Velha, há uma extensa bibliografia. Ver, principalmente, Maria  
Luísa Heilborn, 1977; John Wirth, 1977; Thomas Palmer, 1975, entre outros.

3. Olavo Brasil de Lima Júnior, 1983.

4. Na impossibilidade de estarem presentes às reuniões do diretório nacional,  
que se realizavam no Rio de Janeiro, alguns presidentes de diretórios regio-  
nais se faziam representar por políticos em atuação no Congresso. Desse  
modo, Vitorino Freire era o delegado do Maranhão, e o general Góis Mon-  
teiro representava Alagoas (até sua morte em 1955), entre outros.



diretório regional, pois é a partir dele que se formam os diretórios municipais, e é ainda a partir dele que se constitui o diretório nacional.

### 1.1 — O diretório nacional — o exercício do equilíbrio

*É difícil manter um partido vinculado à oligarquia e ao mesmo tempo querendo abrigar elementos que podem causar uma certa inquietação.*

José Joffily

Os estatutos do PSD, aprovados em 1945, determinavam que o diretório nacional, chamado ali de “conselho nacional” e composto da forma acima descrita, elegeria uma comissão diretora de sete membros, esta sim responsável maior pela condução da política do partido em nível nacional.<sup>5</sup> Entretanto, “toda vez que ela se reunia para debater assuntos importantes, chegava-se à conclusão de que era preciso reunir o diretório nacional. Então, acabou-se a comissão diretora”.<sup>6</sup>

O diretório nacional elegia um presidente e dois vice-presidentes com mandatos de quatro anos, podendo ser reeleitos, além de um secretário-geral e um tesoureiro, que não faziam parte do diretório. Participavam ainda das reuniões as bancadas do partido na Câmara e no Senado, sem direito a voto.

As principais atribuições do diretório nacional eram: fornecer as diretrizes gerais do partido; convocar as convenções nacionais; indicar os candidatos à presidência e vice-presidência da República (a serem homologados pela convenção nacional); orientar a condução das bancadas no Congresso e discutir em convenção teses de interesse nacional.

Fundamentalmente, a função do diretório nacional era a de equilibrar as diferentes tendências existentes dentro do partido, fossem elas de caráter regional, político ou mesmo ideológico.

Por isso, a figura do presidente nacional do partido assume grande importância. Ao contrário de impor uma direção, ele coordena as diversas correntes, apara arestas, entende-se com os presidentes dos outros partidos e com o presidente da República. Sua

5. Partido Social Democrático, 1945, Arts. 17, 18 e 19.  
6. Amaral Peixoto, 1977-84, p. 458.

legitimidade enquanto presidente é basicamente função de sua experiência política e de suas qualidades como negociador; sua função é o *exercício quotidiano do equilíbrio*. Equilíbrio que o presidente tem que buscar tanto interna quanto externamente. Pois se no interior do partido há que harmonizar tendências muitas vezes antagônicas, a própria posição do PSD no sistema partidário conduz o presidente do partido a uma situação de preeminência.

Toda negociação política passa necessariamente pelo PSD. Ora o partido assume a liderança no processo de entendimento político, ora ele é chamado a avalizar as negociações. Coalizões, pactos, alianças, indicações para postos no Executivo são alguns dos problemas que desafiavam constantemente a habilidade política do presidente do diretório nacional do PSD.

O PSD era realmente um colegiado. Valadares, Cirilo, Agamenon, Nereu, Válder Jobim (...), enfim, todos eram homens de grande prestígio pessoal. Então, as coisas tinham que ser mesmo debatidas e conversadas. Daí a grande habilidade de Amaral, homem extremamente veraz e que nunca se engajou em nenhuma manobra de bastidores. (...) As lideranças estaduais eram realmente muito importantes. Eram reconhecidas, tinham voz no diretório, e naturalmente era através dessa cúpula que as coisas se processavam. (...) Amaral, na presidência do diretório nacional, era a pessoa com quem todos podiam manter um diálogo. Todos nós gostávamos imensamente dele.<sup>7</sup>

O primeiro presidente do diretório nacional foi Getúlio Vargas. Escolhido pelos fundadores do partido, Vargas no entanto jamais assumiu a presidência, indicando João Vieira de Macedo para ocupar o seu lugar no diretório, como representante do Rio Grande do Sul. Quanto à presidência do partido, assumiu internamente o primeiro vice-presidente, Benedito Valadares.

O fracasso do PSD nas eleições para o governo de Minas Gerais, em janeiro de 1947, e a derrota do próprio Valadares para Artur Bernardes Filho (PR), na disputa pelo Senado, deram origem a um movimento, liderado pela seção mineira, para derrubar Benedito e eleger um presidente efetivo para o PSD. Em fevereiro

7. Renato Archer, 1977-8, pp. 161-2.

de 1947 o diretório elegeu para presidente Nereu Ramos, então vice-presidente da República e presidente da seção de Santa Catarina.

Nereu exerceu a presidência até novembro de 1949, mas renunciou por discordar da excessiva interferência do presidente Dutra nas eleições presidenciais de 1950. Com a renúncia de Nereu, ascendeu à presidência o primeiro vice, Círculo Júnior (SP), que completou o seu mandato.

Em março de 1951, Ernani do Amaral Peixoto, presidente do diretório do estado do Rio e então no governo daquele estado, foi eleito presidente do partido. Amaral foi sucessivamente reeleito até a extinção do PSD, em 1965.<sup>8</sup>

## 1.2 — Os diretórios regionais — a fonte do poder

*O diretório estadual é a alma do partido.*  
Abelardo Jurema

Uma lição preciosa emerge do que até agora foi exposto: *só tem poder no comando nacional do PSD quem tem poder no seu estado*. Consequentemente, devemos investigar a fonte do poder dos chefes estaduais e os mecanismos por eles utilizados para se manter no comando. Pois é das raposas possedistas que vamos tratar, e para ser reconhecido como tal, o líder estadual deve preencher satisfatoriamente um conjunto de requisitos.

8. Os presidentes dos diretórios regionais e membros do diretório nacional foram: Amazonas — Álvaro Maia; Pará — Magalhães Barata; Maranhão — Clodomir Cardoso, Sebastião Archer, Eugênio de Barros, José de Matos Carvalho, Newton Bello e Renato Archer; Piauí — Leônidas Melo; Ceará — Meneses Pimentel, Armando Falcão e Martins Rodrigues; Rio Grande do Norte — Georgino Avelino e Rafael Fernandes; Pernambuco — Agamenon Magalhães, Etelvino Lins, José do Rego Maciel e Jarbas Maranhão; Paraíba — Rui Carneiro; Alagoas — Osman Loureiro, Ismar de Góis Monteiro e Luís de Medeiros Neto; Sergipe — Celso Carvalho, Maynard Gomes e Ernandes Carvalho; Bahia — Pinto Aleixo, Régis Pacheco, Antônio Balbino e Oliveira Brito; Minas Gerais — Benedito Valadares; Espírito Santo — Jones dos Santos Neves e Carlos Fernando Lindenbergh; Rio de Janeiro — Ernani do Amaral Peixoto; Distrito Federal — Henrique Dodsworth e Augusto do Amaral Peixoto; São Paulo — Fernando Costa e Círculo Júnior; Paraná — Manuel Ribas e Moisés Lupion; Santa Catarina — Nereu Ramos e Celso Ramos; Rio Grande do Sul — João Vieira de Macedo, Peracchi Barcelos, Paim Filho, Ildo Meneghetti e Hermes Pereira de Souza; Mato Grosso — Filinto Müller; Goiás — Pedro Ludovico.

Assim como tentei identificar uma série de regras que constituem o "manual do bom possedista" — tomando o partido no seu conjunto — aqui serão discriminadas as regras do "manual das raposas possedistas", os requisitos da chefia regional.

O primeiro requisito de poder da liderança regional é *ter força eleitoral*, que legitima sua autoridade sobre o diretório. Segundo o mineiro Pío Canedo,

(...) os diretórios regionais eram efetivamente representativos do que de melhor tinham no seu próprio estado. E isto somava de tal forma que o diretório nacional não se sentia absoluto. Nós tínhamos em Minas o Benedito Valadares, no estado do Rio o Amaral Peixoto, em Santa Catarina o Nereu Ramos e assim por diante. Todos esses homens, antes de serem nacionais, eram regionais, mas influíram decisivamente nas soluções nacionais, dado o seu poderio, vamos frisar bem, poderio eleitoral. Todos eles eram chefes que tinham eleitores.<sup>9</sup>

O segundo requisito da chefia reside na *quantidade de recursos políticos de que ela dispõe para distribuir*. Nomeações para cargos federais no estado, postos na administração estadual, alocação de recursos para a realização de obras nos municípios e mais um sem-número de recursos de poder recheiam o poder da chefia estadual.

Vitorino (Freire) jamais pleiteou influenciar diretamente na administração do estado. Ele reivindicava ser o porta-voz do governador (do Maranhão) aqui no Rio. (...) Fazia realmente todas as nomeações federais no Maranhão: (...) o delegado fiscal, o diretor da estrada de ferro, o diretor de Portos, Rios e Canais, enfim, aqueles funcionários federais que eram de uma imensa importância naquela época. (...) Assim, ele era o *chefe político* do Maranhão, o *chefe* do PSD no estado.<sup>10</sup>

O terceiro requisito é a *habilidade em se relacionar com as lideranças locais*, atraindo-as para o partido e fortalecendo-se a

9. Pío Canedo, 1983, p. 2.

10. Renato Archer, 1977-8, pp. 26, 34-5.



partir dos recursos primários (votos) que estas lideranças locais acrescentam à legenda do PSD a cada eleição. Aqui penetramos no mundo do mandonismo local e das relações entre poder público e poder privado, intermediadas pela política: o mundo do pacto coronelista.<sup>11</sup> Afirma Barbosa Lima Sobrinho:

Um caso concreto: Limoeiro, em Pernambuco. Não interessava saber quais eram as idéias do velho "coronel" Chico Heráclio. O que interessava era saber que ele tinha prestígio político e muitos votos. Oferecia-se a ele o apoio do PSD e o direito de ter as autoridades locais, uma vez que apoiasse o partido. (...) A preocupação era partidária; era necessário ter força política no município.<sup>12</sup>

O quarto requisito é o *controle das bancadas do partido*, pois é o diretório estadual que indica à convenção os candidatos ao legislativo federal e estadual, além do governo do estado. E Abelardo Jurema relata:

Por exemplo, o Valadares tinha controle absoluto sobre o diretório de Minas. Era todo seu. (...) E como o Valadares tinha o diretório, ele mandava na bancada. (...) O diretório estadual é a alma do partido, e os deputados federais não mandavam no partido; quem mandava era o Valadares. Era a ditadura partidária, a ditadura do presidente do partido.<sup>13</sup>

E Amaral Peixoto confirma a visão de Abelardo Jurema:

Eu tive um caso: esses 24 (deputados estaduais) que eu elegi em 47. Num determinado momento, o Edmundo de Macedo Soares, governador do estado, chamou os três secretários que eram do PSD e disse: "Vou romper com o Amaral. (...)"

11. Vale lembrar aqui a já clássica definição de coronelismo, da obra pioneira de Vítor Nunes Leal. O autor concebe o coronelismo sobretudo "como um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra". Vítor Nunes Leal, 1975, p. 20.

12. Barbosa Lima Sobrinho, 1977, p. 265. Aliás, Chico Heráclio é um dos quatro coronéis estudados no interessante trabalho de Marcos Vinícius Vilaga e Roberto Cavalcanti de Albuquerque, 1965.

13. Abelardo Jurema, 1977, p. 287.

Vocês resolvam a posição de vocês." Os três foram à Assembleia e resolveram: "Vamos romper com o governador." Os 24 (deputados estaduais) — eu tenho no meu arquivo — assinaram um pedido de renúncia. Foram à Câmara e me entregaram, dizendo: "Se um de nós o trair, o senhor entra com a renúncia." Isso é uma coisa decente, digna.<sup>14</sup>

Finalmente, a soma de poderes reunidas no exercício da liderança regional implicava a utilização do *poder de veto* contra o surgimento de novas lideranças que pudessem ameaçar a sobrevivência das chefias estaduais, e conseqüentemente sua influência no diretório nacional. O poder de veto, acionado para frear as tentativas de modernização da liderança, teve sérias conseqüências para o partido, pois impediu a renovação das elites partidárias e a absorção de um eleitorado mais urbanizado e industrializado. Afirma José Joffily:

(Rui Carneiro) nunca teve grande entusiasmo pela candidatura para governador. Na ocasião em que eu seria o candidato natural, ele deu preferência ao irmão, Janduí Carneiro, que não era da Ala Moça nem tinha idéias nacionalistas; era do PSD tradicional.<sup>15</sup>

Todos estes testemunhos nos mostram as raposas possedistas em ação. Donos de um formidável arsenal de votos, controlando firmemente seus diretórios, esses líderes tinham total autonomia em relação à direção nacional em tudo aquilo que dissesse respeito à condução do partido dentro dos limites do seu estado. Alianças e entendimentos eleitorais, por exemplo, não passavam pela aprovação da direção nacional e perseguiam uma lógica estritamente regional.<sup>16</sup>

Assim, foi possível ao PSD implementar melhor do que qualquer outro partido a prática das coligações eleitorais. O PSD aliou-se indiferentemente a todos os partidos, tendo em vista a maximização de seus votos em âmbito estadual. Para um partido fundado e fortalecido no exercício do poder, controlar os executivos estaduais

14. Amaral Peixoto, 1977-84, p. 522.

15. José Joffily, 1977-8, p. 172.

16. Olavo Brasil de Lima Júnior, 1983.

significava dispor de recursos políticos e econômicos para atender às lideranças regionais e manter os prefeitos dentro da legenda partidária.<sup>17</sup>

## 2. Crime e castigo — as dissidências pesedistas

*Em Minas o PSD só perde eleição quando se divide.*

Pio Canedo

*Houve dissidências à candidatura de Juscelino. Não pude expulsar porque a lei não permitia.*

Amaral Peixoto

Nem sempre foi tranqüila a convivência dentro de um partido que tinha que procurar o equilíbrio entre forças regionais ativas e muitas vezes discordantes entre si. As dissidências partidárias manifestavam-se geralmente em períodos eleitorais, quando as lideranças regionais, fortemente ciosas de sua autonomia, digeriam com dificuldade as tentativas de interferência externa em suas áreas de influência e reagiam firmemente para preservar seu domínio sobre o diretório do partido.

Quando se tratava de dissidências intra-estaduais, estas eram absorvidas no âmbito mesmo do diretório regional. Já no caso de dissensão em relação a uma orientação do diretório nacional (principalmente quando aprovada em convenção) o tratamento era mais severo, nunca chegando no entanto a soluções extremas, como a exclusão dos dissidentes dos quadros partidários.

Os casos exemplares dos dois tipos de dissidência eleitoral, examinados a seguir, são a eleição de 1947 em Minas Gerais e a sucessão presidencial de 1955.

### 2.1 — Minas em 1947 — Valadares x Dutra

As eleições de janeiro de 1947 em Minas Gerais inscrevem-se no quadro geral da disputa que se travou dentro do PSD entre getulistas e dutristas. Desejoso de firmar sua liderança no PSD, o

17. Ver no Anexo 5 a lista de todos os governadores eleitos entre 1947 e 1962.

presidente Dutra interferiu em várias eleições estaduais, apoiando candidatos e alianças que levassem ao enfraquecimento dos getulistas dentro do partido. Bahia, Maranhão e São Paulo deram vitórias substanciais aos dutristas; Pernambuco e Minas Gerais os derrotaram.<sup>18</sup>

“Dutra entendeu que poderia exigir um acordo em Minas, e os mineiros tomaram muito tempo dele, na boa forma de Minas Gerais agir politicamente. Resultado: numa determinada fase, foi imposto pelo Dutra o nome — surpreendente — de Venceslau Brás”, relata Pio Canedo, membro da ala que apoiava a candidatura de Carlos Luz. O grupo era composto ainda por Melo Viana, Cristiano Machado, Alfredo Sá, Gustavo Capanema, José Rodrigues Seabra, Lair Tostes e Levindo Coelho.<sup>19</sup>

A convenção seria meramente homologatória, mas Valadares convocou seus correligionários do interior e convenceu-os de que o acordo não era conveniente para Minas. O nome de Venceslau Brás não chegou a ser indicado na convenção regional, que escolheu Bias Fortes como candidato.<sup>20</sup>

A recusa ao candidato de Dutra significou para Valadares a manutenção de seu controle sobre o diretório mineiro, mas resultou também na derrota do PSD. A dissidência liderada por Carlos Luz aliou-se à UDN e elegeu Milton Campos.<sup>21</sup>

No âmbito do diretório regional não houve qualquer punição para os dissidentes, pois a Valadares não interessava “apresentar aos olhos da nação um PSD mineiro sem Carlos Luz, sem Melo Viana, sem Cristiano Machado ou sem Capanema, sem essa gente que era da maior grandeza”, conclui Pio Canedo.<sup>22</sup>

18. Em Pernambuco o candidato dutrista, Neto Campelo, é derrotado por Barbosa Lima Sobrinho, apoiado por Agamenon Magalhães. Depois de uma batalha na justiça, que durou quase um ano, Barbosa Lima pôde assumir o governo. Ver Barbosa Lima Sobrinho, 1977, e Dulce Pandolfi, 1983. Sobre Bahia, Maranhão e São Paulo, ver o Capítulo 6.

19. Venceslau Brás Pereira Gomes, ex-presidente da República (1914-18), estava inteiramente afastado da atividade política, em seu retiro em Itajubá (MG), desde que terminara seu mandato na presidência da República. Era representado na política mineira por Noraldino Lima, seu herdeiro político. Pio Canedo, 1983, pp. 3-9.

20. *Ibidem*, pp. 6-7.

21. A dissidência do PSD contribuiu com cerca de cem mil votos para Milton Campos, num eleitorado que não atingia, no total, 700 mil eleitores. *Ibidem*, p. 8.

22. Pio Canedo, 1983, p. 8.



## 2.2 — 1955 — as dissidências contra Juscelino

Mais dramático foi o quadro da sucessão presidencial de 1955, e outra foi a solução adotada pelo PSD.

A eleição de 1955 segue fielmente o modelo descrito no capítulo anterior. A primeira fase, de busca do candidato de união nacional, é marcada pelo lançamento do “esquema Etelvino”.

Eleito governador de Pernambuco em 1952, para completar o mandato de Agamenon Magalhães,<sup>23</sup> Etelvino Lins propõe logo a união dos partidos de centro para apoiar a candidatura do general Juarez Távora à presidência da República. Ao PSD caberá indicar o vice-presidente, talvez o governador de Minas, Juscelino Kubitschek.

Entretanto, a maioria dos governadores possedistas rejeita o esquema. Ao PSD não convém uma “união nacional” em que à UDN caberia a cabeça da chapa. O fracasso de 1950 e as dificuldades para explicar uma aliança com o seu tradicional adversário para o eleitorado do interior estão muito presentes entre as lideranças do partido. Reunidos em Belo Horizonte, no encontro dos governadores dos estados da bacia do Paraná-Uruguaí, em abril de 1954, os governadores do PSD lançam uma nota condenando a veiculação de candidaturas presidenciais antes das eleições de outubro.<sup>24</sup> Fracassada a “união nacional”, termina a segunda fase do modelo de sucessão.

Com a recusa de seu esquema pelas lideranças possedistas, Etelvino aproxima-se mais da UDN, passa a constituir com elementos da oposição civil e militar um “grupo de resistência” a uma eventual tentativa de continuísmo de Vargas. Para isso, entrega a legenda do PSD ao general Cordeiro de Farias, da linha mais “udonista” do Exército, para que este possa concorrer ao governo de

Pernambuco nas eleições de outubro de 1954 e organizar a resistência a Getúlio a partir do Nordeste.<sup>25</sup>

A terceira fase da sucessão significa, em termos do PSD, o início da viabilização da candidatura de Juscelino Kubitschek, colocada em pauta praticamente desde sua posse no governo de Minas em 1951. O próprio presidente Vargas via com simpatia a candidatura, segundo Amaral Peixoto: “Eu já tinha conversado com o dr. Getúlio sobre o Juscelino. Ele achou bom, pois era o governador do maior estado e estava integrado no maior partido”.<sup>26</sup>

Entretanto, Juscelino encontra sérias resistências ao seu nome no próprio diretório mineiro. Liderada por Valadares (eterno pretendente à presidência da República), a dissidência mineira recebe o apoio das seções de Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte do Ceará.<sup>27</sup>

Mas o nome de Juscelino foi praticamente imposto ao diretório nacional a partir das bases. Visitando o maior número possível de diretórios no interior, ele conseguiu que as bases estaduais pressionassem as lideranças no sentido de aceitar a sua candidatura. “O direito de ser candidato foi conquistado em praça pública”, afirma Renato Archer.<sup>28</sup>

Na convenção nacional que homologou a candidatura de Juscelino, os mineiros abandonaram a dissidência e votaram em seu nome, mas os diretórios de Pernambuco, Santa Catarina e Rio Grande do Sul abstiveram-se, dissentindo ostensivamente e aprovando ainda mais a crise no interior do PSD. Amaral Peixoto relata a convenção:

A convenção do PSD era muito difícil de ser feita, porque era uma convenção de base municipal; vinham os delegados dos municípios. (...) Não era possível aos 700 municípios mineiros, por exemplo, mandar representantes. Então, o Valadares pedia muito para ser ele o representante, e vinha para a convenção com 300 votos. (...)

(Na convenção), o Valadares veio com o programa dele, de adiar para ver o que ia surgir. Chegou perto de mim e disse: “Vamos adiar isso para amanhã.” (...) Eu me irritei e falei:

25. Cordeiro de Farias, 1981, p. 465.

26. Amaral Peixoto, 1977-84, p. 881.

27. Renato Archer, 1977-8.

28. *Idem*, pp. 40-1.

"Você quer adiar? Então, vá lá para baixo, peça a palavra e proponha de lá, em voz alta. Não aqui, no meu ouvido." Ele disse: "Então vou embora, não voto." Aí eu respondi: "Você vai embora, e eu quero ver você desembarcar amanhã em Belo Horizonte. Você, torpedeando a candidatura do governador de Minas." De repente, toquei a campanha e mandei fazer a chamada para votar. (...) O Eurico Sales começou a fazer a chamada: "Benedito Valadares, 300 votos." O Benedito respondeu: "Juscelino Kubitschek."<sup>29</sup>

Os riscos de uma cisão no partido ou mesmo na "cristianização" de Juscelino eram muito altos; por isso mesmo a reação da direção nacional foi imediata e violenta: pela primeira vez, o diretório nacional intervinha em diretórios rebeldes. Em Pernambuco, José do Rego Maciel — que substituíra Eitelvino Lins — foi apeado da presidência e substituído por uma comissão liderada por Jarbas Maranhão, que depois assumiu a presidência. No Rio Grande do Sul, Peracchi Barcelos foi deposto e substituído por uma comissão chefiada por Pain Filho. Em fins de 1957 Ilde Meneghetti foi eleito presidente. Apenas em Santa Catarina Nereu Ramos se recompôs com Amaral Peixoto, e a paz retornou, aparentemente, ao PSD.<sup>30</sup>

## 2.3 — Apertam-se os parafusos — as alterações estatutárias

*A política se fazia naquela época muito mais na base da palavra, da lealdade.*

Pio Canedo

A disciplina partidária, extremamente frágil nos primeiros anos de existência do partido, fortaleceu-se em sucessivas alterações estatutárias ao longo do período 1945-64. Os estatutos do PSD, a partir do início dos anos 50, já permitem a cassação de mandatos partidários e mesmo a dissolução de diretórios. Mesmo com essas alterações, é muito difícil para o partido aplicar sanções a seus membros individualmente, pois a inexistência da fidelidade partidária torna quase impossível a caracterização de uma desobediência frontal a uma orientação do partido. As determinações estatutá-

rias, embora crescentemente rígidas, são ainda assim muito vagas a esse respeito.

No entanto, as mais importantes modificações, no que toca à disciplina partidária, ocorreram após as dissidências à candidatura Juscelino em 1955. Assim, os estatutos publicados no *Diário Oficial* de 1.º de novembro de 1955 determinavam, no parágrafo único do Art. 10.º: "A convenção nacional, ao adotar uma deliberação, pode desde logo investir o diretório nacional de poderes de dissolver e reorganizar os diretórios que divergem da respectiva decisão."

Esta determinação tinha origem e endereço certos, e foi com base neste parágrafo que o diretório nacional interveio no diretório de Pernambuco e no do Rio Grande do Sul, que divergiram da decisão da convenção nacional que homologou o nome de Juscelino. Evitava-se, dessa forma, a reprodução de um precedente perigoso — desobediência ostensiva a uma deliberação da convenção nacional — que colocava em risco a coesão interna do partido. De outro lado, o diretório nacional assumia um poder maior, contrabalançando a enorme força de que dispunham os diretórios regionais.

Entretanto, os anos difíceis da primeira metade da década de 60 mostraram como foi insuficiente o poder do diretório nacional para conter a rebelião das seções estaduais e a fragmentação interna, que terminou por implodir o PSD.

## 3. A perpetuação da chefia — tendência à oligarquização

*A ascensão de novos líderes sempre acarreta, para aqueles que já estão no poder, o perigo de serem forçados a ceder seus lugares para os recém-chegados.*

Robert Michels

A existência de lideranças regionais detentoras de um enorme poder dentro do PSD traz à discussão o problema da renovação do comando partidário ou, dizendo de outra forma, a questão da *oligarquização da chefia*, tema presente desde há muito na bibliografia sobre partidos políticos. Desde 1914, quando Robert Michels publicou seu livro *Political Parties: a Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*,<sup>31</sup> pessimista e até

29. Amaral Peixoto, 1977-84, p. 892.

30. *Idem*, *ibid.*; Eitelvino Lins, 1977.

31. Robert Michels, 1962.



melancólico, por vezes, embora tenha produzido uma obra com destinatário certo — os partidos socialistas europeus do início do século, e especialmente o alemão —, Michels aborda alguns problemas extremamente pertinentes e até atemporais, que rondam os partidos políticos.

Uma das mais relevantes contribuições de Michels — e também das mais instigantes — é a *lei de ferro da oligarquia*, segundo a qual a oligarquização é a tendência inevitável de qualquer organização, e portanto dos partidos políticos, por mais democrática que seja a base. Como “a democracia é inconcebível sem organização” e como “por razões técnicas e administrativas, não menos do que por razões táticas, uma organização forte necessita de uma liderança igualmente forte”, Michels afirma que “organização implica tendência à oligarquia”.<sup>32</sup>

Portanto, o dilema dos partidos políticos reside fundamentalmente em conciliar, em termos de comando, dois desejos aparentemente inconciliáveis, pois o desejo de participação das lideranças emergentes entra em conflito com o desejo de autoproteção das lideranças que detêm o poder dentro do partido.

Para se perpetuar, as lideranças manipulam todos os instrumentos de que dispõem. Experiência parlamentar, competência técnica (desenvolvida no trabalho das comissões parlamentares), capacidade de interpretação conveniente de estatutos e regulamentos — isto é, competência externa e interna — e principalmente a “continuidade, sem a qual a autoridade política da organização seria diminuída”, são alguns dos elementos arrolados por Michels como instrumentos utilizados pela chefia para sua autoproteção.<sup>33</sup> Afinal, como reconhece o próprio autor, “um partido que substitui seus líderes com muita frequência corre o risco de descobrir-se incapaz de contrair alianças úteis no momento oportuno”.<sup>34</sup>

Se agregarmos a esses atributos a força eleitoral, uma correta distribuição de recursos políticos, a habilidade em se relacionar com as lideranças locais e o controle das bancadas do partido, teremos o retrato das raposas possedistas. Não é de surpreender, portanto, a permanência de homens como Vitorino Freire, Benedito Valadares, Pedro Ludovico e Amaral Peixoto na chefia de seus diretórios durante toda a existência do PSD.

32. Robert Michels, 1962, pp. 61-72 (trad. da A.).

33. *Idem*, pp. 117-25 (trad. da A.).

34. *Idem*, p. 125 (trad. da A.).

Pelo que podemos observar, o PSD é o partido micheliano por excelência. Mas a renovação da liderança é condição vital para a sobrevivência de um partido político. Será que o dilema entre renovação e perpetuação é resolvido apenas pelas sucessões biológicas, isto é, pela morte dos velhos chefes? Até que ponto a falta de oxigenação das elites partidárias, resultado da não-introjeção de sangue novo no comando, pode ser responsável pela esclerose e morte do partido?

Algumas alternativas podem ser imaginadas com o objetivo de inverter esta “tendência inevitável à oligarquização” postulada por Michels, de forma a se obter, se não uma permanente e rotineira renovação das elites partidárias, ao menos um certo alargamento do comando, que permita a inclusão de novas lideranças.

No caso do PSD, os exemplos bem-sucedidos desse processo são tão escassos que só fazem ratificar a configuração de um partido fortemente oligarquizado, com uma liderança enquistada nos postos de comando, mobilizando todo o seu poder de veto para impedir a emergência de novos valores que possam ameaçar seu domínio confortável sobre o partido. As trajetórias de Juscelino Kubitschek e de Antônio Balbino são exemplares porque raras.

Deputado federal em 1935, prefeito de Belo Horizonte durante o Estado Novo, novamente deputado federal entre 1946 e 1951, governador de Minas Gerais (1951-55), presidente da República (1956-61), senador por Goiás (1961-64),<sup>35</sup> Juscelino constrói uma carreira política vitoriosa e se torna um dos membros mais influentes do PSD sem jamais ter ocupado uma presidência de diretório.

Saído inicialmente do *entourage* de Benedito Valadares (que o inclui na chapa para deputado federal em 1935 e nomeia-o prefeito de Belo Horizonte em 1940), Juscelino ultrapassa a influência de Valadares, que se torna seu opositor na política mineira.<sup>36</sup> Suas vitórias eleitorais sucessivas, os postos que ocupou no Executivo (distribuindo recursos e atraindo fidelidades das lideranças locais e nacionais), os contatos com as bases do partido fazem com que a liderança de Juscelino dentro do PSD cresça na razão direta do

35. Juscelino Kubitschek, 1975-8.

36. Na reunião do diretório para a escolha do candidato às eleições para o governo de Minas em 50, Juscelino vence Bias Fortes por apenas um voto. Em 55 Valadares só se decide por Juscelino na hora da votação na convenção nacional. Ver Paulo Pinheiro Chagas, 1977; Pío Canedo, 1983, Juscelino Kubitschek, 1975-8, entre outros.



ocaso de Benedito Valadares. É certo que este permanece na chefia do partido em Minas Gerais até 1965. Mas também é certo que sua interferência nas decisões do partido no que toca à política nacional vai declinando, na medida da ascensão de Juscelino. Valadares torna-se mais e mais uma figura paroquial.

Dessa maneira, Juscelino não precisa disputar com Valadares a presidência do diretório mineiro; ele o contorna e passa a influir diretamente no diretório nacional, através de sua ascendência sobre as lideranças do partido.

Força eleitoral e exercício de funções no Executivo são créditos políticos de grande relevância quando se quer contornar a "burrocracia" do partido. Se Juscelino foi sempre um *outsider*, Antônio Balbino foi um *outsider* que se tornou um *insider*, percorrendo para isto um caminho distinto do de Juscelino.

Eleito deputado federal em 1950, Balbino passa a ocupar a pasta da Educação na reforma ministerial promovida por Vargas em 1953. No ano seguinte, com o apoio de Getúlio e de João Goulart, elege-se governador da Bahia pela coligação UDN/PTB/PSP, pois o PSD, controlado pelo então governador Régis Pacheco, nega-lhe a legenda.<sup>37</sup> Uma vez no governo, Balbino assume o controle do partido, tornando-se presidente do diretório regional, e firma-se na chefia, passando a conter o aparecimento de novas lideranças que lhe possam ameaçar o poder. Mesmo renunciando à presidência do diretório em 1958, Balbino continua a exercer influência no diretório nacional, graças aos postos que ocupa no Executivo federal e às boas relações que mantém com o comando nacional do PSD.

#### 4. Conclusão

Do ponto de vista da organização interna, estamos tratando com um partido que tenta harmonizar tendências centralizadoras e descentralizadoras. À excessiva autonomia das seções regionais contrapõe-se um diretório nacional que equilibra posições diferentes, dirime conflitos, concilia interesses antagônicos, mas intervém para manter a unidade partidária.

37. Os números das eleições de 1954 na Bahia foram: Antônio Balbino (UDN/PTB/PSP) — 354.197 votos; Pedro Calmon Muniz Bittencourt (PSD/PDC/PSB/PR/PSP) — 298.140 votos. TSE, *Dados estatísticos*, vol. 7.

Um partido tão grande e tão forte, com tal influência na vida política nacional, necessita de uma liderança com larga experiência política. Uma liderança cuja competência, adquirida no exercício de postos dentro e fora do partido, a credencia para comandar o PSD e executar sua função de fiador da estabilidade política.

Mas os requisitos do poder das raposas pessedistas, experimentadas na condução quotidiana dos negócios partidários e políticos, na liderança dos processos de entendimento e conciliação, transformam o PSD num partido micheliano. A oligarquização da chefia, consequência da própria natureza do PSD e do papel que ele exerce no sistema político-partidário, é de molde a imprimir à renovação das lideranças um ritmo lento, quase imperceptível.

Se as dissidências eleitorais são absorvidas sem deixar muitas sequelas, outro será o tratamento dado às dissidências geracionais e/ou ideológicas. Estas, sim, ameaçam a permanência da chefia e afetam de maneira irreversível a coesão interna do partido, contraindo poderosamente para a sua fragmentação e ameaçando a estabilidade do sistema político.

O processo de radicalização, que se instala a partir do final dos anos 50, atinge duramente o PSD, cujas principais lideranças serão incapazes de se adaptar. E mais ainda, a direção partidária nega aos reformistas, elementos mais jovens que emergem a partir do governo Juscelino, espaço suficiente no comando do PSD.

E é justamente a luta entre velhos e moços, entre raposas e reformistas — uns lutando pela autopetuação, outros pela modernização do partido — a primeira evidência de fragmentação interna, que conduzirá o PSD a um perigoso processo de desagregação. Perigoso, porque se o partido é o fiador do equilíbrio político todo acontecimento traumático ocorrido no seu interior se reflete no sistema partidário.



## ESSES MOÇOS... — A TRAJETÓRIA DA ALA MOÇA DO PSD

*A Ala Moça é um encontro. Homens que atingiram em plena juventude a sensação de poder num país que começava a ser potência.*

Cid Carvalho

*A Ala Moça foi a manifestação de uma luta interna pela obtenção de postos no comando do partido.*

Ulisses Guimarães

A segunda metade da década de 1950 traz à tona a discussão de uma pauta de questões que, postergadas ou superficialmente debatidas nos governos anteriores, serão discutidas com variados graus de profundidade no contexto do governo Kubitschek.

A própria candidatura de Juscelino amparava-se numa tentativa mais ou menos sistematizada de apreensão destes problemas. Como veremos ao longo deste capítulo, é exaustivamente enfatizado por aqueles que aderiram à sua candidatura o fato de que pela primeira vez no Brasil um candidato à presidência da República se apresentava ao eleitorado com um programa de governo: o Programa de Metas.<sup>1</sup>

Dessa forma, questões como opções para o desenvolvimento, industrialização, fortalecimento do mercado interno, crescimento da urbanização, modernização administrativa, extensão da legislação trabalhista ao campo, acesso à terra, voto do analfabeto, entre outras, assomam ao centro dos debates.

O processo geral de complexificação que passa a sofrer a sociedade brasileira tem, por conseguinte, óbvios e relevantes reflexos políticos. As novas demandas não podem mais ser contidas no

1. Sobre o Programa de Metas, ver Celso Lafer, 1970.

limitado quadro da oposição getulismo/antigetulismo, predominante desde 1930.

No âmbito dos partidos políticos, tais mudanças têm graves consequências, embora sua absorção por parte das oligarquias partidárias ocorra mais lentamente. O avanço da urbanização tem efeitos interessantes no tocante à redefinição da competição eleitoral. A mudança da composição do eleitorado faz com que o debate dos novos temas, enumerados acima, ganhe significado e implicações sempre maiores.

Na verdade, o peso do eleitorado urbano ainda não é de molde a determinar inteiramente os contornos da disputa eleitoral. Afinal, em 1960 a população rural ainda representa 54,9% do total da população brasileira.<sup>2</sup> Mas as áreas rurais, já tradicionalmente ocupadas por PSD e UDN, passam a ser disputadas com tenacidade pelo PTB, em sua estratégia de disseminação por todo o território nacional. Assim, o diferencial do voto urbano assume cada vez maior importância na composição das vitórias eleitorais.

Ora, o crescente eleitorado urbano sofisticava suas demandas em termos sócio-econômicos e políticos, o que exige dos partidos uma revitalização e uma atualização para responder a esses novos desafios.

Nesse sentido, o governo JK é tanto a origem como o efeito dessas novas realidades. De um lado, o Programa de Metas é a consubstanciação de aspirações difusas e aspectos já enunciados em governos anteriores — como industrialização, saúde, transportes, energia etc. De outro, a implementação do programa durante o governo de Juscelino acelera a evolução das novas realidades, gerando novas demandas.

Finalmente, o debate sobre o “desenvolvimentismo” juscelinista e o nacionalismo permeia todo o período, estabelecendo os laços do governo JK com os governos anteriores e os subsequentes. O veículo desta discussão, o ISEB, nasce ainda no governo Vargas, composto por membros da assessoria do presidente, e só será extinto após o colapso democrático em 1964. Aproximando-se de Juscelino

## 2. O avanço da urbanização pode ser avaliado pelo quadro abaixo:

população rural	população urbana
1950 — 33.101.000 hab. — 63,8%	18.783.000 hab. — 36,2%
1960 — 38.976.000 hab. — 54,9%	31.991.000 hab. — 45,1%

FONTE: Celso Lafer, 1970, p. 24 (Tabela I-6).

lino desde a campanha eleitoral, o ISEB fornece-lhe assessoria e auxilia na formulação do Programa de Metas. Sua influência durante os primeiros anos do governo e a oposição cerrada que sofreu por parte de órgãos da imprensa constituem um capítulo importante da radicalização político-ideológica que se acelera nos últimos anos da década de 50.<sup>3</sup>

Evidentemente, a dinâmica do sistema partidário sofre as consequências desse processo geral de modernização por que passa o país. E o efeito maior é a alteração da posição do centro do sistema. Ou seja, o *centro ideológico se move para a esquerda*. Ora, se o centro muda, é necessário que o partido de centro — isto é, o PSD — também caminhe para a esquerda, para poder continuar a ocupar o centro do sistema partidário. E é com esta preocupação e com este sentido de renovação e de ocupação do novo centro que surge no PSD o grupo chamado Ala Moça.

Estreitamente vinculada à candidatura e ao governo de Juscelino, a Ala Moça se organiza como grupo renovador, disposta a revitalizar os métodos do PSD, adaptando-o às novas solicitações trazidas à discussão durante a campanha e o governo Kubitschek. À “fase heróica” do governo — aprovação e implementação do Programa de Metas e cessação das hostilidades mais sérias ao nome de Juscelino, dentro e fora do PSD — corresponde o período de ascensão e apogeu da Ala Moça. Na “fase de consolidação” — fortalecimento dos laços entre Juscelino e a oligarquia pessoista — iniciam-se o descenso e a agonia do grupo, já claramente em dissidência com o comando partidário, e sua dispersão é marcada pelo fracasso do PSD na sucessão presidencial de 1960.

A trajetória da Ala Moça, de fração de idéias a dissidência ideológica, representa o primeiro impacto sério na estrutura pessoal, cujas consequências serão dramáticas para o PSD e para todo o sistema partidário.

Neste capítulo acompanharemos a evolução da Ala Moça do PSD — início, apogeu, declínio e dissolução do grupo. Pois reside na Ala Moça e em seu conflito com a oligarquia pessoista a origem da fragmentação interna do PSD e seu desaparecimento enquanto partido situado no centro do sistema partidário, fiador da estabilidade política.

3. Sobre o ISEB ver, principalmente, Nelson Werneck Sodré, 1977 e 1978, e Caio Navarro de Toledo, 1977.



Na primeira parte, voltaremos uma vez mais ao modelo de Sartori, para saber como ele trata das frações intrapartidárias e para discutir mais analiticamente a natureza e atuação dessas frações dentro de um partido político. Em seguida, serão apresentados os membros da Ala Moça e suas trajetórias individuais até 1955, quando começam a atuar como grupo, além de um rápido resumo da evolução dos diretóriosessedistas em seus estados de origem.

A terceira parte abrangerá a atuação da Ala Moça em seu período de apogeu, durante os dois primeiros anos do governo JK. A seguir, o declínio e a dissolução do grupo, no contexto da segunda metade do governo. Na última seção, será traçado o destino político de cada um dos membros da Ala Moça.

Finalmente, na conclusão tentarei analisar os efeitos do confronto entre oligarquia e Ala Moça, enfatizando o papel desempenhado pelo grupo dissidente do início da fragmentação interna do PSD.

## 1. Revisitando Sartori

*A natureza de um partido reside na natureza de suas frações.*

Giovanni Sartori

Novamente se faz necessário o recurso ao modelo analítico de Sartori, desta feita para abordar o problema das frações intrapartidárias. Resumindo a sua argumentação, as frações podem ser analisadas a partir de quatro dimensões: *organizacional*, onde importa saber até que ponto o partido "é constituído de subunidades que operam suas próprias redes de lealdades, realizam seus congressos, levantam fundos para si mesmas (não para o partido), têm sua imprensa e seus porta-vozes e — no conjunto total — relacionam-se com o partido como grupos quase soberanos";<sup>4</sup> *motivacional*, que divide as frações entre frações *de interesse* e *de princípios*. As primeiras, motivadas por recompensas imediatas e concretas, como cargos e benesses; as últimas, grupos que defendem ideais e idéias e a consequente implementação de políticas correspondentes;<sup>5</sup> *ideol*

*ógica*, cujo conteúdo vai do "extremo fanatismo ideológico, e das questões de princípios orientadas para o futuro até o extremo oposto do utilitarismo e do pragmatismo puros";<sup>6</sup> e *esquerda-direita*, a menos confiável, segundo Sartori, por ser "irremediavelmente multidimensional; é o 'índice' de política do leigo".<sup>7</sup>

O esquema acima exposto, bastante simplificado, permite des- de logo uma primeira conclusão: a dimensão *motivacional* é a mais relevante, sendo as duas últimas perfeitamente absorvíveis por ela. A dificuldade mais séria apontada pelo autor quanto a essa dimensão diz respeito à "camuflagem". Em geral, uma fração de interesse nunca se apresenta como tal, optando por revestir suas intenções de justificativas técnicas, pragmáticas, ideológicas ou mesmo patrióticas. Para Sartori, uma das formas de se detectar a camuflagem seria investigar se esta fração tem ou não uma base clientelista, pois cargos e benesses "são importantes para as frações de interesse, porque conferem poder e atraem seguidores".<sup>8</sup>

O modelo sartoriano revela-se, no meu entender, incompleto. Sartori não relaciona as características internas do partido com sua posição no sistema partidário. Por exemplo, em que medida a existência e o funcionamento das frações intrapartidárias interferem na atuação do partido no âmbito da competição interpartidária? Ou ainda, até que ponto a existência de frações de natureza semelhante em diferentes partidos pode facilitar uma aliança entre esses partidos?

Falta ao modelo sartoriano — como, de resto, já foi apontado no Capítulo 1 — um certo movimento. As frações intrapartidárias descritas são estáticas, cristalizadas, sem qualquer ponto de contato, ainda que em termos meramente analíticos, com o mundo extra-partido, isto é, o universo da disputa entre os partidos.

Uma segunda crítica pode ser feita ao modelo, no que respeita à análise das frações de base motivacional: falta uma variável cru-

<sup>4</sup> *Idem*, p. 78 (trad. da A.).

<sup>5</sup> *Idem*, p. 79 (trad. da A.).

<sup>6</sup> *Idem*, p. 77 (trad. da A.).

<sup>7</sup> *Idem*, p. 78 (trad. da A.).

<sup>8</sup> *Idem*, p. 79 (trad. da A.).

4. G. Sartori, 1976, p. 76 (trad. da A.).

5. O autor estabelece uma subdivisão nos dois grupos: as frações de interesse compreendem frações de poder (o poder pelo poder) e as *spoils fac-*

cial, a posição do partido que contém essas frações. É fundamental saber se o partido em cujo interior atuam essas frações *está no governo ou na oposição*, se o partido dispõe ou não de *recursos de poder* para distribuir.<sup>9</sup>

Em suma, falta ao esquema a mediação de uma variável *temporal* (se pensarmos na alternância dos partidos no poder) e de *quantidade de poder concreto* de que o partido dispõe. Só um partido na oposição pode dar-se ao luxo de possuir frações de tipo puro, como as descritas no modelo sartoriano. O fato de um partido estar no poder e distribuir recursos não transforma necessariamente suas frações de idéias em frações de interesse, mesmo que aquelas estejam assentadas em alguma base clientelista.

Tomemos um exemplo concreto que poderá ajudar a esclarecer o argumento acima: a UDN, partido “de oposição” por excelência, no plano nacional.

A partir da década de 50, a UDN passou a contar com duas frações perfeitamente identificáveis: uma de princípios, a Banda de Música; outra de interesse, os “chapas-brancas”. A Banda de Música, grupo formado no início do segundo governo Vargas, fez oposição cerrada ao governo federal desde então, atacando virtualmente a política econômico-financeira e denunciando casos de corrupção governamental. Composta basicamente por Aliomar Baleeiro (BA), José Bonifácio (MG), Afonso Arinos (MG), Adauto Lúcio Cardoso (DF) e Bilac Pinto (MG), a Banda de Música defendia intransigentemente “um modelo ‘neoliberal’, no qual predominaavam definições conservadoras sobre a questão operária e privatistas sobre a questão da fórmula para o desenvolvimento”.<sup>10</sup>

Já os “chapas-brancas” eram parlamentares — geralmente do Nordeste — que se aproximavam do governo e negociavam seu apoio nas votações de interesse do Executivo em troca de posições (cargos, verbas, nomeações etc.) em seus estados. Formada, entre outros, por Virgílio Távora (CE), Leandro Maciel (SE), José Cân-

dido Ferraz (PI) e Antônio Carlos Magalhães (BA), os “chapas-brancas”, numa “estranha simbiose de interesses, dependiam do rigor da oposição feita pelos bacharéis; quanto mais violenta a Banda de Música, maior valor de barganha adquiriam os ‘votos traidos’ dos ‘chapas-brancas’”.<sup>11</sup>

Ao contrário, jamais se encontram frações de idéias de tipo puro nos partidos que estão no governo, pela razão singela de que é praticamente impossível dispor de recursos para distribuir e não o fazer. Mais do que impossível, é um suicídio político, pois a distribuição de recursos — quando se os tem — é inerente à atividade do partido que está no governo. Sendo assim, uma fração de idéias de um partido que está no poder pode — e deve — implementar alguns interesses sem perder sua característica principal, que é a de transformar idéias em políticas. A esse respeito, afirma José Joffily:

Nós da Ala Moça éramos tolerados até com uma certa simpatia, porque não estávamos disputando a política de clientela, para termos autoridades em nossos estados. Isso não quer dizer que eu não tenha nomeado ninguém. Nomeei também, mas não era a tônica do grupo.<sup>12</sup>

Portanto, ao tratar com a Ala Moça do PSD estamos tratando com uma fração de idéias que pertence a um partido que *detém o poder*, o que determina que ela também disponha de parcelas desse poder.

## 2. As dramatis personae

*Quase todos nós tínhamos boas relações com as velhas lideranças, embora nos entreméssemos politicamente.*

Renato Archer

A grande maioria dos membros da Ala Moça tem suas origens nas oligarquias estaduais e/ou encontra-se de alguma forma vinculada ao Estado Novo. Ao mesmo tempo, seus estados de origem têm, no controle dos diretórios, algumas das mais notórias raposas

9. Na verdade, Sartori apenas menciona o assunto, quando afirma que “a presença ou a ausência de uma estrutura clientelista pode depender de estar o grupo no poder ou fora dele”. *Ibid.*, pp. 77-8 (trad. da A.).

10. Maria Vitória Benevides, 1981, p. 85. Isto não impedi, no entanto, que a Banda de Música apoiasse a emenda de um de seus membros, Bilac Pinto, que propôs o monopólio estatal do petróleo. Entretanto, como vimos no Capítulo 4, tratava-se de mero expediente eleitoral, não afetando as características do grupo. Ver ainda João Agripino, 1978; José Bonifácio, 1979, entre outros.

11. Maria Vitória Benevides, 1981, p. 103.

12. José Joffily, 1983.



pessestistas. Assim, raposas e reformistas enfrentavam-se nos seguintes estados: Maranhão, Paraíba, Bahia, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

## 2.1 — Maranhão: Renato Archer e Cid Carvalho x Vitorino Freire

Renato Archer nasceu em São Luís (MA), a 10 de julho de 1922. Filho de Sebastião Archer, governador eleito em 1947, cursou a Escola Naval. Em 1950 elegeu-se vice-governador do estado; em 1954 foi eleito deputado federal e participou ativamente da campanha de Juscelino. Segundo Renato Archer,

(...) pela primeira vez um candidato à presidência da República apresentava um programa de governo e manteve-se completamente indiferente às solicitações de manifestações de apoio pessoal. Juscelino realmente inaugurou um gênero totalmente novo de campanha, (...) toda ela conduzida em termos de programa. Isto era uma novidade.<sup>13</sup>

Cid Carvalho é o mais moço do grupo. Nasceu em Rio Branco (AC), a 6 de novembro de 1923, formou-se em direito e conquistou seu primeiro mandato em 1954, agregando-se à campanha de Juscelino, pois

(...) todos nós estávamos muito empolgados, não dizia tanto pela figura do Juscelino, mas por aquilo que ele significava, como uma etapa da vida brasileira. Todos nós fomos mobilizados pela campanha. (...) A luta pela eleição e pela posse de Juscelino criou um sentido político maior, porque naquele momento começou a haver uma consciência de que o problema não era uma rotina: grandes debates se estavam travando dentro do país.<sup>14</sup>

O PSD do Maranhão era a mais poderosa seção do Norte. Liderado por uma das mais típicas expressões do coronelismo político brasileiro — Vitorino Freire —, o partido elegeu todos os go-

vernadores entre 1947 e 1965, caracterizando no estado um sistema de partido hegemônico.<sup>15</sup>

A liderança de Vitorino firma-se desde o Estado Novo, graças às estreitas ligações mantidas com o então ministro da Guerra, general Dutra. Vitorino se torna intermediário entre o governo federal e o Maranhão, função que vai exercer durante toda a vida, controlando as nomeações para os cargos federais no estado.<sup>16</sup>

Quando da fundação do PSD em 1945, quem aglutina as forças estaduais em torno da legenda é o ex-interventor Clodomir Cardoso, com quem Vitorino entra em choque e cria uma legenda dissidente — PPB, Partido Proletário do Brasil — para concorrer às eleições de 2 de dezembro. Em 1947 Vitorino fortalece ainda mais o seu partido, à medida que a disputa entre dutristas e getulistas se dissemina por todas as seções estaduais do PSD. O PPB elege o governador, dois senadores e 19 deputados estaduais (num total de 36) contra apenas quatro eleitos pelo PSD. Após o pleito, todos os eleitos pelo PPB retornam ao PSD, ficando Vitorino em nítida vantagem sobre o PSD getulista.

Em 1950, nova dissidência. Rejeitado pelo PSD, que não o aceitou como candidato à vice-presidência da República, Vitorino candidata-se pelo PST.<sup>17</sup> Mesmo derrotado, elege o governador e o vice, o senador, cinco deputados federais (numa bancada de nove, em que o PSD não elegeu nenhum) e 20 deputados estaduais (num total de 36). Novamente vitorioso contra o PSD, Vitorino retorna com seus liderados ao partido e assume definitivamente o seu controle.

Sucessivamente eleito senador desde 1947, Vitorino é o delegado do PSD maranhense junto ao diretório nacional, uma vez que no Maranhão a praxe determina que o presidente da seção regional

15. Em 1965, graças à interferência direta do presidente Castelo Branco, a UDN consegue eleger o governador, José Sarney, que destruiu o vitorinismo e o substituiu no controle coronelista do estado.

16. "A liderança vitorinista residia no fato de ser Vitorino o porta-voz do governo maranhense na esfera federal. Na estrutura partidária, era ele um defensor ativo dos interesses da cúpula do PSD nacional, sendo o Maranhão o respaldo político para sua atuação. Era legitimado pelo partido, ao mesmo tempo que o legitimava no estado, pelo tipo de ação política tradicional lá desenvolvida, consubstanciada no mandonismo local." Helena Bomeny, 1980, pp. 12-3.

17. Partido Social Trabalhista, nome que o PPB adotou a partir de julho de 1947. Ver Olavo Brasil de Lima Júnior, 1983, p. 47.

13. Renato Archer, 1977-8, p. 45.

14. Cid Carvalho, 1978, pp. 22-3.

seja o governador do estado. Na qualidade de delegado, Vitorino apoia a candidatura de Juscelino em 1955.

## 2.2 — Paraíba: José Joffily x Rui Carneiro

José Joffily nasceu em Campina Grande (PB), a 25 de março de 1917. Formado em direito, ocupou a Secretaria de Segurança na interventoria Rui Carneiro (1940-5). Um dos fundadores do PSD da Paraíba, Joffily foi eleito deputado federal nas eleições de dezembro de 1945. Na Câmara, foi presidente da Comissão de Agricultura (1947-50) e membro das comissões de Constituição e Justiça (1951-5) e de Economia (1951) e da comissão especial sobre mudança da capital da República (1953). Constituinte de 46 como Juscelino, Joffily apoiou sua candidatura, votando no diretório nacional como representante da Paraíba. Segundo seu depoimento,

(...) quando o Juscelino foi candidato à presidência da República, eu logo me empolguei, menos pelo contato e admiração pessoal que eu tinha por ele do que pela formulação de seu programa, da plataforma, dos objetivos. Eu nunca tinha escutado de nenhum candidato à presidência da República pronunciamentos tão objetivos. (...) Logo me empolguei e me comprometi com o nome dele.<sup>18</sup>

Diferentemente do Maranhão, o PSD da Paraíba jamais conseguiu ser hegemônico no âmbito estadual, devido à liderança exercida pelo udenista José Américo de Almeida, o grande patriarca da política paraibana.<sup>19</sup> Não obstante, o PSD sempre teve um bom desempenho nas eleições, conduzido por Rui Carneiro, seu único presidente.

Interventor nomeado por Vargas em 1940, Rui Carneiro exerceu um governo bastante popular, principalmente nas áreas mais pobres do estado, o que resultou num partido com características muito peculiares. Grandemente votado nos centros urbanos, além da votação nas áreas rurais, o PSD da Paraíba ocupou também, de certa maneira, o lugar que seria reservado ao PTB, uma das razões

18. José Joffily, 1977-8, p. 108.

19. Sobre o papel de José Américo na política paraibana, desde o início da década de 1930, ver Aspásia Camargo *et alii*, 1984.

por que a legenda trabalhista, existente no estado desde 1947, teve sempre uma representação inexpressiva.<sup>20</sup>

Reeleito senador a partir de 1950, Rui Carneiro detinha total controle sobre o PSD paraibano. Além disso, manteve sempre muito boas relações com o governo do estado, que o partido nunca conseguiu alcançar, a não ser quando participou de coligações com outros partidos.

Em 1955, quando entra em discussão a sucessão presidencial, aventase a candidatura de José Américo. Constrangido pela lealdade pessoal ao velho líder, Rui Carneiro não comparece à reunião do diretório nacional para a escolha do candidato; em seu lugar, José Joffily dá o apoio do PSD da Paraíba a Juscelino.<sup>21</sup>

## 2.3 — Bahia — Vieira de Melo e Oliveira Brito x Antônio Balbino

Tarcilo Vieira de Melo nasceu em Barreiras (BA), a 24 de dezembro de 1913 e faleceu no Rio de Janeiro em 22 de abril de 1970. Era o mais antigo deputado do grupo, junto com José Joffily. Formado em direito, foi diretor do Departamento das Municipalidades<sup>22</sup> e secretário de Interior e Justiça na interventoria Pinto Aleixo, durante o Estado Novo. Eleito deputado federal em 1945, foi membro da Comissão de Constituição e Justiça (1947-8), da comissão especial de leis complementares da Constituição (1948-50) e da CPI sobre os contratos da Light (1949). Em 1950 assumiu a Secretaria de Educação e Saúde no governo Otávio Mangabeira (1947-51), sendo confirmado no cargo pelo governador Régis Pa-

20. Na Câmara dos Deputados o PTB da Paraíba só terá representantes a partir de 1958 (dois deputados, numa bancada de 11); na Assembleia Legislativa, seu desempenho foi o seguinte: 1947 — um (em 37); 1950 — um (em 40); 1954 — três (em 40); 1958 — nenhum (em 40); 1962 — seis (em 40). — TSE, *Dados estatísticos*, vol. 7, pp. 125-7.

21. José Joffily, 1977-8, pp. 108-10.

22. O Departamento das Municipalidades, órgão das interventorias estaduais, constituiu-se num dos grandes trunfos políticos dos interventores do Estado Novo. Teoricamente um órgão apolítico que orientava os prefeitos na administração de seus municípios, o departamento era o canal preferencial de contato entre o interventor e o prefeito. Ao final do Estado Novo, quando interventores e prefeitos fundam os diretórios regionais e municipais do PSD, o Departamento das Municipalidades tinha cumprido sua verdadeira função: acompanhar passo a passo (e informar o interventor) a evolução da capacidade de liderança de cada um dos prefeitos daquele estado.



checo (1951-5). Em 1955 voltou à Câmara e participou da Comissão da Bacia do São Francisco e da comissão especial sobre reforma geral do sistema administrativo da União. Em 1955 foi escolhido vice-líder do PSD e seria uma peça importante na consolidação da candidatura de Juscelino.<sup>23</sup>

Antônio Oliveira Brito nasceu em Ribeira do Pombal (BA), a 5 de outubro de 1908, filho e neto de "coroneis" do nordeste baiano. Advogado, foi prefeito de Ribeira do Pombal em 1934, no governo Juraci Magalhães. Deputado estadual eleito em 1947, foi secretário de Segurança no governo Otávio Mangabeira (1947-51). Passou à Câmara dos Deputados em 1950, onde foi suplente da Comissão do Polígono das Secas (1954) e membro das comissões de Constituição e Justiça (1954-5) e do Polígono das Secas (1951-3) e da CPI sobre operações da Cexim (1954), além de relator da CPI sobre o DNOS (1953-4). Em 1955 alinou-se a Vieira de Melo no apoio à candidatura de Juscelino. Declara Oliveira Brito:

Eu via no Juscelino uma renovação. Juscelino representava aquilo que a Ala Moça mais buscava, que era manter o partido com o seu espírito, mas atrelado à época em que estavam vivendo. O tempo dos interventores tinha desaparecido, e muitos dos dirigentes do PSD ainda guardavam aquele estilo. Então, era preciso sacudir o partido com um movimento a favor de uma ordem mais dinâmica. O homem para isso era o Juscelino; ele representava uma esperança para o PSD e para o Brasil. Fui de armas e bagagens para o Juscelino antes, durante e depois da campanha.<sup>24</sup>

Fundado sob a liderança do interventor Pinto Aleixo, o PSD da Bahia sofreu sempre o assédio da UDN, graças à forte presença de dois políticos udenistas com sólidas raízes na vida do estado: Otávio Mangabeira, cuja atuação nacional remontava à República Velha,<sup>25</sup> e Juraci Magalhães, interventor nomeado por Vargas após a Revolução de 30 e governador entre 1934 e 1937, quando renunciou por discordar da instauração do Estado Novo. Na Câmara, PSD e UDN mantinham bancadas de dimensões mais ou menos

semelhantes;<sup>26</sup> no governo do estado os dois partidos elegeram, cada um, dois governadores: o PSD em 1950 e em 1954; a UDN em 1947 e em 1958.

Nas eleições de 1947, o PSD baiano foi compelido por Dutra a coligar-se com a UDN para eleger Otávio Mangabeira, dentro do esquema de acordo interpartidário que se avizinhava no cenário federal e da disputa entre dutristas e getulistas no âmbito do PSD.

Em 1950, o PSD dá uma grande demonstração de força ao derrotar a candidatura aparentemente imbatível de Juraci Magalhães. Lauro Farani de Freitas, candidato do PSD, morre em acidente aéreo, a menos de um mês da eleição. Escolhido pelo diretório regional, Régis Pacheco vence Juraci Magalhães por uma diferença de cerca de 57 mil votos.<sup>27</sup>

Passando a controlar o diretório regional, Régis Pacheco nega a legenda do partido a Antônio Balbino nas eleições de 1954. Concorrendo pela coligação UDN/PTB/PSP, Balbino vence as eleições e assume a presidência do diretório do PSD.<sup>28</sup>

2.4 — São Paulo — Ulisses Guimarães e João Pacheco e Chaves x Cirilo Júnior

Nascido em Rio Claro (SP), a 6 de outubro de 1916, Ulisses Guimarães formou-se em direito e elegeu-se deputado estadual em 1947. Em 1950 passou à Câmara dos Deputados, onde foi membro da Comissão de Constituição e Justiça (1951-4), da CPI sobre reforma do sistema penitenciário (1953) e da CPI sobre operações de crédito do Banco do Brasil com o jornal *Última Hora* (1953-4). Em 1955 agregou-se à campanha de Juscelino. Segundo Ulisses,

26. A tabela abaixo permite acompanhar a disputa entre PSD e UDN da Bahia, na Câmara dos Deputados:

	1945/7	1950	1954	1958	1962
Bancada	25	25	27	27	31
PSD	9	11	6	10	10
UDN	13	6	6	8	8

FONTE: Anexo 2.

27. Os números da eleição de 1950 na Bahia foram: Régis Pacheco — 321.168 votos; Juraci Magalhães — 264.084 votos. Sobre as eleições de 1950 no estado, ver Juraci Magalhães, 1982; Oliveira Brito, 1983; *Correio da Manhã*, set./out. 1950.

28. Antônio Balbino, 1983.

23. Vieira de Melo (verbete), in Fundação Getúlio Vargas, 1984. Ver ainda *Correio da Manhã*, 24 e 26-11-1954.

24. Oliveira Brito, 1983, p. 38.

25. Em 1958 Otávio Mangabeira transferiu-se para o PL.

(...) o Juscelino era uma figura progressista, muito avançado no terreno administrativo. Além disso, era o candidato natural do partido, aquele que gerava mais expectativa. Desde o governo de Minas, sentia-se que ele estava preparando a sua candidatura, colocando-se como candidato. Suas realizações, suas atitudes, seus pronunciamentos geravam especulações em torno de seu nome.<sup>29</sup>

João Pacheco e Chaves nasceu em São Paulo (SP), a 27 de janeiro de 1916, em uma das mais tradicionais famílias paulistas. Descendente do conselheiro Antônio Prado (fundador do Partido Democrático, em 1926) e de Prado Júnior (prefeito do Distrito Federal), Pacheco e Chaves diplomou-se em agronomia. Eleito deputado estadual em 1950, ocupou por dois anos a Secretaria de Agricultura no governo Lucas Garcez (1951-5). Em 1953 foi nomeado presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC), função que exerceu até meados de 1954, quando se candidatou a deputado federal. Na Câmara, incorporou-se à campanha de Juscelino, tendo participado das negociações entre este e os comunistas, que resultaram no apoio do PC à candidatura de Juscelino.<sup>30</sup> Afirma Pacheco e Chaves:

Achamos que o Juscelino, com seus métodos de trabalho e feitiço pessoal, era um candidato que poderia trazer um alento para o rejuvenescimento do PSD, e quem sabe, também para nós de São Paulo.<sup>31</sup>

O PSD de São Paulo viveu todo o tempo comprimido entre duas lideranças estaduais de atuação nacional: Ademar de Barros e Jânio Quadros.<sup>32</sup> Com isso o PSD jamais alcançou o governo do estado — apenas em 1962 participou da coligação que elegeu Ademar de Barros. Na Câmara dos Deputados, seu desempenho entre 1945 e 1962 caiu de 45,7% para 13,7% da bancada.<sup>33</sup> No Senado,

o PSD paulista elegeu apenas dois de seus membros: Roberto Simonsen em 1947 e Auro de Moura Andrade em 1954 e 1962. “Havia até uma frase muito citada naquela ocasião, atribuída a Tancredo Neves, que dizia que o PSD de São Paulo era tão importante que cabia todo na sala de visitas do Cirilo Júnior”, conta Pacheco e Chaves.<sup>34</sup>

Fundado pelo interventor Fernando Costa, que morreu em seguida, o diretório passou às mãos de Cirilo Júnior, deputado federal mais votado do PSD paulista em 1945, várias vezes vice-presidente nacional do partido, chegando mesmo a assumir a presidência em 1949, com a renúncia de Nereu Ramos. Não obstante, Cirilo já em 1947 era derrotado nas eleições para vice-governador, na mais significativa derrota do PSD getulista. Decidido a eleger o genro, Novelli Júnior, Dutra tentou impor seu nome ao PSD paulista, que optou por Cirilo, apoiado ainda pelo PTB, pelo próprio Vargas e pelo PCB. Novelli, candidato pela coligação PSP/PDC/PTN/PR, venceu as eleições.

Apesar de seu fraco desempenho eleitoral, Cirilo se mantém na presidência do diretório regional graças às suas boas relações com as lideranças locais e nacionais do PSD.

## 2.5 — Santa Catarina — Leoberto Leal x Nereu Ramos

Leoberto Leal nasceu a 4 de julho de 1912, em Tijucas (SC), e faleceu a 16 de junho de 1958, em Curitiba (PR). Diplomado em direito, exerceu o cargo de secretário de Viação e Obras Públicas no governo Aderbal Ramos (1947-51). Eleito deputado federal, foi membro da Comissão de Economia (1951-4) e da comissão especial sobre exportação de material estratégico (1951). Em 1955 apoiou a candidatura Juscelino, dissentindo ostensivamente da orientação do diretório regional.<sup>35</sup>

Das mais bem organizadas seções estaduais, o PSD de Santa Catarina equilibrava-se com a UDN em termos de desempenho elei-

29. Ulisses Guimarães, 1971.  
30. João Pacheco e Chaves, 1978.  
31. *Idem*, p. 36.  
32. Sobre o quadro político-partidário pré-64 em São Paulo, ver, em *OS PARTIDOS e as eleições...*, 1975, os artigos dos EE.  
33. Tomando como base o Anexo 2, os percentuais encontrados para o PSD paulista são: 1945 — 45,7%; 1950 — 17,5%; 1954 — 22,7%; 1958 — 25,0%; — 1962 — 13,5%.

34. João Pacheco e Chaves, 1978, p. 36. De resto, a fraqueza do PSD em São Paulo era compartilhada pelos dois outros grandes partidos nacionais, UDN e PTB. Ver, a respeito, Olavo Brasil de Lima Júnior, 1983; Simon Schwartzman, 1975.  
35. Leoberto Leal (verbete), in Fundação Getúlio Vargas, 1984.



toral,<sup>36</sup> Tanto um quanto a outra estruturavam-se em torno de famílias solidamente enraizadas no estado: os Ramos no PSD e os Konder-Bornhausen (famílias unidas pelo casamento) na UDN. Nereu Ramos, interventor durante o Estado Novo, funda o PSD e mantém-se na presidência até a morte, em 1958, quando seu irmão Celso Ramos o substitui. Figura de projeção nacional — foi vice-presidente da República (1946-51) e presidente do PSD (1947-9) — Nereu se identifica com a ala mais getulista do partido e por isso foi rejeitado por Dutra quando da sucessão presidencial de 1950.

Em 1955 opõe-se violentamente à candidatura de Juscelino, formando ao lado dos diretórios de Pernambuco e do Rio Grande do Sul a mais séria dissidência pessetista. Recompuesto com a direção nacional, Nereu salva o PSD de Santa Catarina da intervenção infligida aos diretórios de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, mas jamais anulará suas reservas em relação a Juscelino — o que não o impede, no entanto, de ser o primeiro ministro da Justiça do governo JK.

## 2.6 — Rio Grande do Sul — Nestor Jost x Peracchi Barcelos

Nestor Jost nasceu em Candelária (RS), a 10 de janeiro de 1917. Diplomado em direito, foi prefeito de São Lourenço do Sul durante o Estado Novo, nomeado pelo interventor Cordeiro de Farias. Em 1950 foi eleito deputado federal; na Câmara, foi membro da Comissão de Educação e Cultura (1951-4), da comissão especial sobre mudança da capital (1953) e da CPI sobre a encampação da Leopoldina Railway (1953).

Em 1955 divergiu do diretório regional e apoiou as candidaturas de Juscelino e de João Goulart, mesmo tendo em vista a histórica rivalidade entre PSD e PTB no Rio Grande, pois

36. A tabela abaixo mostra o desempenho de PSD e UDN de Santa Catarina, nas eleições para a Câmara dos Deputados.

	1945/7	1950	1954	1958	1962
Bancada	9	9	10	10	14
PSD	7	4	4	5	6
UDN	2	4	5	4	6

FONTE: Anexo 2.

(...) Juscelino me parecia um homem progressista. O convívio com ele era fácil, os contatos entusiasmavam. A administração que ele estava fazendo em Minas, um estado com notórias dificuldades financeiras, era brilhante, comparada com outros estados. (...) Juscelino era um homem simpático e inspirava confiança a nós da Ala Moça. Assim, começamos a nos articular em torno dele para sustentar um período de desenvolvimento para o Brasil.<sup>37</sup>

Peculiaridades regionais fizeram do diretório gaúcho o PSD mais "udenista" do Brasil. Afinal, o Rio Grande do Sul sediava a seção mais forte do PTB e era o estado natal das mais conspícuas lideranças nacionais do PTB. A começar pelo próprio Vargas, eram gaúchos Salgado Filho, Alberto Pasqualini e João Goulart. Desse modo, a aliança PSD/PTB, eleitoralmente forte em todo o Brasil, era absolutamente impraticável no Rio Grande.<sup>38</sup> Para derrotar o PTB, o PSD sempre fez aliança com a UDN e o PL de Raul Pilla, elegendo os governadores em 1954 e 1962 — em 1947 Válder Jobim foi eleito pelo PSD sem qualquer coligação.

Desde o início da década de 50 já emergiam as dificuldades entre o PSD gaúcho e a direção nacional, dadas as condições locais da disputa política. Nas eleições presidenciais de 1955 mais uma vez a lógica da política estadual se impôs, e o PSD gaúcho se aliou à UDN. Suas principais lideranças, como Peracchi Barcelos, Clóvis Pestana, Daniel Faraco e Tarso Dutra já acompanhavam a UDN nas votações no Congresso Nacional.<sup>39</sup> E Peracchi Barcelos liderou a dissidência gaúcha em relação à candidatura de Juscelino, seguido pela maioria do diretório regional.<sup>40</sup>

37. Nestor Jost, 1983, pp. 6-7.

38. A tabela abaixo permite acompanhar a disputa entre PSD e PTB no Rio Grande do Sul, em termos de bancada federal:

	1945/7	1950	1954	1958	1962
Bancada	22	22	24	24	29
PSD	17	8	7	7	7
PTB	1	10	11	14	14

FONTE: Anexo 2.

39. Como, por exemplo, na votação do *impeachment* de Vargas e do *impeachment* de Café Filho. Ver Capítulo 4; *Impasse...*, 1983; Café Filho, 1966; Maria Celina D'Araújo, 1982, entre outros.

40. Nestor Jost, 1983.

Como se pôde observar, a sucessão presidencial de 1955 permitiu um novo arranjo de forças dentro do PSD. A antiga divisão entre getulistas e não-getulistas foi superada e agora um eixo diferente se estabelecia: toda a Ala Moça, mais parte da oligarquia e Juscelino, de um lado; uma parcela da oligarquia, do outro.

Esta divisão terá reflexos importantes no desenrolar da campanha e na luta pela posse de Juscelino, e seus desdobramentos se farão sentir nos dois primeiros anos do governo. Entretanto, a aliança entre a Ala Moça e parte da oligarquia é transitória. Em breve, nova disputa deverá ocorrer: toda a oligarquia, mais Juscelino, contra a Ala Moça.

### 3. Primeiro ato — os anos de glória (1955-1957)

*No PSD havia mais liberalidade para se defender determinadas teses, mas é claro que isso terminou por cindir o partido. A Ala Moça foi, de fato, o primeiro impacto que fragmentou o PSD.*

José Joffily

Estamos em 1955. Empossado o novo Congresso, um grupo de deputados reúne-se informalmente na Câmara. Três em primeiro mandato — Renato Archer, João Pacheco e Chaves e Cid Carvalho —; quatro em segundo mandato — Ulisses Guimarães, Oliveira Brito, Nestor Jost e Leoberto Leal —, e dois veteranos da Constituinte de 1946 — José Joffily e Vieira de Melo. De início, o que os une é uma intenção difusa de modernizar o PSD, renovando-lhe os métodos. Declara Pacheco e Chaves:

Acredito que duas coisas tenham ajudado. Primeiro, a idade; com dois grupos de faixa etária bem diferente, é natural que os moços se reúnam e tenham pontos de vista mais ou menos parecidos. Havia também as coisas da mocidade: a maneira de pensar, de falar, de agir, às vezes um pouco mais de imprudência. Segundo, encontrou-se no Juscelino a fator de união desse grupo pessedista que se encontrava pela primeira vez.<sup>41</sup>

41. João Pacheco e Chaves, 1978, p. 33.

Nasce a Aça Moça do PSD, batizada pela imprensa, à frente o jornal carioca *Correio da Manhã*.

### Cena 1 — A campanha e as eleições

Uma vez desencadeada a campanha eleitoral, com a aprovação do nome de Juscelino pelo diretório nacional do partido (25-11-1954), a Ala Moça se lança decididamente na campanha. Hostilizado por boa parte das lideranças tradicionais do PSD, Juscelino encontra nos mais moços o suporte necessário à viabilização de sua candidatura.

Já em fevereiro de 1955 a Ala Moça e seus recentes aliados da oligarquia se enfrentam, em torno da presidência da Câmara dos Deputados. Os moços optam por Ulisses Guimarães; os velhos por Ranieri Mazzili — ambos paulistas. Mazzili, escolhido finalmente pelo partido, é surpreendentemente derrotado por Carlos Luz, do PSD mineiro, por 171 votos contra 125. Luz foi apoiado pela parcela dissidente da oligarquia pessedista, pela UDN e por outros partidos de oposição.<sup>42</sup>

O tom da campanha de Juscelino e a existência de um programa de governo, exposto em comícios por todo o país, constituem elementos decisivos para a adesão da Ala Moça e das lideranças locais. Desde o início da campanha, a Ala Moça estreita relações com Juscelino, através de José Maria de Alkmin, amigo de infância do futuro presidente e uma das principais figuras da campanha. “Alkmin era o porta-voz do Juscelino aqui no Rio, junto ao meio parlamentar. Foi ele quem fez todos os entendimentos para a campanha do Juscelino. Foi causa disso, nós nos ligamos muito a ele”, relata Renato Archer.<sup>43</sup>

Mas ainda são muitas as dificuldades a superar, até que Juscelino seja eleito e empossado.

*A cédula eleitoral.* Vencido o primeiro obstáculo — homologação da candidatura pela convenção nacional (10-02-1955) — a

42. *Correio da Manhã*, 1.º e 4-2-1955. Ironicamente, Carlos Luz é guindado à presidência da República após a doença do presidente Café Filho e se envolve na tentativa de impedir a posse de Juscelino, tentativa abortada pelo golpe de 11 de novembro.

43. Renato Archer, 1977-8, p. 69.



Ala Moça participa da segunda grande batalha: a polêmica em torno da cédula eleitoral.

Com a aproximação das eleições, a UDN tentou impedir uma vitória do PSD, pressionando o governo a adotar uma *cédula oficial* na votação para presidente da República. A nova cédula, impressa e distribuída pela Justiça Eleitoral, continha os nomes de todos os candidatos a presidente, mas nem sempre na mesma ordem, sob o argumento de se evitar a fraude.<sup>44</sup>

O projeto de cédula oficial recebeu o apoio da Igreja e das forças armadas, mas o PSD respondeu com o projeto de *cédula única*, de autoria de Alkmim, Martins Rodrigues, Filadelfo Garcia, Oliveira Brito, Ulisses Guimarães e Renato Archer. Os nomes dos candidatos apareceriam sempre na mesma ordem,<sup>45</sup> a cédula seria impressa (segundo modelo aprovado pelo TSE) e distribuída pelos partidos, que a enviariam diretamente às zonas eleitorais, através dos diretórios. Apoiada pelo *Correio da Manhã* e pelo presidente do TSE, ministro Edgar Costa, a cédula única foi aprovada para utilização já nas eleições presidenciais de 1955.<sup>46</sup>

Como se vê, apesar de se terem dividido na disputa pela presidência da Câmara, a Ala Moça e parte da oligarquia possedista uniram-se com o objetivo de garantir as condições mínimas para a

44. Na verdade, o objetivo real da UDN era anular a vantagem do PSD sobre os demais partidos, uma vez que ele era o único a contar com diretórios em todos os municípios do país. Como o sistema vigente era o de cédulas individuais dos candidatos, distribuídas pelos partidos, compreendesse a intenção da UDN ao propor a cédula oficial.

45. A questão da ordem dos nomes não era apenas retórica, mas de grande importância para o PSD, tendo em vista o elevado número de eleitores semi-alfabetizados do interior. Relata Amaral Peixoto: "Na proposta (da UDN) a ordem dos candidatos não era a mesma. Emitiriam um milhão de cédulas com o Juscelino em primeiro lugar, o Juarez em segundo, o Ademar em terceiro, o Plínio em quarto. Depois, mais um milhão com o Ademar em primeiro... Antes, era muito fácil você dizer: 'Vote no primeiro' ou 'Vote no terceiro'. O eleitor contava o terceiro e votava. Alterada a ordem..." Amaral Peixoto, 1977-84, pp. 897-8.

46. A cédula oficial foi rejeitada na sessão de 27 de junho. Entre os 14 deputados do PSD que votaram a favor da medida estavam cinco representantes dos três diretórios dissidentes: Pernambuco (Armando Monteiro e Oscar Carneiro), Santa Catarina (Joaquim Ramos) e Rio Grande do Sul (Clóvis Pestana e Daniel Faraco). *Diário do Congresso Nacional* (Seção I), 28-6-1955, p. 3682-3. A cédula única, aprovada no Congresso, foi transformada em lei em 30 de agosto. Ver Amaral Peixoto, 1977-84, e *Correio da Manhã*, março/agosto de 1955, principalmente o editorial de 18 de agosto.

eleição de Juscelino. Esta aliança iria revelar-se operacional uma vez mais — a última — quando se tratasse de assegurar a posse dos eleitos.

## Cena 2 — A batalha pela posse

Juscelino eleito, a maioria do PSD — e particularmente a Ala Moça — mobiliza-se para garantir-lhe a posse, ameaçada por pronunciamentos e movimentos da oposição civil e militar.<sup>47</sup> Já em 18 de outubro, Vieira de Melo pronuncia veemente discurso na Câmara. Analisando a campanha eleitoral e o comportamento dos candidatos, Vieira afirma que Juscelino é o "candidato da legalidade democrática".<sup>48</sup>

Além disso, a Ala Moça participa de várias iniciativas do PSD para pacificar o ambiente político-militar. Ulisses Guimarães é designado para elaborar projeto de reforma da lei eleitoral, a ser apresentado pelo PSD, e Renato Archer é escolhido membro da comissão que preparará o projeto de aumento dos vencimentos dos militares — tradicional freio contra eventuais movimentos de revolta nos quartéis.<sup>49</sup>

*O 11 de novembro.* Uma nova pedra aparece no caminho de Juscelino: o discurso do coronel Mamede contra a posse. A doença e licença de Café Filho e a recusa do novo presidente, Carlos Luz, em punir Mamede<sup>50</sup> ratificam de uma vez as suspeitas do PSD de

47. Os números da eleição presidencial foram: Juscelino Kubitschek — 3.077.411; Juarez Távora — 2.610.462; Ademar de Barros — 2.222.725; Plínio Salgado — 714.379 votos. — TSE, *Dados estatísticos*, vol. 7; *Correio da Manhã*, 25-1-1956.

48. *Correio da Manhã*, 19-10-1955, p. 8.

49. *Correio da Manhã*, 22-10-1955.

50. No enterro do general Canrobert Pereira da Costa, chefe do EMFA (1-11-1955), o coronel Jurandir Bizarria Mamede pronuncia discurso contra a posse dos eleitos. O ministro da Guerra, general Lott, que proíbra pronunciamentos políticos por parte dos militares, encaminha pedido de punição ao presidente da República, pois Mamede, classificado na ESG, só poderia ser punido pelo presidente. Entre as versões sobre a doença de Café Filho está a da recusa em punir Mamede, abrindo caminho para um golpe. Sobre o 11 de novembro, ver Café Filho, 1966; Carlos Lacerda, 1978; Munhoz da Rocha, 1960; Renato Archer, 1977-8; Oliveira Brito, 1983, entre outros.



Ala Moça participa da segunda grande batalha: a polémica em torno da cédula eleitoral.

Com a aproximação das eleições, a UDN tentou impedir uma vitória do PSD, pressionando o governo a adotar uma *cédula oficial* na votação para presidente da República. A nova cédula, impressa e distribuída pela Justiça Eleitoral, continha os nomes de todos os candidatos a presidente, mas nem sempre na mesma ordem, sob o argumento de se evitar a fraude.<sup>44</sup>

O projeto de cédula oficial recebeu o apoio da Igreja e das forças armadas, mas o PSD respondeu com o projeto de *cédula única*, de autoria de Alkmin, Martins Rodrigues, Filadelfo Garcia, Oliveira Brito, Ulisses Guimarães e Renato Archer. Os nomes dos candidatos apareceriam sempre na mesma ordem,<sup>45</sup> a cédula seria impressa (segundo modelo aprovado pelo TSE) e distribuída pelos partidos, que a enviariam diretamente às zonas eleitorais, através dos diretórios. Apoiada pelo *Correio da Manhã* e pelo presidente do TSE, ministro Edgar Costa, a cédula única foi aprovada para utilização já nas eleições presidenciais de 1955.<sup>46</sup>

Como se vê, apesar de se terem dividido na disputa pela presença da Câmara, a Ala Moça e parte da oligarquia possedista uniram-se com o objetivo de garantir as condições mínimas para a

44. Na verdade, o objetivo real da UDN era anular a vantagem do PSD sobre os demais partidos, uma vez que ele era o único a contar com diretórios em todos os municípios do país. Como o sistema vigente era o de cédulas individuais dos candidatos, distribuídas pelos partidos, compreendesse a intenção da UDN ao propor a cédula oficial.

45. A questão da ordem dos nomes não era apenas retórica, mas de grande importância para o PSD, tendo em vista o elevado número de eleitores semi-alfabetizados do interior. Relata Amaral Peixoto: "Na proposta (da UDN) a ordem dos candidatos não era a mesma. Emitiriam um milhão de cédulas com o Juscelino em primeiro lugar, o Juares em segundo, o Ademar em terceiro, o Plínio em quarto. Depois, mais um milhão com o Ademar em primeiro... Antes, era muito fácil você dizer: 'Vote no primeiro' ou 'vote no terceiro'. O eleitor contava o terceiro e votava. Alterada a ordem..." Amaral Peixoto, 1977-84, pp. 897-8.

46. A cédula oficial foi rejeitada na sessão de 27 de junho. Entre os 14 deputados do PSD que votaram a favor da medida estavam cinco representantes dos três diretórios dissidentes: Pernambuco (Armando Monteiro e Oscar Carneiro), Santa Catarina (Joaquim Ramos) e Rio Grande do Sul (Clóvis Pestana e Daniel Farraco). *Diário do Congresso Nacional* (Seção 1), 28-6-1955, p. 3682-3. A cédula única, aprovada no Congresso, foi transferida em lei em 30 de agosto. Ver Amaral Peixoto, 1977-84, e *Correio da Manhã*, março/agosto de 1955, principalmente o editorial de 18 de agosto.

eleição de Juscelino. Esta aliança iria revelar-se operacional uma vez mais — a última — quando se tratasse de assegurar a posse dos eleitos.

## Cena 2 — A batalha pela posse

Juscelino eleito, a maioria do PSD — e particularmente a Ala Moça — mobiliza-se para garantir-lhe a posse, ameaçada por pronunciamentos e movimentos da oposição civil e militar.<sup>47</sup> Já em 18 de outubro, Vieira de Melo pronuncia veemente discurso na Câmara. Analisando a campanha eleitoral e o comportamento dos candidatos, Vieira afirma que Juscelino é o "candidato da legalidade democrática".<sup>48</sup>

Além disso, a Ala Moça participa de várias iniciativas do PSD para pacificar o ambiente político-militar. Ulisses Guimarães é designado para elaborar projeto de reforma da lei eleitoral, a ser apresentado pelo PSD, e Renato Archer é escolhido membro da comissão que preparará o projeto de aumento dos vencimentos dos militares — tradicional freio contra eventuais movimentos de revolta nos quartéis.<sup>49</sup>

*O 11 de novembro.* Uma nova pedra aparece no caminho de Juscelino: o discurso do coronel Mamede contra a posse. A doença e licença de Café Filho e a recusa do novo presidente, Carlos Luz, em punir Mamede<sup>50</sup> ratificam de uma vez as suspeitas do PSD de

47. Os números da eleição presidencial foram: Juscelino Kubitschek — 3.077.411; Juares Távora — 2.610.462; Ademar de Barros — 2.222.725; Plínio Salgado — 714.379 votos. — TSE, *Dados estatísticos*, vol. 7; *Correio da Manhã*, 25-1-1956.

48. *Correio da Manhã*, 19-10-1955, p. 8.

49. *Correio da Manhã*, 22-10-1955.

50. No enterro do general Canrobert Pereira da Costa, chefe do EMFA (1-11-1955), o coronel Jurandir Bizarría Mamede pronuncia discurso contra a posse dos eleitos. O ministro da Guerra, general Lott, que proibia pronunciamentos políticos por parte dos militares, encaminha pedido de punição ao presidente da República, pois Mamede, classificado na ESG, só poderia ser punido pelo presidente. Entre as versões sobre a doença de Café Filho está a da recusa em punir Mamede, abrindo caminho para um golpe. Sobre o 11 de novembro, ver Café Filho, 1966; Carlos Lacerda, 1978; Munhoz da Rocha, 1960; Renato Archer, 1977-8; Oliveira Brito, 1983, entre outros.



que um golpe está em marcha. Na madrugada de 11 de novembro o ministro da Guerra, general Lott, e o comandante do I Exército, general Denis, dão um "contragolpe preventivo" e depõem Carlos Luz. A maioria do PSD apóia a medida; Alkmim e Renato Archer passam a noite no gabinete de Lott, no Ministério da Guerra.<sup>51</sup>

O Congresso Nacional, em sessão tumultuada, confirma o impedimento de Luz. Nereu Ramos, presidente do Senado — o seguinte na linha constitucional de sucessão —, assume a presidência da República.<sup>52</sup>

Embora o novo presidente tenha muitas restrições com relação a Juscelino, a Ala Moça cerra fileiras ao seu lado, como forma de garantir a posse dos eleitos. Assim, em 16 de novembro as bancadas do PSD na Câmara e no Senado aprovam iniciativa de Cid Carvalho e concedem voto de solidariedade a Nereu Ramos. Nova reunião (2-12) aprova moção de Oliveira Brito, de apoio e aplauso a Nereu.

Finalmente, em 24 de janeiro de 1956, Juscelino retoma de viagem à Europa. Entre centenas de pessoas que o aguardam, Vieira de Melo, José Joffily, Leoberto Leal, Ulisses Guimarães e Renato Archer homenageiam o presidente; Ulisses saúda Juscelino em nome do PSD.<sup>53</sup>

A presença da Ala Moça na recepção a Juscelino antecipava a situação do grupo durante os dois anos seguintes. Juscelino reconhecia o valioso auxílio prestado pela Ala Moça, desde a consolidação de sua candidatura até a batalha pela posse, e se dispunha a utilizar o grupo como base de apoio para a implementação de seu programa de governo. A Ala Moça, por seu turno, apostara nele como uma poderosa alavanca de renovação do PSD, mais ainda, contava com o apoio do presidente para fortalecer-se o suficiente a fim de disputar os postos de comando do partido. Este processo de realimentação contínua, vantajoso para ambos os lados, iria demonstrar-se extremamente profícuo durante os dois primeiros anos do governo JK.

51. Renato Archer, 1977-8.

52. *Idem, ibid.*; Oliveira Brito, 1983.

53. *Correio da Manhã*, 25-1-1956.

### Cena 3 — A hora e a vez dos moços (1956)

Com Juscelino no governo, a Ala Moça faz nova investida no sentido de se fortalecer no Congresso. A renúncia de Gustavo Capanema à liderança da maioria e do PSD leva Vieira de Melo (que era vice-líder) à liderança. E é como líder que ele tece as articulações para a realização da tentativa mais ousada do grupo: controlar a Câmara dos Deputados. Em 12 de maio Ulisses Guimarães é eleito presidente da Câmara. Vieira de Melo é confirmado na liderança da maioria e do PSD; Oliveira Brito assume a presidência da Comissão de Constituição e Justiça; Leoberto Leal e José Joffily são os novos vice-líderes da maioria, e Cid Carvalho e Nestor Jost são vice-líderes do PSD.

A Ala Moça passa a constituir o principal suporte legislativo do governo; mais ainda, o grupo se dedica a um intenso trabalho nas comissões permanentes da Câmara.

TABELA 9

### PARTICIPAÇÃO DO PSD E DA ALA MOÇA NAS COMISSÕES PERMANENTES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1955-1960)

	Const. e Justiça	Economia	Educ. e Cultura	Legisl. Social	Finanças					
PSD A. Moça PSD A. Moça PSD A. Moça PSD A. Moça PSD A. Moça PSD A. Moça										
1955	7	1	10	1	4	1	5	1	9	1
1956	6	4	8	2	5	2	6	1	9	—
1957	7	4	6	3	5	5	5	—	9	1
1958	8	4	7	3	5	2	5	1	8	1
1959	7	3	7	1	5	1	6	—	10	—
1960	7	2	9	1	6	1	6	—	10	—

	Orçamento	R. Exter.	Segur. Nacional	Serviço Público	Saúde						
PSD A. Moça PSD A. Moça PSD A. Moça PSD A. Moça PSD A. Moça PSD A. Moça											
1955	9	—	6	1	5	5	—	6	—	5	—
1956	15	1	7	2	5	—	6	—	5	5	—
1957	13	1	5	1	6	2	4	4	2	4	2
1958	12	1	6	1	4	3	6	6	2	5	2
1959	12	1	6	—	6	—	6	6	1	6	—
1960	15	1	6	—	6	—	6	6	1	6	—

FONTE: *Diário do Congresso Nacional*, 1955-1960.

## QUADRO 1

### PARTICIPAÇÃO DA ALA MOÇA NAS CPIS INSTALADAS NO GOVERNO JK (1956-1961)

1. Sobre as atividades da Shell e Esso no Brasil  
— José Joffily (membro) — 1957
2. Para investigar a interferência da indústria estrangeira de embalagem (American Can) no Brasil  
— José Joffily (relator) — 1958
3. Sobre as companhias brasileiras de aviação comercial  
— José Joffily (relator) — 1959-60
4. Para investigar agressões sofridas por deputados  
— José Joffily (presidente) — 1957
5. Sobre a organização do Sistema Ferroviário Nacional  
— Leoberto Leal (relator) — 1957
6. Sobre a administração do território do Acre  
— Leoberto Leal (presidente) — 1957-8
7. Sobre reforma legislativa no território do Amapá  
— Nestor Jost (membro) — 1958
8. Sobre irregularidades no Plano de Valorização da Amazônia  
— Oliveira Brito (presidente) — 1958
9. Sobre política externa e Acordo Militar Brasil-Estados Unidos de 1952  
— Vieira de Melo (presidente) — 1958
10. Sobre envolvimento de legislador brasileiro em negócios com Perón  
— Cid Carvalho (presidente) — 1957
11. Sobre problema de energia atômica  
— Renato Archer (membro) — 1958

FONTE: *Diário do Congresso Nacional*, 1956-1961.

As informações contidas no Quadro I permitem estabelecer uma comparação entre a atuação do PSD no governo JK e sua participação em outro governo, o de Vargas. Como vimos, a tática da “omissão preventiva” praticada pelo partido levou-o a praticamente abandonar os trabalhos de uma CPI crucial para o governo, a CPI da *Última Hora*. Radicalmente distinto foi o comportamento do PSD — no caso, da Ala Moça — nas CPis do governo JK. Linha de frente partidária no apoio a Juscelino, a Ala Moça constituiu a vanguarda da defesa de seu governo contra as investidas da oposição, liderada pela UDN. E é novamente José Joffily quem afirma:

Os números da Tabela 9 nos apresentam uma Ala Moça atuante, que participa das principais comissões técnicas da Câmara. Levando-se em consideração que a bancada do PSD era composta por 114 deputados, entre 1955 e 1959, e 115, entre 1959 e 1960, tem-se uma noção da magnitude da atuação da Ala Moça, uma vez que sabemos que o grupo era formado por *noze* deputados entre 1955 e 1959, e por *sete* entre 1959 e 1960.<sup>54</sup>

Outro aspecto relevante apontado pelos dados é a evolução da presença da Ala Moça nas comissões. Em crescimento entre 1955 e 1958, período que corresponde ao apogeu do grupo, durante a primeira metade do governo JK, esta presença declina a partir de 1958, quando a oligarquia possedista se une para derrotar a Ala Moça, afastando-a das importantes posições conquistadas na Câmara dos Deputados. Mas este declínio ocorrerá apenas no contexto da segunda metade do governo. Por enquanto, o sentido da trajetória do grupo é ascendente. Embora numericamente pequena, a Ala Moça praticamente controlará a Câmara entre 1956 e 1957. A esse respeito, recorda José Joffily:

Pode-se perguntar como é que meia-dúzia de “gatos pingados” teve uma influência tão grande. Isto se explica, primeiro, pelo apoio da imprensa e dos intelectuais. Segundo, porque nós impusemos uma posição de muita autoridade, na medida em que não pleiteávamos para nenhum de nós cargos ou vantagens. Isso nos conferia uma certa autoridade. O Juscelino manobrava isso muito bem, porque quem se cevava na política de empreguismo e de clientela eram os valadares, os vitoriosos etc. De outro lado, Juscelino sentia necessidade de apoio da imprensa; via também na tribuna e nas comissões da Câmara uma atuação destacada de alguns companheiros nossos.<sup>55</sup>

Além do trabalho nas comissões técnicas, a Ala Moça assume decididamente a defesa do governo Juscelino nas principais CPis instaladas no período. Como se sabe, uma CPI é um valioso instrumento nas mãos da oposição, pois lhe permite investigar eventuais irregularidades praticadas pelo governo. O quadro a seguir mostra a participação da Ala Moça nas principais CPis do governo JK.

54. Vale lembrar que Leoberto Leal faleceu em 1958, e Vieira de Melo não retornou à Câmara em 1959.

55. José Joffily, 1983.



A Ala Moça era muito dedicada às coisas do governo Juscelino. Na votação dos projetos, por exemplo, nós estávamos sempre presentes. O Leoberto Leal tinha uma função muito antipática, mas muito importante: ele tomava conta das portas do plenário para ninguém sair na hora da votação. Ficava ali como um cão de guarda, porque a UDN pedia verificação de voto e depois se retirava para não dar *quorum*. E só quem podia fazer isso era um homem simpático, envolvente, mas sério. Então, os deputados, por mais velhos que fossem, acatavam. Não quero dizer que nós éramos mais capazes do que os outros, apenas éramos mais dedicados.<sup>56</sup>

Dessa forma, entre 1956 e 1957 a colaboração da Ala Moça foi decisiva para a aprovação dos mais importantes projetos do governo Kubitschek. Projetos como a prorrogação das medidas relacionadas com o plano de desenvolvimento, permitindo a continuidade da atuação do BNDE; constituição da Rede Ferroviária Federal S/A; execução do Plano do Carvão Nacional; reforma das tarifas aduaneiras; alteração do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes; aumento dos vencimentos dos militares e do funcionalismo civil; anistia a todos os envolvidos em incidentes políticos desde 11 de novembro de 1955; mudança da capital federal para Brasília; prorrogação da lei do inquilinato; criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais, e abertura de créditos especiais para a instalação da Comissão Nacional de Energia Nuclear e aquisição de materiais atômicos.<sup>57</sup>

Reafirmando sua posição de grupo renovador, a Ala Moça assume a liderança, dentro do PSD, na defesa de posições nacionalistas, como a intocabilidade da Petrobrás, o reordenamento da remessa de lucros, o disciplinamento da entrada de capitais estrangeiros, a formulação de uma política nacional de energia nuclear. Seus membros entram em contato com grupos similares que se vão formando nos demais partidos, como a Bossa Nova da UDN e o Grupo Compacto do PTB, constituindo uma espécie de "frente geracional" de renovação dos partidos políticos, discutindo temas até então considerados delicados tanto para a UDN quanto para

o PSD mais tradicional: reforma administrativa, voto do analfabeto, reforma agrária. Mais uma vez, é José Joffily quem testemunha:

Nossa posição com relação à reforma agrária e depois com relação à política externa foi o que caracterizou a Ala Moça como uma espécie de enfermidade dentro do PSD, porque eram temas vitais para a própria natureza do PSD enquanto partido conservador. Aqui e acolá a gente ouvia umas críticas dos mais velhos, como eu ouvi uma vez do Cirilo Júnior: "Vocês querem serrar o galho onde estão sentados?"<sup>58</sup>

Ao lado da atuação no Congresso, a Ala Moça contava com fortes aliados no Executivo: o ministro da Fazenda, José Maria de Alkmin — cuja política era integralmente apoiada pelo grupo —, o chefe da Casa Civil, Vítor Nunes Leal, e o secretário do presidente, Osvaldo Penido, que influíram junto a Juscelino para que este aceitasse algumas iniciativas do grupo.

Progressivamente, a Ala Moça vai assumindo maior nitidez ideológica, a partir de suas vinculações com o ISEB e de sua inserção na Frente Parlamentar Nacionalista. O ISEB foi criado originalmente como

"(...) um centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário que tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional".<sup>59</sup>

Posteriormente, a aproximação entre o ISEB e a campanha de Juscelino leva o órgão a auxiliar o presidente na formulação de seu programa de governo. Na verdade, "o ISEB foi 'encampado' pelo governo Kubitschek com a intenção de transformá-lo num órgão

56. José Joffily, 1983.

57. Maria Vitória Benevides, 1976; Renato Archer, 1977-8.

58. José Joffily, 1983.

59. Regulamento geral do ISEB, citado em Caio Navarro de Toledo, 1977, p. 32.

de assessoria, apoio e sustentação econômica desenvolvimentista definida no Programa de Metas".<sup>60</sup>

A vinculação entre a Ala Moça e o ISEB estabelece-se praticamente desde a gênese do instituto, pois do Grupo de Itaitia, que o originou, participava o deputado Cid Carvalho, da Ala Moça.<sup>61</sup> O restante do grupo passa a se identificar com algumas tess defen-  
didas pelo ISEB, propondo-se ainda a reivindicar a implementação política de questões relativas ao desenvolvimento, às transformações sociais e à modernização administrativa. Assim, a Ala Moça pretende constituir-se no principal canal de transformação das idéias formuladas no ISEB em propostas políticas.

Já a Frente Parlamentar Nacionalista tem origem em uma iniciativa da Ala Moça: a CPI da energia atômica, instalada em 1956, a partir de denúncias apresentadas pelo deputado Renato Archer, da Ala Moça.<sup>62</sup> A proposta de elaboração de uma política nacional de energia nuclear, voltada para os "legítimos interesses nacionais", é sustentada por toda a Ala Moça; as discussões suscitadas pelo tema dão origem à Frente Parlamentar Nacionalista, criada na Câmara dos Deputados. Dispondo-se a lutar "contra o imperialismo em geral e o capital estrangeiro em particular",<sup>63</sup> a FPN compõe-se de deputados do PSB, do PTB, do PR, da UDN e do PSD — entre eles a Ala Moça. A atuação da FPN, de caráter crescentemente nacionalista, ganhará força a partir do final do governo e terá grande importância nos governos Jânio Quadros e João Goulart.

As posturas assumidas pela Ala Moça e sua posição de relevo na Câmara dos Deputados, orientando o comportamento da bancada, conduzem inevitavelmente ao confronto dentro do PSD. Já em meados de 1956 coloca-se o problema da substituição de Am-  
aral Peixoto na presidência do diretório nacional. Nomeado embaixador em Washington, Amaral não se licencia do cargo que ocupa-  
va no PSD, e o partido decide escolher um presidente interino. Os reformistas querem Cirilo Júnior, mas as raposas preferem Valada-  
res. Vencem as raposas, mas Valadares, cada vez mais no ostracis-  
mo desde a ascensão política de Juscelino, não tem força para con-

trolar o partido, e a Ala Moça continua a coordenar a ação do PSD no Congresso.<sup>64</sup>

O próximo choque será com o ministro da Justiça, Nereu Ramos. Convocado à Câmara para prestar esclarecimentos sobre agressões sofridas por deputados na UNE,<sup>65</sup> Nereu entra em con-  
flicto com o líder Vieira de Melo, que quer apressar a ida do minis-  
tro ao Congresso. Nereu decide adiar o mais possível, e a oposição consegue a criação de uma CPI. Entretanto, José Joffily assume a  
presidência da comissão, poupando o governo de maiores cons-  
trangimentos. Nereu comparece à Câmara na última sessão do se-  
mestre e é recebido friamente, até mesmo pela bancada peessedista.  
Vitoria de Vieira de Melo e da Ala Moça, que aumenta ainda mais  
a distância entre ela e o ministro da Justiça.

O novo atrito com Nereu tem como pano de fundo o projeto  
de lei de imprensa, que o governo envia ao Congresso em outubro.  
Criticado asperamente por elementos da Ala Moça em reunião da  
bancada, o projeto recebe veemente oposição de toda a imprensa.  
Enquanto o ministro da Justiça declara na exposição de motivos  
que "o direito à liberdade não pode ser irrestrito, e a imprensa é o  
uso e não o abuso da liberdade", o *Correio da Manhã* retruca em  
editorial (11-10) que a lei de imprensa é o "estado de sítio enca-  
puzado". Atacando severamente Nereu Ramos, conclui que sua jus-  
tificativa "não é o documento de um ministro da Justiça, mas pro-  
fissão de fé de um interventor".

A movimentação da Ala Moça, controlando o comportamento  
da bancada do PSD na Câmara, começa a entrar em rota de colisão  
com alguns deputados federais do partido, que iniciam rebelião con-  
tra a "política de fatos consumados da Ala Moça".<sup>66</sup>

64. Em 13 de julho a coluna "No mundo político", do *Correio da Manhã*, analisa a transmissão da presidência do PSD, afirmando que "as alas moça e velha do PSD encontraram uma solução, ficando os velhos com os postos de relevo, executando o que os moços querem". *Correio da Manhã*, 13-7-1956, p. 12.

65. Em 5 de maio de 1956 a UNE lidera uma greve de estudantes contra o aumento dos preços das passagens dos bondes do Rio de Janeiro. O ge-  
neral Denis, comandante do I Exército, ordena a ocupação da cidade por  
tropas militares. No cerco à UNE, alguns deputados ali presentes foram  
espancados; entre eles estava Adauto Lúcio Cardoso (UDN/DF). *Correio da Manhã*, 5 e 6-5-1956.

66. *Correio da Manhã*, 23-10-1956.

60. Maria Vitória Benevides, 1976, p. 241.  
61. Nelson Werneck Sodré, 1977, pp. 114-5.  
62. Discursos do deputado Renato Archer in *Diário do Congresso Nacional* (Seção I), 9-6-1956, pp. 4242-7; 16-6-1956, pp. 4479-80; 7-8-1956, pp. 6619-21.  
63. Gláucio Ari Dillon Soares, 1973, p. 206.



A substituição de Valadares por Cirilo Júnior na presidência interina do diretório nacional do PSD <sup>67</sup> é considerada pela oligarquia uma vitória sobre a Ala Moça, uma vez que a liderança de Cirilo contrabalançaria um pouco a influência de Ulisses Guimarães e de Pacheco e Chaves. No entanto, segundo este último, a Ala Moça pôde continuar sua atuação, porque Cirilo "já estava um pouco cansado de política". <sup>68</sup>

#### Cena 4 — Inicia-se a reação dos velhos (1957)

O ano de 1957 se inicia com as articulações para duas eleições vitais para a Ala Moça — e também para a oligarquia, que quer barrar o fortalecimento da Ala Moça —: a presidência da Câmara e os governos estaduais (1958), as duas estreitamente vinculadas. Grupo de atuação parlamentar, a Ala Moça precisa garantir sua permanência nos postos que conquistara em 1956 para se lançar a vãos mais altos: os governos estaduais, primeiro passo para a conquista dos diretórios regionais, fonte real de poder no PSD.

Circunstâncias do início do governo JK — apoio do presidente e fragilidade do comando de Valadares e Cirilo — não representam mais condição suficiente para consolidar as posições da Ala Moça. O poder do grupo é grande, mas instável; depende de realimentação constante por parte do presidente da República e da tolerância das velhas raposas.

Assim, ao mesmo tempo que consegue a reeleição de Ulisses para a presidência da mesa e a confirmação dos outros postos que ocupava na Câmara, a Ala Moça inicia as negociações para viabilizar suas pretensões nos estados. No início do ano são lançadas as candidaturas de Ulisses Guimarães, José Joffily, Vieira de Melo e Leoberto Leal para os governos de São Paulo, Paraíba, Bahia e Santa Catarina, respectivamente.

Não obstante, a maioria do PSD já se inquieta com a atuação da Ala Moça. O apoio à recondução de Ulisses e Vieira de Melo começa a ser condicionado a um maior controle sobre os discursos de Vieira pela bancada. Acusações de extremismo espocam na bancada possedista da Câmara, chegando mesmo alguns deputados

a acusar Cid Carvalho, Joffily, Leoberto Leal e Pacheco e Chaves de "em seus pronunciamentos defenderem pontos de vista correlatos aos comunistas". <sup>69</sup>

Por seu turno, a oligarquia possedista inicia uma reação às investidas da Ala Moça em direção aos governos estaduais.

A volta de Valadares ao Brasil e à presidência interina do diretório nacional fornece às velhas lideranças o suporte necessário para iniciar a luta contra a Ala Moça. As raposas procuram fortalecer seu próprio poder nos estados, reelegendo-se para a chefia dos diretórios regionais; por sua vez, a Ala Moça tenta consolidar as candidaturas de seus membros a partir das bases, no estilo consagrado pela campanha de Juscelino.

Entretanto, uma séria derrota do governo na Câmara abala o prestígio da Ala Moça: em 15 de maio o plenário nega licença para que o deputado Carlos Lacerda (UDN/DF) seja processado. <sup>70</sup> Em seguida, duas surpreendentes derrotas do governo em votações de menor importância <sup>71</sup> colocam em risco a liderança de Vieira de Melo; a maioria do partido pede a sua substituição. A intervenção pessoal do presidente Kubitschek não contribui para debelar a crise; ao mesmo tempo que mantém Vieira na liderança, Juscelino investe Nereu Ramos, adversário da Ala Moça, na função de coordenador político do governo, incumbido de harmonizar as relações entre Executivo e Legislativo, esvaziando o poder de Vieira de Melo. <sup>72</sup>

69. *Correio da Manhã*, 17-2-1957.

70. Na sessão de 15 de fevereiro de 1957 Carlos Lacerda lê da tribuna um telegrama secreto enviado pela embaixada do Brasil em Buenos Aires ao Itamarati, confirmando envolvimento de um político brasileiro (João Goulart) em negócios com Perón. Vieira de Melo acusa Lacerda de revelar o código secreto do Itamarati, e o governo envia mensagem ao Congresso, solicitando licença para que Lacerda seja entregue à Justiça Militar e julgado por traição. Lacerda depõe durante 12 horas na Comissão de Constituição e Justiça — fato inédito na história do Congresso brasileiro — e na sessão de 15 de maio, em votação secreta, o plenário nega a licença para que ele seja processado. O *quorum* exigido era de maioria absoluta (164 votos) e só 152 deputados votam a favor da medida. *Diário do Congresso Nacional* (Seção I) — Suplemento, 16-7-1957, p. 16. Ver ainda Carlos Lacerda, 1978, e *Correio da Manhã*, fevereiro/maio de 1957.

71. Em 10 de julho é rejeitado o veto presidencial ao projeto que beneficiava os tesoureiros; em 12 de julho é rejeitada a emenda que aprovava, sem concurso, funcionários alfandegários.

72. *Correio da Manhã*, 24-10-1957.

Porém uma vez mais a balança pende para o lado da Ala Moça. Enquanto Nereu encontra dificuldades para exercer suas funções de coordenador — a oposição, liderada pela UDN, lança mão da obstrução sistemática para adiar a votação de projetos na Câmara —, Alkmin assume a liderança da Ala Moça, estendendo a crise partidária ao Executivo.<sup>73</sup> O pedido de demissão de Nereu do Ministério da Justiça (1-11) e a nomeação de Eurico Sales, superintendente da Sumoc — portanto, dentro da esfera de influência de Alkmin —, para ocupar a pasta significam uma importante vitória da Ala Moça, que vê ressurgir seu prestígio. Valadares “assusta-se com os acontecimentos, principalmente porque a Ala Moça reassumiu sua posição de combate à direção do PSD”, afirma o *Correio da Manhã* (6-11).

#### 4. Intervalo — que ala é essa?

*A Ala Moça surgiu dessa necessidade de renovação dos métodos políticos, de retomada de certas teses, porque o PSD estava escorregando como um partido rançosamente conservador.*

João Pacheco e Chaves

Cumpridos os dois primeiros anos do mandato de Juscelino, durante os quais assistimos à formação da Ala Moça e seu fortalecimento dentro do Congresso, cabem agora algumas considerações, como primeira conclusão sobre a atuação do grupo e como uma espécie de prólogo ao seu declínio.

Em primeiro lugar, é preciso reter a noção de que a Ala Moça se forma no PSD com o objetivo de modernizar o partido, adaptando-o às novas realidades que começam a despontar no país na segunda metade da década de 1950. E estas novas realidades são sintetizadas inicialmente na figura de Juscelino e em seu programa de governo. A Ala Moça apóia Juscelino por encontrar nele um elemento de renovação e de modernização para o PSD e para o país.

73. “Assume o comando da Ala Moça o ministro da Fazenda.” *Correio da Manhã*, 24-10-1957; Renato Archer, 1977-8.

Além disso, este esforço de modernização partidária empreendido pela Ala Moça tem como objetivo ocupar o *novo centro político* que se está criando, de forma a permitir que o partido continue a exercer suas funções de fiador do equilíbrio político. A Ala Moça capta os sinais de mudança emitidos pela sociedade brasileira e quer credenciar-se para responder a esses sinais. Mas quer responder *dentro do PSD*; não se trata, em momento nenhum, de romper com o partido e transferir-se para outro. O que a Ala Moça tenta é *persuadir* o partido a ocupar o novo centro.

Ora, para que isto aconteça, é necessário que o grupo disponha de poder dentro do PSD para efetuar os movimentos desejados. E é desta maneira que se deve entender as tentativas da Ala Moça de conquistar o poder nos estados para, aí sim, influir no comando nacional do PSD. Utilizando-se de instrumentos como penetração junto à imprensa e aos intelectuais, votações crescentes nos centros urbanos, postos no comando do Legislativo, acesso ao Executivo e ao presidente da República, a Ala Moça começa a contestar o poder das raposas, em sua grande maioria enquadradas no comando regional — e nacional, por extensão — desde a criação do PSD.

As raposas possedistas, por seu turno, só percebem na atuação da Ala Moça uma ameaça a seu poder. E partem para a destruição do grupo, certas de que com isto a tranquilidade voltará a reinar no PSD. Entretanto, o que a oligarquia não percebe é que ao destruir a Ala Moça, o PSD foge mais e mais do centro. Pois é a Ala Moça e não a oligarquia quem está ocupando o verdadeiro lugar do PSD, no novo centro político-ideológico. Em outras palavras, *a Ala Moça é o PSD* — e não a oligarquia —, o PSD com aquelas características que são suas maiores virtudes: um partido sólido, de grande força parlamentar, situado no centro do sistema partidário, contribuindo para a estabilidade do regime.

Como já foi mencionado antes, o centro político-ideológico caminha, e a Ala Moça caminha com ele, tentando persuadir o PSD a ocupá-lo. Mas a oligarquia possedista não se move e destrói a Ala Moça. Ao fazê-lo, afasta-se mais do centro, e o equilíbrio político se rompe. Acrescente-se a isso o processo de radicalização que grassa em todo o sistema, e teremos aí os ingredientes necessários para uma crise política sem precedentes.

É este o quadro que será detalhado a seguir.



## 5. Segundo ato — vitória de Pirro (1958-1961)

*Os velhos derrotaram os moços mas o PSD perdeu a eleição.*

José Joffily

Os dois primeiros anos do governo Kubitschek correspondem, como vimos, ao período mais fértil do governo, no sentido de implementar o projeto desenvolvimentista. Para tanto, o comportamento de Juscelino obedece a uma lógica que vai ao encontro dos interesses da Ala Moça. Desenvolvimento industrial e energético, urbanização, fortalecimento das camadas médias, florescimento do emergente operariado industrial, modernização administrativa, “descolonização” da prática política. Combinação rica e estimulante, mas uma incógnita para as eleições de outubro de 1958.

Se 1957 se iniciara sob o signo das eleições de 1958, 1958 será marcado pela sucessão presidencial — mas a de 1965. E é sob a ótica do JK-65 que devemos compreender a segunda metade do governo Kubitschek: as reformulações na política econômica, o ritmo mais lento imprimido ao processo de desenvolvimento, a reforma ministerial, as eleições de 1958 e mesmo a sucessão presidencial de 1960. É a fase de consolidação do governo.<sup>74</sup> Permanecendo todos esses passos está a mudança das relações entre Juscelino e o PSD, *à compria* a Ala Moça.

Apoiando as iniciativas do grupo desde o período em que procurava consolidar sua candidatura, Juscelino fortalece as pretensões da Ala Moça de transferir seu poder e influência partidária, conquistados na Câmara dos Deputados, para o âmbito dos estados e dos postos de comando do partido. Para isso, o grupo espera continuar a contar com o apoio do presidente.

No entanto, dois movimentos vão contrariar as intenções da Ala Moça. De um lado, o presidente passa a concentrar seus esforços numa estratégia de longo prazo, o JK-65, e inicia um movimento no sentido de se reaproximar da oligarquia possedista, dona do controle real do partido, isto é, dos votos, das bases e dos diretórios. De outro lado, essa mesma oligarquia, visando a uma estratégia de autopreservação no comando do PSD, executa movimento

74. Não obstante, é na segunda metade do governo que Juscelino toma duas importantes medidas: rompe com o FMI e cria a Sudene. Ver Celso Lafer, 1970, entre outros.

idêntico em direção a Juscelino, com o objetivo de restaurar algumas práticas clientelistas (vitais para as eleições que se aproximam) e isolar o presidente da República da influência do grupo reformista. Governadores e líderes do PSD, entre os quais Antônio Balbino (BA), Bias Fortes (MG), Ildo Meneghetti (RS), Moisés Lupion (PR), Benedito Valadares (MG) e Amaral Peixoto (RJ), decidem em reunião uma ampla modificação das relações políticas entre eles e o presidente da República, além de uma modificação nos métodos de atuação do PSD. A reunião repercute como uma bomba dentro do partido, sendo considerada uma “declaração de guerra” da oligarquia contra a Ala Moça.<sup>75</sup>

Os dois movimentos — do presidente e das raposas do partido — terão um único resultado: a derrota da Ala Moça e o aniquilamento de suas pretensões eleitorais e partidárias. Enquanto se prepara o confronto final dentro do PSD, acirra-se a competição interpartidária, e os partidos adversários se preparam para as eleições de outubro e para conquistar o diferencial do voto urbano.

### Cena 1 — Derrota na Câmara dos Deputados

A presidência da mesa da Câmara, ocupada pela Ala Moça nos dois anos anteriores, volta a ser disputada pelo grupo em 1958. Com a desistência de Ulisses Guimarães de tentar a reeleição — Ulisses é candidato ao governo de São Paulo e o seu nome encontra muitas resistências na bancada possedista da Câmara — a Ala Moça apresenta a candidatura do baiano Oliveira Brito, presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Entretanto, o nome de Oliveira Brito não consegue unir o partido, pois suas ligações com Vieira de Melo (candidato ao governo da Bahia) atraem a animosidade de Antônio Balbino, adversário notório de Vieira. A bancada paulista, por sua vez, apresenta a candidatura de Ranieri Mazzili, de trânsito fácil entre a oligarquia possedista e mesmo na oposição.

Oliveira Brito vence Mazzili na reunião do partido e é indicado candidato oficial, mas o resultado (49 a 25) reflete a divisão interna do PSD, pois a bancada paulista decide manter a candidatura de Mazzili. Segundo relato de Oliveira Brito: “Juscelino se omitiu inteiramente na minha candidatura, porque já pensava numa

75. *Correio da Manhã*, 26-1-1958.

composição que amanhã lhe permitisse obter o máximo de apoio para si próprio junto ao PSD mais tradicional".<sup>76</sup>

No dia seguinte, em surpreendente reviravolta, Mazzili derrota Oliveira Brito no plenário (150 votos contra 120), com o apoio da UDN, que indica José Bonifácio Lafayette de Andrada para a primeira secretaria.<sup>77</sup> Com a derrota de Oliveira Brito, Vieira de Melo renuncia à liderança do governo e do PSD, o mesmo acontecendo com os outros membros da Ala Moça que ocupavam as vice-lideranças. Extinguiu-se, dessa forma, o controle exercido pelo grupo na Câmara dos Deputados; apenas Oliveira Brito reelege-se presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

A escolha do novo líder ainda espelha a luta da Ala Moça para conservar ao menos uma parcela de seu prestígio no Congresso. Para isso, o grupo quer guardar o posto para o ministro da Fazenda, que entende basear sua campanha à sucessão presidencial de 1960 nos mesmos moldes da de Juscelino, isto é, apoiando-se na Ala Moça. A estratégia de Alkmin é deixar no Ministério da Fazenda um substituto que lhe seja fiel, voltar à Câmara na condição de líder do governo e candidatar-se à reeleição em outubro, permanecendo como líder e como deputado até o fim do mandato de Juscelino. A liderança do governo dará a Alkmin a tribuna desejada para consolidar sua candidatura junto ao partido.<sup>78</sup>

Assim, Alkmin e a Ala Moça executam uma manobra combinada — no Catete e no Congresso — no sentido de torpedear todos os nomes lembrados para ocupar a liderança. Gustavo Capanema, mencionado várias vezes no PSD, é acusado de manter contatos muito estreitos com a oposição; a acusação gera reações violentas nos partidários de Capanema, que acusam os elementos da Ala Moça de "comunistas ou comunistantes".<sup>79</sup> Dessa forma,

76. Oliveira Brito, 1983, p. 43.

77. *Correio da Manhã*, 12-3-1958. A dupla Mazzili-José Bonifácio será sucessivamente reeleita até 1965, quando no contexto da nova realidade pós-64, por pressão do presidente Castelo Branco, o udenista Bilac Pinto é eleito presidente da Câmara, encerrando a longa permanência do PSD no posto, que datava de 1946.

78. *Correio da Manhã*, 23-3-1958.

79. O deputado Último de Carvalho (PSD/MG) declara a um jornal de Belo Horizonte que "o grupo da Ala Moça do PSD é formado por elementos comunistas ou comunistantes, que sem coragem de se dizer marxistas preferem o eufemismo de 'nacionalistas', isto é, 'nacionalistas russos'." *Correio da Manhã*, 23-3-1958, p. 20.

Armando Falcão (CE) permanece na liderança interina, o que resulta em sensível enfraquecimento do governo na Câmara. O impasse só é resolvido em abril quando, por indicação de Capanema, o diretório nacional e a bancada do PSD na Câmara confirmam a liderança de Armando Falcão.

A Ala Moça, que não reconhece a legitimidade da liderança de Falcão, inclusive por rejeitar suas posições conservadoras, diminui seu ritmo de atuação no Congresso e concentra-se mais na tentativa de disputar os governos estaduais.

## Cena 2 — Derrota nos estados

Só tem poder no comando nacional do partido quem tem poder no seu estado, reza um dos mais caros mandamentos peessedistas. Esta é a lógica que preside a marcha da Ala Moça em direção aos governos estaduais; e esta mesma lógica vai comandar a ação da oligarquia contra o grupo, atraindo para isso se não o apoio ostensivo, pelo menos a anuência de Juscelino. O teatro desse confronto se localiza nos estados de São Paulo e Bahia (em 1958), Santa Catarina e Paraíba (em 1960).

*São Paulo.* A candidatura de Ulisses Guimarães ao governo começa a ser ventilada desde o início de 1957, fruto de sua atuação na presidência da Câmara dos Deputados. Não obstante, o PSD paulista encontra sérios obstáculos para ampliar seu eleitorado, pressionado pela atuação de dois pesos-pesados da política paulista. De um lado, Ademar de Barros, ex-interventor e ex-governador (1947-51), candidato derrotado à presidência da República em 1955. Ademar apóia-se no PSP, partido populista e personalista, praticamente confinado às fronteiras de São Paulo. Durante o seu governo, Ademar promovera uma *razzia* no PSD paulista, cooptando muitos de seus membros e diminuindo consideravelmente as bancadas peessedistas na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados. Além disso, o PSP disputa com o PSD a mesma fatia do eleitorado paulista.<sup>80</sup>

80. Sobre Ademar, PSP e PSD, ver principalmente Regina Sampaio, 1982; João Pacheco e Chaves, 1978. Além de se eleger governador em 1947 e em 1962, Ademar candidatou-se ao governo também em 1954 (derrotado por Jânio Quadros) e em 1958 (derrotado por Carvalho Pinto).



Do outro lado, Jânio Quadros, um dos maiores *mavericks* da política brasileira. Indiferente às legêndas partidárias, Jânio fez uma carreira fulminante: vereador, prefeito da capital e governador do estado, eleito em 1954. Demitúrgio e salvacionista, Jânio representava indiscutivelmente o maior eleitor paulista do pleito de 1958: seu apoio a um candidato significaria vitória quase certa.<sup>81</sup>

Um outro complicador para a candidatura de Ulisses residia na fragilidade da posição do próprio Juscelino em São Paulo. Terceiro colocado nas eleições de 1955 no estado,<sup>82</sup> Juscelino procurou durante todo o seu governo não hostilizar o governador Jânio Quadros, uma vez que este poderia transformar-se em sério obstáculo aos propósitos do JK-65. Uma possível candidatura de Jânio às eleições presidenciais de 1960 já era aventada em 1958. Por isso, Juscelino dedicava especial atenção ao governador de São Paulo, buscando uma composição que enfraquecesse a posição de Ademar no estado, objetivo perseguido tanto por Jânio quanto por Juscelino e o PSD paulista.<sup>83</sup>

Um encontro entre Juscelino e Jânio em São Paulo, em janeiro de 1958, sela a sorte da candidatura Ulisses Guimarães. Antes do encontro Jânio declara que “a candidatura de Ulisses não subsistirá.”<sup>84</sup>

Acrescente-se a todo esse quadro as dificuldades pessoais de Ulisses em firmar seu nome. Bem aceito pelos políticos do PSD, não consegue boa penetração no eleitorado paulista. O PSD se divide, embora após “oficialmente” sua candidatura. Na prática, porém, um grupo tenta articular-se com outras correntes, alegando que o partido não é suficientemente forte para concorrer sozinho às eleições. Uma primeira tentativa de acordo engloba o PSD e o

PSP, numa chapa que inclui Ademar (governador), Horácio Lafer (vice) e Cirilo Júnior (senador). O grupo de Ulisses, por seu lado, tenta uma coligação PSD/PTB/PTN/PR. Entretanto, dentro do PSD paulista avança a “cristianização” de Ulisses Guimarães.

A indefinição persiste até a convenção regional (22-4), quando é homologada a candidatura de Ulisses ao governo, mas a paulista nas esperanças do candidato de obter o apoio do presidente da República é aplicada pelo próprio Juscelino, que declara seu propósito de não interferir nas eleições em São Paulo, assim como em outros estados, entendendo que “cabe aos políticos locais tratar do assunto”.<sup>85</sup>

Mesmo a Ala Moça, partidária da candidatura de Ulisses, aconselha-o a não correr o risco de uma derrota fragorosa e a candidatar-se à reeleição para a Câmara.<sup>86</sup> Ulisses cede finalmente e retira sua candidatura. O PSD-SP não registra candidato junto ao TRE, e os votos do partido se dividem entre Auro de Moura Andrade (pessedista que se candidata pelo PST) e Carvalho Pinto, o candidato vitorioso, apoiado por uma ampla coligação e pelo governador Jânio Quadros.<sup>87</sup>

*Bahia.* O antagonismo entre Antônio Balbino e Vieira de Melo remonta à candidatura do primeiro ao governo da Bahia em 1954. Vitorioso, Balbino assume o controle do diretório regional do PSD e da política baiana. Vieira de Melo, que apoiara o candidato oficial do PSD em 1954, alinha-se firmemente com a candidatura de Juscelino em 1955. Balbino omite-se na campanha, apoiando apenas o candidato a vice, João Goulart, com quem estabelecera boas relações quando foram ministros de Vargas.

O exercício da liderança do governo na Câmara contribui decisivamente para firmar o nome de Vieira de Melo como candidato à sucessão estadual em 58. Embora apoiado pela bancada federal, Vieira não consegue que seu nome seja aceito por Balbino; este mantém os diretórios municipais (que enviam a maioria dos delegados à convenção regional) sob rígido controle. E é com este

85. *Correio da Manhã*, 30-4-1958.

86. Nestor Jost, 1983; João Pacheco e Chaves, 1978.

87. Os resultados da eleição para o governo de São Paulo em 1958 foram: Carvalho Pinto (PDC/UDN/PTN/PR/PSB) — 1.312.017 votos; Ademar de Barros (PSP/PTB) — 1.105.161 votos; Auro de Moura Andrade (PST) — 170.627 votos. TSE, *Dados estatísticos*, vol. 7, p. 204.

81. Sobre as bases do ademarismo e do janismo, ver Francisco Welfort, 1965.

82. Os números da eleição de 1955 em São Paulo foram: Ademar de Barros — 867.320 votos; Juarez Távora — 626.627 votos; Juscelino Kubitschek — 240.940 votos; Plínio Salgado — 159.051 votos. A votação de Juscelino foi inexpressiva, alcançando apenas 27,7% da votação de Ademar. TSE, *Dados estatísticos*, vol. 7, p. 198.

83. Em 20 de abril de 1958, janistas liderados por Castilho Cabral fundam no Rio o Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), lançando a candidatura de Jânio à presidência da República. No dia seguinte, Jânio era lançado pelo PTN. *Correio da Manhã*, 21 e 22-4-1958.

84. *Correio da Manhã*, 21-1-1958.

cacife que Balbino se apresenta no encontro que mantém com Juscelino em Petrópolis para tratar da sucessão baiana.<sup>88</sup> Juscelino não pode dispensar o potencial de votos representado pela liderança de Balbino; consequentemente, esvazia-se qualquer possibilidade de apoio do presidente a Vieira de Melo. Juscelino entrega seu líder à própria sorte.

Mas Vieira insiste em ser candidato pelo PSD, ameaçando o partido de cisão. A crise do diretório baiano leva as lideranças nacionais a procurar uma composição com Balbino, que renuncia à presidência do diretório e ameaça renunciar também ao governo do estado, caso o diretório aponte Vieira de Melo como candidato do partido. Oliveira Brito assume a presidência do PSD-BA, e o diretório indica Vieira de Melo à convenção regional, por 21 votos a 20.<sup>89</sup> Balbino reage em manobra espetacular: movimenta suas bases do interior e derrota Vieira na convenção regional (31-7). José Pedreira de Freitas, candidato de Balbino, é o nome que o PSD homologa para concorrer às eleições de outubro.

Vieira de Melo provoca uma cisão no PSD baiano, concorrendo pela coligação PDC/PSP. Uma parte do partido o acompanha, mas o grande vitorioso é Juraci Magalhães (UDN), que se beneficia da crise, pois uma dissidência do PSD adere à sua candidatura.<sup>90</sup>

*Santa Catarina.* Embora as eleições para o governo do estado só se fossem realizar em 1960, desde 1957 os partidos catarinenses se movimentavam com o intuito de preparar nomes para a sucessão estadual. Já em janeiro de 1957 Leoberto Leal era lançado por parte do PSD, com o apoio de PTB, PSP e PR, uma vez que era preciso uma ampla coligação para enfrentar a UDN, então ocupando o governo.

88. *Correio da Manhã*, 14-2-1958.

89. *Idem*, 29-7-1958.

90. "Balbino tinha esvaziado a própria UDN. Juraci o tinha apoiado em 54, e a UDN participou de seu governo. (...) Mas Balbino deu a impressão de que era o único chefe político da Bahia, tanto assim que Juraci chegou aqui para ser candidato, foi recebido por umas cem pessoas e disse que seria candidato como protesto. E terminou sendo eleito." Oliveira Brito, 1983, pp. 39-40. Os resultados da eleição baiana foram: Juraci Magalhães (UDN) — 360.746 votos; José Pedreira de Freitas (PSD/PTB/PR/PTN/PRP) — 264.874 votos; Vieira de Melo (PDC/PSP) — 114.962 votos. TSE, *Dados estatísticos*, vol. 7, p. 40. Sobre o episódio, ver ainda Juraci Magalhães, 1982.

Não obstante, o fortalecimento de Leoberto Leal no plano federal, em grande parte decorrente de sua atuação na Ala Moça e de sua crescente atividade na Câmara dos Deputados, foi também uma das razões de seu enfraquecimento no diretório regional. Este era controlado com mão firme por Nereu Ramos, alvo frequente das críticas da Ala Moça, quando de sua passagem pelo Ministério da Justiça. Ademais, a rivalidade entre Leoberto e Nereu já era anterior, remontava à campanha presidencial de Juscelino. O aprofundamento do abismo entre os dois só fazia ameaçar de cisão o PSD catarinense.

Após deixar o Ministério da Justiça, Nereu — cuja saída fora considerada uma vitória da Ala Moça — entrincheirou-se no diretório de Santa Catarina. Reelegeu-se presidente e iniciou negociações para aniquilar totalmente a liderança de Leoberto Leal, ameaçando inclusive negar-lhe a legenda para a reeleição à Câmara dos Deputados nas eleições de outubro de 1958.

Em janeiro daquele ano, Nereu obteve esmagadora vitória no diretório regional, quando uma moção de confiança em seu nome foi aprovada por unanimidade. Quando uma nova moção de confiança foi votada — desta vez a Celso Ramos, irmão de Nereu e seu candidato à sucessão estadual — Leoberto se negou a assiná-la, mas o restante do diretório não o acompanhou.<sup>91</sup> O episódio é digno de nota, porque selou o destino do PSD de Santa Catarina nas eleições de 1960: o partido se inclinaria para a candidatura de Celso Ramos, e a Leoberto Leal restaria buscar amparo em outra legenda. Entretanto, ele resistiu aos apelos da UDN e preferiu sustentar a luta contra Nereu Ramos dentro do PSD, embora sem qualquer possibilidade de utilizar sua atuação no plano federal para alimentar suas pretensões no plano estadual. Fustigada em todos os estados pelas raposas e abandonada por Juscelino, a Ala Moça estava em declínio.

Rompidos política e pessoalmente, Nereu Ramos e Leoberto Leal morreram juntos, em desastre aéreo em que também faleceu Jorge Lacerda, governador do estado.<sup>92</sup> "Sobre Leoberto Leal, não

91. *Correio da Manhã*, 30-1-1958.

92. Nereu Ramos, Leoberto Leal e Jorge Lacerda iam de Florianópolis ao Rio de Janeiro para integrar a comitiva de Juscelino, que faria visita oficial a Santa Catarina. No pouso para escala em Curitiba, houve o desastre com o *Convair* da Cruzeiro do Sul. Ver *Correio da Manhã*, 18-6-1958 e dias seguintes.



me é possível deixar de lembrar nesta hora a amizade, que lhe dedicava. Deveu-lhe a minha candidatura à presidência uma grande e generosa contribuição", pronunciou-se o presidente da República em declaração oficial à imprensa.<sup>83</sup>

*Paraíba.* De todos os membros da Ala Moça, José Joffily era o que se encontrava em melhores condições para disputar o governo do estado. Constituinte de 1946, reeleito deputado federal em 1950 e em 1954 com votações crescentes, vice-líder da maioria entre 1956 e 1958, Joffily mantinha excelentes relações pessoais com o presidente do diretório regional, Rui Carneiro, de quem tinha sido secretário de Segurança durante o Estado Novo.

Apartado desde 1957 como candidato do PSD à sucessão estadual de 1960, Joffily consolida cada vez mais sua posição atuando decididamente na Câmara. Nas eleições de 1958 reelege-se deputado federal e contribui enormemente para a reeleição de Rui Carneiro para o Senado.<sup>84</sup>

Entretanto, quando se tratou de articular a candidatura de Joffily ao governo da Paraíba, Rui Carneiro indicou seu próprio irmão, Janduí Carneiro, derrotado por Pedro Gondim.<sup>85</sup> Segundo Nestor Jost,

(...) o Joffily era realmente um elemento intelectualmente superior ao nível existente na Paraíba na época. Mas era tido como um homem de esquerda, e dentro do PSD ele se tornava uma exceção, porque o PSD era conservador. Então, ele tinha condições pessoais que criavam um certo atrito com os elementos mais antigos. Na verdade, o que o Rui queria era pôr o Janduí, irmão dele.<sup>86</sup>

Joffily distancia-se progressivamente de Rui Carneiro e do PSD, até transferir-se para o PSB em 1962.

93. *Correio da Manhã*, 18-6-1958, p. 14.

94. Nas eleições de 1958 Rui Carneiro reelege-se senador derrotando José Américo de Almeida (UDN/PL), que governara a Paraíba entre 1951 e 1956, eleito pela coligação PSD/PL, articulada pelo próprio Rui Carneiro. Ver Rui Carneiro, 1977; José Joffily, 1977-8; Aspásia Camargo *et alii*, 1984.

95. Os números da eleição de 1960 na Paraíba foram: Pedro Gondim (PSB/UDN/PL/PTB) — 148.961 votos; José Janduí Carneiro (PSD) — 124.041 votos. TSE, *Dados estatísticos*, vol. 7, p. 126.

96. Nestor Jost, 1983, n. 12.

### Cena 3 — Cai o pano

Abandonados por Juscelino, que se aproxima sempre mais das velhas raposas, e vendo derrotadas suas pretensões de consolidar seu poder nos estados, os membros da Ala Moça — reeleitos para a Câmara dos Deputados<sup>87</sup> — voltam-se para o Congresso, fonte primeira de seu prestígio, tentando recuperar suas antigas posições. Cerram fileiras em torno de José Maria de Alkmin, que saíra bastante enfraquecido do Ministério da Fazenda, em junho de 1958.

A queda de Alkmin da pasta teve origem na campanha desfechada contra ele pelo *Correio da Manhã*. Entre março e junho de 1958, o jornal atacou o ministro em 18 violentos editoriais, criticando sua política cafeeira.<sup>88</sup> Alkmin, desde que assumira o ministério, vinha empreendendo uma política de sustentação dos preços do café na bolsa de Nova York, contrariando interesses de grupos americanos. Segundo testemunho de Renato Archer,

(...) o grupo Rockefeller, muito ligado ao Paulo Bittencourt, tinha uma influência muito grande sobre esse assunto e combatu violentamente a política do Alkmin de defender os preços do café (...) até que em meados do ano conseguiram provocar uma suspensão de compras de café pelos Estados Unidos.<sup>89</sup>

Pressionado pela campanha do jornal e por questões da política interna mineira,<sup>90</sup> Juscelino exigiu a renúncia de Alkmin, sob a alegação de que este era o mais antigo deputado federal e deveria candidatar-se à reeleição.<sup>91</sup> Para a Ala Moça, a saída de Alkmin

(...) foi um golpe tremendo, porque o grupo se identificava muito com a sua política econômica. Quando o Juscelino nomeou o Lucas Lopes — coisa de que depois ele se arrepen-

97. Com as exceções, óbvias, de Vieira de Melo e Leoberto Leal.

98. *Correio da Manhã*, 16-3 a 3-6-1958.

99. Renato Archer, 1977-8, p. 165.

100. "Acho que o Juscelino também teve algumas dificuldades de ordem política interna. Os mineiros é que faltaram ao Alkmin na época. Nós não tínhamos condições para influir na política mineira", relata Nestor Jost, 1983, p. 13.

101. Esta é a versão apresentada por Juscelino em suas memórias.



deu,— e apoiou o Roberto Campos e essa linha meio udenizante do PSD, a Ala Moça se afastou definitivamente dele.<sup>102</sup>

A queda de Alkmin do ministério representa a derrota final dos esforços da Ala Moça, no sentido de manter sua influência junto ao governo Juscelino.<sup>103</sup>

No Congresso, as iniciativas do grupo tampouco obtêm qualquer sucesso. As tentativas de eleger Alkmin presidente da Câmara ou líder da maioria esbarram na cerrada oposição da bancada. Mazzili é mais uma vez eleito presidente, e Armando Falcão o líder, até julho de 1959, quando é substituído por Abelardo Jurema (PB).

O esfacelamento do grupo é iminente. A Ala Moça ensaia ainda uma última tentativa, lançando publicamente, através de José Joffily e Cid Carvalho, a candidatura do general Lott à sucessão de Juscelino.<sup>104</sup> Nos mesmos moldes da campanha de 1955, o grupo tenta assumir a iniciativa de apoiar a candidatura do ministro da Guerra, numa tática de autopreservação, contando reproduzir o esquema anterior: apoio ao candidato, esperando reciprocidade em caso de vitória eleitoral. Entretanto, a tentativa de sugerir a Lott a entrega da chefia de sua campanha eleitoral a Alkmin é veementemente rechaçada pelo deputado Guilhermino de Oliveira (PSD-MG), representante de Tancredo Neves no plano federal, e por José Sette Câmara, chefe da Casa Civil — e portanto porta-voz de Juscelino.<sup>105</sup>

A derrota de Lott leva à dissolução do grupo e à sua dispersão na Frente Parlamentar Nacionalista. O final do governo Kubitschek marca a extinção da Ala Moça do PSD, sem que qualquer de seus membros tenha conquistado postos no comando do partido ou mesmo nos estados. “Ninguém da Ala Moça foi eleito governador. A Ala Moça não tomou o lugar da ala velha do PSD”, conclui Pacheco e Chaves.<sup>106</sup>

102. João Pacheco e Chaves, 1978, p. 43.

103. “A carta que o sr. Vieira de Melo mandou ao governador baiano não é um acontecimento isolado. Há de se vincular à demissão do ministro da Fazenda e à desistência do sr. Ulisses Guimarães ao governo de São Paulo. É a Ala Moça pessimista a sofrer os estorços da última hora, depois de uma longa caminhada no poder”, afirma o *Correio da Manhã*, 24-6-1958.

104. Cid Carvalho, 1977; José Joffily, 1977-8.

105. *Correio da Manhã*, 17-11-1959.

106. João Pacheco e Chaves, 1978, p. 37.

## 6. Pós-fúcio — O destino de cada um

*Esses moços, pobres moços  
Ah, se sobresssem o que eu sei...*

Lupicínio Rodrigues

Renato Archer foi reeleito deputado até 1966. Durante o primeiro gabinete parlamentarista (1961-2), foi vice-ministro das Relações Exteriores; em 1965 foi candidato (derrotado) ao governo do Maranhão e presidiu o diretório regional do partido. Fundador do MDB, presidiu o diretório regional até 1969. Em 1967 tornou-se secretário-geral da Frente Ampla, atividade que motivou sua cassação pelo AI-5 (1969). Retornou à atividade política após a anistia (1979), ingressando no PMDB.

Cid Carvalho transferiu-se para o PTB, após ter sido reeleito deputado em 1962; permaneceu na Câmara até 1969 — a partir de 1966 ingressou no MDB. Cassado pelo AI-5, retornou à Câmara dos Deputados em 1983, pelo PMDB-MA.

José Joffily disputou uma cadeira de senador pelo PSB, em 1962, mas foi derrotado. Cassado em 1964, na primeira lista de cassações do novo regime, passou a dedicar-se à iniciativa privada e à pesquisa histórica, não retomando a atividade política.

Vieira de Melo ocupou a Secretaria de Viação e Obras Públicas no governo Juraci Magalhães (1959-63). Voltou à Câmara dos Deputados em 1963 e lá permaneceu até 1970, ingressando no MDB em 1966. Morreu atropelado no Rio de Janeiro, em 22 de abril de 1970.

Oliveira Brito foi ministro da Educação no primeiro gabinete parlamentarista (1961-2) e de Minas e Energia no último ministério de João Goulart (1963-4), retornando à Câmara ao final de cada período no Executivo. Um dos fundadores do MDB, acabou no entanto filiando-se à Arena, por contingências da política estadual. Secretário de Estado no governo Luís Viana Filho (1967-71), foi cassado pelo AI-5 e passou a dedicar-se à advocacia, não retornando à atividade política.

Ulisses Guimarães ocupou a pasta de Indústria e Comércio no primeiro gabinete parlamentarista (1961-2). Reeleito deputado federal até os dias de hoje, foi um dos fundadores do MDB, que passou a presidir em 1971. Com a volta do pluripartidarismo, fundou o PMDB, sendo seu atual presidente.



João Pacheco e Chaves vem sendo sucessivamente eleito deputado federal. Optou pelo MDB em 1966 e posteriormente pelo PMDB. Licenciou-se da Câmara dos Deputados em 1983 para assumir a Secretaria de Cultura no governo Franco Montoro (SP), mas retornou à Câmara em 1984.

Nestor Jost foi nomeado por Juscelino, nos últimos dias de seu governo, diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Craei) do Banco do Brasil, cargo em que permaneceu até 1967. Nesse mesmo ano foi nomeado presidente do banco, ocupando o cargo até 1974. Ingressou na Arena e foi candidato (derrotado) ao Senado em 1974, pelo Rio Grande do Sul. Nomeado secretário-geral do Projeto Carajás, deixou o posto em 1984 para exercer as funções de ministro da Agricultura no governo Figueiredo.

## 7. Conclusão

A trajetória política da Ala Moça permite algumas considerações sobre a natureza do grupo e o papel por ele desempenhado na dinâmica interna do PSD. Inicialmente, parece claro que o partido podia conviver livremente com vozes discordantes — enquanto expressões individuais — mas não com grupos dissidentes, ainda mais quando esses grupos não dispõem de outro cacicé que não a sua própria dissidência. A Ala Moça é perigosa justamente porque dissente. Isto é, a Ala Moça não controla diretórios ou mesmo um número de votos que possam abalar a serena dominação da oligarquia pessedista. Fosse esse o caso, o comando partidário teria negociado com o grupo em outros termos. Afinal, um dissidente eleitoralmente forte é alguém que deve ser tratado com cautela; impõe-se a negociação e não o confronto.

Além disso, a Ala Moça constituiu a primeira dissidência pessedista que se manifestou fora do período eleitoral, tendo como palco o Congresso. Até então, todos os problemas do comando partidário com grupos dissidentes floresciam durante as sucessões presidenciais e/ou estaduais. Para solucionar esses impasses, o diretório nacional acionava instrumentos já conhecidos: intervenção, no caso das sucessões presidenciais; autonomia ao diretório regional, no caso das questões estaduais. Mas como tratar com um grupo que se movimentava basicamente em períodos de entressafra eleitoral?

A reação do partido evolui da tolerância inicial à perplexidade e ao esmagamento das pretensões individuais. Esta reação corresponde, do lado da Ala Moça, às transformações por que passa o grupo. De simples agrupamento geracional, a Ala Moça vai assumindo maior nitidez ideológica e maior desenvoltura política.

A percepção, por parte da Ala Moça, de que o PSD tem que se modernizar para responder aos novos desafios que se apresentam em termos de eleitorado, reflete-se na oligarquia como uma mera disputa de poder. É evidente que se trava entre a Ala Moça e as raposas pessedistas uma luta pelo poder dentro do partido. *Mas não se trata apenas disso.* A Ala Moça é uma *fração de idéias*, que tenta obter o comando partidário para transformar idéias em políticas. Em termos mais concretos, a proposta da Ala Moça é levar o PSD a ocupar o novo centro político-ideológico.

Habitadas à liderança incontestante, ao caciquismo e às fidelidades pessoais, as raposas encontram dificuldade em tratar com uma dissidência de natureza política, cujos membros ainda não fizeram a necessária "sargenteação" no partido. São moços desafiando o comando dos velhos. A oligarquia sente seu poder ameaçado e parte para a "solução final": o aniquilamento do grupo.

A dimensão mais perigosa da Ala Moça, em termos de contestar o poder das velhas raposas, é sua própria natureza. Ao debater temas e não pessoas, ao propor a implementação de políticas e não solicitar nomeações, a Ala Moça coloca em risco as próprias bases nas quais se assenta grande parte do domínio pessedista: o clientelismo, a coronelização da prática política, a liderança mesma das raposas pessedistas.

Olivera Brito afirma com muita propriedade que o tempo dos interventores tinha desaparecido, e muitos dos dirigentes do PSD não se tinham dado conta. O que a Ala Moça pregava insistentemente era a renovação da prática política, a adequação do PSD aos novos tempos, a democracia interna no partido.

Com o desaparecimento da Ala Moça, o comando pessedista preservava internamente suas posições. Mas para impedir que surjam novas lideranças, o partido inicia um processo de autofagia que o fará desviar-se de seu principal objetivo, o de ganhar as eleições, conduzindo aos maus resultados de 1958 e de 1960.

A falácia da união interna contra a Ala Moça é paradoxalmente o início da fragmentação interna do PSD. Pois a Ala Moça aponta aos pessedistas o caminho da dissidência. Se durante o go-

verno JK a dissidência dentro do PSD se faz pela esquerda, durante os tempos vindouros ela se fará pela direita, e o comando partidário se verá impotente para contê-la. Este processo de degenerescência do tecido possedista será fatal não só ao partido, como a todo o sistema político.

7

## ... E O PSD NÃO OCUPOU O NOVO CENTRO — AS ELEIÇÕES DE 1958 E 1960

*Ninguém vai ao Rubicão para pescar.*

*apud Tancredo Neves*

*Na palaca do velhaco, o diabo tem dois  
terços.*

*ditado mineiro*

As eleições de 1958 representam, num certo sentido, o “encontro das águas”. Uma conjunção de fatores — nenhum dos quais é por si só condição suficiente para explicar todo o quadro — se combina para desaguar num mesmo resultado: o naufrágio eleitoral do PSD nas eleições de outubro, com evidentes reflexos na sucessão presidencial de 1960 e no *imbroglío* político subsequente.

Primeiro, a própria evolução do governo JK. A implementação do Programa de Metas exige uma estrutura administrativa ágil e racional, independente dos liames clientelistas vigentes. Assim, para não entrar em confronto direto com a oligarquia possedista, Juscelino cria a administração paralela, contornando os órgãos tradicionais. Sem nenhuma ingerência nos novos órgãos, o PSD vê diminuir os recursos à disposição dos instrumentos tradicionais, diminuindo portanto, sua própria capacidade de manipulação desses recursos (nomeações, verbas etc.) em pleno período eleitoral.<sup>1</sup>

1. Não por acaso, o PSD solicitou insistentemente, durante todo o ano de 1958, a volta de Amarel Peixoto dos Estados Unidos para assumir o Ministério da Viação, pasta que geria enorme quantidade de recursos orçamentários e que tinha o maior número de funcionários, espalhados por todo o país, significando um número quase ilimitado de empregos e de recursos a distribuir.



A modernização empreendida por Juscelino ao Executivo não encontra eco no PSD; as tentativas da Ala Moça no sentido de modernizar o partido redundam em completo fracasso.

Outro fator relevante a se considerar diz respeito direto à política urbana, onde cresce um eleitorado cada vez mais eletrizado pelas campanhas nacionalistas: a reforma cambial, realizada pelo novo ministro da Fazenda, Lucas Lopes, em junho de 1958. Inspirada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que garantia ao Brasil um empréstimo de 300 milhões de dólares, para suportar seu impacto, a reforma abrange, entre outras medidas, o fim do preço subsidiado do trigo e da gasolina. Como consequência imediata, verifica-se uma alta geral de preços em plena temporada eleitoral, o que coloca o PSD na incômoda posição de defender o governo nos palanques.<sup>2</sup>

Mais importante ainda: nas eleições de 1958 se consagra um novo estilo de prática política, o populismo, que se consolida a partir do incremento da urbanização e da industrialização.<sup>3</sup> Captando as aspirações difusas das massas urbanas recém-incorporadas à política, o estilo populista afirma-se cada vez mais como a forma de atuação predominante no Brasil a partir do final da década de 50. Apelando diretamente às massas, a liderança populista passa a exprimir um discurso político-eleitoral demagógico, e “as bandeiras de que se serve (como um certo tipo de nacionalismo) em geral mistificam os conflitos de cuja não-resolução sua sobrevivência depende”.<sup>4</sup>

Assim, enfrentam-se nessas eleições de 1958 dois estilos eleitorais: um em ascensão, o populismo; outro em decadência, o coronelismo.

Importantes modificações começam a se processar no universo da competição, a partir da marcha da urbanização e do conse-

2. “Mas o fato é que o FMI, depois de muitas marchas e contramarchas, negou o empréstimo, o que provocou um enfarte no Lucas Lopes, que acabou se retirando do ministério. Para o seu lugar foi nomeado interinamente o Sebastião Pais de Almeida, que era presidente do Banco do Brasil. Ele não tinha a capacidade nem a estrutura política ou a tranquilidade e experiência de Alkmin, nem tampouco os conhecimentos específicos de Lucas Lopes e de Roberto Campos”, afirma Renato Archer, 1977-8, p. 166.

3. Sobre o populismo, ver principalmente os trabalhos de Francisco Weffort e Otávio Ianni.

4. Luciano Martins, “Uma relação ambígua”, *Folha de São Paulo*, 21-1-1984, p. 3.

quente aumento da relevância do diferencial do voto urbano na composição das vitórias eleitorais. Há uma crescente necessidade de renovação nas formas de relacionamento entre o partido político e suas bases eleitorais (reais ou potenciais), com o objetivo de consolidar o eleitorado existente e alargar seus horizontes de sustentação política.

Não é por acaso que nos dois partidos que até meados da década de 1950 controlavam a esmagadora maioria dos votos do interior — PSD e UDN — se vai verificar a emergência de dissidências geracionais renovadoras. Ala Moça do PSD e Bossa Nova da UDN representam movimentos semelhantes observados no interior dos grandes partidos, no sentido da adaptação do discurso e da prática partidária às novas demandas geradas por um novo tipo de sociedade que se está a construir no país.

Mas no interior do PSD a oligarquia partidária, inteiramente à vontade no mundo do pacto coronelista, move-se com extrema dificuldade no universo cada vez mais complexo da cidade, cuja diversidade em termos de demandas políticas e sociais escapa ao fíguro pessedista. Com exceção de raras das velhas raposas, que de há muito exercem uma atuação mais populista,<sup>5</sup> o estilo pessedista tradicional não se coaduna com as necessidades de modernização do discurso político-eleitoral.

A saída seria, então, permitir o florescimento de lideranças mais jovens dentro do partido, que pudessem melhor captar as novas reivindicações políticas e transformá-las num discurso renovador, promovendo assim uma modernização no âmbito das relações entre o PSD e o eleitorado. Dessa forma, o partido poderia maximizar seus ganhos, com estilos e práticas políticas complementares. As raposas consolidariam a posição do PSD no mundo rural — resistindo à já familiar competição com a UDN e ao assédio do PTB, que marchava para o interior — e os reformistas lançariam em busca do crescente eleitorado urbano, de peso igualmente crescente no cômputo geral dos votos e de importância cada vez maior na definição dos rumos políticos do país. *Esta foi a estratégia que o PSD não conseguiu*, pois uma aliança entre a oligarquia e Juscelino destruiu as pretensões políticas da Ala Moça de exercer

5. O exemplo mais conspicuo e quase solitário é o de Rui Carneiro, que desde o exercício da interventoria durante o Estado Novo põe em ação um estilo populista — um populismo *avant la lettre* —, gerando na Paraíba um PSD de características muito peculiares, tal como descrito no Capítulo 6.

esta função complementar. Acossado por adversários no interior e desprovido de um discurso moderno para conquistar as cidades, o PSD caminha para a derrota.

Na primeira seção deste capítulo serão analisadas as estratégias individuais de PTB, UDN e PSD para as eleições de 1958 — visando, obviamente, às eleições de 1960. Enquanto o PSD se debate em sua crise interna, os dois outros partidos fazem alianças, aumentam sua penetração nas áreas de influência possedista e ocupam espaços preciosos para uma vitória eleitoral.

Em seguida, será abordada a primeira fase da estratégia de Juscelino, o JK-65, que caminhará paralelamente — mas nem sempre coincidentemente — à estratégia do PSD. Juscelino também se prepara para as eleições de 1958, mas com as vistas voltadas para mais longe — para a sua volta em 1965.

Na terceira seção serão analisados os resultados eleitorais de 1958, com ênfase nas eleições majoritárias, onde o PSD teve suas mais significativas derrotas, embora sejam também focalizadas as eleições proporcionais.

A segunda fase do JK-65 virá a seguir, mostrando como Juscelino tenta persuadir o PSD a perder as eleições presidenciais de 1960, para que se criem condições propícias à implementação do JK-65.

Finalmente, a quinta seção percorrerá a campanha eleitoral e as eleições de 1960, cujos resultados terão evidentes e dramáticos reflexos na crise da primeira metade da década de 1960 e, quem sabe, nas duas décadas posteriores.

## 1. PTB, UDN e PSD: estratégias eleitorais

*A marcha para o interior.* Dos três grandes partidos, o PTB é o principal beneficiário do governo JK. O desenvolvimento industrial acelerado e o incremento da urbanização resultam no aumento do operariado urbano, que canaliza seus votos basicamente para o PTB.<sup>6</sup> Além disso, o próprio acordo que precedeu a aliança eleito-

ral entre PSD e PTB em 1955, viabilizando a eleição de Juscelino, previa, como vimos, a entrega ao PTB do Ministério do Trabalho, com todos os seus institutos, e da Agricultura, com todas as suas autarquias. De posse desses poderosos instrumentos, o partido lança-se a uma prática de empreguismo em larga escala, consolidando seu poder junto aos sindicatos e à previdência social; "os altos funcionários da previdência social eram indicados pelo PTB, ao qual cabia, então, gerir a distribuição de benefícios, como verbas, em-pregos etc."<sup>7</sup>

Do ponto de vista do crescimento partidário, o controle de todas as delegacias regionais do Trabalho lança o PTB na área de influência possedista por excelência: a da política local. Uma extensa rede de diretórios municipais e distritais começa a ser criada a partir das autoridades locais do Ministério do Trabalho, disputando palmo a palmo o domínio até então tranquilo do PSD.<sup>8</sup> Gláucio Ari Dillon Soares aponta três aspectos que contribuíram para a expansão do PTB: a absorção de grande parte dos votos do PCB e da votação de Getúlio Vargas em 1950; um extenso "trabalho de organização partidária no nível municipal", e a "extensão real do sufrágio a classes sociais cujos interesses (o PTB) pretendia representar".<sup>9</sup>

Para o PSD a situação começa a tomar contornos dramáticos: o operariado industrial lhe é impenetrável, as novas camadas urbanas lhe são hostis, e o PTB o ameaça em seu próprio terreno: o eleitorado do interior, onde a UDN é uma presença incômoda mas já familiar.

Assim, o crescimento do PTB se dá basicamente às custas do PSD. Nos estados proliferam alianças PTB/UDN para a conquista dos governos estaduais, alianças estimuladas pela ação das lideranças nacionais do PTB. O próprio vice-presidente João Goulart patrocina algumas dessas coligações, como por exemplo em Pernambuco, onde participa de reuniões com as lideranças oposicionistas e

6. Paradoxalmente, com exceção de São Paulo, onde proliferam — *et pour cause* — as legendas partidárias "trabalhistas", como PTN, PRT, PST etc., além do "trabalhismo janista", o que resulta numa pulverização dos votos do operariado. Sobre a fraqueza do PTB em São Paulo, ver principalmente Ivelte Vargas, 1979; Fernando Henrique Cardoso, 1975; Maria Vitória Be-

nevides, 1976; Aziz Simão, 1956; Olavo Brasil de Lima Júnior, 1983; Simon Schwartzman, 1975, entre outros.

7. Maria Vitória Benevides, 1976, p. 89.

8. Mais por esta razão do que por uma posição ideologicamente conservadora, o PSD rechaça com firmeza no Congresso as tentativas petebistas de estender a legislação trabalhista ao campo.

9. Gláucio Ari Dillon Soares, 1973, pp. 91-2.



determina que o PTB local marche com as "forças mais populares" — lideradas pela UDN! — contra o PSD.<sup>10</sup>

*Popularizar-se para crescer.* As coligações PTB/UDN correm, do lado udenista, à política de popularização do partido no período em que Juracy Magalhães foi seu presidente nacional (1957-9).<sup>11</sup> Sob o slogan "A UDN não é populista mas faz questão de ser popular", o partido parte vigorosamente para as urnas de 1958, visando às eleições majoritárias (para as quais apresenta suas lideranças mais expressivas). Com isso, a UDN tenta superar um viés conservador e elitista que a acompanhava desde 1945. Os resultados eleitorais premiam os esforços do partido: aumento de 16,7% no Senado (oito senadores eleitos, contra seis do PSD) e eleição de quatro governadores (contra dois do PSD).<sup>12</sup>

A mais espetacular vitória udenista ocorre no Distrito Federal, onde o sistema partidário vive um bipartidarismo de fato (PTB x UDN).<sup>13</sup> O aspecto mais insólito desta vitória reside no fato de o candidato ao Senado, Afonso Arinos de Melo Franco, aristocrático e mineiro, ter feito toda a sua campanha pelos bairros populares do Rio de Janeiro a bordo do "caminhão do povo", capitaneado por Carlos Lacerda (a quem se deve atribuir o mérito da vitória), derrotando o poderoso PTB local.<sup>14</sup>

Entretanto, as alianças PTB/UDN foram consideradas espúrias por muitas das lideranças udenistas mais tradicionais, que não concordavam com a política de popularização empreendida por Juracy e Lacerda. No estado do Rio, onde a aliança leva ao governo o petebista Roberto da Silveira, Raul Fernandes declarava que a união da UDN com o PTB era tão estrúxula quanto "uma senho-

10. Dulce Pandolfi, 1983, p. 210.

11. Juracy Magalhães, 1982. Já em 1957 a UDN dá início às "caravanas da liberdade", grupo de políticos do partido, liderados por Juracy e Lacerda, que fez discursos por todo o país. "A tônica da campanha era a corrupção do governo Juscelino, era o desperdício, era aquilo que o Juscelino, num momento de muita infelicidade, tinha chamado de 'progresso às caneladas'. Era o grau de crescimento da inflação, que trocado em malditos quer dizer custo de vida", afirma Lacerda, 1978, p. 199.

12. Na Bahia e em Sergipe a UDN venceu sem qualquer coligação; em Pernambuco e no Piauí, recebeu a adesão do PTB.

13. Sobre o quadro político-partidário do Distrito Federal (depois Guanabara), ver Isabel Picaluga, 1978.

14. Sobre o episódio, ver Carlos Lacerda, 1978.

ra de gargantilha de pérolas dançando com um malandro de camisa listrada".<sup>15</sup>

*Autofagia pessedista.* E o PSD, tem alguma estratégia para as eleições majoritárias de 58? À primeira vista, a resposta parece ser negativa, tendo em vista os maus resultados eleitorais do partido e levando-se em conta que o PSD é uma organização partidária que tem intimidade com a vitória. Mas se isso é verdade, será que o partido não percebe que os novos tempos estão a exigir uma modificação no seu comportamento eleitoral? Só a UDN tem sensibilidade política para compreender que deve mudar sua atitude diante do eleitorado? Só o PTB entende que boas chances se lhe abrem com uma bem organizada marcha para o interior?

É difícil acreditar que o PSD, acostumado a ganhar eleições, não tenha tido a necessária perspicácia política para captar os sinais emitidos pelo eleitorado.

Na realidade, o PSD tinha efetivamente uma estratégia para as eleições de 1958, mas se tratava de uma estratégia voltada para dentro do partido: aproveitar as eleições para consolidar o poder da oligarquia pessedista e dar tranquilidade ao comando partidário, perturbado pela atuação da Ala Moça. Tratava-se de evitar que o controle do partido escapasse para as mãos dos reformistas do PSD. Para tanto, era preciso dar uma demonstração de força aos membros do próprio partido, ganhando as eleições da maneira tradicional, à base do controle coronelista do eleitorado, das nomeações, da distribuição bem dosada de benefícios, do velho e familiar clientelismo, enfim. Mas as raposas pessedistas chegaram tarde na corrida eleitoral.

As dificuldades internas não são pequenas. Sem unidade no comando nacional, com um presidente que não se licencia mas que passa três anos como embaixador em Washington, com vice-presidentes que se revezam na presidência interina sem conseguir a união do partido em torno de suas lideranças, o PSD navega à deriva. A oligarquia, perplexa diante da audácia da Ala Moça e da omissão de Juscelino, não consegue montar uma estratégia eleitoral para ganhar as eleições majoritárias.

Para as velhas lideranças trata-se precipuamente de uma questão de autopreservação. É preciso ganhar as eleições, sim, mas pri-

15. Amaral Peixoto, 1983, p. 24.

meiramente é necessário aniquilar qualquer tentativa de rebelião intrapartidária. Se os dois objetivos puderem ser atingidos, ótimo. Caso contrário, dá-se preferência à autopreservação do comando partidário.

O processo de destruição da Ala Moça revela-se um completo êxito, do ponto de vista das raposas. Mas quando esta se volta para o que deveria ser seu primeiro objetivo, encontra vários obstáculos. De um lado, o PTB vem desde 1956 colocando em prática sua estratégia de crescimento. Do outro, a UDN está em campanha desde 1957, fazendo alianças antipessedistas e aumentando seu potencial eleitoral. Resta ao PSD pequena margem de manobra, e o partido caminha para o desastre.

## 2. O JK-65 (primeira fase)

*Nada está mais próximo da ingenuidade do que a malícia levada ao extremo.*

San Tiago Dantas

Se a atitude do PSD merece reparos por ter despertado tarde demais para as eleições de 1958, o mesmo não se pode dizer do presidente da República. Juscelino despertou cedo para as eleições, *mas as de 1965*.

A partir de 1958 observa-se um certo freio no ritmo desenvolvimentista, ao mesmo tempo que Juscelino restabelece suas relações com os caciques pessedistas, contrabalançando a influência de que a Ala Moça desfrutou durante os dois primeiros anos. Se a Ala Moça foi fundamental para garantir a implementação do Programa de Metas e para a viabilização, em última instância, da “fase heróica” do governo, agora é chegada a vez das raposas pessedistas, que contribuem para a “fase de consolidação”.

A estratégia de Juscelino para voltar à presidência da República compreende duas fases, uma para 1958 e outra para 1960. Inicialmente, trata-se de consolidar seu prestígio *dentro do PSD*, atrando o apoio da oligarquia. Para isso, Juscelino restaura algumas práticas clientelistas e faz uma reforma ministerial; Círio Júnior assume a pasta da Justiça, Negrão de Lima a das Relações

Exteriores.<sup>16</sup> Quanto às eleições de 1958, o presidente proclama sua neutralidade diante das candidaturas, para não alienar qualquer apoio dentro do PSD.

Em seguida, é necessário arregimentar apoios — ou pelo menos diminuir as hostilidades — *fora do partido*. Assim, Juscelino cede às pressões da imprensa e exige a demissão de Alkmim da pasta da Fazenda. A nomeação de Lucas Lopes (de posições bem mais conservadoras que as de Alkmim) atende a um duplo objetivo: Juscelino livra-se da violenta campanha destechada pelo *Correio da Manhã* (jornal de indiscutível prestígio junto à opinião pública da capital do país) e livra-se ao mesmo tempo de Alkmim, cujo nome já está sendo cogitado para a sucessão presidencial de 1960. Além disso, a propalada neutralidade diante das eleições atende também aos objetivos de Juscelino de se consolidar fora do partido, pois ao não apoiar ostensivamente um candidato pessedista, o presidente cria condições para um bom relacionamento com os governadores que porventura venham a ser eleitos por outros partidos.

## 3. 1958 — os resultados eleitorais

*As conseqüências da eleição de 58 foram desastrosas para o PSD.*

Amaral Peixoto

Em outubro de 1958 o PSD sofreu uma série de derrotas importantes. Apesar de ainda assegurar a maioria na Câmara, onde conquistou 115 cadeiras (em 326), o partido teve um desempenho fraco no Senado, pois apenas seis pessedistas foram eleitos, num total de 21 (renovação de um terço das cadeiras).<sup>17</sup>

16. “O ministério que surgiu foi bastante fraco; não melhorou em qualidade nem fortaleceu o Juscelino politicamente, mas lhe permitiu a preparação da mudança para Brasília”, relata Renato Archer, 1977-8, p. 166.

17. Ver Tabelas 1 e 2. Convém lembrar que em 1958 o eleitorado diminuiu em relação a 1954, por força da entrada em vigor, a partir de janeiro de 1956, da Lei n.º 2.084, de 12 de novembro de 1953, que obrigava à introdução do retrato do eleitor no título eleitoral. O novo alistamento — e a conseqüente atualização das listas de votação — eliminava o eleitorado “fantasma”, que florescia basicamente no interior. Os dados de 1954 registram 15.105 mil eleitores em todo o Brasil; para 1958 esses eleitores passam



Para o governo dos estados, os resultados foram ainda piores. Nos 11 estados onde o mandato do governador era de quatro anos<sup>18</sup> o partido elegeu apenas dois governadores: Carlos Fernando Lindenberg (ES) e José Feliciano Ferreira (GO).<sup>19</sup>

No entanto, a análise deve ser estendida também aos nove estados restantes e ao Distrito Federal, onde a ausência de eleições para o governo estadual transforma as eleições para o Senado, igualmente majoritárias, em verdadeiro julgamento do eleitorado sobre a atuação do governo e/ou do partido dominante.

Assim, as mais importantes derrotas possedistas ocorreram em Pernambuco, na Bahia, no estado do Rio, no Rio Grande do Sul — onde o PSD perdeu o governo; em Minas Gerais, no Pará, em Mato Grosso, no Paraná, no Distrito Federal e em Santa Catarina — onde perdeu as eleições para o Senado.

Em Pernambuco, onde estava instalada no governo desde 1947, o PSD envolveu-se em questões internas e em disputas com a direção nacional. A atuação de Etelvino Lins — e ainda as dificuldades internas do governo Cordeiro de Farias — gerou uma ampla e diversificada coligação contra o PSD. Sob o nome de Oposições Unidas, UDN, PTB, PCB, PTN, PSP, PSB e dissidência do PSD levaram o usineiro udenista Cid Sampaio ao governo.<sup>20</sup> A UDN saiu vitoriosa também na Bahia; no capítulo anterior, vimos como Juraci Magalhães se beneficiou de uma cisão no PSD para se eleger.

No estado do Rio, a ausência prolongada de Amaral Peixoto teve efeitos desastrosos para o partido. Uma vez mais a UDN se aliou ao PTB, e o petebista Roberto da Silveira foi eleito governador, encerrando o controle possedista sobre o cargo, que remontava

a ser 13.780 mil, havendo por conseguinte uma redução de 8,7%. Entretanto, a redução do eleitorado não implicou redução do número de cadeiras a serem preenchidas na Câmara dos Deputados ou nas Assembleias Legislativas (onde até aumentou), embora a Constituição de 1946 consagre eleições *proporcionais ao eleitorado*. Ver Orlando de Carvalho, 1960, e TSE, *Dados estatísticos*, vol. 7.

18. São os seguintes os estados onde o mandato era de quatro anos: Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe.

19. No Ceará o PSD participou da coligação que elegeu para o governo o petebista Parisfal Barroso.

20. Sobre o quadro político-partidário em Pernambuco nas eleições de 1958, ver o excelente trabalho de Dulce Pandolfi, 1983.

a 1947. Amaral Peixoto, candidato ao Senado, foi derrotado pelo ex-governador Miguel Couto Filho, possedista que se transferira para o PTB.

Finalmente, no Rio Grande do Sul a coligação PSD/UDN/PL se viu impotente para derrotar Leonel Brizola (PTB), que se aliou aos integralistas do PRP e venceu o cacique possedista Peracchi Barcelos. Embora no Rio Grande do Sul o governo jamais tivesse conseguido fazer o seu sucessor, no período 1945-64, o resultado de 1958 era mais um a se somar ao quadro de derrotas significativas.

Derrotas sensíveis atingiram ainda o partido nas eleições para o Senado nos estados onde o PSD estava no governo (eleito em 1955). Em Minas Gerais, o udenista Milton Campos derrotou Artur Bernardes Filho, da poderosa coligação PSD/PR, que elegera Juscelino e Bias Fortes para o governo em 1950 e em 1955, respectivamente. No Pará, governado pelo cacique Magalhães Barata, Zacarias Assunção (PTB) derrotou o candidato da coligação PSD/PDC, Agostinho Monteiro. No Mato Grosso, governado por Ponce de Arruda, Fernando Correia da Costa (UDN) venceu Manuel Bonifácio da Cunha (PSD/PSP); no Paraná de Moisés Lupion, Abdon Naves (PTB) derrotou José Munhoz de Melo (PSD).

Já no Distrito Federal, graças à decidida atuação de Carlos Lacerda, Afonso Arinos de Melo Franco (que se transfere de Minas) derrotou Napoleão Alencastro Guimarães (PSD) e Lutero Vargas (PTB/PSP); e em Santa Catarina, governada pela UDN, Irineu Bornhausen (UDN) derrotou Celso Ramos (PSD). O PSD, traumatizado com a morte de Nereu Ramos em junho, partiu desarticulado para as eleições — e para a derrota.

A Tabela 10 mostra a evolução da força eleitoral dos três maiores partidos na Câmara dos Deputados.

Na Câmara dos Deputados, o PSD aumenta sua bancada em uma cadeira, o que diante do quadro generalizado de derrota nas eleições majoritárias, pode ser considerado uma expressiva vitória partidária. Ao menos conserva-se a maioria, condição fundamental para a manutenção do controle possedista da Câmara. Tal resultado, dissonante diante do desastre das eleições majoritárias, pode ser explicado pela própria lógica que preside os dois tipos de pleito. Em eleições proporcionais disputam-se fatos do eleitorado, e assim fatores como eleitorado cativo, controle político de determinada região, influência familiar, atração do eleitorado flutuante, além do

TABELA 10

CADEIRAS CONQUISTADAS POR PSD, PTB E UDN NA  
CÂMARA DOS DEPUTADOS (1945-1962)

	1945	1950	1954	1958	1962
PSD	151(52,8%)	112(36,8%)	114(34,9%)	115(35,2%)	118(28,8%)
PTB	22 (7,6%)	51(16,7%)	56(17,1%)	66(20,2%)	116(28,4%)
UDN	77(26,9%)	81(26,6%)	74(22,6%)	70(21,4%)	91(22,9%)
cadeiras	286	304	326	326	409

FONTE: Tabela 2.

desempenho parlamentar e da não-vinculação dos votos são decisivos.

É teoricamente possível — e empiricamente observado, no caso brasileiro —, num sistema onde o voto não é vinculado, o cálculo político do eleitor encaminhar seu voto para um partido nas eleições proporcionais e para outro nas eleições majoritárias. É igualmente possível tal procedimento ocorrer em eleições para diferentes instâncias políticas: a federal, a estadual e a municipal.

Quanto ao PTB, os resultados eleitorais espelham o acerto de sua estratégia de crescimento. Mantendo-se como o único partido cujo movimento é sempre ascendente, ele aumenta sua representação na Câmara em dez deputados (mais 3,1% em relação a 1954).

Já a UDN, mais voltada para as eleições majoritárias, diminui sua bancada na Câmara em quatro deputados (menos 1,2% em relação a 1954).

Nas Assembleias Legislativas, tampouco o desempenho do PSD é muito animador: 277 deputados estaduais em todo o país. Comparando-se com os resultados de 1954 (287), o PSD perde dez deputados, mas sua queda relativa é maior, porque aumenta o número total de deputados estaduais. Comparando-se os deputados estaduais eleitos em 1954 e em 1958, constata-se que enquanto o total de cadeiras a ser preenchido aumenta em 3,0% (27 deputados), o PSD diminui sua participação percentual em 2,1%! Já para o PTB, os resultados das eleições para as Assembleias — alvo de sua estratégia de interiorização — são tão eloquentes

TABELA 11

CADEIRAS CONQUISTADAS POR PSD, PTB E UDN NAS  
ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS (1947-1962)\*

	1947	1950	1954	1958	1962
PSD	354(41,4%)	284(32,2%)	287(32,5%)	277(30,4%)	259(23,8%)
PTB	85 (9,9%)	119(13,5%)	139(15,7%)	169(18,5%)	189(17,4%)
UDN	255(26,3%)	220(25,0%)	185(20,9%)	175(19,2%)	212(19,5%)
T. A Leg	855	880	882	909	1084

FONTE: TSE, *Dados estatísticos*, vol. 7.

\* NOTA: Excluída a Assembleia Constituinte da Guanabara, eleita em 1960.

quanto para a Câmara dos Deputados. O partido continua em seu movimento ascendente, aumentando sua representação em 30 deputados (mais 2,8% em relação a 1954). Também para a UDN, os resultados das eleições federais se refletem nos resultados estaduais: ela diminui sua representação em dez deputados (menos 1,7% em relação a 1954).

Em resumo, o quadro não é nada estimulante para o PSD, embora a oligarquia não se sinta derrotada, pois o partido mantém, ao menos, a maioria na Câmara dos Deputados e no Senado. Além disso, as raposas realmente conseguem derrotar a Ala Moça e preservam suas posições no comando partidário. Mas as sequelas deste processo aparecerão já nas eleições presidenciais de 1960.

## 4. O JK-65 (segunda fase)

*Nada está mais próximo da ingenuidade do que a malícia levada ao extremo. (II)*

San Tiago Dantas

Como vimos, a estratégia de Juscelino para voltar à presidência em 1965 é iniciada antes mesmo das eleições de 1958. Passadas as eleições, Juscelino desencadeia a segunda fase de seu projeto, cujo lance mais ousado será tentar convencer o PSD de que o pró-



ximo presidente da República não deve sair de suas fileiras, *mas da UDN!*<sup>21</sup>

Em novembro de 1958 Juscelino cria o GAP (Grupo de Ação Política<sup>22</sup>) com o objetivo de restaurar a unidade partidária, abalada pela derrota nas eleições de outubro, e de coordenar a sucessão presidencial.<sup>23</sup> Na realidade, o GAP tem a função de assessorar Juscelino na tarefa de coordenar uma candidatura de “união nacional” — tentativa que ressurge a cada eleição presidencial brasileira, sempre abortada. Desta vez, o escolhido por Juscelino é Juracy Magalhães, recém-eleito governador da Bahia e então presidente nacional da UDN.<sup>24</sup>

Candidato de união nacional, Juracy venceria as eleições, segundo Juscelino, e a UDN chegaria finalmente ao poder, depois de três tentativas frustradas. Esse fato teria como resultados o abandono dos propósitos golpistas do partido e a responsabilidade do exercício do poder num período particularmente delicado da vida nacional, com inflação crescente, derivada em parte do desenvolvimento acelerado do período juscelinista. Portanto, a UDN realizaria um governo de necessária austeridade econômica e crescente impopularidade, o que facilitaria a volta do PSD (leia-se Juscelino) ao poder em 1965. Dessa forma, o partido ficaria fora do poder durante cinco anos, tempo necessário para reorganizar-se e recuperar-se do desgaste natural provocado pelo exercício prolongado do poder. Relata um dos participantes das reuniões do GAP:

Lembro-me muito bem de que ouvimos aquela conversa em silêncio. Eunício Sales e eu estávamos perplexos. Nunca, na

história do “pobre” PSD, alguém tinha mencionado a hipótese de apresentar um candidato para não ganhar. (...) Saímos da reunião, e na calçada o Eurico Sales me disse: “O PSD não vai perdô-lo por causa disso, e ele vai ter enormes dificuldades.”<sup>25</sup>

O JK-65 passa necessariamente por Minas Gerais, que elege o seu governador em 1960. O enfraquecimento de Alkmim tem dois objetivos: um federal, impedi-lo de tentar ser o sucessor de Juscelino; outro mineiro, impedi-lo de concorrer à sucessão de Bias Fortes, cujo candidato Juscelino já escolhera: Tancredo Neves, então fora da Câmara dos Deputados, ocupando a pasta da Fazenda no governo Bias Fortes.

Juscelino movimentava-se no sentido de paralisar Alkmim nas duas frentes: instrui a bancada mineira na Câmara, através de Uliano de Carvalho, a escolher Guilhermino de Oliveira (representante de Tancredo no cenário federal) como seu porta-voz, derrotando Alkmim;<sup>26</sup> ao mesmo tempo, junta-se a Bias Fortes para apoiar Tancredo no plano estadual.<sup>27</sup>

Alkmim tenta escapar ao cerco, unindo-se a Valadares e a Paulo Pinheiro Chagas para apoiar a candidatura do secretário de Segurança de Bias, Ribeiro Pena. Assim, o PSD mineiro polariza-se em torno dessas duas candidaturas que o diretório regional decide enviar à disputa na convenção.<sup>28</sup>

Por medida de segurança, o presidente articula ainda alguns movimentos. Faz acordo com João Goulart, que determina ao PTB mineiro o lançamento de Tancredo para governador.<sup>29</sup> Convence o candidato udenista Magalhães Pinto a não apresentar nenhum nome para vice-governador. Convence Clóvis Salgado, seu vice-governador (1951-6) e seu ministro da Educação, a se candidatar novamente ao antigo posto. Objetivo: levar o PR a se coligar com o PSD nas eleições para governador, fortalecendo Tancredo, e a descartar todos os seus votos para vice-governador em Clóvis Salgado, que será beneficiado ainda com os votos da UDN e do

21. Sintomaticamente, já em janeiro de 1959 Juscelino declara que pretende “assumir o comando político do PSD, com o propósito de recuperá-lo do desgaste político sofrido em seu longo exercício do poder”. *Correio da Manhã*, 25-1-1959, p. 18 (grito da A.).

22. *Correio da Manhã*, 1-11-1958 a 5-12-1958.

23. Formado dentro do Palácio do Catete, o GAP era composto basicamente por Vítor Nunes Leal (chefe da Casa Civil), Osvaldo Penido, Sette Câmara e Geraldo Carneiro (assessores diretos de Juscelino), Armando Falcão (líder da maioria na Câmara), Filinto Müller (líder da maioria no Senado) e os deputados Eurico Sales (secretário-geral do PSD) e Renato Archer (da Ala Moça). Ver Renato Archer, 1977-8; *Correio da Manhã*, nov./dez. de 1958.

24. Sobre os entendimentos Juscelino-Juracy, ver principalmente Juscelino Kubitschek, 1975-8; Juracy Magalhães, 1982; Carlos Lacerda, 1978; Renato Archer, 1977-8.

25. Renato Archer, 1977-8, pp. 252-3.

26. *Correio da Manhã*, 19-3-1959.

27. *Idem*, 23-5-1959 e 5-6-1959.

28. *Idem*, 29-5-1959, 18-10-1959 e 25-10-1959; e Paulo Pinheiro Chagas, 1977.

29. *Correio da Manhã*, 24-9-1959.

PSD (que tampouco apresenta candidato a vice), sepultando definitivamente as pretensões de Alkmin, candidato a vice de Ribeiro Pena.

Assim, Tancredo e Clóvis Salgado deveriam suas vitórias ao presidente, e em 65 Juscelino conseguiria praticamente fechar Minas Gerais em torno de seu nome, através do apoio do PSD e do PR.

Mas a história do Brasil e sua própria biografia ensinaram a Juscelino que o governador de Minas sempre foi um candidato preferencial à presidência da República; por isso, não convinha fortalecer demais o nome de Tancredo para não criar uma eventual força rival. Dessa forma, numa atitude tipicamente mineira, Juscelino mandou distribuir os 24 votos de que dispunha no diretório de Belo Horizonte entre os dois candidatos: 12 para Tancredo, 12 para Ribeiro Pena.<sup>30</sup>

Caso Magalhães Pinto vencesse as eleições, ainda assim Juscelino sairia vitorioso, pois seria altamente conveniente uma disputa dentro da UDN pela candidatura à presidência em 1965. Magalhães, fortalecido pelo exercício do governo de Minas, fatalmente disputaria a indicação de seu nome pela UDN, representando um fator de cisão interna, pois Carlos Lacerda (candidato ao governo do recém-criado estado da Guanabara) era forte postulante. Uma cisão na UDN interessava a Juscelino, pelas possibilidades de composição daí advindas. Um consenso tendo em vista os "altos interesses nacionais" — e mineiros — poderia até mesmo gerar uma chapa Juscelino-Magalhães Pinto para disputar com o candidato oficial da UDN.

Finalmente, é preciso impedir que nas eleições presidenciais de 1960 o PSD — em caso da recusa da candidatura de "união nacional" — lance um candidato saído de suas próprias fileiras. O candidato natural é Amaral Peixoto, presidente nacional do partido desde 1951 e principal avalista da candidatura de Juscelino em 1955, junto à oligarquia pessadista. Amaral aparece com a solução partidária por excelência. Por isso mesmo, Juscelino o mantém como embaixador em Washington até meados de 1959.<sup>31</sup> Quando

30. A convenção do PSD mineiro teve o seguinte resultado: Tancredo Neves — 639 votos; Ribeiro Pena — 376 votos. *Correio da Manhã*, 26-11-1959. Sobre a cisão Alkmin-Ribeiro Pena, ver Pío Canedo, 1983.

31. Nesse episódio, Juscelino seguiu os passos de Getúlio Vargas, que manteve Osvaldo Aranha por longos anos nos Estados Unidos, como forma de afastar um eventual candidato à presidência da República.

Amaral volta para assumir o Ministério da Viação, o PSD já terá escolhido um candidato inexpressivo, sem condições de vitória.

O último elemento da articulação do JK-65 é o destino do próprio Juscelino entre 1961 e 1965. É preciso evitar que este interregno seja passado no ostracismo, destruindo do *otium cum dignitate* de um ex-presidente da República; é necessário encontrar uma forma de continuar influndo no cenário político, até dar início à arrancada vitoriosa em direção à presidência em 1965. O palco dessa manobra será o estado de Goiás.

Controlando o governo do estado desde 1950, o PSD de Goiás — presidido pelo ex-interventor e ex-governador Pedro Ludovico — tem motivos de sobra para ser grato a Juscelino. Afinal, a transferência da capital federal para Goiás significa enorme incremento ao desenvolvimento do estado, beneficiado por novas estradas, valorização econômica de suas terras, aumento do comércio etc. Assim, o PSD goiano é um poderoso aliado de Juscelino para conseguir a aprovação da mudança da capital.

Mas a UDN local foi igualmente beneficiada; por isso mesmo, Juscelino serviu-se de seus préstimos (além dos "chapas-brancas") para convencer as outras bancadas udenistas a aprovar Brasília; a UDN goiana funcionou como uma "quinta-coluna" juscelinista dentro da UDN.

Juscelino quer então ser senador por Goiás, e para conseguir-lo passa a articular a renúncia do senador Taciano Gomes de Melo (PSD) e seu suplente, para que novas eleições sejam convocadas. Em 1961 Juscelino é eleito senador por uma ampla coligação, que engloba PSD, UDN, PSP, PR, PDC, PL e PSB.<sup>32</sup>

Estratégia montada, todos os pontos verificados, todos os lanes previstos, o presidente partiu para a ação. A realidade se encarregaria de mostrar se Juscelino era ou não um bom estrategista.

## 5. As eleições de 1960

*Para Juscelino não existia 60, só 65. E ele pagou muito caro por isso.*

Amaral Peixoto

As dificuldades de Juscelino para viabilizar sua estratégia sucessória transferem-se para o PSD. Uma vez que o presidente da

32. Ver, a respeito, a versão de Juscelino em suas memórias.



República recusa todas as tentativas de encontrar uma solução partidária, sua atitude imobiliza o partido, permitindo que candidaturas sejam lançadas à margem — e mesmo à revelia — da coordenação do comando partidário. Tal como em 1950, a interferência excessiva do presidente da República no processo sucessório levará o partido ao desastre eleitoral.

Aos percalços do PSD soma-se a independência das outras agremiações partidárias de peso significativo na sucessão — UDN e PTB — que “teimam” em não se comportar como o previsto nos planos de Juscelino.

Vamos por partes. Primeiro, a situação interna do PSD. O presidente do diretório nacional, Amaral Peixoto, continua em Washington até julho de 1959; suas sucessivas vindas ao Brasil não são suficientes para liderar uma ação conseqüente do PSD em torno de um candidato. Juscelino vai desmontando, uma após outra, as candidaturas articuladas por Amaral; Tancredo Neves é recusado porque será candidato ao governo de Minas, Alkmin porque provocaria uma cisão em Minas Gerais (onde Alkmin e Tancredo disputam há tempos o controle *de fato* do PSD). O próprio Amaral é recusado por causa de um alegado veto militar (ainda os resquícios de antigelutismo!).<sup>33</sup> Ao mesmo tempo, Juscelino negocia através do deputado Último de Carvalho (PSD-MG), seu porta-voz não-ostensivo, uma candidatura apartidária, a ser patrocinada em caso de fracasso da “união nacional”.

Por seu lado, o governador Bias Fortes, afinado com a estratégia de Juscelino, apresenta como nome de “união nacional” o do governador de São Paulo, Carvalho Pinto, para o caso de Juraci Magalhães não conseguir os apoios necessários dentro da UDN.

Ainda no PSD, dois membros da Ala Moça — Cid Carvalho e José Joffily — lançam a candidatura do ministro da Guerra, general Lott, no que são acompanhados pela Frente Parlamentar Nacionalista. Deputados desse grupo, incluindo os dois da Ala Moça, tentam convencer Lott a aceitar o lançamento de seu nome, mas o ministro se recusa a entrar na disputa presidencial.<sup>34</sup> Perguntado

sobre as razões do apoio a Lott, responde um dos membros da Ala Moça:

É preciso não esquecer que a Ala Moça foi se transformando em Frente Parlamentar Nacionalista, e Lott foi um dos esteios da manutenção de várias posições nacionalistas, porque dentro de sua auto-suficiência ele era um patriota autêntico e sua tendência era a de se deixar impressionar pelas posições chamadas nacionalistas. Então, ele era intransigentemente a favor da Petrobrás e do monopólio, a favor da nova política nuclear. (...) Ele era assim uma espécie de porta-estandarte do grupo nacionalista.<sup>35</sup>

José Joffily, um dos “inventores” da candidatura, relata:

Quando começou o processo sucessório, nós nos reunimos, Renato Archer, Cid Carvalho, eu e mais uns seis — estavam também Filadelfo Garcia e Hermógenes Príncipe — e armamos um esquema pleiteando que o diretório nacional do PSD considerasse, entre outros nomes, o do general Lott. Alegávamos as seguintes razões: primeiro, os serviços prestados à democracia, garantindo a posse dos eleitos; segundo, a continuidade do governo Juscelino, uma vez que Lott tinha também compromisso com o desenvolvimento. (...) Ele tinha visão clara sobre alguns problemas, como a reforma agrária, o voto do analfabeto, a legislação social.<sup>36</sup>

Dentro do PSD, a candidatura Lott progride no vazio provocado pelos vetos de Juscelino às candidaturas partidárias. Além disso, a consolidação do nome de Lott serve também aos propósitos de Juscelino, uma vez que atua como freio a outras aspirações eventuais. Quem se atreve a hostilizar abertamente a candidatura do ministro da Guerra, a quem o PSD deve, em última instância, a própria posse de Juscelino? Apenas aqueles que ficaram contra a posse. Em Minas Gerais, Carlos Luz declara seu apoio ostensivo a Jânio Quadros; no Rio Grande do Sul, Peracchi Barcelos, Tarso Dutra e Clóvis Pestana também se alinham com Jânio.<sup>37</sup>

33. Amaral Peixoto, 1983.

34. Participaram do encontro, além dos acima citados, os deputados Bento Gonçalves (PR), Neiva Moreira (PTB), Osvaldo Lima Filho (PTB), Sérgio Magalhães (PTB), Celso Brant (PR) e Abguar Bastos (PSB). *Correio da Manhã*, 26-2-1959.

35. Renato Archer, 1977-8, p. 258.

36. José Joffily, 1977-8, pp. 179-80. Ver ainda Oliveira Brito, 1983; Nestor Jost, 1983; João Pacheco e Chaves, 1978, e Cid Carvalho, 1978.

37. *Correio da Manhã*, 20-6 e 5-7-1959; Nestor Jost, 1983.

Novamente é o deputado Último de Carvalho quem vai precipitar os acontecimentos. Através de sucessivas manifestações na imprensa e no Congresso, o deputado mineiro mantém a candidatura Lott na ordem do dia, lança-a publicamente na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e vai transformando a candidatura num *fait accompli*.<sup>38</sup>

Vários diretórios regionais externam seu apoio oficial ao candidato, situação que Amaral Peixoto, quando retorna definitivamente dos Estados Unidos, não consegue mais contornar. O PSD passa, então, a reivindicar uma candidatura possedista à vice-presidência, dificultando a formação de uma sólida coigação para apoiar Lott.<sup>39</sup> O foco das preocupações se transfere, portanto, para o interior do principal aliado do PSD: o PTB.

No PTB, as lideranças acompanham atentamente a movimentação e a indefinição do PSD. De um lado, os petebistas têm consciência de que ainda não são suficientemente fortes para dispensar o concurso do PSD numa eleição presidencial. De outro, não se contentam mais em ser os "primos pobres" da aliança. Assim, o PTB tenta apropriar-se da candidatura Lott, ao mesmo tempo que prepara um protocolo para ser submetido ao PSD, como condição para apoiá-la: formulação de um programa comum de governo e divisão paritária dos ministérios e postos administrativos. O PTB quer vender caro seu crescente potencial eleitoral.<sup>40</sup>

Já em 1.º de maio de 1959 o PTB realiza convenção nacional, quando é lançada pela primeira vez a chapa Lott-Jango; o PTB transfere ao PSD o ônus de rejeitar a composição. A progressiva "petebização" da candidatura Lott, apoiada entusiasmaticamente pelo grupo nacionalista do partido, aumenta na razão direta da omissão

do PSD em relação às reais possibilidades de vitória. Dessa forma, a questão da vice-presidência torna-se vital: o PSD insiste na indicação de um de seus membros para ser o companheiro de chapa de Lott. Mas os petebistas respondem intransigentemente com o nome de João Goulart para vice.

Paralelamente, o PSD tenta romper o impasse e articular a candidatura do ex-chanceler Osvaldo Aranha, como forma de trazer para a chapa de Lott os getulistas e os moderados do PTB, contrabalançando a influência de Jango. Aranha aceita a indicação, mas sua morte em 27 de janeiro de 1960 reabre a questão.<sup>41</sup>

A inevitabilidade de uma chapa Lott-Jango cria vários problemas nos estados, pois o PSD se queixa da invasão de seus redutos pelo PTB. Desde abril de 1959 as bancadas possedistas na Câmara e no Senado acusam Juscelino de exercer uma "política dúbia e omissa em relação à sucessão, que só tem favorecido o PTB em detrimento do PSD".<sup>42</sup> A reforma ministerial promovida por Juscelino em julho não contribui em nada para reduzir a animosidade entre os dois partidos.<sup>43</sup>

Por iniciativa comum, cria-se a Comissão de Atrito PSD/PTB, com o objetivo de dirimir os conflitos entre as duas agremiações em vários estados. Composta por Eurico Sales, Hermes Pereira de Souza e Martins Rodrigues, pelo PSD, e por Argemiro de Figueiredo, Baeta Neves e Cunha Melo, pelo PTB, a comissão encontra sérias dificuldades no Rio Grande do Sul, onde a hostilidade entre PSD e PTB agravou-se perigosamente durante o governo Brizola. Apesar da aliança entre os dois partidos no plano nacional, no estado o PSD fora derrotado pelo PTB, e Brizola acentua a situação desfavorável em que fica o PSD gaúcho. Este insiste numa candidatura possedista à vice-presidência ou mesmo no apoio ao nome de Fernando Ferrari, como condição prévia para formar com Lott.<sup>44</sup>

E é assim, em clima marcadamente antipetebista, que Lott

41. *Correio da Manhã*, 28-1-1960.

42. *Idem*, 3-4-1959, p. 14.

43. Os novos ministros são Armando Falcão (Justiça), Amaral Peixoto (Viação), Horiácio Lafer (Exterior) e Sebastião Pais de Almeida (confirmação na Fazenda).

44. Tal atitude explica, de certa forma, a derrota de Jango no Rio Grande do Sul, onde os resultados da eleição para vice-presidente foram: Fernando Ferrari (MTR) — 557.425 votos; João Goulart (PTB) — 472.902 votos; Milton Campos (UDN) — 143.509 votos. TSE, *Dados estatísticos*, vol. 7, p. 178.



é homologado candidato na VIII Convenção Nacional do PSD (12-12-1959). O problema da vice-presidência, deixado em aberto na convenção, é precipitado pelo PTB, imediatamente após a morte de Osvaldo Aranha. Em 18 de fevereiro de 1960 a convenção nacional do partido homologa a chapa Lott-Jango.

A posição assumida pelo PTB só faz aumentar as ambiguidades embutidas na candidatura Lott. Lançado oficialmente pelo PSD, Lott se vê gradativamente cercado pelos petebistas e deixado à própria sorte pelo PSD. Visceralmente anticomunista e contrário ao restabelecimento de relações diplomáticas com os países socialistas, paradoxalmente Lott recebe o apoio dos comunistas; o secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, manifesta-se publicamente a favor da chapa Lott-Jango.<sup>45</sup>

Mas o PTB quer garantir ao menos a vitória de João Goulart. Pessimista quanto às reais possibilidades de Lott no pleito, Jango estimula a criação do Movimento Jan-Jan (Jânio-Jango), idealizado por Dante Pelacani, presidente da Federação Nacional dos Gráficos. Comitês Jan-Jan são instalados em todo o país, encorajados também pelo próprio Jânio Quadros, que vê evidentes benefícios eleitorais no movimento.

E a UDN, como se prepara para as eleições de 1960? A UDN se prepara para vencer, e com esse objetivo tenta apropriar-se da candidatura Jânio Quadros, que corre por fora desde abril de 1958, quando se instala o Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ). Jânio Quadros derrota Juracy Magalhães na convenção nacional do partido (8-11-1959),<sup>46</sup> e a chapa udenista é completada com o mineiro Milton Campos, que disputa mais uma vez a vice-presidência.<sup>47</sup>

Em 3 de outubro de 1960 Jânio da Silva Quadros é eleito presidente da República, com a maior votação jamais registrada no Brasil: quase seis milhões de votos.<sup>48</sup> Quanto à vice-presidência,

45. Luís Carlos Prestes, 1960.

46. Jânio já tinha tido sua candidatura homologada pelo PDC em 18 de outubro. *Correio da Manhã*, 19-10-1959.

47. As agruras sofridas pela UDN com a renúncia de Jânio à candidatura, sua volta atrás e a substituição de Leandro Maciel por Milton Campos para compor a chapa udenista estão relacionadas principalmente em Carlos Lacerda, 1978; Juracy Magalhães, 1982.

48. Os números da eleição presidencial de 1960 foram: Jânio Quadros — 5.636.623 votos; Henrique Lott — 3.846.825 votos; Ademar de Barros — 2.195.709 votos. TSE, *Dados estatísticos*, vol. 5.

acontece fato igualmente inédito na história da República: o vice-presidente eleito, João Goulart, é da chapa contrária à do presidente. A estabilidade do sistema político teria condições para resistir a uma combinação tão explosiva?

As eleições estaduais sofrem, por certo, os efeitos da espetacular vitória de Jânio Quadros. Entretanto, o PSD melhora bastante a sua *performance*, em comparação aos resultados de 1958. O partido elege quatro governadores (em 11): Celso Ramos (SC), Newton Bello (MA), Aurélio do Carmo (PA) e Mauro Borges (GO).<sup>49</sup> Além disso, cede a legenda para que o udenista Aluisio Alves seja eleito governador do Rio Grande do Norte.

Não obstante, a UDN obtém significativas vitórias em importantes redutos possedistas. Em Minas Gerais, Magalhães Pinto derrota Tancredo Neves;<sup>50</sup> na Paraíba, Pedro Gondim vence Janduí Carneiro; no Mato Grosso, Fernando Correia da Costa derrota o cacique possedista Filinto Müller, e no Paraná, Nei Braga (do PDC, partido aliado da UDN no plano federal) derrota Plínio Costa.

Finalmente, é confirmada a fragilidade do PSD no antigo Distrito Federal. Após sua transformação em estado da Guanabara, as primeiras eleições dão a vitória à UDN, e Carlos Lacerda é eleito governador.<sup>51</sup>

49. O mandato do governador de Goiás era de quatro anos, mas na legislação de 1955 a 1959 a Assembleia Legislativa aprovou emenda à Constituição estadual (a quem estava afeto o problema) aumentando o mandato para cinco anos. Em 1958 José Feliciano Ferreira (PSD) foi eleito para um mandato-tampão, e nas eleições de 1960 o deputado federal Mauro Borges (filho de Pedro Ludovico) foi eleito governador. Ver Mauro Borges, 1965.

50. Os resultados da confusa eleição em Minas só fazem confirmar a velha máxima mineira, segundo a qual "em Minas o PSD só perde eleição quando se divide". Alkmin e Ribeiro Pena abrem cisão no PSD, e Magalhães Pinto ganha a eleição, repetindo o feito de Milton Campos em 1947. Os números da eleição foram: Magalhães Pinto — 760.427 votos; Tancredo Neves — 680.539 votos; Ribeiro Pena — 59.611 votos. Para vice-governador: Clóvis Salgado — 500.830 votos; San Tiago Dantas — 304.395 votos; Nelson Thiobau — 134.159 votos; José Maria de Alkmin — 98.028 votos. TSE, *Dados estatísticos*, vol. 7, p. 106.

51. Os números da eleição na Guanabara foram: Carlos Lacerda (UDN) — 357.153 votos; Sérgio Magalhães (PTB) — 333.901 votos; Tenório Cavalcanti (PST) — 222.942 votos; Mendes de Moraes (PSD) — 51.195 votos. TSE, *Dados estatísticos*, vol. 7, p. 80. A votação do candidato do PSD alcançou apenas 14,3% da votação de Lacerda.



## 6. Conclusão

Encerradas as eleições e apurados os votos, há que se proclamar vencedores e vencidos. Aparentemente, todos os envolvidos nas duas eleições saem vitoriosos, com exceção da Ala Moça, e os acontecimentos se comportam como o previsto em todos os planos. Aparentemente.

Primeiro, o JK-65. Com a vitória de Jânio Quadros, a UDN deve ir para o poder e lá passar os próximos cinco anos subseqüentes, anos de contenção econômica, austeridade financeira, impopularidade. E o PSD terá os mesmos cinco anos para criticar o governo, unir-se internamente e preparar-se para reconduzir Juscelino ao governo em 1965.

Até mesmo em Minas Gerais Juscelino se sente vencedor, pois a importante vitória de Magalhães Pinto sobre Tancredo certamente se refletirá no interior da UDN; Carlos Lacerda não terá condições para obter a unanimidade do partido em torno de seu nome. Magalhães deverá ser o "aliado" de Juscelino dentro da UDN.

Portanto, do ponto de vista do JK-65, tudo caminha como o planejado. Aparentemente.

Para a oligarquia possedista as coisas também correm como o previsto. As eleições proporcionais de 1958 lhe garantem a maioria na Câmara dos Deputados e no Senado; isto significa que todas as articulações políticas continuarão a passar pelo PSD. A Ala Moça é exemplarmente destruída, os postos de comando são preservados. O controle de alguns executivos estaduais permite ao partido continuar dispondo de recursos para distribuir.

Mesmo a derrota nas eleições presidenciais não foi vista pela oligarquia possedista como um problema muito sério. Afinal, Lott não pertencia às fileiras do partido. Além disso, o PSD também fora derrotado em 1950, mas continuou a participar do governo. E não havia razão para que isto não ocorresse novamente. O próprio Jânio Quadros declarara a Amaral Peixoto que iria precisar do partido para governar, pois "ninguém governa este país sem o PSD".<sup>52</sup>

Por conseguinte, para a oligarquia possedista, as jornadas de 1958 e de 1960 não trouxeram qualquer alteração sensível. Aparentemente.

52. Amaral Peixoto, 1981, p. 293.

Para o PTB e a UDN, as duas eleições confirmam o êxito de suas estratégias eleitorais. O PTB marcha célere para o interior, assediando o domínio possedista nas Assembleias Legislativas, e cresce na Câmara dos Deputados. A conquista de vários governos estaduais e a manutenção da vice-presidência da República indicam que o partido vai dispor de uma grande quantidade de recursos de poder, além de conservar o controle sobre a máquina trabalhista e previdenciária.

A UDN, por sua vez, consegue chegar à presidência da República, depois de três tentativas frustradas. Finalmente, o partido vai ter condições de executar todas as medidas que vinha solicitando com insistência — e durante anos. Ademais, a conquista de importantes governos estaduais, como Minas Gerais e Guanabara, permitem prever a chegada da "primavera" udenista.

Portanto, também para PTB e UDN as eleições de 1958 e de 1960 representam a realização completa de suas estratégias de crescimento e expectativas de pleno êxito. Aparentemente.

Na realidade, o que nenhum dos participantes do jogo político parece ter percebido é que está em marcha a desagregação do sistema partidário, com dramáticas conseqüências para a estabilidade política.

A radicalização política, que aumenta a partir de meados do governo Juscelino com a pregação nacionalista — e a conseqüente reação —, exacerba-se na campanha presidencial de 1960. O processo político assiste a uma evolução que vai da Ala Moça à Frente Parlamentar Nacionalista, via candidatura Lott, como efeito não antecipado das manobras de Juscelino e das raposas possedistas.

Ao derrotar a Ala Moça, as raposas destroem também a possibilidade de o PSD vir a ocupar o novo centro político-ideológico. O partido se afasta do centro, inicialmente permanecendo no mesmo lugar em que sempre esteve, e depois tendendo perigosamente para a direita.

Mas a Ala Moça também se afasta do centro, este novo centro que ela tentou persuadir o PSD a ocupar, e evolui para a esquerda, unindo-se aos grupos nacionalistas de outros partidos.

O sistema partidário brasileiro polariza-se rapidamente, vítima do processo de radicalização política e do desaparecimento do centro do sistema. E a origem desse processo está exatamente na destruição da Ala Moça pela oligarquia possedista.

Encarando a atuação do grupo como uma mera disputa de poder dentro do partido, as raposas abandonam suas principais vir-



tudes — sincronia, plasticidade, capacidade de negociação e de conciliação — e abrem fogo contra os reformistas. Ao fazê-lo, deslocam o PSD do centro e desestabilizam o sistema político.

A vitória contra a Ala Moça é de curíssimo prazo. Na realidade, o centro foi abandonado, e a médio prazo ocorrerá a liquidação do sistema partidário.

É o que vamos acompanhar no Capítulo 8.

## 8 O BARCO À DERIVA — O PSD E A CRISE DE 1964

*Jango foi vítima da agitação que ele próprio provocou, sem querer.*

Amaral Peixoto

*Água morro abaixo, fogo morro acima e deputado querendo aderir, não há quem segure.*

ditado mineiro

Em 25 de agosto de 1961, Ranieri Mazzili, presidente da Câmara dos Deputados, é empossado interinamente na presidência da República, no vórtice de uma crise gerada pela renúncia do presidente Jânio Quadros. Em 2 de abril de 1964, o mesmo Ranieri Mazzili, ainda presidente da Câmara dos Deputados, é novamente empossado interinamente na presidência da República, desta vez após a virtual deposição do presidente João Goulart por uma rebelião militar, vitoriosa em 48 horas.

O que se passou no Brasil entre as duas posses, caracterizando-as como radicalmente distintas uma da outra? Como evoluiu a dinâmica do processo político, a ponto de se encontrar em 1964 numa situação de “crise terminal”, que transborda o sistema político e deságua numa solução militar?

Na verdade, a perplexidade suscitada pela crise de 1964 se resume a uma questão principal: como o sistema político chegou a uma situação de impasse total ou de “paralisa de decisões”?<sup>1</sup> A esta questão sucede outra, fundamental para os objetivos deste trabalho: por que o PSD, que vinha atuando desde 1946 como o fiador do equilíbrio político, não consegue em 1964 o mesmo desempenho de 1954 e de 1961? Por que o PSD não consegue admi-

1. Wanderley Guilherme dos Santos, 1979.

nstrar a crise, limitá-la ao sistema político e negociar para ela uma saída política? Ao contrário, a crise ultrapassava as fronteiras do sistema, e atores até então mantidos como coadjuvantes eventuais — os militares — assumem o papel de protagonistas e liquidam o regime de 1946.

A resposta que pretendo fornecer a estas questões desdobra-se ao longo deste capítulo, em que me proponho a acompanhar o desempenho do PSD durante o governo Goulart, partindo de duas premissas básicas: a primeira diz respeito à dinâmica do sistema partidário. Como temos observado até agora, a polarização acelerada, consequência do esvaziamento do centro, incrementa a capacidade de atração dos extremos do espectro político.

O PSD não possui mais — e vai possuindo cada vez menos, ao longo do governo Goulart — condições mínimas de coesão interna para atuar como estabilizador do regime. Ele não está mais no centro do sistema, e sua fragmentação interna já é incontrolável. O PSD de 1961 a 1964 é cada vez mais uma pálide lembrança do PSD de 1945 a 1961.

A segunda premissa, decorrente da primeira, é a de que o PSD não tem mais capacidade para liderar o processo político. Bem ao contrário, veremos um partido perplexo, abúlico, meramente reativo, que caminha a reboque das iniciativas de um Executivo — e do partido que *formalmente* o apóia, o PTB — que, por sua vez, é errático, indeciso, tíbio, sem uma direttriz claramente definida.

Cada ação do Executivo provoca no PSD um aumento da fragmentação interna, até o momento em que as bases partidárias se rebelam contra as decisões da cúpula, e largas parcelas do partido aliam-se à oposição, participando mesmo da conspiração civil-militar que leva à deposição do governo Goulart. Nas palavras de um pessedista,

(...) sem o PSD não teria havido revolução. Se o PSD não se rebelasse contra o Jango, só as forças da UDN, que sempre bateram às portas dos militares, não seriam suficientes para o êxito da revolução. Ao PSD não pode ser creditado o movimento revolucionário, mas ao apoio dele deve ser creditada a vitória do movimento.<sup>2</sup>

Assim, devemos percorrer o caminho que leva ao fim do regi-

me em 1964, tomando como referência os temas que dividiram internamente o PSD, em primeiro lugar, e a reação do partido às iniciativas do governo. As questões discutidas serão a evolução institucional do regime (parlamentarismo *versus* presidencialismo), o debate em torno da reforma agrária e as relações entre PSD e governo. Questões cruciais, que marcarão o governo Goulart até seu dramático desfecho em março de 1964.

## 1. Parlamentarismo e presidencialismo, a primeira divisão interna

O primeiro ponto de atrito dentro do PSD concentra-se na questão do parlamentarismo. No dia imediato ao da posse, o presidente Goulart declara-se contra o regime parlamentar e disposto a convocar um plebiscito nacional. Com isto, adia-se indefinidamente a institucionalização do novo regime e acirra-se a luta interna no PSD. De um lado, Juscelino Kubitschek — que já votara contra a emenda parlamentarista — lança-se à campanha a favor do plebiscito. Afinal, o novo regime representava um obstáculo à volta de JK em 1965 com todos os poderes inerentes ao presidencialismo. Do outro lado, o comando nacional do PSD, Amaral Peixoto declara-se contra o plebiscito, julgando-o prematuro, uma vez que o parlamentarismo deveria passar por um período mais longo de experiência.<sup>3</sup>

Além disso, vários problemas dificultam as relações entre o partido e o gabinete chefiado por Tancredo Neves. Se Tancredo consegue que o PSD contribua para a aprovação na Câmara de uma moção de confiança no Conselho de Ministros,<sup>4</sup> não obtém o mesmo êxito quando tenta que o PSD patrocine uma emenda constitucional que delegaria poderes ao gabinete para realizar as "reformas de base" pretendidas pelo presidente da República e pelo PTB: reforma bancária, tributária, agrária, direito de greve, entre outras.<sup>5</sup>

3. *Correio da Manhã*, 13-9-1961.

4. A moção de confiança no gabinete, apresentada por Raul Pilla (PL), é aprovada na Câmara em 29 de setembro de 1961, por 178 votos contra 11. *Diário do Congresso Nacional* (Seção I) 30-9-1961, pp. 7070-6.

5. A delegação de poderes é solicitada por Tancredo pouco mais de um mês depois de instalado o gabinete, mas até sua queda, em julho de 1962, o Congresso se nega a lhe conceder a delegação. *Jornal do Brasil*, 9-10, 31-10 e 1-11-1961.



Tancredo é alvo de críticas do PSD, que o adverte em documento sobre a necessidade de o gabinete implementar uma política de austeridade para superar a crise econômica; mais tarde, o partido ameaça provocar a queda do gabinete, retirando-lhe o apoio no Congresso, caso sua solicitação não seja atendida.<sup>6</sup>

E é um PSD dividido quanto à questão do parlamentarismo que instala a IX Convenção em 15 de março de 1962. Em meio a pesadas críticas dos convencionais à atitude de Amaral Peixoto e Tancredo Neves na discussão do aumento do funcionalismo — os dois teriam decidido postergar a votação do aumento até que o Congresso aprovasse plano de cobertura do déficit orçamentário — o partido aprova o seu mais importante documento programático, a *Declaração de Brasília*.<sup>7</sup> Redigida por Gustavo Capanema, a declaração não esconde a divisão interna do partido com relação ao problema institucional. O PSD se declara disposto a lutar pela aprovação da primeira lei complementar ao Ato Adicional, "com o objetivo de dar ao novo sistema político adotado no país imediata e correta institucionalização jurídica". Entretanto, o documento afirma adiante que "o PSD reconhece a cada um dos seus filiados o direito de propugnar pela reforma da Constituição, visando à adoção do outro sistema de governo".<sup>8</sup>

A institucionalização do regime parlamentar será novamente fonte de divergência dentro do PSD, desta vez no caso da aprovação da emenda Mem de Sá, que permite a candidatura dos ministros às eleições parlamentares sem necessidade de desincompatibilização. Amaral Peixoto inicia negociações com Herbert Levy (presidente da UDN) para a aprovação da emenda, mas a maioria do partido, estimulada por Juscelino, vota por sua rejeição.<sup>9</sup> Tancredo Neves se dispõe a renunciar, e iniciam-se as conversações para a indicação de um novo primeiro-ministro.

O nome do ministro do Exterior do gabinete demissionário, San Tiago Dantas, divide o sistema partidário e mais ainda o PSD.

PE), Gustavo Capanema (PSD-MG), José Joffily (PSD-PB) e Sérgio Magalhães (PTB-GB) afirmam que seria muito difícil delegar poderes ao gabinete em 1962, por ser um ano eleitoral e pelo fato de o Congresso não ter sido eleito com esta missão. *Jornal do Brasil*, 22-2-1962.

6. *Jornal do Brasil*, 20-10-1961 e 14-3-1962.

7. *Correio da Manhã*, 16 a 18-3-1962.

8. Ver no Anexo 6 a íntegra do documento.

9. A emenda Mem de Sá, apresentada no Senado, é rejeitada por 33 votos contra dez. *Jornal do Brasil*, 31-5-1962.

Rejeitado por UDN, PSP, PRP, PRT e PL, San Tiago é apoiado por PTB, PR, PSB e PST. Quanto ao PSD, o comando do partido — o presidente Amaral Peixoto e o líder Martins Rodrigues — é contra a indicação, manifestando-se por um novo *premier* peessedista; mas alguns quadros do partido apóiam San Tiago. Inesperadamente, o PSD fecha questão contra San Tiago Dantas. Nas palavras de Amaral Peixoto,

(...) o San Tiago foi muito inábil. Ele foi me procurar — o primeiro presidente de partido a ser procurado por ele fui eu — e disse: "Já tenho o apoio da sua bancada, mas estou lhe fazendo uma visita de cortesia." Eu respondi: "Eu agradeço a visita. Se você já tem o apoio da minha bancada, não precisa de mais nada." (...) O mesmo desinteresse que ele demonstrou por mim eu demonstrei por ele. Ele achava que já tinha conquistado a maioria da bancada. (...) Mais tarde eu externei a minha opinião, o Martins Rodrigues externou a dele, que também era contra, e o partido fechou questão.<sup>10</sup>

Em 28 de junho a Câmara dos Deputados rejeita o nome de San Tiago Dantas, por 174 votos contra 110.

O ex-chanceler teve seu nome recusado basicamente pelo PSD, pela UDN e pelo PSP, que juntos totalizaram 142 votos. No PSD 15 deputados desobedeceram frontalmente à orientação do partido e votaram a favor da indicação. Não obstante, o partido não aplicou qualquer sanção àqueles que desafiaram a orientação da direção nacional, entre eles o até então ministro Oliveira Brito, que fez declaração de voto em separado.<sup>11</sup>

À queda do gabinete Tancredo Neves sucedem-se dois outros, sem maior expressão política: o de Brochado da Rocha e o de Hermes Lima,<sup>12</sup> o plebiscito passa a presidir as preocupações nacionais.

A disputa em torno do plebiscito será travada em dois níveis. O presidente da República, disposto a liderar a campanha em favor do restabelecimento do presidencialismo, joga com as ambições dos

10. Amaral Peixoto, 1983, pp. 17-8.

11. A relação nominal da votação e as declarações de voto em separado estão no *Diário do Congresso Nacional* (Seção 1), 29-6-1962, pp. 3684-90.

12. Embora estes dois gabinetes tenham obtido do Congresso algumas leis delegadas, o que foi negado ao gabinete Tancredo Neves. Ver Carlos Castelo Branco, 1975.

prováveis candidatos às eleições de 1965, principalmente Juscelino Kubitschek e Magalhães Pinto, para através deles conseguir a adesão dos respectivos partidos à idéia do plebiscito.

Na reunião com o presidente em Araxá (MG), todos os governadores presentes manifestam-se a favor do plebiscito, com exceção de Carlos Lacerda (GB). Jango aproxima-se mais de Magalhães Pinto, tentando assim neutralizar o impacto da pregação do governador da Guanabara junto à UDN.<sup>13</sup> Além disso, Jango tem como objetivo distanciar PSD e UDN, cuja aproximação se vem estreitando no Congresso desde a atuação conjunta na crise da renúncia de Jânio Quadros.

Não âmbito do Legislativo, o debate sobre o plebiscito percorre várias etapas, traduzindo-se em longa e penosa batalha parlamentar. Inicialmente, o PSD tenta adiar ao máximo a marcação da data do referendo, através da tramitação do projeto Capanema.<sup>14</sup> Ao mesmo tempo, junta-se à UDN na defesa da tese de que o plebiscito só pode ser marcado através de emenda constitucional — que exige *quorum* de dois terços — e não de lei ordinária.

Mas a chave do comportamento do PSD está na bancada mineira, que se opõe firmemente ao governo federal, devido à aproximação entre Goulart e Magalhães Pinto.<sup>15</sup> Afinal, segundo depoimentos de possedistas mineiros, o governo de Magalhães foi o pior governo estadual para o PSD mineiro.<sup>16</sup>

Assim, a estratégia de Jango para o Congresso será, primeiro, separar PSD e UDN e reaproximar PSD e PTB; segundo, dividir a bancada do PSD mineiro, diminuindo-lhe o ímpeto oposicionista. Magalhães Pinto, credenciado pelo presidente como negociador,

13. Na reunião estiveram presentes os governadores de Goiás, Guanabara, Amazonas, Minas Gerais, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Piauí, Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Santa Catarina. *Jornal do Brasil*, 15-8-1962.

14. O chamado projeto Capanema constituía-se num projeto de lei complementando ao Ato Adicional, dispondo sobre a formação de gabinete provisório em caso de vacância ministerial. O projeto se insere na proposta possedista explicitada na *Declaração de Brasília*, de institucionalização do parlamentarismo.

15. Além disso, prossegue a oposição Alkmin x Tancredo, pelo controle do PSD mineiro. Se Tancredo se alinha ao lado de Goulart, Alkmin lidera a bancada na oposição ao governo, chegando mesmo a aliar-se à conspiração que depõe João Goulart em março de 1964.

16. Pío Canedo, 1983.

articula finalmente um acordo entre as lideranças do PSD, da UDN e do PSP — o pacto do plebiscito — em torno da aprovação da “emenda” Oliveira Brito,<sup>17</sup> na qual seria incluído um artigo fixando a data-limite para a realização do plebiscito em 15 de abril de 1963.

Aparentemente, o pacto do plebiscito significava uma derrota para o PSD e para a UDN, que cerravam fileiras contra a realização do referendo. No PSD, a decisão de aderir ao pacto teria sido tomada pelo líder Martins Rodrigues, à revelia de Amaral Peixoto.<sup>18</sup> Na realidade, o acordo para a votação da “emenda” Oliveira Brito em setembro ocultava uma combinação tácita entre as lideranças: tratou-se de manobra protelatória, uma vez que seria fácil negar *quorum* à votação, pois em setembro a maioria dos deputados estaria em seus estados, a braços com a campanha eleitoral.

Mas a facção amaralista do PSD vai progressivamente perdendo terreno para a facção juscelinista. A Juscelino não interessa um confronto com João Goulart. Bem ao contrário, mantém acesas as esperanças de recomposição da aliança PSD/PTB, com vistas a 1965. Sendo assim, Juscelino procura reaproximar de Jango parte do comando nacional do PSD — principalmente as lideranças mineiras, sobre quem sua ascendência é considerável, o que vem ao encontro do interesse de Jango de dividir a bancada daquele estado.

O presidente da República, por seu turno, tem consciência de que sem o PSD (bancada majoritária) nenhuma medida passará na Câmara, seja para fixar a data do plebiscito, seja para aprovar as reformas de base. As dificuldades entre Jango e Amaral são antigas, remontam ao início da década de 1950, à “herança” de Vargas e à incursão sistemática do PTB nas áreas de influência possedista, principalmente a partir do governo Kubitschek. Por isso mesmo, Jango terá que contornar Amaral, se quiser obter qualquer apoio do PSD.

Enquanto Amaral Peixoto tenta adiar a votação da “emenda”

17. A chamada “emenda” Oliveira Brito é na realidade um substitutivo à emenda constitucional n.º 35 (em tramitação no Legislativo) e previa basicamente a redação do *quorum* para a aprovação de emendas constitucionais (de dois terços para maioria absoluta) durante os seis primeiros meses da legislatura que se iniciaria em 1963. Tinha por objetivo facilitar a fixação da data do plebiscito pelo próprio Congresso, harmonizando exigências de PSD e UDN — que advogavam a adoção da medida *unicamente* por emenda constitucional — e solicitações do presidente da República e do PTB — que reivindicavam aprovação por lei ordinária.

18. *Jornal do Brasil*, 20-8-1962.



Oliveira Brito para depois das eleições, Jango estimula às ambições de Benedito Valadares de alcançar a presidência do diretório nacional do PSD. Mas as condições de Valadares para qualquer apoio pessedista são claras: Goulart deve livrar-se das pressões da esquerda radical, principalmente Leonel Brizola.

Condições aceitas, Valadares apresenta emenda ao projeto Capanema, marcando o plebiscito para 6 de janeiro de 1963. Na verdade, a emenda Valadares não significa uma rendição total do Congresso ao Executivo, já que será necessário regulamentar o resultado da consulta popular<sup>19</sup> *através de emenda constitucional*.

Em 13 de setembro a Câmara derrota a "emenda" Oliveira Brito — parte do acordo entre Goulart e o PSD, pois a redução do *quorum* prevista pelo substitutivo poderia ser o caminho para a aprovação de reformas solicitadas pela esquerda radical. No dia seguinte a Câmara aprova a Lei Capanema-Valadares.

É importante lembrar que fora do Congresso também era bastante tenso o clima político. No próprio dia 13, o general Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército, comunicava ao presidente da República, ao primeiro-ministro e ao ministro da Guerra que não conseguia manter a ordem, no caso de uma sublevação popular em resposta a uma eventual recusa do Congresso em aprovar o plebiscito.<sup>20</sup> A nota do comandante do III Exército atuou como um poderoso "estímulo" aos parlamentares, que aprovaram a Lei Capanema-Valadares.

No Congresso, os resultados da votação apontam vencedores e vencidos. Entre os primeiros, destaca-se a atuação de Juscelino, fiador de Jango na área parlamentar e articulador da aprovação da lei, atraindo inclusive os votos do PSP, que tende a aproximar-se mais da UDN.

Entre os vencidos encontram-se paradoxalmente a ala amarela do PSD e a ala radical do PTB. Os primeiros, constrangidos à última hora a coonestar o acordo entre Juscelino e Jango para

não expor ainda mais a divisão interna do partido, não abandonaram sua tendência a se aliar com a UDN — tendência momentaneamente abalada pelo acordo PSD-Jango. A ala radical do PTB, marginalizada pela aliança entre Goulart e os pessedistas, tenderá cada vez mais a pressionar o presidente da República por reformas, principalmente a partir da eleição de Leonel Brizola para deputado federal. Os esforços do grupo se concentrarão doravante no rompimento da aliança entre Jango e o PSD.

Vencida a primeira batalha no Congresso, Jango se lança à campanha nacional pela derrota do parlamentarismo, enquanto os partidos políticos se ocupam com as eleições de outubro, segundo alguns a mais cara eleição realizada até então. A derrama financeira do Executivo para beneficiar os candidatos do PTB corresponde o investimento maciço do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) nos candidatos "democratas", principalmente os membros da Ação Democrática Parlamentar.<sup>21</sup>

Para anular eventuais restrições pessedistas e udenistas à campanha, Jango mobiliza mais uma vez os políticos com ambições à presidência (ou à vice) em 1965, como Juscelino, Magalhães Pinto, Juraci Magalhães, Cid Sampaio e Leonel Brizola.<sup>22</sup> A ala amarela do PSD mantém-se neutra na campanha, e só às vésperas do reterendo um constrangido Amaral Peixoto vai à televisão para exortar a população ao comparecimento às urnas. Mesmo então Amaral não se manifesta por uma ou por outra atitude na votação.<sup>23</sup>

Os resultados do plebiscito nacional de 6 de janeiro de 1963 já eram mais ou menos antecipados: o parlamentarismo foi rejeitado por ampla maioria — 82% dos votantes.<sup>24</sup>

A volta ao presidencialismo, não obstante, não espelhará a mesma tranquilidade da votação. Enquanto Goulart já se tinha manifestado disposto a declarar extinto o Ato Adicional, Amaral Pei-

19. A emenda Valadares ao projeto Capanema, além de fixar a data do plebiscito, determinava que o Congresso votaria, num prazo de 90 dias, emenda constitucional regulamentando o sistema de governo aprovado no referendo. Caso isso não ocorresse, findo o prazo a Emenda Constitucional n.º 4 (que instituiu o parlamentarismo) ou a Constituição de 46 vigoraria, dependendo do resultado da consulta popular. Carlos Castelo Branco, 1975, 1.º vol., publica íntegra da emenda, à p. 224.
20. *Jornal do Brasil*, 14-10-1962.
21. A propósito da participação do IBAD nas eleições de 1962, ver Ernani Sátiro, 1977 (em que o depoente afirma ter sido financiado pelo IBAD); Elói Dutra, 1963; Renato Archer, 1977-8; René Dreifuss, 1981, entre outros.
22. A coordenação financeira da campanha ficou a cargo do procurador-geral da República, Antônio Balbino (PSD-BA). Do lado dos financiadores, o coordenador foi José Luís de Magalhães Lins, diretor do Banco Nacional de Minas Gerais e sobrinho de Magalhães Pinto, que através de seu banco forneceu boa parte dos recursos para financiar a campanha.
23. Amaral Peixoto, 1977-84.
24. Os números oficiais do plebiscito foram: contra o parlamentarismo — 9.457.448 votos; a favor — 2.073.582 votos. Mário Victor, 1965.

xoto e Martins Rodrigues insistiam na estrita observância da letra da Lei Capanema-Valadares, isto é, restauração do presidencialismo através de emenda constitucional. A UDN argumentava, por seu turno, que se Goulart assumisse os plenos poderes do presidencialismo sem uma reforma constitucional estaria dando um golpe de Estado.<sup>25</sup>

O impasse é finalmente solucionado em 22 de janeiro, quando a Câmara dos Deputados aprova (259 votos contra oito) o substitutivo de Gilberto Marinho (PSD-GB), revogando o Ato Adicional e restabelecendo a plenitude da Constituição de 1946. No dia seguinte, toma posse o primeiro ministério presidencialista, que conta com a participação do PSD — condição do partido para votar a revogação do Ato Adicional.

A batalha institucional travada durante 16 meses permite delectar novos arranjos partidários dentro do Congresso, que só fazem confirmar a escalada da polarização e o abandono do centro por parte do PSD, cuja divisão interna assume contornos mais nítidos. Embora continuem aliados formais na sustentação do governo, PSD e PTB distanciam-se cada vez mais, assumindo maior relevância a aliança PSD/UDN. O PSD não passa à oposição ostensiva ao governo, mas estabelece com a UDN uma *coalizão de veto*, fortalecida pela presença dos 32 possedistas na Ação Democrática Parlamentar, presidida pelo udenista João Mendes, da Bahia.<sup>26</sup>

A esta coalizão de veto junta-se o PSP, que desde a eleição de Ademar de Barros ao governo de São Paulo, aproxima-se da UDN, através de uma aliança Ademar-Lacerda, que se revelará extremamente operacional para efeitos da conspiração contra o governo Goulart.<sup>27</sup>

Quanto à divisão interna do PSD, é possível identificar nesse momento três grupos. O primeiro, que se opõe ao governo, é constituído principalmente pela bancada mineira na Câmara, liderada por Alkmin e Capanema, à qual se agregam Armando Falcão (CE) e Nelson Carneiro (GB). O grupo não quer assumir qualquer compromisso com as decisões do presidente da República, mas ainda não se decide a romper os vínculos com a legalidade. Sua adesão à conspiração é, no entanto, apenas uma questão de tempo.

25. *Jornal do Brasil*, 2-12-1962 e 12-1-1963.

26. É bom lembrar que estes 32 deputados representavam 27,8% da bancada possedista, que contava com 115 deputados, conforme os dados da Tabela 2.

27. Cordeiro de Farias, 1981.

No segundo grupo alinham-se os setores mais à esquerda, reunidos na Frente Parlamentar Nacionalista. Dissentindo da orientação do partido no caso da recusa à indicação de San Tiago Dantas para primeiro-ministro, o grupo se alinha com os setores nacionalistas do Congresso, o que não implica, entretanto, apoio automático às propostas do Executivo.

O terceiro grupo é liderado por Juscelino e foi o grande vencedor, dentro do PSD, da luta pelo presidencialismo. Compreende parte da seção mineira, como Valadares e Tancredo, e as lideranças que se dispõem a apoiar ostensivamente o governo, como Abelardo Jurema (PB) e Antônio Balbino (BA). É através desse grupo que o PSD auxilia Jango a superar o impasse legislativo, recebendo pastas no primeiro ministério presidencialista.

Tentando um equilíbrio já quase impossível entre essas três correntes situa-se o comando nacional do partido, vale dizer, Amarel Peixoto (presidente) e Martins Rodrigues (secretário-geral e líder do PSD na Câmara). Embora sua tendência seja cada vez mais para uma aliança com a UDN, sua preocupação maior é não expor demasiadamente a situação interna do partido.

Dessa forma, ainda que derrotado na antecipação da data do plebiscito, Amaral concorda em participar do governo, como ministro extraordinário para a reforma administrativa. Do ponto de vista intrapartidário, ele neutraliza as pretensões de Valadares de assumir a presidência do diretório nacional. E quanto às relações entre PSD e governo, a redivisão dos ministérios projetada por Amaral visa garantir maior participação de possedistas no Executivo, controlando a influência esquerdista no ministério e mantendo o governo dentro de limites toleráveis pelas bases do PSD, cada vez mais oposicionistas.

## 2. A reforma agrária — aceitação e rejeição

*Se o presidente da República confiscar as nossas propriedades ou permitir que alguém as confisque, haverá também quem confisque seu mandato de presidente.*

Último de Carvalho (fev./64)

“É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em



caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim exigir o bem público, ficando todavia assegurado o direito a indenização ulterior." (Art. 141, § 16, da Constituição de 1946).

É em torno deste parágrafo da Constituição que se trava, entre 1962 e 1964, a complexa batalha parlamentar e política que marca o governo João Goulart. Pois é da reforma agrária que se trata; a disputa por sua aprovação prejudica a discussão das outras reformas, e os avanços e recuos em torno da matéria determinam os novos arranjos e combinações políticas, dentro e fora do Congresso. No âmbito do PSD as consequências serão nefastas. Divergências circunstanciais entre bases e cúpula se irão consolidando em dissensões mais substantivas, até que se evidencie a total rebelião das bases quanto à orientação do comando nacional.

## 2.1 — O PSD toma a iniciativa — do projeto Joffily à Declaração de Brasília

O debate parlamentar sobre a reforma agrária inaugura-se no governo Goulart com a discussão do substitutivo José Joffily, "herança" do governo anterior.<sup>28</sup> Ainda no primeiro semestre de 1961 o deputado José Joffily (PSD-PB) é nomeado relator da comissão especial instalada no Congresso para apreciar os vários projetos de lei sobre o assunto. O ponto crítico se localiza na forma de indenização dos latifúndios desapropriados, ou seja, em como determinar os limites da "justa" indenização. A proposta de Joffily — tomar como base para cálculo o valor declarado para fins de pagamento do imposto territorial — gera, de saída, a reação contrária de *todos* os proprietários rurais, uma vez que é sabido que as terras sempre valem mais do que o valor que lhes é atribuído para efeito de cálculo de imposto.<sup>29</sup>

No PSD o substituto Joffily provoca um impasse: enquanto setores mais à esquerda o aprovavam, a ala mais atenta às manifestações das bases rurais o rejeita. A comissão nomeada por Amaranal Peixoto para estudar o projeto — Gustavo Capanema, Ulisses Gui-

marães e Oliveira Brito, segundo o próprio Amaranal os melhores constitucionalistas do PSD — conclui por sua inconstitucionalidade.<sup>30</sup> A bancada do partido na Câmara ratifica o parecer da comissão, o que praticamente inviabiliza a aprovação do projeto.

O substitutivo é enviado a plenário para discussão no final de julho, mas a crise da renúncia de Jânio Quadros assume o primeiro plano do debate político.<sup>31</sup> A discussão sobre a reforma agrária só é retomada em fevereiro de 1962, quando o Congresso se reúne em convocação extraordinária para discutir as reformas de base. Nessa ocasião, encontram-se em tramitação dois outros projetos: o de Gileno de Carli (PSD-PE), deputado ligado às classes produtoras, e o de Fernando Ferrari (MTR-RS), que recebe o apoio da Confederação Rural Brasileira.

No plenário da Câmara, a oposição pessedista ao substitutivo Joffily é sustentada por Último de Carvalho, líder da bancada mineira. Em veemente discurso pronunciado em 6 de fevereiro, o deputado dá o tom do debate sobre a reforma agrária, que evolui durante os meses seguintes do governo Goulart. Isto é, as discussões em torno de parágrafos e artigos da Constituição não conseguem mais ocultar a crescente polarização político-ideológica suscitada pelo tema. Afirmando ser um homem *de centro*, Último de Carvalho declara que

(...) reformas agrárias em todos os países servem apenas não como meio para dar terra a quem quer terra, mas como um meio de levar ao governo facções socialistas, implantando nos Estados governos comunistas. (...) Não sou contra a reforma agrária que dê acesso à terra a quem a deseja. Sou contra a reforma agrária daqueles que preconizam realizá-la utilizando-a como instrumento para levar a minha pátria para a área do comunismo.<sup>32</sup>

30. Amaranal Peixoto, 1983. A inconstitucionalidade do projeto, sustentada pelo PSD, baseava-se no argumento de que a própria Constituição determinava ser a Justiça, em última instância, o foro adequado para a fixação do justo valor, segundo o § 4.º do Art. 141: "A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual."

31. Em 3 de agosto o próprio Jânio Quadros aprovava publicamente o substitutivo Joffily, transformando-o em projeto do Executivo. Ver José Joffily, 1977-8.

32. Discurso de Último de Carvalho, 5-2-1962. *Anais da Câmara dos Deputados*, vol. I, 1962, pp. 214-20.

28. Sobre a chamada "questão agrária" no Brasil, ver Aspásia Camargo, 1981.

29. José Joffily, 1977-8.



Se no início de 1962 o radicalismo do deputado mineiro apresenta uma fração minoritária do PSD, os tempos vindouros testemunharão o crescimento desta posição no próprio partido, até que a fração que a apóia deixe de ser uma fração e passe a representar a maioria do pensamento possedista.

Mas a atitude do PSD em relação à reforma agrária não se limita à rejeição pura e simples do substitutivo Joffily. O partido incluiu o tema em sua pauta prioritária de questões, e na IX Convenção Nacional, instalada em 15 de março, o documento aprovado — a *Declaração de Brasília* — consagra parte substancial à reforma agrária, estatuidando os limites da atuação do PSD. Assim, a reforma deve efetuar-se

“(....) não apenas mediante a indispensável revisão de nosso corpo de leis atinentes ao regime da propriedade rural, mas também pela adoção de medidas econômicas e financeiras e introdução de novas técnicas de produção, visando tais medidas ao geral crescimento da produtividade agrícola”.

Como se vê, o PSD aceitava que se aprovasse uma emenda constitucional alterando o Art. 141.

Um outro limite é estabelecido pelo documento, ao afirmar que “a grande propriedade só se configurará como latifúndio condenável se permanecer inculta ou com insuficiente ou inadequada exploração”.

Portanto, a *Declaração de Brasília* fixa os limites da aquiescência do PSD à idéia da reforma agrária: reforma através de emenda constitucional<sup>33</sup> e desapropriação apenas do latifúndio improdutivo. Garantido pelo apoio de suas bases, expresse na aprovação do documento em convenção nacional, o PSD lança-se à negociação com os demais partidos. Mas novamente uma crise institucional — a batalha do plebiscito — assoma ao centro do debate, e a discussão da reforma agrária só retorna ao Congresso em 1963, na reabertura da sessão legislativa.

33. A reforma poderia ser implementada através de uma série de leis ordinárias (*quorum* de maioria simples), contornando-se o obstáculo do *quorum* de dois terços, exigido para aprovação de emenda constitucional.

## 2.2 — A babel legislativa e a diáspora possedista

A iniciativa pertence agora ao PTB. Em abril de 1963, obedecendo às sugestões contidas na Mensagem presidencial de 15 de março, o deputado Bocaíva Cunha (PTB-RJ), líder do partido na Câmara, apresenta ao novo Congresso (eleito em outubro) um projeto de emenda constitucional que altera as formas de indenização das terras desapropriadas por interesse social. O pagamento seria feito em “títulos da dívida pública, resgatáveis em prestações sujeitas à correção do valor monetário, em limite não excedente a dez por cento ao ano”.<sup>34</sup>

A emenda do PTB, ao destinar a correção monetária dos títulos à regulamentação por lei ordinária (*quorum* de maioria simples) suscitou sérias desconfianças no PSD, que obteve nas eleições uma superioridade de apenas duas cadeiras sobre o PTB — 118 sobre 116. Situação que se reverteria em novembro de 1963, quando seis deputados do PSD do Maranhão — entre eles Cid Carvalho, da Ala Moça — transferem-se para o PTB; pela primeira vez, desde 1946, o PSD perde a maioria na Câmara dos Deputados.

Sendo assim, qualquer projeto que implique modificações sérias na forma de indenização só será considerado pelo PSD se vier embutido em emenda constitucional, pois o *quorum* qualificado de dois terços é garantia de que o PTB não conseguirá aprovar medidas não apoiadas por boa parte da Câmara. Em outras palavras, o PTB terá que negociar a aprovação de seus projetos, e qualquer negociação passa necessariamente pelo PSD.

No início de abril, em tensa reunião realizada no dia 4, o PSD fixa mais uma vez os limites internos da negociação em torno da reforma agrária. Mantendo-se firme na posição assumida na IX Convenção Nacional, o partido insiste em que somente o latifúndio improdutivo pode ser objeto de desapropriação, mas cede no tocante à indenização. Manifesta-se contra a emenda o PTB, mas concorda com uma emenda constitucional que deixe explícita no texto a “indenização por títulos reajustáveis da dívida pública”.<sup>35</sup>

Ademais, três outros acontecimentos contribuem enormemente para que se estreitem os caminhos da negociação política. A movimentação do recém-eleito deputado Leonel Britzola (PTB-GB)

34. Emenda Constitucional n.º 1, de 15-4-1963. *Diário do Congresso Nacional* (Seção I), 16-4-1963, p. 1313.

35. *Correio da Manhã*, 6-4-1963; Amaral Peixoto, 1983.



nas cidades-satélites de Brasília alarma igualmente udenistas e pes-sedistas. Brizola ameaça o Congresso com um levante popular, caso as reformas não sejam votadas. Em resposta, deputados do PSD, da UDN e até do PTB moderado elaboram um plano de emergência para a transferência do Poder Legislativo para São Paulo, na hipótese de invasão do Congresso.<sup>36</sup>

Nesse clima tenso, o deputado Armando Falcão (PSD-CE) inicia uma série de conferências no rádio e em associações rurais (principalmente em Minas Gerais), concitando os proprietários rurais a "defender sua liberdade e suas terras".<sup>37</sup> Falcão assume a liderança da pregação anti-reformista fora do Congresso.

Finalmente, a convenção nacional da UDN reúne-se em Curitiba (27 a 29-4-1963), e suas conclusões marcam a posição do partido quanto ao governo João Goulart e às propostas de reformas. A nova palavra-de-ordem udenista — "a Constituição é intocável" — reflete a vitória da facção ligada ao governador Carlos Lacerda, contra qualquer emenda constitucional, e a derrota das posições da Bossa Nova, liderada por José Aparecido (MG), antes favorável a um entendimento com o PTB.

O novo presidente nacional da UDN, eleito na ocasião, é o deputado Bilac Pinto (MG), que junto com o líder na Câmara, Adauto Lúcio Cardoso (GB), constituirá a linha de frente da oposição radical ao governo Goulart.

A posição udenista, contrária a qualquer modificação constitucional, começa a atrair alguns segmentos do PSD, preocupados com a possibilidade de apresentação de emendas alterando o capítulo das inelegibilidades. Afinal, na própria mensagem de março o presidente mencionara a intenção de conceder o voto aos analfabetos.<sup>38</sup> O receio udenista — partilhado cada vez mais pelos pes-sedistas — é que se aproveite uma alteração no artigo que trata das inelegibilidades para acabar com os entraves constitucionais à reeleição de Jango, ou mesmo à eleição de Brizola, em 1965.

A cúpula pessequista, por seu turno, tenta moderar o ímpeto opocionista de alguns de seus filiados e tranquilizar os ânimos de suas bases rurais. Em carta-circular dirigida aos presidentes das seções regionais, o presidente Amaral Peixoto reafirma a posição

do PSD fixada na reunião de 4 de abril, ao mesmo tempo que assegura a proteção aos "legítimos interesses das classes rurais do país".<sup>39</sup>

Uma vez mais a chave da posição do PSD é a seção mineira. Sob a liderança de Alkmin — e agora também de Último de Carvalho — a bancada mineira lança nota oficial contra a emenda constitucional do PTB,<sup>40</sup> o que, para fins práticos, sela a sorte do projeto.

Em 13 de maio, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados acata o parecer do relator, o udenista Alomar Baleeiro, e rejeita a emenda do PTB. Dos 11 membros da comissão, votam contra a emenda os três da UDN, os três do PSD e um do PSP, a favor votam os três do PTB e um do PDC.<sup>41</sup> O resultado espelha o novo arranjo político do Congresso: UDN e PSD aliam-se novamente, depois do interregno em que o PSD se aliara ao PTB na questão do plebiscito; a eles se agrega o PSP, definitivamente na oposição. Do outro lado, o PDC deixa de ser uma linha auxiliar da UDN e tende mais para a esquerda, aliando-se ao PTB.<sup>42</sup>

Retirada da pauta a emenda do PTB, é mais uma vez o PSD quem tenta encontrar uma saída negociada para a crise, evitando ao mesmo tempo a decomposição interna. Não obstante, são por demais evidentes os sinais da diáspora pessequista. Em seguida à nota do PSD de Minas Gerais, o diretório de Goiás emite nota oficial aconselhando o partido a afastar-se do governo "enquanto é tempo". A manifestação do PSD de Goiás é tanto mais relevante quando se constata que ela reflete a alteração das alianças do governador Mauro Borges. Antigo aliado do então governador Leonel Brizola na Frente de Libertação Nacional em 1961, Mauro

39. Carta-circular aos presidentes de diretórios regionais, 6-5-1963. — Arquivo Ernani do Amaral Peixoto, CPDOC/FGV.  
40. *Jornal do Brasil*, 10 e 11-5-1963.

41. Compunham a comissão, pelo PTB: Doutel de Andrade, Leonel Brizola e Bocaíva Cunha — a ala mais radical do partido —; pelo PSD: Capanema, o líder Martins Rodrigues e Ulisses Guimarães — os constitucionalistas do partido —; pela UDN: Alomar Baleeiro, Ernani Sátiro e Pedro Aleixo — a linha de frente da oposição udenista —; pelo PSP: Arnaldo Cerdêira, e pelo PDC, Plínio de Arruda Sampaio. *Correio da Manhã*, 13-5-1963.

42. A posição do PDC reflete sua participação no Executivo, através do ministro Paulo de Tarso (Educação), enquanto uma de suas principais lideranças nacionais, o governador Nei Braga (PR) oscilará entre declarações ostensivas de apoio às posições nacionalistas e a participação na conspiração contra Goulart, atitude que adotará a partir do final de 1963.

36. *Jornal do Brasil*, 6-4-1963.

37. *Idem*, 19-4-1963.

38. João Goulart, 1963.



Borges afasta-se do PTB e aproxima-se mais da oposição udenista, até participar da conspiração que depôs João Goulart em 1964.<sup>43</sup>

O próximo sinal de rebelião pessedista é dado pelo deputado Aluísio de Castro (BA), que articula manifesto de afastamento do governo, subscrito por 42 deputados — dez de Minas, seis de Goiás e 26 de vários estados. A leitura do documento na tribuna da Câmara é sustada por articulações de Amaral Peixoto, mas o manifesto continua a circular e a receber novas adesões.<sup>44</sup>

Entendimentos entre o líder Martins Rodrigues, Amaral Peixoto e o presidente João Goulart resultam na elaboração de uma emenda constitucional que possa conseguir um índice mínimo de coesão dentro do PSD, sem o que sua aprovação pela bancada pessedista se torna impossível.

A emenda, redigida por Martins Rodrigues e Oliveira Brito, previa que a Constituição autorizaria a desapropriação de até 50% das terras de um mesmo proprietário, assegurando a indenização em dinheiro de 30% do valor da área desapropriada; o restante seria pago em títulos reajustáveis da dívida pública.<sup>45</sup>

A posição da bancada do PSD é irredutível: a emenda deve ser previamente aprovada pelo PTB e apresentada como projeto do governo. O PTB, por sua vez, exige aprovação prévia do PSD e encaminhamento como emenda pessedista.

Instalado novamente o impasse, o novo líder da maioria, Tancredo Neves, tenta obter a adesão do PTB à emenda, enquanto o presidente da República concentra seus esforços na Frente Parlamentar Nacionalista, foco principal de resistência a qualquer aliança com o PSD. Um dos principais líderes da FPN, o deputado carioca Sérgio Magalhães, dá seu testemunho sobre o problema:

O PSD, apesar de ser considerado um partido conservador, era mais aberto (que a UDN). O PSD chegou a um ponto em que aceitava a modificação de um artigo da Constituição, mas nós tínhamos um setor muito exaltado, que queria cada vez mais; então, meteram também no meio a reforma urbana. Queriam,

além da reforma agrária que não se tinha conseguido, uma reforma urbana. Aí o PSD recuou e passou a se unir com a UDN.<sup>46</sup>

Tancredo consegue melhor sorte com a ala moderada do PTB, que concorda em negociar com o PSD. O primeiro passo da atuação conjunta será a derrota em plenário do projeto Milton Campos (UDN-MG) para a reforma agrária. Fiel ao mandamento da convenção de Curitiba, o senador udenista apresenta um projeto que determina a realização da reforma agrária por lei ordinária e não por emenda constitucional.

Entretanto, Tancredo não obteve o mesmo êxito com a bancada mineira do PSD, sua própria gente. Nas três votações do projeto,<sup>47</sup> era conspícua a ausência dos três deputados mineiros mais importantes: Capanema, Alkmin e Último de Carvalho, que se opõem a qualquer acordo com o PTB.<sup>48</sup> Alkmin, que já iniciara as primeiras conversações para a consecução de um de seus mais difíceis êxitos políticos — a adesão da bancada estadual do PSD ao governador Magalhães Pinto, seu “inimigo” —, não desejava hostilizar a UDN, principalmente a seção mineira, votando contra um projeto de Milton Campos.

A rebelião do PSD mineiro rende seus frutos, extravasando a questão da reforma agrária. Um de seus membros, o deputado Olavo Costa, consegue a criação de uma comissão encarregada de fixar um programa mínimo (baseado na *Declaração de Brasília*) que condicione o prosseguimento do apoio do PSD ao governo. A entrega da presidência da comissão ao gaúcho Peracchi Barcelos dá bem a medida da magnitude da rebelião pessedista.

O sucesso da ala rebelde é absoluto. Em tumultuada reunião da bancada com o diretório nacional, o PSD decide tomar algumas medidas, aceitas pela direção nacional para evitar uma debandada geral do partido: a) convocar uma convenção nacional até o final

46. Sérgio Magalhães, 1978, pp. 14-5.

47. O projeto Milton Campos foi levado à votação em 23 e 30 de julho e em 7 de agosto. Nas duas primeiras sessões a UDN se retirou do plenário, negando *quorum* para a votação. Finalmente em 7 de agosto a Câmara derrota o projeto, por 164 votos contra 69. — *Correio da Manhã*, 24 e 31-7-1963; *Jornal do Brasil*, 8-8-1963.

48. Capanema não justificou a ausência; Último de Carvalho “adoeceu”, como já tinha avisado previamente, e Alkmin permaneceu em Minas Gerais, “para tratar dos dentes”. Carlos Castelo Branco, 1975, 1.º vol., p. 214.



de 1963; b) não assumir qualquer compromisso político até a convenção; c) fortalecer a candidatura JK.<sup>49</sup>

Os resultados da reunião de 21 de agosto significam, na prática, a paralisação total de qualquer negociação em torno de uma emenda constitucional. Mais ainda, representam um voto de desconfiança no comando nacional — Amaral Peixoto, Martins Rodrigues e Tancredo Neves —, que não está mais credenciado para negociar compromissos políticos em nome do partido. A exemplo da UDN, o PSD deseja consultar suas bases e retirar daí uma linha de ação a ser adotada em relação ao governo Goulart. Ao comando nacional resta postergar o mais possível a realização da convenção, porque está ciente de que esta se transformará em uma assembleia de veto a qualquer colaboração entre PSD e governo federal.

### 3. O PSD e o governo João Goulart — colaboração e afastamento

*Vamos para as reformas, mas sob o império absoluto da lei (...). O que desejamos é a bandeira da reforma, e não a reforma da Bandeira!*

Juscelino Kubitschek (mar./64)

As relações entre o PSD e o governo João Goulart conheceram várias fases, desde a posse do presidente até sua deposição em março de 1964. Em ambos os momentos o PSD esteve presente, assumindo a liderança do movimento em favor da posse e participando — através de alguns de seus membros — da conspiração de 1964.

Durante todo o período, mesmo nos instantes de maior afastamento, pode-se identificar na atuação do PSD alguns pontos que ajudam a entender as razões de sua demora em romper com o governo. Primeiro, o partido se considera em larga medida responsável pela presença de Jango na presidência da República. Afinal, ele fora por duas vezes o candidato do PSD à vice-presidência. Embora a maioria dos pessedistas declare que jamais votaria em João Goulart para presidente,<sup>50</sup> não deixa de fazê-lo, mesmo indireta-

mente, pois constitucionalmente o vice-presidente é o substituto eventual do presidente. Esta responsabilidade cria no PSD o compromisso tácito de auxiliar o governo João Goulart a chegar a bom termo.

Segundo, a consciência disseminada entre os pessedistas de que a colaboração com o governo representava um elemento de moderação e de estabilidade, contendo a crescente “esquerdização” do Executivo. Mesmo nos momentos em que o partido era alvo de violentos ataques por parte da ala mais radical do PTB — Leonel Brizola à frente — e da Frente Parlamentar Nacionalista, a presença do PSD no ministério era sinal de garantia para as áreas mais conservadoras de que “o carro não saíra dos trilhos”, por assim dizer.

Enquanto pôde, o PSD realizou todos os esforços, absorveu todos os ataques para conduzir o governo João Goulart até o final. Somente quando se revelou que o prosseguimento dessa prática levaria ao suicídio político, pois suas bases estavam em rebelião aberta, é que o partido tomou a iniciativa de romper publicamente com o governo. Rompeu no dia 10 de março, e o governo caiu no dia 31.

Finalmente, um aspecto que diz respeito à atitude do PSD diante do regime democrático — e por isso mesmo o dado mais relevante. Enquanto partido, ele jamais contribuiu para o rompimento da normalidade constitucional; em toda a sua história nunca o partido se afastou da observância estrita da legalidade e da continuidade institucional.

Este forte apego à lei e o respeito à autoridade legalmente constituída são traços eloquentes do que se convencionou chamar de pessedismo. Tal como observamos durante o governo Vargas, o PSD chegara mesmo a se omitir, mas enquanto partido jamais colaborou para derrubar governos eleitos. Esta característica antigolpista marcou o estilo e a trajetória do partido, o que não impediu no entanto que muitos de seus membros tenham participado — ou apenas coonestado — da conspiração anti-Goulart. Entretanto, o movimento de 1964 não teve a chance da PSD, como teve da UDN, do PSP e de outros partidos menores. O PSD — isto é, o comando nacional — passou para a oposição e não para a conspiração.

E é esta trajetória, da colaboração ao rompimento, que vemos a seguir. Uma trajetória acidentada, composta de sucessivos afastamentos e reaproximações, em que os afastamentos são de iniciativa do partido, e as reaproximações são de iniciativa do go-

49. *Jornal do Brasil*, 23-8-1963; Carlos Castelo Branco, 1975.

50. Ver, entre tantos outros, os depoimentos de Amaral Peixoto, Oliveira Brito, Nestor Jost, Renato Archer e José Joffily.

verno. Afastamentos sempre mais profundos e reaproximações cada vez mais desconfiadas e constrangidas.

### 3.1. — O governo toma a iniciativa — o PSD no primeiro ministério presidencialista

A participação do PSD no ministério que toma posse em 24 de janeiro de 1963 resulta do acordo entre Goulart e o partido, quando este colabora para a solução da crise política de agosto de 1962 — a crise do plebiscito. A presença do PSD, embora minoritária, é bastante significativa. Paulo Pinheiro Chagas (Saúde) pertence à cada vez mais indócil bancada mineira; sua nomeação vai ao encontro da estratégia de Jango de dividir o PSD de Minas Gerais. O ministro de Indústria e Comércio, Antônio Balbino, é figura mais ou menos independente dentro do partido. Ligado pessoalmente a Goulart desde o governo Vargas, quando foram colegas no ministério, Balbino é premiado com uma pasta por sua atuação como encarregado da campanha financeira do plebiscito.

Mas a presença mais relevante é a de Amarel Peixoto, como ministro extraordinário para a reforma administrativa. Antes de significar uma posição de força do PSD no governo, a nomeação de Amarel visa justamente enfraquecê-lo, impedindo-o de criticar abertamente o governo ou mesmo de aplaudir as censuras de seus comandados ao Executivo.

Finalmente, Jango escolhe Oliveira Brito para exercer as funções de líder do governo na Câmara dos Deputados.

Com essas nomeações, o presidente da República pretende atrelar o PSD ao seu governo, fazendo-o correr o mesmo destino. Confiando no propalado "amor ao poder" como um traço inmutável do pessedismo, Jango considera que, dispondo de recursos políticos para distribuir, o PSD se transforma num instrumento dócil, colaborando na aprovação das reformas.

Entretanto, a presença de pessedistas no ministério não consegue constrianger a bancada, que já no início de fevereiro dirige pesadas críticas à política de colaboração com o governo. Armando Falcão, Nelson Carneiro e praticamente toda a bancada do Rio Grande do Sul lideram as críticas, expressando os temores pessedistas com relação ao governo e à retomada da aliança com o PTB.<sup>51</sup>

51. *Jornal do Brasil*, 3-2-1963.

À desconfiância pessedista junta-se a atitude da ala radical do PTB, que quer pressionar o governo a livrar-se do PSD. Entretanto, mesmo no interior do PTB não há um consenso quanto a isso. Enquanto Leonel Brizola propõe o fechamento do Congresso, investindo contra os subsídios pagos aos parlamentares, a ala moderada do partido demonstra apreensão quanto ao comportamento do cunhado do presidente, pois suas críticas assustam udenistas e pessedistas, colocando em risco qualquer possibilidade de acordo em torno das reformas solicitadas pelo Executivo.<sup>52</sup>

Tampouco é clara a atitude do próprio presidente da República. Ao mesmo tempo que chama o PSD para o governo e escolhe um líder pessedista, Goulart não toma qualquer providência no sentido de desautorizar os pronunciamentos de Brizola. Se a intenção do presidente é levar os pessedistas — assustados com a violência do discurso de Brizola e com a ameaça de um levante popular — a votar as reformas de base, a estratégia presidencial revela-se um completo fracasso. Assustado, o PSD tende a aliar-se à UDN, com o objetivo de levantar uma sólida barreira parlamentar contra as iniciativas reformistas. O abandono de qualquer tentativa de entenuamento em torno da reforma agrária demonstra o erro estratégico de Goulart.

O PSD se afasta mais e mais do governo, embora continue participando formalmente do ministério. Mas as bases e a bancada do partido revelam crescente grau de autonomia nas críticas ao PTB e ao Executivo, sem que o comando partidário as desautorize.

Constatado o fracasso de sua estratégia, Jango prepara-se para nova reforma ministerial, visando com isso atrair novas forças políticas para seu esquema reformista. Criticado pela oposição udenista e por áreas cada vez maiores do PSD, o presidente gera desconfianças também nas esquerdas, que começam a julgá-lo incapaz de governar.<sup>53</sup>

Dessa forma, a incompetência (ou inapetência) de Goulart abre espaços para o aumento da radicalização, enquanto a cúpula pessedista está paralisada: não apóia integralmente o governo, por

52. *Correio da Manhã*, 10-2-1963.

53. Thomas Skidmore, 1969. O autor se refere às desconfianças geradas nas esquerdas pela falta de uma diretiz clara de governo. As indecisões de Jango em adotar qualquer medida coerente aumentavam as suspeitas entre os "nacionalistas radicais" de que o presidente "perdera as esperanças nos processos constitucionais". *Idem*, p. 311.



não lhe coonestar os métodos e as intenções; não rompe com ele, para não comprometer a estabilidade do regime.

### 3.2 — Nova tentativa do governo — a reforma ministerial e a frente ampla de San Tiago Dantas

A reforma ministerial de junho de 1963 sucede ao fracasso da emenda constitucional do PTB para a implantação da reforma agrária. Jango faz nova investida em direção ao PSD, tentando estabelecer com o partido uma negociação que lhe permita aprovar a reforma. Para tanto, afasta do governo todos os elementos ligados a Brizola e aos setores mais radicais e nomeia o conservador Carvalho Pinto para a pasta da Fazenda, como forma de ganhar a confiança das áreas mais refratárias a seu governo.

Quanto ao PSD, os novos ministros nomeados — Oliveira Brito, Expedito Machado e Abelardo Jurema — não trazem o apoio do partido. Jurema, da corrente juscelinista, é nomeado para o Ministério da Justiça, mas Juscelino já não está mais tão próximo de Jango como no início do governo.

Convencido de que o apoio do PTB é vital para a sua eleição, Juscelino “namora” por algum tempo as esquerdas. Mas esta posição lhe acarreta mais ônus que vantagens. De um lado, ele não é mais o “candidato natural” do PTB; de outro, perde terreno em suas próprias bases para políticos mais afirmativos. Com o crescimento da radicalização, a pretensa “neutralidade” de Juscelino quanto a questões polêmicas não é bem absorvida pelas bases do partido, notadamente as mineiras, que a cada dia se opõem mais ao governo e exigem de Juscelino um compromisso mais explícito com relação às posições do PSD.

A oportunidade para uma definição se apresenta por ocasião do envio da Mensagem presidencial ao Congresso, solicitando a decretação do estado de sítio por 30 dias. Na origem da mensagem estão a revolta dos sargentos de Brasília em setembro<sup>54</sup> e a violenta entrevista concedida pelo governador Carlos Lacerda ao

*Los Angeles Times*, no início de outubro. Lacerda classifica o presidente da República de “totalitário, caudilho, com todos os recursos dos tempos modernos”. Ao mesmo tempo, denuncia a hesitação dos militares com relação a Jango, entre “tutelá-lo, patrociná-lo, pô-lo sob controle até o fim de seu mandato ou alijá-lo imediatamente”.<sup>55</sup>

A reação ao pedido de estado de sítio mobiliza igualmente as esquerdas, o PSD e a oposição parlamentar, todos contra a medida; os governadores Magalhães Pinto, Miguel Arrais, Mauro Borges e Ademar de Barros também a condenam.<sup>56</sup> Jango se vê compelido a retirar a mensagem, diante da derrota certa, e colhe mais um fracasso em sua estratégia de ampliar as áreas de apoio: não sensibiliza os setores conservadores, perde substância frente às esquerdas, desmoraliza-se diante da cúpula militar.

Em vista do fracasso do estado de sítio, o presidente faz novos movimentos com o objetivo de solucionar o impasse político. Primeiro, convoca o ex-ministro San Tiago Dantas para a elaboração de um programa mínimo que represente o consenso mais amplo possível entre as forças políticas para a implementação das reformas.

Em seguida, tenta nova aproximação com a cúpula peessedista. Em reunião com Amaral Peixoto, Tancredo Neves, Vieira de Melo, Martins Rodrigues e Oliveira Brito, Jango ouve os recéis do PSD quanto ao aumento da inflação, à esquizofrenia do governo, ao alijamento do PSD dos postos da administração pública — em benefício do PTB — e à intranquilidade geral do país.<sup>57</sup>

A posição oficial do PSD vem a público em 24 de outubro, em nota lançada pelo partido. Reiterando sua “decidida fidelidade à Constituição e às instituições democráticas”, ele manifesta a intenção de continuar prestando “leal e patrioticamente sua colaboração ao governo”. Alerta para o clima de apreensão que tomou conta do país, gerado pelas sucessivas greves e alimentado “por correntes e elementos antidemocráticos, cuja infiltração no país é notória e cujos propósitos de solapamento das instituições não podem escapar à preocupação patriótica dos homens públicos”.

54. A revolta dos sargentos, deflagrada e debelada em 12 de setembro, teve como origem a decisão do Supremo Tribunal Federal de manter a ineligibilidade dos sargentos, já determinada pela Constituição. Ao anúncio do CGT de que decretaria greve geral de apoio aos sargentos, o presidente da República respondeu com a ameaça de estado de sítio. *Correio da Manhã*, 12 a 14-9-1963.

55. Mário Victor, 1965, p. 456. Sobre a entrevista de Lacerda ver ainda Thomas Skidmore, 1969; Carlos Lacerda, 1978; Carlos Castelo Branco, 1975, entre outros.

56. *Jornal do Brasil*, 4-10-1963.

57. *Idem*, 19-10-1963.



A nota pede ainda o "combate imediato e sistemático à inflação", através de medidas de restauração financeira e de austeridade, pois se a inflação não for contida com vigor, "o próprio regime democrático talvez não tenha possibilidade de sobrevivência".

Quanto às reformas, o PSD realinha seu empenho em "colaborar, com objetivos de inspiração cristã, para a execução das reformas estruturais, em termos democráticos". E conclui o documento:

"Assim, vigilante na linha programática em que se inspirou o seu programa, atualizado pela Declaração de Brasília, o PSD assegura à nação que, na ação parlamentar e no governo, se empenhará com todo o vigor para assegurar ao povo brasileiro aquelas condições indispensáveis à sua segurança e bem-estar, cujo gozo lhe permita dar ao Brasil o impulso decisivo para a sua emancipação e para o seu desenvolvimento."<sup>58</sup>

A nota do PSD, lançada em uma conjuntura particularmente delicada, em que são frágeis as bases de sustentação do governo e fortes os indícios de conspiração à direita e à esquerda, revela algumas posições importantes assumidas pelo partido. Primeiro, a cúpula pesedista prosseguirá na tentativa de manter o equilíbrio do regime, num momento de radicalização alarmante, mesmo que suas bases diverjam. A questão é saber até quando o comando nacional do PSD conseguirá manter esta posição sem perder completamente o apoio das bases.

Segundo, o PSD não é parceiro para golpes de direita. Importa saber aí até quando os conspiradores aguardarão a adesão do partido, ou se o golpe será dado *apesar do PSD*, e por extensão, *contra o PSD*.

Terceiro, o partido "aconselha" as esquerdas — e o presidente da República — a não testar demasiadamente as decantadas virtudes pesedistas de tolerância, amor à legalidade, tendência à conciliação e à contemporização. Os limites da resistência do PSD estão na manifestação de suas bases em convenção nacional e na expressão da opinião pública civil e militar. Entre um governo radical e o eleitorado, o partido não deixa dúvidas sobre o lado pelo qual vai optar.

Finalmente — e este é um dado extremamente relevante —, o PSD declara que continua a apoiar o governo, não porque lhe aprove a conduta, mas tão-somente porque *está consciente de que, se o abandonar e passar para a oposição ostensiva — ou subterrânea — a sobrevivência do regime democrático corre sérios riscos*. Apenas, o partido ainda não tem consciência de que, mesmo se não abandonar o governo, não evitará a sua desagregação e a decadência do regime.

Portanto, de outubro de 1963 a março de 1964 verifica-se a acelerada agonia do regime, provocada por uma falsa demonstração de força das esquerdas, que gera como reação o recrutecimento da conspiração civil e militar. Tudo isso, assistido por um Executivo errático, que ora fortalece as esquerdas, ora corteja as já fugidias forças de centro. Cômico inútil, a esta altura, porque as forças de centro se esvaem rapidamente, optando por um ou outro pólo da radicalização político-ideológica.

Tendo este quadro polarizado como pano de fundo, o ex-ministro San Tiago Dantas inicia negociações com todas as correntes dispostas a colaborar na sustentação do governo. O objetivo é a elaboração de um programa mínimo que possa sustentar um governo de "frente ampla". Mas o esforço de San Tiago redundará em novo fracasso da conciliação. Enquanto Brizola aceita um governo de *frente única*, que exclua o PSD, Amarel Peixoto declara que o PSD não participará de uma *frente ampla* que inclua outras forças além dos partidos e dos blocos parlamentares, vale dizer, o PSD não vai sentar-se à mesa com o PUA e o CGT.<sup>59</sup>

Assim, desfaz-se o esforço da frente ampla; mais uma experiência de sustentação do governo que é bombardeada pelo crescimento da radicalização. Em fevereiro San Tiago Dantas entrega ao presidente da República o documento final do "programa mínimo", que não será implementado.

### 3.3 — Resistência no Congresso — a "vigília cívica" e o rompimento do PSD

Após a malsucedida tentativa de estado de sítio e a nota de advertência do PSD, as bancadas udenistas e pesedistas no Congresso articulam a resistência à tentativa de golpe que, estão certas,

58. Nota oficial do Partido Social Democrático. *Jornal do Brasil*, 25-10-1963.

59. Renato Archer, 1977-8; *Jornal do Brasil*, 13 e 28-2-1964.



o presidente desfechará durante o recesso parlamentar. Para tanto, o presidente do Senado lidera a iniciativa de convocar extraordinariamente o Congresso. Afinal, Auro de Moura Andrade já participa, há alguns meses do grupo conspirador que atua em São Paulo, liderado pelo general Cordeiro de Farias e pelo governador Ademar de Barros.<sup>60</sup>

Na Câmara, Bilac Pinto (ligado ao grupo que conspira em torno do governador Magalhães Pinto) e Armando Falcão (aliado do governador Carlos Lacerda e um dos elementos de ligação entre a conspiração militar e o Congresso) atraem a adesão do PSD à idéia da "vigília cívica". Assim, em 13 de novembro o Congresso Nacional é convocado para um período extraordinário a iniciar-se em 16 de dezembro, com o objetivo de "não deixar o país um dia sequer sem o Congresso aberto".<sup>61</sup>

A convocação do Congresso é recebida pelo presidente da República como sinal evidente de que o PSD marcha para o rompimento com o governo. Jango articula a transferência de seis deputados do PSD do Maranhão para o PTB, como forma de quebrar a maioria pessedista na Câmara. Mas o PRP integra-se à bancada pessedista, recompondo a maioria. Isto é, o partido perde uma ala à esquerda e ganha uma à direita, fortalecendo-se a corrente anti-governista, amplamente majoritária neste momento.

O passo seguinte em direção ao rompimento é a renúncia de Amaral Peixoto ao ministério extraordinário para a reforma administrativa.<sup>62</sup> A partir daí Amaral sente-se moralmente desobrigado de poupar o governo de críticas.

Mas a resposta mais contundente — e esclarecedora — do presidente da República vem em longa entrevista concedida à revista *Manchete*, em fins de novembro. Atritando dramaticamente o destino de seu governo — e a estabilidade do regime — à aprovação das reformas, Jango declara que deseja "evitar que a crise caminhe para um desfecho caótico e subversivo". E adiante acusa "as forças reacionárias" de se unirem "na campanha contra as reformas" e de sustentarem que "com tais reformas o que se pretende é a destruição da ordem jurídica, econômica e social". E conclui com uma advertência:

"As reformas serão feitas — ninguém pode duvidar. Apesar de toda a paciência que vem orientando a minha ação na chefia do governo, e de que são testemunhas todos os brasileiros, desejo reiterar que é desnecessário esperar que eu venha a compactuar com a traição ao povo e aos imperativos da consciência nacional. Vou lutar e continuarei lutando sem esmorecimento".<sup>63</sup>

A entrevista continha, portanto, um recado claro de que Goulart desistia do entendimento com as forças políticas majoritárias e passaria a mobilizar as forças de esquerda e as massas populares.

A reação dos partidos políticos se deu no sentido de desqualificar a entrevista do presidente no tocante à prioridade por ele atribuída às reformas. UDN, PSD e PSP decidiram conferir um ar de normalidade ao processo político, marcando datas para as suas convenções nacionais e o lançamento de seus candidatos à presidência da República. Abrindo o debate sucessório, as lideranças políticas pretendiam desviar as atenções do país para as eleições de 1965.<sup>64</sup> Jango passaria a ser um presidente "em final de mandato", e a campanha eleitoral tornaria irreversível a eleição presidencial, consolidando candidaturas e afastando eventuais propósitos continuistas de João Goulart.

O PSP marca sua convenção para fevereiro, o PSD para março e a UDN para abril. Mas a incessante pregação da UDN contra "propósitos golpistas" de Jango surte efeitos até no PTB, cuja bancada na Câmara, majoritariamente antigolpista, consegue marcar sua convenção para março.

O presidente, por seu turno, começa a dar substância concreta à estratégia anunciada na entrevista do final do ano. Convoca para 13 de março um comício no Rio de Janeiro — o comício das reformas — onde pretende buscar respaldo popular para a campanha pelas reformas de base.<sup>65</sup> Ao mesmo tempo, pressiona as forças políticas: exige a substituição de Auro de Moura Andrade na pre-

60. Sobre a conspiração em São Paulo, ver principalmente Cordeiro de Farias, 1981; José Stacchini, 1965.

61. *Jornal do Brasil*, 14-11-1963.

62. Amaral Peixoto, 1977-84.

63. *Manchete*, 20-11-1963.

64. Renato Archer, 1977-8.

65. Para o comício do dia 13 o governo programa a assinatura do decreto da Supra (Superintendência de Política Agrária), que desapropriava terras compreendidas num raio de 10 km dos eixos das ferrovias e rodovias federais. Ver íntegra do decreto em *OS IDOS*..., 1964, pp. 388-91.

sidência do Senado, uma vez que o senador possedista lidera a resistência ao governo.

É o quanto basta para o PSD. No dia 10 de março, o líder Martins Rodrigues formaliza no Congresso o rompimento do PSD com o governo. Recorda Amaral Peixoto: "O Martins Rodrigues fez uma declaração muito violenta. O Jango me telefonou, perguntando o que significava. Eu disse: 'Nós estamos nos separando. Você não tem nos atendido'." <sup>66</sup>

Chegava ao fim a indecisão possedista.

No Senado, dois terços dos senadores desafiaram a ordem de João Goulart e reelegem Auro de Moura Andrade para presidente, contra os votos do PTB.

Entre 10 e 31 de março os acontecimentos se precipitam numa velocidade vertiginosa; o rompimento do PSD é o sinal esperado pelos vários grupos de conspiradores civis e militares. O governo já não conta sequer com a colaboração constrangida do PSD; agora somente os grupos radicais lhe dão apoio.

### 3.4 — A queda do governo — a X Convenção Nacional do PSD e o golpe de 31 de março

As suspeitas de um golpe de esquerda patrocinado pelo governo confirmam-se, no entender das forças políticas de oposição, com a realização do comício no dia 13 e com o envio da Mensagem presidencial ao Congresso, em 15 de março. No comício, o tom radical dos discursos é acompanhado pela assinatura do decreto da Supra e pela encampação das refinarias particulares de petróleo. <sup>67</sup>

Na Mensagem presidencial, Jango assume pessoalmente a liderança da campanha pelas reformas e encarece ao Congresso "a necessidade imperiosa de atendermos aos anseios e reclamos da nação pelas reformas de base". Mais adiante, declara sentir-se no dever de expressar seu pensamento,

"(...) num ato de colaboração com o Congresso Nacional, chamado ao cumprimento de sua mais nobre tarefa, que é a *adoção de uma reforma constitucional capaz de superar os obstáculos*

*ces ao pleno desenvolvimento de nossa pátria, à democratização de nossa sociedade e à felicidade de nosso povo*". <sup>68</sup>

As reformas propostas na Mensagem dizem respeito basicamente a cinco temas: reforma agrária, reforma política, delegação legislativa, plebiscito e reforma universitária.

Quanto à reforma agrária, o presidente propôs a alteração do § 16 do Art. 141, suprimindo-se a "prévia" indenização "em dinheiro". Aproveitando partes das emendas constitucionais que tramitaram no Congresso nos últimos dois anos, o Poder Executivo depositaria em dinheiro 50% da média dos valores tomados por base para imposto territorial nos últimos cinco anos. O restante seria pago em títulos da dívida pública, cujo valor seria reajustado em forma a ser determinada por lei. Ainda quanto às desapropriações, o texto propunha a desapropriação do latifúndio improdutivo e de "parcelas não exploradas de propriedades parcialmente aproveitadas, quando excederem a metade da área real". <sup>69</sup>

Mas é no capítulo da delegação legislativa e da reforma política que a Mensagem confirma as suspeitas de iminência de golpe. Alegando a necessidade de um Estado ágil e eficaz, "sobretudo em países que travam a luta pelo progresso", João Goulart solicita a supressão do princípio da indelegabilidade dos poderes, sugerindo a seguinte emenda: "Fica revogado o § 2.º do Art. 36 da Constituição federal." <sup>70</sup>

A proposta de reforma política é, por sua vez, a evidência que faltava. Precedida de veemente condenação à discriminação eleitoral dos sargentos e praças e dos analfabetos, a emenda sugeria simplificar enormemente as condições de elegibilidade. Jango propõe apenas: "São alistáveis os brasileiros que saibam exprimir-se em língua nacional e que não hajam incorrido nos casos do Art. 135 da Constituição. São elegíveis os alistáveis". <sup>71</sup>

68. João Goulart, 1964, p. L (grito da A.).

69. *Idem*, pp. LII-LIII.

70. Reza o Art. 36: "São Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos entre si."

§ 1.º O cidadão investido na função de um deles não poderá exercer a de outro, salvo as exceções previstas nesta Constituição.

§ 2.º É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições." (grito da A.).

71. (Grito da A.). O Art. 135 determina os casos de suspensão ou perda de direitos políticos.



Assim, caso o Congresso Nacional aprove a emenda proposta, tornam-se peremptos os Art. 139 e 140 da Constituição. O primeiro determina que são inelegíveis os ocupantes de cargos públicos; o último declara inelegíveis parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau, dos ocupantes dos cargos públicos.

Por conseguinte, a reforma política proposta pelo presidente *abria caminho para sua própria reeleição (com a supressão do Art. 139) ou mesmo para a eleição de seu cunhado Leonel Brizola (com a supressão do Art. 140).*<sup>72</sup>

Finalmente, solicitando que o Congresso convoque um plebiscito sobre as reformas, Jango espera mobilizar o apoio das massas urbanas e rurais para a consecução de seus propósitos.

A Mensagem presidencial alarma políticos e militares, que aceleram os preparativos para a deposição do presidente.

É um clima flagrantemente antigovernista, quase insurrecional, que marca a X Convenção Nacional do PSD (19 a 20-3-1964). Boatos de golpe são fortalecidos pela divulgação de uma instrução reservada do chefe do Estado-Maior do Exército (EME), general Castelo Branco, aos generais e oficiais do Estado-Maior. No documento Castelo declara que a função das Forças Armadas não é defender "programas de governo, muito menos a sua propaganda", mas "garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei".<sup>73</sup>

Entretanto, no plenário da convenção um grupo de deputados decide propor uma moção de apoio ao presidente da República, pelas reformas contidas na Mensagem. Confirmando o rompimento do partido com o governo, Amaral Peixoto adia a aprovação da moção, delegando o estudo da Mensagem a uma comissão a ser posteriormente constituída. E declara o próprio Amaral:

Eu chamei o Vieira de Melo e disse: "Não podemos dar um cheque em branco. (...) Eu conheço como ninguém este plenário. O Jango vai sofrer uma derrota fragorosa." A convenção nacional é composta de representantes dos municípios, muito mais conservadores do que as bancadas na Câmara.

72. Vale lembrar que desde 1963 grupos ligados a Leonel Brizola veiculavam por todo o país o *slogan*: "Cunhado não é parente, Brizola pra presidente."

73. *OS IDOS...*, 1964, p. 392.

(...) Eu disse: "Estou prevenindo. Isto vai pegar fogo, vão dizer o diabo do Jango." Ai eles se conformaram.<sup>74</sup>

A atmosfera antigovernista é acentuada pelo discurso com que Juscelino aceita a homologação de seu nome para disputar a presidência da República. Optando por garantir as bases do PSD, mesmo à custa do rompimento com o PTB, Juscelino dá o tom da posição do partido naquela conjuntura, ao afirmar:

Repudiamos sem vacilações o comunismo, que jamais conseguirá empolgar o nosso povo livre e cristão. Repudiamos, igualmente, o reacionarismo intolerante em que se encastelam os falsos salvadores da democracia. O Brasil não precisa de salvadores e sim de soluções. (...) O que desejamos, repito, é a bandeira da reforma, e não a reforma da Bandeira!<sup>75</sup>

No dia em que Juscelino pronunciou o seu discurso, o PTB também realizava sua convenção nacional. Curiosamente, a sucessão presidencial não foi incluída na pauta das discussões. Discutindo na convenção, Brizola aplaudiu o governo por se ter livrado do "apoio conservador" do PSD e pediu aos petebistas que apoiassem o presidente da República, para que fosse evitado o "peronismo".<sup>76</sup>

Ainda nesse dia (20-3-1964) o governador Magalhães Pinto lança manifesto à nação, onde se declara a favor das reformas de base, mas adverte que "o povo é o único proprietário dessas reformas" e "repele o golpe e o continuísmo, como repele também a exploração interessada dos radicalismos políticos".<sup>77</sup>

O manifesto de Magalhães significava um aviso aos vários grupos de conspiradores de que as forças políticas mineiras estavam unidas em torno da conveniência de uma rápida deposição do presidente João Goulart. Além de atrair a aliança de diversos governadores — inclusive os possedistas Mauro Borges e Ildo Meneghetti — Magalhães conseguiu atrair também os possedistas mineiros,

74. Amaral Peixoto, 1983, pp. 22-3.

75. Discurso de Juscelino Kubitschek à X Convenção Nacional do PSD, 20-3-1964, transcrito em Lúcia Lippi de Oliveira, 1973, pp. 135-45.

76. *Volunt do Brasil*, 21-3-1964.

77. Carlos Castelo Branco, 1975, 2.º vol., pp. 271-2.

com exceção de Tancredo e Juscelino, para o movimento revolucionário. Segundo o relato de Pio Canedo,

(...) o Juscelino também foi convocado e se negou. Numa determinada fase da conspiração, por lealdade o Alkmin levou ao conhecimento dele que nós estávamos engajados no movimento contra o Jango. Mas o Juscelino não deu grande importância ao movimento. Achou que não teria dimensões. Achou ainda que ele próprio poderia, se a situação se agravasse, trabalhar junto ao Jango e minimizar as razões que nos estavam levando a esse passo decisivo.<sup>78</sup>

A combinação tácita entre o grupo revolucionário mineiro, articulado com o núcleo de São Paulo, era a de que a senha para se iniciar o movimento partiria de alguma iniciativa do presidente da República considerada intolerável pelos conspiradores.<sup>79</sup> E a ocasião se apresentou quando se confirmou a presença de Jango no jantar que lhe seria oferecido pelos sargentos no Automóvel Clube, em 30 de março. O comparecimento do presidente constituiria, no entender dos líderes militares, um flagrante incentivo à subversão da hierarquia.

Tancredo ainda procura João Goulart no dia da solenidade, para alertá-lo de que a subversão hierárquica "não seria tolerada pelos militares".<sup>80</sup> Recorda Amaral Peixoto:

Quando ele começou o discurso (...) eu tive vontade de desligar a televisão, mas fiquei ouvindo. Quando acabou, eu disse: "O Jango não é mais presidente da República. (...) Nesta hora, tenho certeza de que a deposição dele já está resolvida pelos militares. Não adianta mais nada; (...) o Jango está deposto."<sup>81</sup>

No dia seguinte, 31 de março, desencadeia-se o movimento revolucionário, a partir de Minas Gerais. Prevendo a possibilidade de uma luta longa e a eventualidade de ter que reivindicar internamente a situação de estado de beligerância para Minas (con-

tra a União), Magalhães Pinto reforma o seu secretariado, nomeando Alkmin, Afonso Arinos, Milton Campos e José Monteiro de Castro. E é ainda Amaral Peixoto quem declara:

Três dias antes da revolução, o Alkmin telefonou de Minas, dizendo: "O Magalhães vai recompor o secretariado. Me convidou para secretário de Finanças e mais o Afonso Arinos e o Milton Campos. Você está compreendendo?" Eu respondi: "Não precisa dizer mais nada." Eu já estava vendo o que era.<sup>82</sup>

O presidente João Goulart deixa Brasília algumas horas depois do início do movimento, e o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, plenamente identificado com as forças revolucionárias, declara a vacância do cargo — mais uma vez Ranieri Mazzili assume interinamente a presidência da República.<sup>83</sup>

#### 4. A morte do regime: o Ato Institucional

A queda de João Goulart foi recebida com euforia por todas as forças que lhe faziam oposição, estivessem ou não diretamente envolvidas na conspiração, e com um certo alívio pelo comando nacional do PSD. O partido esperava, agora, colocar toda a sua experiência de administrador de crises a serviço da normalização institucional. Um pessimista ocupava a presidência da República; vários outros tinham ligação direta com os chefes revolucionários vitoriosos.

Mas a constatação de que esta não era uma crise como as anteriores levou poucos dias para ser absorvida pelo PSD.

Dispostos a não devolver o poder aos civis antes que um profundo "saneamento" seja efetuado em todos os setores da vida brasileira, os militares articulam a candidatura do general Castelo Branco à presidência da República, para completar o mandato iniciado em 31 de janeiro de 1961 com a posse de Jânio Quadros. Já que a eleição será feita pelo Congresso, faz-se necessário o apoio do PSD à candidatura.

78. Pio Canedo, 1983, p. 33.

79. Cordeiro de Farias, 1981.

80. *Jornal do Brasil*, 31-3-1964.

81. Amaral Peixoto, 1977-84, p. 627.

82. Amaral Peixoto, 1983, p. 19.

83. Quando Mazzili assumiu a presidência da República, João Goulart ainda estava no Rio Grande do Sul, portanto dentro do território brasileiro.



Ora, o apoio do PSD depende do assentimento de Juscelino, pois ele é o candidato do partido às eleições de 1965. Portanto, deverá concordar com um presidente que garanta eleições livres e democráticas, que assegure a posse dos eleitos.

Assim, em 7 de abril realiza-se um encontro entre Castelo Branco e a cúpula do PSD. Articulada por Francisco Negrão de Lima e pelo poeta Augusto Frederico Schmidt (ambos ligados a Juscelino), a reunião conta ainda com a presença de Amarel Peixoto, Martins Rodrigues, Joaquim Ramos e o próprio Juscelino. Na ocasião, Castelo se compromete a fazer um governo de saneamento econômico-financeiro — por isso só nomeará técnicos para o ministério — e a cumprir a Constituição, o que implica realizar a eleição presidencial em outubro de 1965 e dar posse aos eleitos em 31 de janeiro de 1966.

Em vista de tais compromissos, Juscelino concorda em apoiar a candidatura do general Castelo Branco, no que é acompanhado pelos líderes nacionais do PSD.<sup>84</sup> O acordo será sedimentado com a indicação de um nome possedista, o de José Maria de Alkmin, para concorrer à vice-presidência.

A atitude do PSD era a de colaborar para manter abertos os caminhos do jogo democrático. Desde os primeiros dias após o golpe, sentia-se a enorme pressão dos militares sobre o presidente Mazzili para que o Congresso concedesse ao comando revolucionário poderes excepcionais, como cassar mandatos, e uma legislação anti-subversiva de emergência.

Mas as lideranças congressuais decidem não ceder totalmente às pressões militares. Redigem um esboço de "Ato Constitucional" a ser votado no Congresso (pelo *quorum* de dois terços), com o objetivo de manter a autonomia do Poder Legislativo. Elaborado por Pedro Aleixo (UDN), Ulisses Guimarães (PSD) e Arnaldo Cerdeira (PSP), o documento delega alguns poderes ao comando revolucionário para efetuar as medidas desejadas, permite a cassação de mandatos e mantém a vitaliciedade da magistratura.<sup>85</sup>

84. Ver relato da reunião em Amarel Peixoto, 1977-84; Renato Archer, 1977-8.

85. Mário Victor, 1965; *Correio da Manhã*, 9-4-1964. Tal como na cassação do mandato dos deputados comunistas em 1947-8, o Poder Legislativo arrogava para si a medida, de modo a não permitir a interferência de outro poder em suas ações.

Mas os militares vitoriosos, principalmente o grupo que se intitulou "linha dura" — oficiais mais jovens, reunidos em torno do general Costa e Silva, um dos chefes do comando revolucionário —, não esperaram a tramitação do projeto no Congresso. Desconfiados de que o processo parlamentar limitaria excessivamente os poderes solicitados, os três ministros militares — Costa e Silva, Augusto Rademaker e Correia de Melo — encomendaram outro documento, primeiro ao jurista Carlos Medeiros Silva, e finalmente a Francisco Campos, tradicional redator de documentos repressivos (não fora ele o autor da Constituição de 1937, a Carta do Estado Novo?).

Assim, em 9 de abril, auto-intitulando-se Supremo Comando Revolucionário, os três ministros militares editam o Ato Institucional.<sup>86</sup> Entre suas principais medidas estão:

- a) *quorum* de maioria absoluta para aprovação de emendas constitucionais enviadas pelo Executivo e prazo máximo de 30 dias para votação;
- b) decurso de prazo para projetos de lei enviados pelo Executivo: 30 dias para votação, caso contrário são considerados aprovados;
- c) exclusividade do Executivo para projetos de lei que criem ou aumentem a despesa pública;
- d) poder concedido ao Executivo para decretar estado de sítio sem audiência prévia do Congresso, que será ouvido apenas 48 horas após a decretação da medida;
- e) suspensão por seis meses das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade (atingindo, portanto, o funcionalismo e a magistratura), e
- f) os três ministros militares — e posteriormente o presidente da República eleito pelo Congresso — poderão cassar mandatos legislativos federais e suspender direitos políticos por dez anos, sem apelação judicial.

Se o movimento militar de 31 de março põe fim ao governo de João Goulart, o Ato Institucional decreta a morte do regime baseado na Constituição de 1946, na harmonia e independência dos Poderes, na inviolabilidade do mandato parlamentar. Aliás, o

86. O Ato Institucional está publicado na íntegra em *OS IDOS...*, 1964, pp. 301-3.

preâmbulo do Ato já antecipa a morte do regime democrático, quando afirma:

"Fica assim bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação."

Apenas 18 anos se tinham passado, desde que o Art. 1.º da Constituição de 18 de setembro de 1946 proclamara:

"Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido."

## 5. Conclusão

Ao longo deste capítulo examinamos o desempenho do PSD durante o governo João Goulart até seu desfecho dramático e o colapso do regime de 1946. A lógica que orientou a discussão foi a da fragmentação interna do PSD enquanto partido de centro, sólido e moderado. Este PSD já não existia mais, desde os primeiros tempos do governo. Sucessivas divisões internas foram minando o partido, outrora poderoso, até transformá-lo num *manute*: grande, por certo, mas pesado, anacrônico, desfuncional. Antagonismos entre bases e cúpula, entre bancada e diretório nacional, divisões dentro do próprio comando, tudo isso destruiu o partido enquanto estabilizador do sistema.

O PSD se "arrasta" durante todo o período, reage às iniciativas tomadas por um governo que não demonstra real interesse em negociar seriamente. Fiando-se no proclamado fisiologismo pessedista, o presidente da República pressiona o partido até ultrapassar os limites da tolerância pessedista, que são os riscos iminentes de insurreição das bases contra o comando nacional. Entre o suicídio político, que representa a manutenção do apoio ao governo, e o esforço de recomposição partidária, o PSD opta pelas bases e retira a sustentação ao governo.

Dessa forma, as marchas e contramarchas, as coalizões de veto e as alianças, na área parlamentar, e as constantes mudanças de parceiros no âmbito do Executivo constituem, em certa medida, o paradigma do desenrolar do governo Goulart: um estranho minuetto em que todos se mexem mas ninguém sai do lugar; movimentos

reciprocamente contrários neutralizam os passos de cada parceiro, e de todos ao mesmo tempo, configurando claramente a "paralisia de decisões" de que nos fala Wanderley Guilherme dos Santos.<sup>87</sup>

O sistema político-partidário acusa o impacto da fragmentação interna do PSD. Habitado a vê-lo como amortecedor de crises e solucionador de impasses políticos, o sistema não prepara nem dispõe de outro partido ou aliança para substituir o PSD na função de fiador do equilíbrio político, condição necessária para garantir ao governo possibilidades mínimas de estabilidade — e portanto de sobrevivência.

Os problemas internos do partido, como a oligarquização da chefia, as dissidências ideológicas (à esquerda e à direita), o abandono do centro, a perda de uma certa plasticidade política, disseminam-se por todo o sistema partidário, perturbando o "equilíbrio ecológico" do espaço político. O PSD não está mais no centro do sistema e não possui mais condições de evitar a polarização e a tendência centrífuga. Sem um PSD sólido e unido internamente, os pólos da radicalização atraem cada vez mais as posições políticas e ideológicas.

Estabelecem-se, portanto, todas as condições necessárias para que ocorra o colapso do sistema — o que de fato aconteceu.

87. Wanderley Guilherme dos Santos, 1979.



## CONCLUSÕES GERAIS

*O PSD acaba mas não morre.*

Tancredo Neves

Ao longo deste trabalho procurei investigar as condições que garantiram a estabilidade — ou conduziram à crise — do sistema partidário brasileiro entre 1945 e 1964.

Inicialmente, já era nítido que o sistema partidário inaugurado em 1945 não era o mesmo que assistiu à morte do regime em 1964. Uma vez que o número de partidos praticamente não variou, chega-se à constatação de que as mudanças se operaram na dinâmica do sistema.

O recurso a um modelo analítico que desse conta da natureza e do funcionamento deste sistema revelou minhas profundas discordâncias com a tipologia proposta por Sartori. O passo seguinte foi a formulação de um modelo alternativo, em que a tendência moderada de um sistema pluipartidário decorre da existência de um sólido partido de centro. Uma vez que já sabemos que o centro se forma a partir de estímulos emanados da esquerda e da direita, é justamente o partido de centro quem capta esses sinais. Através de uma prática de coalizões alternativas, o partido de centro mantém a tendência centrípeta — e portanto a estabilidade — desse sistema.

Tratava-se, assim, de testar as possibilidades empíricas desse novo modelo, no contexto do sistema partidário brasileiro no período 1945-64.

Durante o desenrolar do trabalho, observamos o partido de centro — o PSD — em ação. A conquista da maioria das cadeiras na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, durante todo o período, conferiu ao PSD condições excepcionais para liderar alianças parlamentares, escolhendo seus parceiros conforme as necessidades da manutenção da estabilidade política. Mais ainda, esta força parlamentar se transferia para o Executivo, onde o PSD foi o partido que mais contribuiu para a estabilidade governamental do período; não só foi o partido que forneceu o maior número de ministros, como os ministros possedistas foram aqueles que mais tempo permaneceram no cargo.

Assim, enquanto dispôs de uma confortável maioria parlamentar, o PSD liderou o processo político, comprometendo os demais partidos com uma política moderada.

A mesma postura de liderança pôde ser detectada na atitude do PSD em duas relevantes crises do período: a de agosto de 1954, cujo desfecho trágico foi o suicídio do presidente Vargas, e a de agosto de 1961, exacerbada pela renúncia do presidente Jânio Quadros. Nos dois momentos, o PSD lutou para manter a crise dentro de limites administráveis, evitar a radicalização do processo e garantir a sobrevivência do regime. As duas crises trouxeram ainda à tona — *et pour cause* — problemas particularmente complexos, pois o sistema partidário se defrontou com dois presidentes da República que agiam politicamente no sentido de desqualificar os partidos políticos, enquanto veículos institucionais de demandas sociais e políticas diferenciadas. Tanto Vargas quanto Jânio Quadros funcionaram como elemento complicador de duas conjunturas especialmente delicadas.

Mas tanto numa quanto noutra o comportamento do PSD foi um só: preservar a estabilidade política, mesmo à custa do afastamento do presidente — como nos momentos que precederam o suicídio de Getúlio — ou da adoção temporária do parlamentarismo — como ocorreu em 1961.

Entretanto, este trabalho se propôs a testar ainda uma segunda hipótese, esta mais diretamente relacionada com a transformação do sistema partidário, de moderado em polarizado. Contrariando o modelo sartoriano — segundo o qual a transformação ocorre pelo aumento do número de partidos ou pelo aumento da distância ideológica entre eles — acolhi no primeiro capítulo a contribuição de Wanderley Guilherme dos Santos, segundo a qual a

transformação se opera através de um crescente processo de radicalização, ideológica ou meramente política.

Tentando avançar um pouco além da proposta de Wanderley Guilherme, minha hipótese é a de que este processo de radicalização atinge diretamente o centro do sistema. Se este é ocupado por um partido que exerce as funções de fiador do equilíbrio político, qualquer alteração sofrida no seu interior afetará necessariamente todo o sistema. O centro é abandonado e o sistema partidário se polariza.

Como vimos a partir do Capítulo 5, foi este o processo que ocorreu no interior do PSD. Sua organização interna revelou-nos um partido federativo, em que tendências autonomistas se harmonizavam com tendências centralizadoras. Suas lideranças, fortemente enraizadas na política regional, detinham o poder a partir da competência política demonstrada em anos de experiência dentro e fora do partido. Mas este quadro demonstra claramente que o PSD era o partido micheliano por excelência. A oligarquização de sua chefia consolidou-se cada vez mais, e as tentativas de renovação do comando partidário foram, em geral, malsucedidas.

Por isso mesmo, as raposas possedistas foram incapazes de responder com eficiência às novas realidades políticas e às novas questões surgidas na segunda metade da década de 1950. O deslocamento do centro político-ideológico para a esquerda se refletiu, no interior do PSD, numa disputa entre reformistas — a Ala Moça — e raposas — a oligarquia tradicional. Enquanto a Ala Moça ocupou o novo centro e tentou persuadir o PSD a acompanhá-la, a oligarquia só percebeu na atitude dos moços uma contestação ao poder dos velhos.

Quando optou pela destruição da Ala Moça, a oligarquia se afastou do centro, que não foi ocupado por nenhum outro partido ou coligação. Abandonado o centro, a tendência centrífuga se instalou; os extremos transformaram-se em irresistíveis pólos de atração.

Assim, a partir do final da década de 1950 iniciou-se a desagregação do sistema partidário. O PSD fragmentou-se internamente, com dissidências à esquerda e à direita; o partido perdeu as condições mínimas de coesão interna para liderar o processo político. Desapareceu o sólido partido de centro e o que o substituiu foi um partido fragmentado, que passou a caminhar a reboque dos acontecimentos, com um comando partidário incapaz de conter a rebelião que crescia nas bases.



Resulta daí que quando o país se vê mergulhado na crise que deságua no colapso do regime democrático em 1964, não encontra mais no PSD o fiador do equilíbrio. Ao contrário, revela-se um PSD impotente, abúlico, desfuncional. Boa parte de seus membros participa da conspiração civil e militar que termina por depor o presidente da República, e o comando pessedista assiste, perplexo, à tomada das rédeas do processo político pelos militares e à morte do regime de 1946.

Mas a agonia do sistema partidário se prolongaria por mais um ano, quando os mesmos militares, os novos senhores do poder, viriam a decretar a extinção de todos os partidos políticos em funcionamento no país, através da edição do Ato Institucional n.º 2.

No âmbito destas conclusões cabe reiterar algumas considerações feitas no Capítulo 1. A trajetória do Partido Social Democrático é do sistema partidário brasileiro entre 1945 e 1964 não constitui a descoberta fortuita de uma exceção, um exemplo empírico que apenas confirmaria a regra do modelo analítico sartoriano. Bem ao contrário, trata-se da constatação real da procedência das críticas formuladas àquele modelo e da confirmação das hipóteses teóricas alternativas propostas neste trabalho. Fica a preciosa lição, aliás, enunciada pelo próprio Sartori, de que a lógica não pode substituir as evidências.

E as evidências são eloquentes ao apontar um sistema partidário moderado, com o centro ocupado por um sólido partido de centro, que exerce a função de fiador do equilíbrio político, através de uma política de alianças com os demais partidos, atraindo-os para um compromisso com a estabilidade e a reprodução do sistema. Quando este partido de centro é atingido por um crescente processo de radicalização e abandona o centro político-ideológico, fragmentando-se internamente, essa fragmentação se dissemina por todo o sistema. A tendência centrífuga se instala, a polarização caminha célere, e o sistema se aproxima perigosamente do colapso. Tal ocorreu com o sistema partidário brasileiro em 1964.

Vinte anos depois, a nação emerge da longa noite de arbítrio que desceu sobre o país e vai buscar no sistema partidário daquela época os ensinamentos necessários para operar a transição para um regime democrático estável. E é na *essência* do pessedismo que se encontram essas lições: profissão de fé no voto popular como única fonte legítima do poder, fortalecimento do centro político,

tendência à conciliação e à moderação, firmeza na decisão e na execução. E esta transição só pode ser liderada por homens que possuam, além dessas qualidades, experiência política comprovada em longos anos de atividade e competência administrativa. Em suma, por homens que coloquem em prática o "manual do bom pessedista".

Pois, como nos ensina Tancredo Neves, uma das mais apuradas expressões do pessedismo, "o PSD acaba mas não morre".

## ANEXO 1

### REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA NO SENADO FEDERAL ENTRE 1945 E 1964 (Dados fornecidos pelo Senado Federal)

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral, *Dados estatísticos*, vols. 1 a 7.



1945

Estados	Partidos									Eleitos
	PSD	UDN	PTB	PCB	PR	PSP	PPS	PL	UDN/PR	
Alagoas	2									Cícero Teixeira de Vasconcelos Ismar de Góis Monteiro
Amazonas	2									Álvaro Botelho Maia Valdemar Pedrosa
Bahia	1	1								Aluísio de Carvalho Filho (UDN) Renato Onofre de Pinto Aleixo (PSD)
Ceará		1					1			Plínio Pompeu S. de Magalhães (UDN) Olavo de Oliveira (PPS)
Espírito Santo	2									Atílio Vivacqua Henrique Novais
Goiás	2									Pedro Ludovico Teixeira Dario Délio Cardoso
Distrito Federal		1		1						Hamilton Nogueira (UDN) Luís Carlos Prestes (PCB)

1945 (cont.)

Estados	Partidos									Eleitos
	PSD	UDN	PTB	PCB	PR	PSP	PPS	PL	UDN/PR	
Maranhão	2									Clodomir Cardoso Antônio José Pereira Júnior
Mato Grosso		2								João Vilasboas Vespasiano Barbosa Martins
Minas Gerais	2									Fernando Melo Viana Levindo Eduardo Coelho
Pará	2									Joaquim de Magalhães Cardoso Barata Alvaro Adolfo da Silveira
Paraná	2									Flávio Carvalho Guimarães Roberto Glasser
Paraíba		2								Adalberto Jorge Rodrigues Ribeiro Wergniaud Wanderley
Pernambuco	2									Etelvino Lins de Albuquerque Antônio Novais Filho

## 1945 (cont.)

Estados	Partidos										Eleitos
	PSD	UDN	PTB	PCB	PR	PSP	PPS	PL	UDN/PR		
Piauí		2									Esmaragdo de Freitas e Souza Matias Olímpio de Melo
Rio de Janeiro	2										José Carlos Pereira Pinto Alfredo da Silva Neves
Rio Grande do Norte	1	1									Georgino Avelino (PSD) José Ferreira de Souza (UDN)
Rio Grande do Sul	2										Getúlio Dornelles Vargas Ernesto Dornelles
Santa Catarina	2										Nereu Ramos Ivo d'Aquino Fonseca
São Paulo			2								Getúlio Dornelles Vargas Alexandre Marcondes Machado Filho
Sergipe									2		Walter do Prado Franco Durval Rodrigues da Cruz
Total = 42	26	10	2	1			1		2		

## 1947

Eleição suplementar, para completar o número de três senadores por estado e pelo Distrito Federal, determinado pela Constituição de 1946

Estados	Partidos										Eleitos
	PSD	UDN	PTB	PCB	PR	PSP	PPS	PL	PPB		
Alagoas	1										Pedro Aurélio de Góis Monteiro
Amazonas		1									Manuel Severiano Nunes
Bahia	1										Antônio Pereira da Silva Moacir
Ceará		1									Manuel do Nascimento Fernandes Távora
Espírito Santo	1										Jones dos Santos Neves
Goiás		1									Alfredo Nasser
Distrito Federal	1										Mário de Andrade Ramos
Maranhão'									2		Vitorino de Brito Freire José Neiva de Souza
Mato Grosso	1										Filinto Müller
Minas Gerais					1						Artur Bernardes Filho
Pará	1										José Augusto Meira Dantas



## 1947 (cont.)

Estados	Partidos									Eleitos
	PSD	UDN	PTB	PCB	PR	PSP	PPS	PL	PPB	
Paraíba		1								José Américo de Almeida
Paraná		1								Artur Ferreira dos Santos
Pernambuco	1									Apolônio Jorge de Faria Sales
Piauí <sup>2</sup>	1	1								Joaquim de Lima Pires Ferreira (PSD) Luís Mendes Ribeiro Gonçalves (UDN)
Rio de Janeiro	1									Francisco de Sá Tinoco
Rio Grande do Norte	1									João Severiano da Câmara
Rio Grande do Sul			1							Joaquim Pedro Salgado Filho
Santa Catarina	1									Francisco Benjamin Gallotti
São Paulo <sup>3</sup>	1					1				Roberto Simonsen (PSD) Euclides Vieira (PSP)
Sergipe	1									Augusto Maynard Gomes
<b>Total = 24</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>1</b>		<b>1</b>	<b>1</b>			<b>2</b>	

## NOTAS:

1. Eleitos dois senadores, em decorrência de vaga aberta por falecimento.

2. Eleitos dois senadores, em decorrência de vaga aberta por falecimento.

3. Eleitos dois senadores porque Getúlio Vargas, eleito por dois estados em 1945, optou por representar o Rio Grande do Sul.

## 1950

## Renovação de um terço do Senado Federal'

Estados	Partidos							Eleitos
	PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PST	PSB	
Alagoas		1						Ezequias Jerônimo da Rocha
Amazonas			1					Vivaldo Palma Lima
Bahia			1					Landolfo Alves
Ceará	1							Onofre Muniz Gomes de Lima
Espírito Santo	1							Carlos Fernando M. Lindenberg
Goiás							1	Domingos Neto Velasco
Distrito Federal <sup>2</sup>			1	1				Napoleão Alencastro Guimarães (PTB) Mozart Lago (PSD)
Maranhão <sup>1</sup>						1		Antônio Alexandre Bayma
Mato Grosso		1						Silvio Curvo
Minas Gerais					1			Artur Bernardes Filho
Pará		1						João Prisco dos Santos

## 1950 (cont.)

Estados	Partidos							Eleitos
	PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PST	PSB	
Paraíba	1							Rui Carneiro
Paraná		1						Othon Mader
Pernambuco	1							Apolônio Jorge de Faria Sales
Plaui	1							Raimundo de Areia Leão
Rio de Janeiro	1							Francisco de Sá Tinoco
Rio Grande do Norte				1				Kerginaldo C. de Albuquerque
Rio Grande do Sul			1					Alberto Pasqualini
Santa Catarina			1					Carlos Gomes de Oliveira
São Paulo				1				César Lacerda de Vergueiro
Sergipe					1			Júlio César Leite
<b>Total = 22</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	

## NOTAS:

1. De acordo com as Disposições Transitórias da Constituição de 1946, o mandato dos senadores eleitos em 1945 era de oito anos, e o mandato dos senadores eleitos em 1947 era de quatro anos.
2. Eleitos dois senadores por causa de vaga aberta pela cassação do mandato de Luís Carlos Prestes (PCB), em 1948, em decorrência da cassação do registro do PCB em 1947.

## 1954

## Renovação de dois terços do Senado Federal

Estados	Partidos							Eleitos
	PSD	UDN	PTB	PR	PSP	PL	s/part.	
Alagoas		2						Antônio de Freitas Cavalcanti Rui Soares Palmeira
Amazonas			2					Leopoldo Tavares da Cunha Melo Antônia Rodrigues M. Vieira
Bahia		1	1					Juraci Montenegro Magalhães (UDN) João de Lima Teixeira (PTB)
Ceará		1	1					Manuel do Nascimento Fernandes Távora (UDN) José Parsifal Barroso (PTB)
Espírito Santo	1			1				Ari de Siqueira Viana (PSD) Atilio Vivacqua (PR)
Goiás	1	1						Pedro Ludovico Teixeira (PSD) Jerônimo Coimbra Bueno (UDN)
Distrito Federal	1		1					Gilberto Marinho (PSD) Aguinaldo Caiado de Castro (PTB)



## 1954 (cont.)

Estados	Partidos							Eleitos
	PSD	UDN	PTB	PR	PSP	PL	s/part.	
Maranhão	2							Vitorino de Brito Freire Sebastião Archer da Silva
Mato Grosso	1	1						Filinto Müller (PSD) João Vilasboas (UDN)
Minas Gerais	1		1					Benedito Valadares Ribeiro (PSD) Carlos Alberto Bittencourt (PTB)
Pará	2							Joaquim de Magalhães Cardoso Barata Alvaro Adolfo da Silveira
Paraíba		1	1					João Cavalcanti de Arruda (UDN) Argemiro de Figueiredo (PTB)
Paraná	2							Moisés Lupion Alô Ticoulat Guimarães
Pernambuco	1					1		Jarbas C. de Albuquerque Maranhão (PSD) Antônio Novais Filho (PL)
Piauí			2					Leônidas de Castro Melo Matias Olímpio de Melo

## 1954 (cont.)

Estados	Partidos							Eleitos
	PSD	UDN	PTB	PR	PSP	PL	s/part.	
Rio de Janeiro	1		1					Paulo da Silva Fernandes (PSD) Tarcísio de Almeida Miranda (PTB)
Rio Grande do Norte	1	1						Georgino Avelino (PSD) Dinarte de Medeiros Mariz (UDN)
Rio Grande do Sul		1				1		Daniel Krieger (UDN) Armando Pereira da Câmara (PL)
Santa Catarina	1		1					Nereu Ramos (PSD) Saulo Saul Ramos (PTB)
São Paulo	1						1	Auro Soares de Moura Andrade (PSD) Juvenal Lino de Matos (s/part.)
Sergipe			1		1			Lourival Fontes (PTB) Augusto Maynard Gomes (PSP)
Total = 42	16	9	12	1	1	2	1	

1958

## Renovação de um terço do Senado Federal

Estados	Partidos							Eleitos
	PSD	UDN	PTB	PR	PSP	PL	s/part.	
Alagoas	1							Silvestre Péricles de Góis Monteiro
Amazonas			1					Vivaldo Paula Lima Filho
Bahia						1		Otávio Mangabeira
Ceará	1							Francisco de Menezes Pimentel
Espírito Santo	1							Jefferson de Aguiar
Goiás	1							Taciano de Melo
Distrito Federal		1						Afonso Arinos de Melo Franco
Maranhão	1							Eugênio de Barros
Mato Grosso		1						Fernando Correia da Costa
Minas Gerais		1						Milton Soares Campos
Pará			1					Alexandre Zacarias de Assunção

1958 (cont.)

Estados	Partidos							Eleitos
	PSD	UDN	PTB	PR	PSP	PL	s/part.	
Paraíba	1							Rui Carneiro
Paraná			1					Abdon de Souza Naves
Pernambuco			1					Antônio de Barros Carvalho
Piauí		1						Joaquim Santos Parente
Rio de Janeiro			1					Miguel Couto Filho
Rio Grande do Norte		1						Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia
Rio Grande do Sul			1					Guido Mondim
Santa Catarina		1						Irineu Bornhausen
São Paulo		1						Padre Benedito Mário Calazans
Sergipe		1						Heribaldo Vieira
<b>Total = 21</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1</b>	<b>—</b>	



1962

## Renovação de dois terços do Senado Federal

Estados	Partidos										Eleitos
	PSD	UDN	PTB	PR	PSP	PTN	PSB	PL	PDC	MTR s/part.	
Acre <sup>1</sup>	1		2								José Guimard dos Santos (PSD) Oscar Passos (PTB) Adalberto Correia Sena (PTB)
Alagoas		1							1		Rui Palmeira (UDN) Arnon Adolfo de Farias Melo (PDC)
Amazonas			2								Antovila Mourão Vieira Artur Virgílio Filho
Bahia	1									1	Antônio Balbino de Carvalho Filho (PSD) Josafá Ramos Marinho (s/part.)
Ceará	1		1								Wilson Gonçalves (PSD) Carlos Jereissati (PTB)
Espírito Santo		1			1						Eurico Resende (UDN) Raul Giuberti (PSP)
Goiás	2										Pedro Ludovico Teixeira José Feliciano Ferreira

1962 (cont.)

Estados	Partidos										Eleitos
	PSD	UDN	PTB	PR	PSP	PTN	PSB	PL	PDC	MTR s/part.	
Guanabara	1						1				Gilberto Marinho (PSD) Aurélio Viana (PSB)
Maranhão	2										Vitorino de Brito Freire Sebastião Archer da Silva
Mato Grosso	1		1								Filinto Müller (PSD) Vicente Bezerra Neto (PTB)
Minas Gerais	1		1								Benedito Valadares Ribeiro (PSD) Camilo Nogueira da Gama (PTB)
Pará	1					1					Lobão da Silveira (PSD) Catete Pinheiro (PTN)
Paraíba		1	1								João Agripino Filho (UDN) Argemiro de Figueiredo (PTB)
Paraná		1	1								Adolfo de Oliveira Franco (UDN) Amauri de Oliveira e Silva (PTB)
Pernambuco			2								José Ermírio de Moraes Francisco Pessoa de Queirós

1962 (cont.)

Estados	Partidos											Eleitos
	PSD	UDN	PTB	PR	PSP	PTN	PSB	PL	PDC	MTR	s/part.	
Piauí	1	1										Sigefredo Pacheco (PSD) José Cândido Ferraz (UDN)
Rio de Janeiro			1							1		Vasconcelos Torres (PTB) Arão Steinbruck (MTR)
Rio Grande do Norte	1	1										Monsenhor Valfredo Gurgel (PSD) Dinarte de Medeiros Mariz (UDN)
Rio Grande do Sul		1						1				Daniel Krieger (UDN) Mem de Sá (PL)
Santa Catarina	1	1										Atilio Fontana (PSD) Antônio Carlos Konder Reis (UDN)
São Paulo	1					1						Auro Soares de Moura Andrade (PSD) Juvenal Lino de Matos (PTN)
Sergipe	1			1								Júlio César Leite (PSD) Francisco Leite Neto (PR)
<b>Total = 45</b>	<b>16</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	

NOTA: 1. Eleição de três senadores, por ser primeira eleição, decorrente da transformação do antigo território do Acre em estado.

## ANEXO 2

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA NA CÂMARA DOS  
DEPUTADOS ENTRE 1945 e 1964

(Dados fornecidos pela Câmara dos Deputados)

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral, Dados estatísticos, vols. 1 a 7.



1945

	Cadeiras	PSD	UDN	PTB	PCB	PR	PSP	PPS	PL	PDC	UDN/PR
Acre	2	2									
Alagoas	9	6	3								
Amazonas	5	3	1	1							
Bahia	24	9	12	1	1			1			
Ceará	17	5	10					2			
E. Santo	7	6	1								
Goiás	7	5	2								
D. Federal	17	2	3	9	3						
Maranhão	9	6									3
Mato Grosso	5	3	2								
Minas Gerais	35	20	7	2		6					
Pará	9	6	2					1			
Paraíba	10	3	7								
Paraná	9	6	2	1							
Pernambuco	19	10	4		3	1				1	
Piauí	7	3	4								
R. de Janeiro	17	10	4	1	2						
R.G. do Norte	7	4	2				1				
R.G. do Sul	22	17	2	1	1				1		
S. Catarina	9	7	2								
São Paulo	35	16	7	6	4		1			1	
Sergipe	5	2									3
<b>Total</b>	<b>286</b>	<b>151</b>	<b>77</b>	<b>22</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>6</b>

1947 — Eleições suplementares para o preenchimento dos claros abertos pelo Art. 11, § 2.º, n.º II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e com a vaga aberta por falecimento, em Santa Catarina

	Cadeiras	PSD	UDN	PTB	PCB	PR	PSP	PTN	PL	PDC	UDN/PR
Amazonas	2		1	1							
Bahia	1		1								
Mato Grosso	2	2									
Minas Gerais	3	1									2
S. Catarina	1	1									
S. Paulo	5			1		1	1	2			
Sergipe	2					2					
Guaporé	1	1									
Amapá	1	1									
Rio Branco	1	1									
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>2</b>		<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>			<b>2</b>

1950

	Cadeiras	PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PST	PL	PTN	PRT	PSB	PDC	PRP
Alagoas	9	2	3				4						
Amazonas	7	3	2	1								1	
Bahia	25	11	6	4		4							
Ceará	17	8	8		1								
E. Santo	7	4	1		1								1
Goiás	7	4	2		1								
D. Federal	17	3	4	8	1					1			
Maranhão	9		1	1	2		5						
Mato Grosso	7	3	3	1									
Minas Gerais	38	17	12	5		4							
Pará	9	5	2		2								
Paraíba	10	4	4					2					
Paraná	9	3	2	3		1							

1950 (cont.)

	Cadeiras	PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PST	PL	PTN	PRT	PSB	PDC	PRP
Pernambuco	19	9	7	1				1				1	
Piauí	7	3	4										
R. de Janeiro	17	7	4	5	1								
R. G. do Norte	7	3	3			1							
R. G. do Sul	22	8	1	10				2					1
S. Catarina	9	4	4	1									
S. Paulo	40	7	6	9	13				5				
Sergipe	7	2	2	1		1					1		
Acre	2	1		1									
Amapá	1	1											
Guaporé	1				1								
Rio Branco	1				1								
<b>Total</b>	<b>304</b>	<b>112</b>	<b>81</b>	<b>51</b>	<b>24</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>



1954

	Cadeiras	PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PST	PL	PTN	PRT	PSB	PDC	PRP	s/part.
Alagoas	9	1	5	1	1						1			
Amazonas	7	3		4										
Bahia	27	6	6	3		7	1	3						1
Ceará	18	6	7	1	3	1								
E. Santo	7	4			2								1	
Goiás	8	4	2		2									
D. Federal	17	2	5	6	2	1				1				
Maranhão	10	8			2									
Mato Grosso	7	2	4	1										
Minas Gerais	39	18	10	5	1	5								
Pará	9	5			3		1							
Paraíba	11	3	5					2						1
Paraná	14	4	3	3	1	2						1		
Pernambuco	22	12	4	4	1									1

1954 (cont.)

	Cadeiras	PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PST	PL	PTN	PRT	PSB	PDC	PRP	s/part.
Piauí	7	3	2	1	1									
R. de Janeiro	17	6	6	5										
R. G. do Norte	7	3	2		2									
R. G. do Sul	24	7	1	11				3					2	
S. Catarina	10	4	5											1
S. Paulo	44	10	4	8	11	2			5		2	1		1
Sergipe	7	1	3	1		1								1
Acre	2	1		1										
Amapá	1	1												
Guaporé	1								1					
Rio Branco	1			1										
<b>Total</b>	<b>326</b>	<b>114</b>	<b>74</b>	<b>56</b>	<b>32</b>	<b>19</b>	<b>2</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>6</b>

1958

	Cadeiras	PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PST	PL	PTN	PRT	PSB	PDC	PRP
Alagoas	9	2	2	2	2						1		
Amazonas	7	1	1	3	1		1						
Bahia	27	10	8	3		5						1	
Ceará	18	5	6	2	3	1				1			
E. Santo	7	3	1	2									1
Goiás	8	5	1	1	1								
D. Federal	17	1	6	5	4						1		
Maranhão	10	6	1		3								
Mato Grosso	7	3	3	1									
Minas Gerais	39	18	8	5		8							
Pará	9	4	3		2								
Paraíba	11	5	4	2									
Paraná	14	4	1	6		1						1	1

1958 (cont.)

	Cadeiras	PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PST	PL	PTN	PRT	PSB	PDC	PRP
Pernambuco	22	10	3	6				1			1	1	
Piauí	7	2	3	1	1								
R. de Janeiro	17	6	4	4	1						2		
R. G. do Norte	7	2	3	1	1								
R. G. do Sul	24	7		14				2					1
S. Catarina	10	5	4	1									
S. Paulo	44	11	4	5	6	1	1		7	1	4	4	
Sergipe	7	2	4			1							
Acre	2	1		1									
Amapá	1	1											
Rondônia	1			1									
Rio Branco	1	1											
<b>Total</b>	<b>326</b>	<b>115</b>	<b>70</b>	<b>66</b>	<b>25</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>3</b>



1962

	Cadeiras	PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PST	PL	PTN	PRT	PSB	PDC	PRP	MTR
Acre	7	4		3										
Alagoas	9	1	3	3	1				1					
Amazonas	7	2		4				1						
Bahia	31	10	8	10				1	1		1			
Ceará	21	6	6	7			1		1					
E. Santo	8	2	1	2					2				1	
Goiás	13	7	2	2	2									
Guanabara	21	2	6	10			1				1	1		
Maranhão	16	11	2		3									
Mato Grosso	8	3	4	1										
Minas Gerais	48	20	16	6	1	4							1	
Pará	10	4	2	2	2									
Paraíba	13	5	6	2										

1962 (cont.)

	Cadeiras	PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PST	PL	PTN	PRT	PSB	PDC	PRP	MTR
Paraná	25	6	5	9								4	1	
Pernambuco	24	3	7	11			1				1	1		
Piauí	8	3	2	3										
R. de Janeiro	21	5	3	7	2		2				1	1		
R. G. do Norte	7	2	1	2								2		
R. G. do Sul	29	7	1	14				3				2	1	1
S. Catarina	14	6	6	2										
S. Paulo	59	8	7	12	9		2		6	3		9	1	2
Sergipe	7	1	3	2							1			
Amapá	1				1									
Rondônia	1			1										
Rio Branco	1			1										
<b>Total</b>	<b>409</b>	<b>118</b>	<b>91</b>	<b>116</b>	<b>21</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>3</b>

### ANEXO 3

#### COMISSÕES TÉCNICAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Presidentes e respectivos partidos (entre 1947 e 1964)

Comissão	Presidente	Partido
<b>1947</b>		
Agricultura	José Joffily	PSD
Constituição e Justiça	Agamenon Magalhães	PSD
Diplomacia e Tratados	João Henrique	PSD
Educação e Cultura	Altamirano Requião	PSD
Finanças e Orçamento	Souza Costa	PSD
Indústria e Comércio	Milton Prates	PSD
Legislação Social	Castelo Branco	PSD
Obras Públicas	Gercino de Pontes	PSD
Redação	Manuel Duarte	PSD
Saúde Pública	Novelli Junior	PSD
Tomada de Contas	Getúlio Moura	PSD
Transportes e Comunicações	Rogério Vieira	PSD
<b>1948</b>		
Agricultura	José Joffily	PSD
Constituição e Justiça	Agamenon Magalhães	PSD
Diplomacia	João Henrique	PSD
Educação e Cultura	Eurico Sales	PSD
Finanças	Souza Costa	PSD
Indústria e Comércio	Milton Prates	PSD
Legislação Social	Castelo Branco	PSD
Obras Públicas	Plínio Lemos	UDN
Redação	Manuel Duarte	PSD
Saúde Pública	Miguel Couto Filho	PSD
Segurança Nacional	Artur Bernardes	PR
Serviço Público Civil	Acúrcio Torres	PSD
Tomada de Contas	Celso Machado	PSD
Transportes e Comunicações	Rogério Vieira	PSD
<b>1949</b>		
Agricultura	José Joffily	PSD
Constituição e Justiça	Agamenon Magalhães	PSD
Diplomacia	João Henrique	PSD
Educação e Cultura	Eurico Sales	PSD
Finanças	Souza Costa	PSD
Indústria e Comércio	Milton Prates	PSD
Legislação Social	Castelo Branco	PSD
Obras Públicas	Plínio Lemos	UDN
Redação	Manuel Duarte	PSD
Saúde Pública	Miguel Couto Filho	PSD
Segurança Nacional	Artur Bernardes	PR
Serviço Público Civil	Acúrcio Torres	PSD
Tomada de Contas	Celso Machado	PSD
Transportes e Comunicações	Rogério Vieira	PSD
<b>1949</b>		
Agricultura	José Joffily	PSD
Constituição e Justiça	Agamenon Magalhães	PSD
Diplomacia	João Henrique	PSD
Educação e Cultura	Eurico Sales	PSD
Finanças	Souza Costa	PSD
Indústria e Comércio	Milton Prates	PSD
Legislação Social	Castelo Branco	PSD
Obras Públicas	Plínio Lemos	UDN
Redação	Manuel Duarte	PSD

Comissão	Presidente	Partido
<b>1950</b>		
Saúde Pública	Miguel Couto Filho	PSD
Segurança Nacional	Artur Bernardes	PR
Serviço Público Civil	Getúlio Moura	PSD
Tomada de Contas	Celso Machado	PSD
Transportes e Comunicações	Rogério Vieira	PSD
<b>1950</b>		
Agricultura	José Joffily	PSD
Constituição e Justiça	Agamenon Magalhães	PSD
Diplomacia	João Henrique	PSD
Educação e Cultura	Eurico Sales	PSD
Finanças	Souza Costa	PSD
Indústria e Comércio	Milton Prates	PSD
Legislação Social	Castelo Branco	PSD
Obras Públicas	Plínio Lemos	UDN
Redação	Manuel Duarte	PSD
Saúde Pública	Miguel Couto Filho	PSD
Segurança Nacional	Artur Bernardes	PR
Serviço Público Civil	Getúlio Moura	PSD
Tomada de Contas	Celso Machado	PSD
Transportes e Comunicações	Rogério Vieira	PSD
<b>1951</b>		
Constituição e Justiça	Samuel Duarte	PSD
Diplomacia	Lima Cavalcanti	UDN
Economia	Rui Palmeira	UDN
Educação e Cultura	Eurico Sales	PSD
Finanças	Israel Pinheiro	PSD
Legislação Social	Segadas Viana	PTB
Redação	Getúlio Moura	PSD
Saúde Pública	Miguel Couto Filho	PSD
Segurança Nacional	Artur Bernardes	PR
Serviço Público Civil	Rui Almeida	PTB
Tomada de Contas	Guilherme Machado	UDN
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Edison Passos	PTB
Valorização Econômica da Amazônia	Pereira da Silva	PSD
Bacia do São Francisco	Vieira de Melo	PSD
Polígono das Secas	Oscar Carneiro	PSD
<b>1952</b>		
Constituição e Justiça	Benedito Valadares	PSD
Diplomacia	Lima Cavalcanti	UDN
Economia	Rui Palmeira	UDN
Educação e Cultura	Eurico Sales	PSD



<b>Comissão</b>	<b>Presidente</b>	<b>Partido</b>
Finanças	Israel Pinheiro	PSD
Legislação Social	Samuel Duarte	PTB
Redação	Getúlio Moura	PSD
Saúde Pública	Miguel Couto Filho	PSD
Segurança Nacional	Artur Bernardes	PR
Serviço Público Civil	Rui Almeida	PTB
Tomada de Contas	Guilherme Machado	UDN
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Edison Passos	PSD
Bacia do São Francisco	Vieira de Melo	PSD
Valorização Econômica da Amazônia	Pereira da Silva	PSD
Polígono das Secas	Oscar Carneiro	PSD
<b>1953</b>		
Constituição e Justiça	Antônio Balbino	PSD
Diplomacia	Alcides Carneiro	PSD
Economia	Adolfo Gentil	PSD
Educação e Cultura	Adail Barreto	UDN
Finanças	Abelardo Andréa	PTB
Legislação Social	Aluísio Alves	UDN
Redação	Getúlio Moura	PSD
Saúde Pública	Agripa Faria	PSD
Segurança Nacional	Alvaro Castelo	PSD
Serviço Público Civil	Armando Correia	PSD
Tomada de Contas	Euvaldo Lódi	PSD
Transportes	Benedito Vaz	PSD
Bacia do São Francisco	Aziz Maron	PTB
Valorização Econômica da Amazônia	Afonso Matos	PST
Polígono das Secas	André Fernandes	UDN
<b>1954</b>		
Constituição e Justiça	Aquiles Mincarone	PTB
Diplomacia	Alberto Botino	PTB
Economia	Rui Palmeira	UDN
Educação e Cultura	Eurico Sales	PSD
Finanças	Israel Pinheiro	PSD
Legislação Social	Altamirando Requião	PSD
Redação	Getúlio Moura	PSD
Saúde Pública	Novelli Junior	PSD
Segurança Nacional	Lima Figueiredo	PSD
Serviço Público Civil	Arl Pitombo	PTB
Tomada de Contas	Anísio Moreira	PSD
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Edison Passos	PTB

<b>Comissão</b>	<b>Presidente</b>	<b>Partido</b>
Bacia do São Francisco	Aziz Maron	PTB
Valorização Econômica da Amazônia	Coaracy Nunes	PSD
Polígono das Secas	Alfredo Barreira	UDN
<b>1955</b>		
Constituição e Justiça	Milton Campos	UDN
Diplomacia	Artur Audrá	PSP
Economia	Adolfo Gentil	PSD
Educação e Cultura	Campos Vergal	PSP
Finanças	Aluísio Alves	UDN
Legislação Social	Aarão Steinbruch	PTB
Orçamento e Fiscalização	Israel Pinheiro	PSD
Financelra	Abguar Bastos	PTB
Redação	Josué de Castro	PTB
Saúde	Augusto Viana	PR
Segurança Nacional	Armando Correia	PSD
Serviço Público Civil		
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Ostojia Roguski	UDN
<b>1956</b>		
Constituição e Justiça	Oliveira Brito	PSD
Diplomacia	Dantas Júnior	UDN
Economia	Daniel Faraco	PSD
Educação e Cultura	Menezes Pimentel	PSD
Finanças	Nelson Omega	PTB
Legislação Social	Aarão Steinbruch	PTB
Orçamento e Fiscalização	Israel Pinheiro	PSD
Financelra	Oliveira Franco	PSD
Redação	Josué de Castro	PTB
Saúde	Augusto Viana	PR
Segurança Nacional	Leonardo Barbieri	PSP
Serviço Público		
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Ostojia Roguski	UDN
<b>1957</b>		
Constituição e Justiça	Oliveira Brito	PSD
Diplomacia	Hugo Napoleão	PSD
Economia	Daniel Faraco	PSD
Educação e Cultura	Menezes Pimentel	PSD
Finanças	César Prieto	PTB
Legislação Social	Sívio Sanson	PTB
Orçamento e Fiscalização	Wagner Estelita	PSD
Financelra		

<b>Comissão</b>	<b>Presidente</b>	<b>Partido</b>
Redação Segurança Nacional Serviço Público Transportes, Comunicações e Obras Públicas	J. Medeiros Neto Esteves Rodrigues Benjamin Farah  Augusto de Gregório	PSD PR PSP  PTB
<b>1958</b>		
Constituição e Justiça Economia Educação e Cultura Finanças Legislação Social Orçamento e Fiscalização Financelira Redação Relações Exteriores Saúde Segurança Nacional Serviço Público Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Oliveira Brito Daniel Faraco Menezes Pimentel César Prieto Tarso Dutra  Wagner Estelita J. Medeiros Neto Hugo Napoleão João Machado Esteves Rodrigues Benjamin Farah  Augusto de Gregório	PSD PSD PSD PTB PSD  PSD PSD PSD PTB PR PSP  PTB
<b>1959</b>		
Constituição e Justiça Economia Educação e Cultura Finanças Legislação Social Orçamento e Fiscalização Financelira Redação Relações Exteriores Segurança Nacional Saúde Serviço Público Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Oliveira Brito Daniel Faraco Coelho de Souza César Prieto Aarão Steinbruch  Wagner Estelita Jorge de Lima Raimundo Padilha Esteves Rodrigues Hamilton Nogueira Benjamin Farah  Nelson Omega	PSD PSD PL PTB PTB  PSD PTB UDN PR UDN PSP  PTB
<b>1960</b>		
Constituição e Justiça Economia Educação e Cultura Finanças Legislação Social	Oliveira Brito Daniel Faraco Coelho de Souza César Prieto Aarão Steinbruch	PSD PSD PL PTB PTB

<b>Comissão</b>	<b>Presidente</b>	<b>Partido</b>
Orçamento e Fiscalização Financelira Redação Relações Exteriores Serviço Público Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Wagner Estelita Jorge de Lima Raimundo Padilha Benjamin Farah  Nelson Omega	PSD PTB UDN PSP  PTB
<b>1961</b>		
Constituição e Justiça Economia Educação e Cultura Finanças Legislação Social Orçamento e Fiscalização Financelira Redação Relações Exteriores Saúde Segurança Nacional Serviço Público Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Oliveira Brito Daniel Faraco Coelho de Souza César Prieto Aarão Steinbruch  Wagner Estelita Ozires Pontes Raimundo Padilha Hamilton Nogueira Esteves Rodrigues Benjamin Farah  Nelson Omega	PSD PSD PL PTB PTB  PSD PTB UDN UDN PR PSP  PTB
<b>1962</b>		
Constituição e Justiça Economia Educação e Cultura Finanças Legislação Social Orçamento e Fiscalização Financelira Redação Relações Exteriores Saúde Segurança Nacional Serviço Público Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Nelson Carmelo Daniel Faraco Coelho de Souza César Prieto Floriceno Paixão  Leite Neto Ozires Pontes Raimundo Padilha Hamilton Nogueira Mendes de Moraes Benjamin Farah  Fernando Santana	PSD PSD PL PTB PTB  PSD PTB UDN UDN PSD PSP  PTB
<b>1963</b>		
Constituição e Justiça Economia Educação e Cultura Finanças	Tarso Dutra Oswaldo Lima Filho Lauro Cruz César Prieto	PSD PTB UDN PTB



## ANEXO 4

### MINISTÉRIOS BRASILEIROS (1946-1964)

#### GOVERNO EURICO GASPAR DUTRA (1946-1951)

Ministério	Partido
Justiça e Negócios Interiores	
Carlos Luz (31-1-46 a 2-10-46)	PSD-MG
Benedito Costa Neto (2-10-46 a 7-11-47)	PSD-SP
Adroaldo Mesquita da Costa (7-11-47 a 1-4-50)	PSD-RS
José Francisco Bias Fortes (4-8-50 a 31-1-51)	PSD-MG
Marinha	
Jorge Dodsworth Martins (31-1-46 a 28-9-46)	
Silvio de Noronha (29-9-46 a 31-1-51)	
Guerra	
Pedro Aurélio de Góis Monteiro (31-1-46 a 18-10-46)	
Canrobert Pereira da Costa (18-10-46 a 31-1-51)	
Relações Exteriores	
João Neves da Fontoura (31-1-46 a 24-7-46)	PSD-RS
Rauli Fernandes (12-12-46 a 1-2-51)	UDN-RJ
Fazenda	
Gastão Vidigal (1-2-46 a 15-10-46)	
Correia e Castro (21-10-46 a 10-6-49)	
Guilherme da Silveira Filho (10-6-49 a 31-1-51)	PSD-SP
Viação e Obras Públicas	
Edmundo de Macedo Soares e Silva (1-2-46 a 16-10-46)	PSD-RJ
Clóvis Pestana (25-10-46 a 30-3-50)	PSD-RS
João de Amorim e Melo (30-3-50 a 31-1-51)	
Agricultura	
Manuel Neto Campelo Júnior (31-1-46 a 14-10-46)	PSD-PE
Daniel Serapião de Carvalho (14-10-46 a 24-4-50)	PR-MG
Antônio Novais Filho (24-4-50 a 31-1-51)	PSD-PE
Educação e Saúde	
Ernesto Souza Campos (31-1-46 a 7-12-46)	UDN-BA
Clemente Mariani (7-12-46 a 15-5-50)	PSD-BA
Pedro Calmon (4-8-50 a 31-1-51)	

Comissão	Presidente	Partido
Orçamento e Fiscalização Financeira	Guilhermino de Oliveira	PSD
Redação	J. Medeiros Neto	PSD
Relações Exteriores	Raimundo Padilha	UDN
Saúde	Hamilton Nogueira	UDN
Segurança Nacional	Mendes de Moraes	PSD
Serviço Público	Gayoso e Almendra	PSD
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Wilson Fadul	PTB
Distrito Federal	Guilherme Machado	UDN
1964		
Agricultura e Política Rural	Pacheco e Chaves	PSD
Constituição e Justiça	Tarso Dutra	PSD
Distrito Federal	Guilherme Machado	UDN
Economia	Temperani Pereira	PTB
Finanças	César Prieto	PTB
Fiscalização Financeira e Tomada de Contas	Waldemar Guimarães	PSD
Legislação Social	Adílio Viana	PTB
Minas e Energia	Edilson Melo Távora	UDN
Orçamento	Guilhermino de Oliveira	PSD
Redação	J. Medeiros Neto	PSD
Relações Exteriores	Raimundo Padilha	UDN
Saúde	Hamilton Nogueira	UDN
Segurança Nacional	Broca Filho	PSP
Serviço Público	Gayoso e Almendra	PSD
Transportes, Comunicações e Obras Públicas	Rubens Paiva	PTB

FONTE: Diário do Congresso Nacional, 1947 a 1964.

**Ministério****Partido**

Trabalho, Indústria e Comércio

Otacílio Negrão de Lima (31-1-46 a 16-10-46)

PTB-MG

Morvân Dias de Figueiredo (25-10-46 a 28-9-48)

Honório Fernandes Monteiro (20-10-48 a 29-6-50)

PSD-SP

Marcial Dias Pequeno (29-6-50 a 31-1-51)

Aeronáutica

Armando Trompowsky de Almeida (31-1-46 a 29-1-51)

**GOVERNO GETÚLIO VARGAS (1951-1954)**

Justiça e Negócios Interiores

Francisco Negrão de Lima (31-1-51 a 26-6-53)

PSD-MG

Tancredo de Almeida Neves (26-6-53 a 24-8-54)

PSD-MG

Marinha

Renato Guilhobel (31-1-51 a 24-8-54)

Guerra

Newton Estillac Leal (31-1-51 a 26-3-52)

Ciro do Espírito Santo Cardoso (26-3-52 a 23-2-54)

Euclides Zenóbio da Costa (23-2-54 a 27-8-54)

Relações Exteriores

João Neves da Fontoura (1-2-51 a 19-6-53)

PSD-RS

Vicente Rao (19-6-53 a 24-8-54)

UDN-SP

Fazenda

Horácio Lafer (31-1-51 a 19-6-53)

PSD-SP

Osvaldo Aranha (19-6-53 a 24-8-54)

Viação e Obras Públicas

Alvaro Pereira de Souza Lima (31-1-51 a 16-6-53)

PSP-SP

José Américo de Almeida (19-6-53 a 24-8-54)

UDN-PB

Agricultura

João Cleofas (31-1-51 a 8-6-54)

UDN-PE

Apolônio Sales (28-6-54 a 31-8-54)

PSD-PE

Educação e Saúde

Ernesto Simões Filho (31-1-51 a 25-5-53)

PSD-BA

Antônio Balbino (25-6-53 a 2-7-54)

PSD-BA

Edgar Santos (6-7-54 a 2-9-54)

PSD-BA

294

**Ministério****Partido**

Trabalho, Indústria e Comércio

Danton Coelho (31-1-51 a 5-9-51)

PTB-SP

José de Segadas Viana (5-9-51 a 15-6-53)

PTB-DF

João Goulart (15-6-53 a 22-2-54)

PTB-RS

Hugo de Faria - interino (22-2-54 a 24-8-54)

PTB-BA

Aeronáutica

Nero Moura (31-1-51 a 18-8-54)

Epiniondas Gomes dos Santos (18-8-54 a 24-8-54)

Saúde

Miguel Couto Filho (23-12-53 a 3-6-54)

PSD-RJ

Mário Pinotti (3-6-54 a 5-9-54)

PSP-SP

**GOVERNO CAFÉ FILHO (1954-1955)**

Justiça e Negócios Interiores

Miguel Seabra Fagundes (24-8-54 a 14-2-55)

UDN-DF

Alexandre Marcondes Filho (14-2-55 a 18-4-55)

PTB-SP

José Eduardo do Prado Kelly (18-4-55 a 11-11-55)

UDN-RJ

Marinha

Edmundo Jordão Amorim do Vale (27-8-54 a 11-11-55)

Guerra

Henrique Batista D. Teixeira Lott (27-8-54 a 11-11-55)

Relações Exteriores

Raul Fernandes (26-8-54 a 11-11-55)

UDN-RJ

Fazenda

Eugênio Gudin (25-8-54 a 12-4-55)

José Maria Whitaker (13-4-55 a 10-10-55)

Mário L. Pereira da Câmara (11-10-55 a 11-11-55)

Viação e Obras Públicas

Lucas Lopes (27-8-54 a 29-1-55)

PSD-MG

Rodrigo Otávio Jordão Ramos (29-1-55 a 6-4-55)

Otávio Marcondes Ferraz (6-4-55 a 11-11-55)

Agricultura

José da Costa Porto (31-8-54 a 3-5-55)

PSD-PE

Bento Munhoz da Rocha Neto (3-5-55 a 11-11-55)

PDC-PR

295



**Ministério****Partido**

Educação e Cultura

Cândido Mota Filho (2-9-54 a 11-11-55)

PR-SP

Trabalho, Indústria e Comércio

Napoleão Alencastro Guimarães (24-8-54 a 11-11-55)

PTB-DF

Aeronáutica

Eduardo Gomes (24-8-54 a 11-11-55)

Saúde

Aramis Taborda Ataíde (5-9-54 a 11-11-55)

PSD-PR

**GOVERNO NEREU RAMOS (1955-1956)**

Justiça e Negócios Interiores

Francisco Menezes Pimentel (11-11-55 a 31-1-56)

PSD-CE

Marinha

Antônio Alves Câmara Júnior (11-11-55 a 31-1-56)

Guerra

Henrique Batista D. Teixeira Lott (11-11-55 a 31-1-56)

Relações Exteriores

José Carlos de Macedo Soares (12-11-55 a 31-1-56)

PSD-SP

Fazenda

Mário L. Pereira da Câmara (12-11-55 a 31-1-56)

Viação e Obras Públicas

Lucas Lopes (14-11-55 a 31-1-56)

PSD-MG

Agricultura

Eduardo Catalão (23-11-55 a 31-1-56)

PTB-BA

Educação e Cultura

Abgar Renault (24-11-55 a 31-1-56)

PR-MG

Trabalho, Indústria e Comércio

Nelson Backer Omega (11-11-55 a 31-1-56)

PTB-SP

296

**Ministério****Partido**

Aeronáutica

Vasco Alves Seco (11-11-55 a 31-1-56)

Saúde

Maurício Campos de Medeiros (21-11-55 a 31-1-56)

PSP-SP

**GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHKE (1956-1961)**

Justiça e Negócios Interiores

Nereu Ramos (31-1-56 a 4-11-57)

PSD-SC

Eurico Sales (4-11-57 a 8-7-58)

PSD-ES

Cirilo Júnior (8-7-58 a 31-7-59)

PSD-SP

Armando Falcão (31-7-59 a 31-1-61)

PSD-CE

Marinha

Antônio Alves Câmara Júnior (31-1-56 a 19-8-58)

Jorge do Passo Matoso Maia (19-8-58 a 31-1-61)

Guerra

Henrique Batista D. Teixeira Lott (31-1-56 a 12-2-60)

Odílio Denis (12-2-60 a 31-1-61)

Relações Exteriores

José Carlos de Macedo Soares (31-1-56 a 1-7-58)

PSD-SP

Francisco Negrão de Lima (4-7-58 a 10-8-59)

PSD-MG

Horácio Lafer (10-8-59 a 31-1-61)

PSD-SP

Fazenda

José Maria de Alkmin (31-1-56 a 24-6-58)

PSD-MG

Lucas Lopes (25-6-58 a 3-6-59)

PSD-MG

Sebastião Pais de Almeida (4-6-59 a 31-1-61)

PSD-MG

Viação e Obras Públicas

Lúcio Meira (31-1-56 a 28-7-59)

PSD-RJ

Ernani do Amaral Peixoto (28-7-59 a 31-1-61)

PSD-RJ

Agricultura

Ernesto Dornelles (31-1-56 a 27-9-56)

PTB-RS

Mário Meneghetti (3-10-56 a 5-4-60)

PTB-RS

Antônio Barros de Carvalho (6-6-60 a 31-1-61)

PTB-PE

Educação e Cultura

Clóvis Salgado (31-1-56 a 31-1-61)

PR-MG

297

**Ministério****Partido**

Trabalho, Indústria e Comércio

Parsifal Barroso (31-1-56 a 30-6-58)

Fernando Nobrega (16-7-58 a 17-4-60)

João Batista Ramos (17-4-60 a 7-11-60)

Alirio de Sales Coelho (7-11-60 a 31-1-61)

PTB-CE  
PTB-PB  
PTB-SP  
PTB-MG

Aeronáutica

Vasco Alves Seco (31-1-56 a 20-3-56)

Henrique Fleiuss (20-3-56 a 30-7-57)

Francisco Correia de Melo (30-7-57 a 31-1-61)

Saúde

Maurício Campos de Medeiros (31-1-56 a 3-7-58)

Mário Pinotti (3-7-58 a 1-8-60)

Pedro Paulo Penido (1-8-60 a 31-12-60)

Armando Falcão (31-12-60 a 31-1-61)

PSP-SP  
PSP-SP  
PSP-SP  
PSD-CE**GOVERNO JÂNIO QUADROS (1961)**

Justiça e Negócios Interiores

Oscar Pedroso Horta (31-1-61 a 27-8-61)

PTB-SP

Marinha

Sílvio Heck (31-1-61 a 8-9-61)

Guerra

Odílio Denis (31-1-61 a 8-9-61)

Relações Exteriores

Afonso Arinos de Melo Franco (31-1-61 a 26-8-61)

UDN-GB

Fazenda

Clemente Mariani (31-1-61 a 8-9-61)

UDN-BA

Viação e Obras Públicas

Clóvis Pestana (31-1-61 a 25-8-61)

PSD-RS

Agricultura

Romero Cabral da Costa (31-1-61 a 25-8-61)

PTB-PE

Educação e Cultura

Brigido Tinoco (31-1-61 a 25-8-61)

PSB-RJ

Trabalho e Previdência Social

Francisco de Castro Neves (31-1-61 a 28-8-61)

PTB-SP

298

**Ministério****Partido**

Aeronáutica

Gabriel Grum Moss (31-1-61 a 8-9-61)

Saúde

Edwald Catete Pinheiro (31-1-61 a 25-8-61)

PSP-PA

Indústria e Comércio

Artur Bernardes Filho (31-1-61 a 4-8-61)

PR-MG

Minas e Energia

João Agripino (31-1-61 a 25-8-61)

UDN-PB

**GOVERNO JOÃO GOULART/TANCREDO NEVES  
(8-9-61 a 13-7-62)**

Justiça e Negócios Interiores

Tancredo de Almeida Neves (8-9-61 a 13-10-61)

Alfredo Nasser (13-10-61 a 26-6-62)

PSD-MG  
PR-GO

Marinha

Angelo Nolasco de Almeida (8-9-61 a 27-6-62)

Guerra

João de Segadas Viana (9-9-61 a 27-6-62)

Relações Exteriores

Francisco C. San Tiago Dantas (11-9-61 a 27-6-62)

PTB-MG

Fazenda

Válter Moreira Sales (9-9-61 a 25-6-62)

Viação e Obras Públicas

Virgílio Távora (11-9-61 a 25-6-62)

UDN-CE

Agricultura

Armando Monteiro Filho (8-9-61 a 26-6-62)

PTB-PE

Educação e Cultura

Antônio Oliveira Brito (8-9-61 a 11-7-62)

PSD-BA

Trabalho e Previdência Social

André Franco Montoro (8-9-61 a 12-7-62)

PDC-SP

299



<b>Ministério</b>	<b>Partido</b>
Aeronáutica	
Clóvis Monteiro Travassos (8-9-61 a 12-7-62)	
Saúde	
Eptácio G. Souto Maior (8-9-61 a 20-6-62)	
Manuel Vilaça (20-6-62 a 12-7-62)	
Indústria e Comércio	
Ulisses Guimarães (8-9-61 a 12-7-62)	
Minas e Energia	
Gabriel Passos (11-9-61 a 18-6-62)	
	UDN-MG

### GOVERNO JOÃO GOULART/BROCHADO DA ROCHA (13-7-62 a 18-9-62)

Justiça e Negócios Interiores	
Cândido de Oliveira Neto (13-7-62 a 14-9-62)	
Marinha	
Pedro Paulo de Araújo Suzano (13-7-62 a 14-9-62)	
Guerra	
Nélson Melo (14-7-62 a 15-9-62)	
Relações Exteriores	
Afonso Arinos de Melo Franco (16-7-62 a 15-9-62)	
Fazenda	
Válter Moreira Sales (13-7-62 a 14-9-62)	
Viação e Obras Públicas	
Hélio de Almeida (12-7-62 a 18-9-62)	
Agricultura	
Renato Costa Lima (12-7-62 a 18-9-62)	
Educação e Cultura	
Roberto Lira (12-7-62 a 18-9-62)	
Trabalho e Previdência Social	
Hermes Lima (12-7-62 a 14-9-62)	
	PSB-BA
300	

<b>Ministério</b>	<b>Partido</b>
Aeronáutica	
Clóvis Monteiro Travassos (12-7-62 a 18-9-62)	
Saúde	
Marcolino Candau (12-7-62 a 18-9-62)	
Indústria e Comércio	
José Ernirio de Moraes (12-7-62 a 18-9-62)	
Minas e Energia	
João Mangabeira (25-7-62 a 18-9-62)	
	PTB-PE

### GOVERNO JOÃO GOULART/HERMES LIMA (18-9-62 a 21-1-63)

Justiça e Negócios Interiores	
João Mangabeira (18-9-62 a 21-1-63)	
Marinha	
Pedro Paulo de Araújo Suzano (18-9-62 a 21-1-63)	
Guerra	
Amauri Kruei (18-9-62 a 21-1-63)	
Relações Exteriores	
Hermes Lima (18-9-62 a 21-1-63)	
Fazenda	
Miguel Calmon (18-9-62 a 21-1-63)	
Viação e Obras Públicas	
Hélio de Almeida (18-9-62 a 21-1-63)	
Agricultura	
Renato Costa Lima (18-9-62 a 21-1-63)	
Educação e Cultura	
Darci Ribeiro (18-9-62 a 21-1-63)	
Trabalho e Previdência Social	
João Pinheiro Neto (18-9-62 a 3-12-62)	
Benjamin Eurico Cruz (6-12-62 a 21-1-63)	
Aeronáutica	
Clóvis Monteiro Travassos (18-9-62 a 21-1-63)	
	PSB-BA
	PTB-GB
	PTB-SP

**Ministério****Partido****Saúde**

Eliseu Paglioli (18-9-62 a 21-1-63)

**Indústria e Comércio**

Otávio Dias Carneiro (18-9-62 a 21-1-63)

**Minas e Energia**

Eliezer Batista da Silva (18-9-62 a 21-1-63)

**Planejamento (extraordinário)**

Celso Furtado (28-9-62 a 21-1-63)

**GOVERNO JOÃO GOULART (1963-1964)****Justiça e Negócios Interiores**

João Mangabeira (24-1-63 a 7-6-63)

Abelardo Jurema (18-6-63 a 4-4-64)

**Marinha**

Pedro Paulo de Araújo Suzano (24-1-63 a 14-6-63)

Sílvio B. de Souza Mota (14-6-63 a 27-3-64)

Paulo Mário da Cunha Rodrigues (27-3-64 a 4-4-64)

**Guerra**

Amauri Kruei (24-1-63 a 15-6-63)

Jair Dantas Ribeiro (15-6-63 a 1-4-64)

**Relações Exteriores**

Hermes Lima (24-1-63 a 19-6-63)

Evandro Lins e Silva (19-6-63 a 21-8-63)

João Araújo Castro (21-8-63 a 4-4-64)

**Fazenda**

Francisco C. San Tiago Dantas (24-1-63 a 20-6-63)

Carvalho Pinto (21-6-63 a 19-12-63)

Nei Galvão (20-12-63 a 3-4-64)

**Viação e Obras Públicas**

Hélio de Almeida (24-1-63 a 21-6-63)

Expedito Machado Ponte (21-6-63 a 31-3-64)

**Agricultura**

José Ermírio de Moraes (24-1-63 a 21-6-63)

Osvaldo Lima Filho (21-6-63 a 4-4-64)

**Ministério****Educação e Cultura**

Teotônio Monteiro de Barros (24-1-63 a 18-6-63)

Paulo de Tarso Santos (18-6-63 a 21-10-63)

Júlio F. Sambaqui (21-10-63 a 4-4-64)

**Trabalho e Previdência Social**

Almino Alvares Afonso (24-1-63 a 17-6-63)

Amauri de Oliveira e Silva (18-6-63 a 4-4-64)

**Aeronáutica**

Reinaldo Ribeiro de Carvalho (24-1-63 a 14-6-63)

Anísio Botelho (14-6-63 a 4-4-64)

**Saúde**

Paulo Pinheiro Chagas (24-1-63 a 17-6-63)

Wilson Fadul (17-6-63 a 4-4-64)

**Indústria e Comércio**

Antônio Balbino (24-1-63 a 17-6-63)

Egídio Michaelssen (27-6-63 a 4-4-64)

**Minas e Energia**

Gabriel Passos (24-1-63 a 18-6-63)

Antônio de Oliveira Brito (18-6-63 a 4-4-64)

**Planejamento (extraordinário)**

Celso Furtado (24-1-63 a 30-3-64)

**Reforma Administrativa (extraordinário)**

Ernani do Amaral Peixoto (24-11-63 a 11-12-63)

**FONTE: Ministérios brasileiros 1930-1984.** Rio de Janeiro, FGV/CPDOC-História Oral (documento de trabalho).

**NOTAS: 1.** Os ministérios estão listados na ordem oficial, que é a ordem de sua criação.



## ANEXO 5

### GOVERNADORES ELEITOS ENTRE 1947 E 1962<sup>1</sup>

#### ACRE<sup>2</sup>

1962 — José Augusto de Araújo — PTB

#### ALAGOAS

1947 — Silvestre Péricles de Góis Monteiro — PSD  
1950 — Arnon Afonso de Farias Melo — UDN  
1955 — Sebastião M. Muniz Falcão — PSP  
1960 — Luís de Souza Cavalcanti — UDN

#### AMAZONAS

1947 — Leopoldo Amorim da Silva Neves — UDN/PTB  
1950 — Alvaro Botelho Maia — PSD/PDC  
1954 — Plínio Ramos Coelho — PTB  
1958 — Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo — PTB/PST/PSB  
1962 — Plínio Ramos Coelho — PTB/PST/PDC/PL

#### BAHIA

1947 — Otávio Mangabeira — UDN/PSD/PRP  
1950 — Luís Régis Pacheco Pereira — PSD  
1954 — Antônio Balbino de Carvalho Filho — UDN/PTB/PSP  
1958 — Juraci Montenegro Magalhães — UDN  
1962 — Antônio Lomanto Júnior — PST/UDN/PTB/PR

#### CEARÁ

1947 — Faustino de Albuquerque e Souza — UDN  
1950 — Raul Barbosa — PSD/PSP/PR  
1954 — Paulo Sarazate Ferreira Lopes — PR/PTB/UDN  
1958 — José Parafal Barroso — PTB/PSD  
1962 — Virgílio Fernandes Távora — UDN/PSD/PTN

#### ESPÍRITO SANTO

1947 — Carlos Fernando M. Lindenbergh — PSD/UDN/PR  
1950 — Jones dos Santos Neves — PSD/PTB  
1954 — Francisco Lacerda de Aguiar — PTB/PR/PRP/PSP  
1958 — Carlos Fernando M. Lindenbergh — PSD/PSP  
1962 — Francisco Lacerda de Aguiar — PDC/UDN/PTB/PSP/PRP

#### GOIÁS

1947 — Jerônimo Coimbra Bueno — UDN  
1950 — Pedro Ludovico Teixeira — PSD/PTB  
1954 — José Ludovico de Almeida — PSD  
1958 — José Feliciano Ferreira — PSD<sup>3</sup>  
1960 — Mauro Borges Teixeira — PSD

#### GUANABARA<sup>4</sup>

1960 — Carlos Frederico Werneck de Lacerda — UDN

#### MARANHÃO

1947 — Sebastião Archer da Silva — PPB  
1950 — Eugênio de Barros — PST  
1955 — José de Matos Carvalho — PSD/PTB  
1960 — Newton de Barros Bello — PSD/UDN/PTB/PL

#### MATO GROSSO

1947 — Arnaldo Estêvão Figueiredo — PSD  
1950 — Fernando Correia da Costa — UDN  
1955 — João Ponce de Arruda — PSD/PTB  
1960 — Fernando Correia da Costa — UDN

#### MINAS GERAIS

1947 — Milton Soares Campos — UDN  
1950 — Juscelino Kubitschek de Oliveira — PSD/PR  
1955 — José Francisco Bias Fortes — PSD/PR  
1960 — José de Magalhães Pinto — UDN/PRT/PL

#### PARÁ

1947 — Luís de Moura Carvalho — PSD  
1950 — Alexandre Zacarias d'Assunção — UDN/PSP/PST/PL  
1955 — Joaquim de Magalhães Cardoso Barata — PSD/PTB  
1960 — Aurelio do Carmo — PSD/PDC/PTB

#### PARAIBA

1947 — Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Melo — UDN  
1950 — José Américo de Almeida — PSD/PL  
1955 — Flávio Ribeiro — PSB/UDN/PSD/PL  
1960 — Pedro Moreno Gondim — PSB/UDN/PL/PTB

## PERNAMBUCO

- 1947 — Alexandre J. de Barbosa Lima Sobrinho — PSD
- 1950 — Agamenon S. de Godói Magalhães — PSD
- 1952 — Etelvino Lins de Albuquerque — PSD<sup>5</sup>
- 1954 — Osvaldo Cordeiro de Farias — PSD
- 1958 — Cid Feijó Sampaio — UDN/PTB/PSP/PTN/PSB
- 1962 — Miguel Arrais de Alencar — PST

## PIAUÍ

- 1947 — José da Rocha Furtado — UDN
- 1950 — Pedro de Almeida Freitas — PSD
- 1954 — Jacó M. Gayoso e Almendra — PSD/PTB
- 1958 — Francisco das Chagas C. Rodrigues — UDN/PTB
- 1962 — Petronio Portela Nunes — PSD/UDN/PDC

## PARANÁ

- 1947 — Moisés Lupion — PSD
- 1950 — Bento Munhoz da Rocha Neto — UDN/PR/PST/PL/PRP
- 1955 — Moisés Lupion — PSD/PDC/PTN
- 1960 — Nel Amintas de Barros Braga — PDC/PL

## RIO DE JANEIRO

- 1947 — Edmundo de Macedo Soares e Silva — PSD/PTB/UDN
- 1950 — Ernani do Amaral Peixoto — PSD/PR/PRT/PST/PTN/PTB
- 1954 — Miguel Couto Filho — PTB/PTN/PSD/PR
- 1958 — Roberto Teixeira da Silveira — PTB/PDC/UDN/PSB
- 1962 — Badger Silveira — PTB/PDC

## RIO GRANDE DO NORTE

- 1947 — José Augusto Varela — PSD
- 1950 — Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia — PSP/PSD/PR
- 1955 — Dinarte de Medeiros Mariz — PSP/PDC/UDN
- 1960 — Aluísio Alves — PSD

## RIO GRANDE DO SUL

- 1947 — Válder Jobim — PSD
- 1950 — Ernesto Dornelles — PTB
- 1954 — Ildo Meneghetti — PSD/UDN/PL
- 1958 — Leonel de Moura Brizola — PTB
- 1962 — Ildo Meneghetti — PSD/PL/PRP/PDC/UDN

## SANTA CATARINA

- 1947 — Aderbal Ramos da Silva — PSD/PTB
- 1950 — Irineu Bornhausen — UDN
- 1955 — Jorge Lacerda — UDN/PDC/PRP/PSP
- 1960 — Celso Ramos — PSD

## SÃO PAULO

- 1947 — Ademar Pereira de Barros — PSP/PCB
- 1950 — Lucas Nogueira Garcez — PSP/PTB
- 1954 — Jânio da Silva Quadros — PSB/PTN
- 1958 — Carlos Alberto de Carvalho Pinto — PDC/UDN/PTN/PR/PSB
- 1962 — Ademar Pereira de Barros — PSP/PSD

## SERGIPE

- 1947 — José Rolembert Leite — PSD/PTB/PR
- 1950 — Arnaldo Rolembert Garcez — PSD/PR
- 1954 — Leandro Maynard Maciel — UDN/PSP/PST/PTN
- 1958 — Luís Garcia — UDN
- 1962 — João de Seixas Dória — PSD/PRT

FONTE: Tribunal Superior Eleitoral, **Dados estatísticos**, vols. 1 a 7.

NOTAS: 1. Nos estados de Alagoas, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina o mandato do governador era de cinco anos; nos demais estados o mandato era de quatro anos. 2. Primeira eleição, em decorrência da transformação do território do Acre em estado. 3. Mandato-tampão, em decorrência da emenda na Constituição estadual, transformando o mandato do governador de quatro para cinco anos. 4. Primeira eleição, em decorrência da transformação do Distrito Federal em estado da Guanabara, após a transferência da capital federal para Brasília. 5. Eleição extraordinária, porque o governador Agamenon Magalhães, eleito em 1950, faleceu em 24 de agosto de 1952, antes de completar a primeira metade do mandato; nesses casos, a Constituição estadual determinava a realização de novas eleições.



## ANEXO 6

### PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

#### DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA

O Partido Social Democrático, pela sua IX Convenção Nacional, reunida em Brasília de 15 a 17 de março de 1962, renova o compromisso de empenhar todos os seus esforços no cumprimento do programa definido em termos completos pela sua II Convenção Nacional, reunida em 1948 no Rio de Janeiro, programa que consubstancia os postulados pessedistas relativamente ao problema da organização da vida democrática, da administração geral e financeira, da segurança nacional, das relações exteriores, da política democrática, da instituição da família, da moeda e do crédito, da organização bancária, do comércio interno e externo, da produção sob todos os aspectos, da energia, dos sistemas de comunicações e transportes, do trabalho, da previdência, da saúde e assistência e da educação e cultura.

O PSD reafirma que os mandatos e cargos que, na esfera federal, assim como nos âmbitos estaduais e municipais lhe sejam confiados, se porão ao serviço dos seus objetivos programáticos, os quais podem expressar-se em termos sucintos no seguinte fundamental esquema: desenvolvimento e humanismo.

A presente declaração tem o especial objetivo de apontar determinado número de problemas nacionais, alguns já velhos, tornados críticos pelo adiamento das soluções, outros novos, mas igualmente cruciais, impostos que nos foram por condições recentes da vida do nosso povo. Tais problemas estão a exigir de todos os partidos, nas atuais circunstâncias, opinião clara e ação firme.

O PSD define, nos termos que se seguem, sua posição em face deles:

#### Item 1. SISTEMA PARLAMENTAR DE GOVERNO

O PSD, com relação ao sistema parlamentar de governo vigente no país, assim se pronuncia:

1. É preciso reconhecer que no nosso tempo o sistema parlamentar constitui, com o presidencialismo, as duas formas mais convenientes de governo a um tempo democrático e progressista.
2. Por outro lado, é certo que nenhuma forma de governo estará

em condições de funcionar eficientemente se não estiver juridicamente institucionalizada em termos de razoável ortodoxia e de justa adequação às condições sociológicas e psicológicas do povo a que se destina.

3. Isto posto, o PSD propugnará no sentido de que se decretem leis mais demora a primeira lei de complementação do Ato Adicional ora em tramitação no Senado Federal e de que se apresentem e sejam votados novos projetos de lei da mesma natureza e bem assim de emendas constitucionais tornadas necessárias, tudo com o objetivo de dar ao novo sistema político adotado no país imediata e correta institucionalização jurídica.

4. Na mesma linha política que adotou ao tempo do presidencialismo, o PSD reconhece a cada um de seus filiados o direito de propugnar pela reforma da Constituição visando à adoção do outro sistema de governo.

## Item II. REFORMA ELEITORAL

O PSD quer a reforma eleitoral, indicando a este respeito os seguintes rumos de sua ação:

1. Os primordiais objetivos da reforma são: a) redefinir a organização partidária e o sistema eleitoral do país em termos da maior conveniência para o funcionamento do sistema parlamentar de governo; b) eliminar das nossas práticas eleitorais todos os vícios que concorrem para encobrir ou falsear a verdade nas eleições.

2. Tendo em vista o primeiro objetivo, mantido o sistema proporcional fixado pela Constituição, entende o PSD que se impõe a decretação de medidas que impeçam ou reduzam a dispersão partidária nos corpos legislativos assim como a diminuição das qualidades políticas dos representantes do povo, tendências estas que tornam difícil, para não dizer impossível, o bom funcionamento do sistema parlamentar de governo.

3. Quanto ao segundo objetivo da reforma, o PSD considera, entre os processos de coação e fraude que é preciso eliminar, a interferência do dinheiro como modo de aliciamento de votos, assim como a pressão de governantes, seja qual for a sua forma, sobre os eleitores. Estas práticas estão a exigir especiais medidas de caráter repressivo.

4. Ainda quanto ao problema eleitoral, entende o PSD que é necessário fazer a revisão do nosso sistema de inelegibilidades.

## Item III. ABUSOS DE PODER ECONÔMICO

O PSD se dispõe a uma enérgica ação em face deste problema, nos termos seguintes:

1. Declara que os abusos do poder econômico não são menos intoleráveis do que os abusos do poder político, com o agravante de que nossos remédios contra os primeiros ainda são imprecisos e inseguros, quando não inexistentes.

2. Cumpre apontar de modo especial entre esses abusos a formação de monopólios, nacionais ou internacionais, eliminadores da concorrência e portanto tiranizadores do consumidor, com a alta abusiva dos preços e lucros excessivos consequentes, e propiciadores da manutenção de condições do progresso técnico já superadas pelos avanços científicos.

3. Contra esta e tantas outras formas de abuso do poder econômico, a ação repressiva do legislativo federal e dos aplicadores da lei em todo o país não pode conhecer pausa, nem lentidão, nem fraqueza.

4. Porfirará o PSD para que a lei que ora se elabora no Congresso Nacional sobre este assunto seja concluída sem mais delonga.

## Item IV. INFLAÇÃO

O PSD afirma a este respeito o seguinte:

1. O problema mais grave que o país enfrenta é o da violenta elevação dos preços. A alta do custo de vida, agravando-se constantemente, tornou-se o pesadelo de todos quantos têm os seus ganhos fixos em cruzeiros, numa situação em que a moeda perdeu consideravelmente o seu caráter de medida de valor.

2. Portanto, é de absoluta necessidade conter as emissões. Isto somente será possível com a redução do déficit de caixa do governo federal e que inclui não somente o déficit da execução orçamentária, mas ainda o resultante de todos os pagamentos feitos pelas autoridades monetárias, sem a respectiva cobertura.

3. Entende assim o PSD que são pontos capitais da nossa ação pública os seguintes: a) o equilíbrio orçamentário; b) a disciplina da expansão do crédito dentro dos recursos reais disponíveis; c) o controle legal das emissões.

## Item V. CAPITAIS ESTRANGEIROS

O PSD, com relação a este problema, se fixa nos seguintes pontos de vista:

1. Os capitais estrangeiros nos são necessários, porque a formação interna de capitais é insuficiente, dado o nosso baixo nível de poupança, natural consequência do subdesenvolvimento do país.

2. Não podem ser desprezadas as medidas capazes de incentivar e até mesmo de forçar o aumento da poupança interna, mas cumpre



reconhecer que esse recurso tem limites modestos que não podem ser ultrapassados, sob pena de diminuir-se o nosso nível de consumo já bastante reduzido, impondo-se ao povo sacrifícios intoleráveis.

3. É portanto indispensável manter um clima propício à entrada de capitais externos, que venham cooperar no processo de aceleração do nosso desenvolvimento econômico, que é hoje para os brasileiros inelutável imperativo categórico.

4. A manutenção desse clima não exclui, mas antes recomenda, a adoção de normas disciplinadoras dos investimentos e suas rendas, visando a encaminhar tais recursos para os setores mais convenientes e a reter no país a maior parcela possível dos lucros auferidos.

5. A adoção dessas normas deve basear-se na análise de dados precisos e incontestáveis sobre a nossa realidade, sem preconceitos ideológicos, sejam quais forem.

## *Item VI. REFORMA AGRÁRIA*

O PSD lutará pela reforma agrária dentro dos seguintes pressupostos:

1. Esta reforma entender-se-á como um movimento destinado a dois objetivos essenciais: a) a eliminação da miséria em que vive a maior parte das nossas populações rurais e a continuada elevação de seu padrão de vida; b) o aumento rápido da nossa produtividade agrícola, de modo que se alcancem, por um lado, abundância e excelência de gêneros alimentícios para consumo do povo em geral, e, por outro, as quantidades e variedades de matérias-primas necessárias à indústria nacional e de produtos agrícolas próprios às exportações.

2. Atendendo-se às condições regionais do país, efetuar-se-á a reforma agrária não apenas mediante a indispensável revisão do nosso corpo de leis atinentes do regime da propriedade rural, mas também pela adoção de medidas econômicas e financeiras e introdução de novas técnicas de produção, visando tais medidas ao geral crescimento da produtividade agrícola.

3. Ter-se-á em vista, com relação ao regime da propriedade agrícola, a recomendação constitucional de uma "justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos", objetivo que se deve alcançar sem abandono dos princípios de justiça inerentes à concepção socialista dos direitos do homem.

Ter-se-á ainda em vista, na mesma ordem de idéias, que a propriedade só se configurará como latifúndio condenável se for inculta ou com insuficiente ou inadequada exploração.

Ter-se-á também em vista, na mesma ordem de idéias, que a propriedade só se configurará como latifúndio condenável se for inculta ou com insuficiente ou inadequada exploração.

considerado o que, dono de uma só propriedade agrícola de área reduzida, a lavra com o auxílio da sua própria família.

6. Devem ainda incluir-se entre as primordiais medidas de ordem jurídica, econômica e financeira exigidas pela reforma agrária, as seguintes: a) o imediato levantamento do cadastro das propriedades agrícolas federais e estaduais não economicamente utilizadas, para o efeito do seu aproveitamento nos planos de modificação da atual estrutura agrária do país; b) a difusão do crédito rural, coordenado que deve ser por um órgão federal especializado; c) o estabelecimento por lei federal de normas gerais regularizadoras da política de imposto territorial, pertencente aos municípios; d) a garantia efetiva dos preços mínimos dos produtos agrícolas, mediante financiamento adequado; e) o estabelecimento de um suficiente e apropriado sistema de estocagem; f) o desenvolvimento do cooperativismo nas zonas rurais, através de uma campanha de grande envergadura nacional em que se coordenem os esforços federais, estaduais e municipais.

## *Item VII. DESENVOLVIMENTO REGIONAL*

O PSD considera de vital importância política o problema do desenvolvimento regional:

1. Dada a vastidão e diversidade do território brasileiro, forçoso é considerar, ao lado dos problemas nacionais em geral, os tipicamente regionais, para imprimir-lhes soluções peculiares.

2. Impõe-se assim dar aos serviços regionais existentes, destinados à solução dos problemas da Amazônia, do Nordeste, do vale do São Francisco e da fronteira Sudoeste, recursos suficientes e ação rápida e segura e criar os serviços novos que outros problemas regionais possam exigir.

3. Entende o PSD que a esses serviços cabe o papel de recuperar, mediante esforço redobrado, a vida econômica e social das regiões consideradas, elevando-se rapidamente, tanto quanto possível, ao nível de civilização das regiões mais adiantadas do país, que assim passará a um estágio de maior integração e homogeneidade.

## *Item VIII. PROGRESSO MUNICIPAL*

O PSD, que tem as suas raízes imersas até aos focos populacionais mais rudimentares do país, assim considera o problema municipal:

1. É imperioso que as pequenas cidades, bem como as vilas e povoados de todo o país, disponham de um mínimo de serviços locais, como a escola, a unidade sanitária e hospitalar, o serviço de águas e o



de energia elétrica, sem os quais a vida em comum já não se considera suportável.

2. Por outro lado, devem ser asseguradas às cidades que hajam atingido um mínimo de segurança e conforto urbanísticos condições de mais amplo desenvolvimento social e cultural, que as tornem centros de vida ativa e próspera.

3. Recursos financeiros e serviços de toda espécie, de procedência federal e estadual, devem convergir para esses objetivos municipais, aliando-se às iniciativas e possibilidades locais, de modo que se procure de uma vez para sempre a política de relegar ao abandono e ao atraso os centros populacionais do interior.

4. O progresso municipal realizado em tais termos será a maior força de retenção das nossas populações nas zonas rurais e nas de povoamento menos denso, desfazendo-se para elas a atração tão antinatural das cidades tentaculares.

#### *Item IX. RUMOS DA POLÍTICA EXTERNA*

O PSD adota, nas presentes circunstâncias, as seguintes diretrizes de política externa:

1. No âmbito mundial: a) perseverar numa estrita linha de independência, sem prejuízo porém dos nossos notórios compromissos de solidariedade com o mundo ocidental, democrático e cristão; b) manter, resguardados os interesses da segurança nacional, relações de amizade com todos os povos; c) lutar nas conferências internacionais, e de todo modo possível em cada circunstância, pela paz entre as nações, começando-se pela adoção, que não pode tardar, de uma política geral de desarmamento, especialmente quanto às armas atômicas.

2. No âmbito interamericano: a) preservar a geral amizade e a fundamental solidariedade interamericanas, dentro da Organização dos Estados Americanos; b) observar nas relações interamericanas, por forma irrestrita, os tratados e demais compromissos assumidos, pugnando no sentido de que dessa observância participem também irretidamente todos os povos integrados no sistema; c) não perder de vista que entre esses compromissos figura o de respeito aos princípios de autodeterminação e da não-intervenção, assim como o de resguardo de uma base mínima de existência democrática; d) lutar pela imediata execução do programa da Aliança para o Progresso, com o objetivo de dar ao sistema interamericano não apenas a finalidade de garantir a segurança política geral, mas também a de cooperar no sentido de arrancar rapidamente do subdesenvolvimento todos os povos do novo continente.

#### *Item X. COMBATE AO ANALFABETISMO*

O PSD considera como o primeiro problema do Brasil o ensino primário e entende que realmente se trata de "matéria de salvação pública".

1. Não podemos aspirar à definitiva consolidação das nossas instituições democráticas, nem ao desenvolvimento econômico em termos acelerados e duráveis, nem ao progresso social na ordem previdencial, assistencial e sanitária, nem à ampliação e elevação das nossas possibilidades de cultura científica, técnica, literária e artística, nem enfim a uma situação de segurança e independência na vida internacional, se não eliminarmos de modo completo do nosso país o analfabetismo, considerado não apenas como ausência total de instrução, mas também como instrução primária incompleta e inadequada. Há de ser pela alavanca de uma educação de nível primário, ministrada obrigatória e gratuitamente, em consonância com as condições e exigências sociais do nosso tempo, e em termos pedagogicamente satisfatórios, que poderemos realmente erguer todo o nosso povo a uma condição humana de alto nível.

2. Deste modo, o PSD insiste em que é preciso sem mais nenhum adiamento operar milagres de ação pública, a fim de não deixar que gerações e gerações de crianças brasileiras, por todo o interior do país e até mesmo nas grandes cidades e nas capitais, cresçam sem os fundamentos indispensáveis da educação. É preciso que os estados, com a plena cooperação dos municípios por um lado, e com somas cada vez maiores de auxílio financeiro da União por outro, assumam o comando da tremenda e decisiva batalha de erradicação do analfabetismo.

3. O PSD não desconhece o caráter unitário de todo o sistema da educação e nem relega a plano de menor importância os outros níveis e ramos do ensino, sobretudo o ensino profissional e o secundário, com seus peculiares e afilivos problemas sociais e humanos a exigirem tantas providências de natureza pedagógica e assistencial. Indica aqui, de modo especial, o ensino primário, para reconhecer a situação prioritária de um problema tornado de tal modo crítico, que não pode admitir nenhuma contemporização.

Fonte: Partido Social Democrático, "Declaração de Brasília", 11 p., 1962 (folheto pertencente ao Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV).



## BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de  
 1973 *O processo legislativo: conflito e conciliação na política brasileira*. Brasília, Universidade de Brasília (tese de mestrado em ciência política).
- AGRIPINO, João  
 1978 *João Agripino (depoimento)*. Rio de Janeiro FGV/CPDOC — História Oral.
- 1981 *A HISTÓRIA vivida (I): entrevistas*, Lourenço Dantas Mota (coord.). São Paulo, O Estado de São Paulo.
- ALVIM, João Carlos  
 1964 *A revolução sem rumo*. Rio de Janeiro, Edições do Val.
- ANDRADA, José Bonifácio Lafayette de  
 1979 *José Bonifácio (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.
- ARCHER, Renato  
 1977-8 *Renato Archer (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.
- BALBINO, Antônio  
 1971 *Entrevista a Lúcia Lippi de Oliveira*. Rio de Janeiro, 11.08.1971.
- 1983 *Antônio Balbino (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.
- BANDEIRA, Muniz  
 1977 *O governo João Goulart*. As lutas sociais no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- BARBOSA, Francisco de Assis  
 1960 *JK: uma revisão na política brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- BELLO, José Maria  
 1966 *A History of Modern Brazil, 1889-1964*. Stanford, Stanford University Press.
- BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita  
 1976 *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 1981 *A UDN e o udenismo*. Ambiguidades do liberalismo brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- 1982 *O governo Jânio Quadros*. São Paulo, Brasiliense, 2.ª ed.
- BODÉA, Miguel  
 1979 *O Partido Trabalhista Brasileiro no Rio Grande do Sul*. Simpósio sobre partidos políticos, Rio de Janeiro, IUPERJ.

BOMENY, Helena Maria Bousquet

- 1980 *Reprodução ideológica e comunicação de massa* — educação moral e cívica na Televisão Educativa do Maranhão. Rio de Janeiro, IUPERJ (tese de mestrado em ciência política).

BORGES, Mauro

- 1965 *O golpe em Goiás (história de uma grande traição)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

BRANDI, Paulo

- 1983 *Vargas. Da vida para a História*. Rio de Janeiro, Zahar.

BRITO, Antônio de Oliveira

- 1983 *Oliveira Brito (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.

CAFÉ FILHO, João

- 1966 *Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2 vols.

CALDEIRA, José Ribamar Chaves

- 1978 "Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão", *RBEF*(46):55-101.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 1952-5 *Anais da Câmara dos Deputados, 1951-4*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional.

1955 *Regimento interno, manual do deputado*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional.

- 1962-5 *Anais da Câmara dos Deputados, 1961-4*. Brasília, Diretoria de Documentação e Publicidade.

CAMARGO, Aspásia

- 1981 "A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)", in *História Geral da Civilização Brasileira* (10), tomo III: *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel (3.º vol. Sociedade e Política — 1930/64) p. 121-224.

CAMARGO, Aspásia; HIPOLITO, Lucia & ROCHA LIMA, Valen-

tina da

- 1983 "História de vida na América Latina", *BIB*(16):5-24.

CAMARGO, Aspásia; RAPOSO, Eduardo & FLAKSMAN, Sérgio

- 1984 *O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

CANEDO, Pio

- 1983 *Entrevista a Lucia Hippolito*. Belo Horizonte, 11-13.05.83.

CARDOSO, Fernando Henrique

- 1975 "Partidos e deputados em São Paulo, o voto e a representação política", in *OS PARTIDOS e as eleições no Brasil*, Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier (eds.). Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CARLI, Gileno de

- 1962 *Anatomia da renúncia*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro.

CARNEIRO, Rui

- 1977 *Rui Carneiro (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.

CARONE, Edgar

- 1971 *A República Velha* (evolução política). São Paulo, Difel.

CARVALHO, Cid

- 1977 *Cid Carvalho (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.

CARVALHO, Getúlio

- 1976 *Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

CARVALHO, José Murilo de

- 1966 "Barbaca: a família, a política e uma hipótese", *RBEF* (20):153-93.

CARVALHO, Maria Isabel Valladão de

- 1977 *A colaboração do Legislativo para o desempenho do Executivo durante o governo JK*. Rio de Janeiro, IUPERJ (tese de mestrado em ciência política).

CARVALHO, Orlando M.

- 1960 "Os partidos nacionais e as eleições parlamentares de 1958", *RBEF*(8):9-19.

CARVALHO, Último de

- 1973 *Antes que me esqueça...* Rio de Janeiro, Pongetti.

- 1976 *Último de Carvalho (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.

CASTELO BRANCO, Carlos

- 1975 *Introdução à Revolução de 1964*. Rio de Janeiro, Artenova, 2 vols. (1.º tomo: *Agonia do poder civil*; 2.º tomo: *A queda de João Goulart*).

CHAGAS, Paulo Pinheiro

- 1977a *Esse velho vento da aventura* (memórias). Belo Horizonte, Itatiaia.

- 1977b *Paulo Pinheiro Chagas (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.

CHAVES, João Pacheco e

- 1977-8 *João Pacheco e Chaves (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.

- 1946 *CONSTITUIÇÃO dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional.

1978

- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil*, de 24 de janeiro de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969. Brasília,



- Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados.
- CORREA, Marcos Sâ  
1977 *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, L & PM.
- COUTINHO, Lourival  
1956 *O general Góis depõe...* Rio de Janeiro, Coelho Branco, 2.<sup>a</sup> ed.
- D'ARAUJO, Maria Celina Soares  
1982 *O segundo governo Vargas (1951-1954)*. Democracia, partidos e crise política. Rio de Janeiro, Zahar.
- DEODATO, Alberto  
1965 *Nos tempos de João Goulart*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- DOWNS, Anthony  
1957 *An economic theory of democracy*. New York, Harper & Row.
- DREIFUSS, René Armand  
1981 *1964: a conquistista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, Vozes.
- DULCI, Otávio Soares  
1977 *A União Democrática Nacional e o antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais (tese de mestrado em ciência política).
- DULLES, John W. Foster  
1974 *Getúlio Vargas: biografia política*. Rio de Janeiro, Renes.
- DUTRA, Elói  
1963 *IBAD, sigla da corrupção*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- DVERGER, Maurice  
1958 *Les partis politiques*. Paris, Armand Colin, 3.<sup>a</sup> ed.
- EDINGER, Lewis J.  
1964 "Political Science and Political Biography: reflections on the study of leadership (I)". *The Journal of Politics*, 26(2): 423-39.
- 1964 "Political Science and Political Biography (II): reflections on the study of leadership". *The Journal of Politics*, 26(3): 648-76.
- FARIAS, Cordeiro de  
1981 *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias, por Aspásia Camargo e Wálder de Góes*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FIGUEIREDO, Wilson  
1964 "A revolução, a esquerda e a classe média". *Cadernos Brasileiros* (23): 5-15.

- FRANCO, Afonso Arinos de Melo  
1974 *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 2.<sup>a</sup> ed.
- FRANCO, Virgílio A. de Melo  
1956 *A campanha da UDN, 1944-45*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL  
1984 *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-83*. Equipe do CPDOC, sob a coord. de Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense Universitária: FGV/CPDOC: Finep.
- GOULART, João  
1963 *Mensagem ao Congresso Nacional* (remetida pelo presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1963). Brasília.
- 1964 *Mensagem ao Congresso Nacional* (remetida pelo presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1964). Brasília.
- GUIMARÃES, Ulisses  
1971 *Entrevista a Lúcia Lippi de Oliveira*. Brasília, 30.04.1971.
- HEILBORN, Maria Luíza  
1977 *A oligarquia mineira: um estudo de caso*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC.
- HIPPOLITO, Lúcia  
1977 *A campanha eleitoral de 1950*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC.
- 1982 *Biografia e política*. A Ala Moça do PSD: primeiros passos de pesquisa. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC.
- 1984 "Partido Social Democrático" (verbete), in FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 1984.
- IANNI, Otávio  
1968 *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- 1983 *IMPASSE na democracia brasileira, 1951-1955* (coletânea de documentos). Org. por Adelina Maria Alves Novais, Célia Maria Leite Costa, Maria Celina Soares D'Araújo e Suely Braga da Silva. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC.
- JAGUARIBE, Helio  
1968 *Political development in Brazil, political parties 1930-64*. Rio de Janeiro (mimeo).
- 1972 *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2.<sup>a</sup> ed.
- 1975 *A crise do populismo brasileiro*. Rio de Janeiro, IUPERJ.

- JOFFILY, José  
1977-8 *José Joffily (depoimento I)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.  
1983 *José Joffily (depoimento II)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.
- JOST, Nestor  
1983 *Nestor Jost (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.
- JUREMA, Abelardo  
1964 *Sexta-feira, 13*. Os últimos dias do governo João Goulart. Rio de Janeiro, O Cruzeiro.  
1977 *Abelardo Jurema (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.
- KUBITSCHKE, Juscelino  
1975-8 *Meu caminho para Brasília* (memórias). Rio de Janeiro, Bloch, 3 vols. — 1.º: *A experiência da humildade* (1975); 2.º: *A escalada política* (1976); 3.º: *50 anos em cinco* (1978).
- LACERDA, Carlos  
1978 *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- LAFER, Celso  
1970 *The Planning Process and the Political System in Brazil: a Study on Kubitschke's Target Plan*. Cornell University (tese de doutorado em ciência política).
- LAMOUNIER, Bolívar & KINZO, Maria D'Alva  
1978 "Partidos políticos, representação e processo eleitoral no Brasil, 1945-78". *Dados* (19): 11-32.
- LA PALOMBARA, Joseph & WEINER, Myron  
1960 *Political Parties and Political Development*. Princeton, Princeton University Press.
- LASSWELL, Harold D.  
1960 *Psychopathology and politics*. New York, Viking Press, 2nd ed.
- LEAL, Vítor Nunes  
1975 *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 2.ª ed.
- LIMA, Hermes  
1974 *Travessia* (memórias). Rio de Janeiro, José Olympio.  
1978 "Evolução e crise do sistema partidário brasileiro: as eleições legislativas estaduais de 1947 a 1962". *Dados* (17): 29-52.
- 1983 *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional* (1945-64). Rio de Janeiro, Graal.

- LIMA SOBRINHO, Alexandre José de  
1977 *Barbosa Lima Sobrinho (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.
- LINS, Elvino  
1977 *Um depoimento político (episódios e observações)*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- LUDOVICO, Pedro  
1976 *Pedro Ludovico (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.
- MAGALHÃES, Juraci  
1982 *Minhas memórias provisórias*. Depoimentos prestados ao CPDOC, coord. Alzira Alves de Abreu, Eduardo Raposo e Paulo César Farah. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MAGALHÃES, Sérgio  
1978 *Sérgio Magalhães (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.
- MICHELIS, Robert  
1962 *Political Parties: a Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy*. New York, Free Press.
- NEVES, Tancredo  
1981 *Entrevista ao programa Canal Livre*. Rio de Janeiro, TV Bandeirantes, abril.
- 1981 *Entrevista in A HISTÓRIA vivida (I): entrevististas, Lourenço Dantas Mota* (coord.). São Paulo, O Estado de São Paulo, pp. 210-33.
- 1984 *Tancredo Neves (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.
- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de  
1973 "Notas sobre o comportamento das coligações eleitorais no Brasil (1950-1962)". *Dados* (10): 166-83.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de  
1973 *O Partido Social Democrático*. Rio de Janeiro, IUPERJ (tese de mestrado em ciência política).
- 1964 *OS IDOS de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro, José Alvaro, 3.ª ed.
- 1975 *OS PARTIDOS e as eleições no Brasil*, Fernando Henrique Cardoso e Bolívar Lamounier (eds.). Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- PALMER JR., Thomas W.  
1975 *São Paulo in the Brazilian Federation: a state out of balance*. Ann Arbor, Xerox Univ. Microfilms (tese de doutorado em ciência política, Columbia University, 1950).



PANDOLFI, Dulce Chaves

1983

*Consolidação e crise de uma elite política: Pernambuco de Agamenon Magalhães. Rio de Janeiro, IUPERJ (tese de mestrado em ciência política).*

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

1945

*Programa, estatutos e código eleitoral. Rio de Janeiro, 52 p. (folheto pertencente ao Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC).*

1948

*Programa e estatutos. Rio de Janeiro, 49 p. (folheto pertencente ao Arquivo Getúlio Vargas, FGV/CPDOC).*

1952

*Programa e estatutos. Rio de Janeiro, 56 p. (folheto pertencente ao Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC).*

1954

*Estatutos. Rio de Janeiro, 30 p. (folheto pertencente ao Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC).*

1955

*Estatutos. Rio de Janeiro, 30 p. (folheto pertencente ao Arquivo Ernani do Amaral Peixoto, FGV/CPDOC).*

1956

*Estatutos. Rio de Janeiro, 32 p. (folheto pertencente ao Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC).*

1961

*Estatutos. Rio de Janeiro, 33 p. (folheto pertencente ao Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC).*

1962

*Declaração de Brasília. Brasília, 11 p. (folheto pertencente ao Arquivo Gustavo Capanema, FGV/CPDOC).*

PEDREIRA, Fernando

1964

*Março, 31: civis e militares no processo da crise brasileira. Rio de Janeiro, José Álvaro.*

PEIXOTO, Augusto do Amaral

1975

*Augusto do Amaral Peixoto (depoimento). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.*

PEIXOTO, Ernani do Amaral

1971

*Entrevista a Lúcia Lippi de Oliveira. Brasília, 12.03.1971.*

1977-84

*Ernani do Amaral Peixoto (depoimento I). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.*

1981

*Entrevista in A HISTÓRIA vivida (I): Entrevistas. Lourenço Dantas Mota (coord.). São Paulo, O Estado de São Paulo, p. 275-300.*

1983

*Ernani do Amaral Peixoto (depoimento II). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.*

PICALUGA, Isabel Fontenele

1978

*Contribuição para o estudo dos partidos políticos brasileiros: o caso da UDN da Guanabara. São Paulo, Universidade de São Paulo (tese de mestrado em ciência política).*

PRESTES, Luís Carlos

1960

*Por que os comunistas apóiam Lott e Jungo. Rio de Janeiro, Vitória.*

RAE, Douglas W.

1967

*The Political Consequences of Electoral Laws. New Haven, Yale University Press.*

RAMOS, Alberto Guerreiro

1961

*A crise do poder no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar.*

RAMOS, Plínio de Abreu

1963

*Como agem os grupos de pressão. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.*

RIKER, William H.

1962

*The theory of political coalitions. New Haven and London, Yale University Press.*

ROCHA NETO, Bento Munhoz da

1960

*Radiografia de novembro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.*

RODRIGUES, Martins

1971

*Entrevista a Lúcia Lippi de Oliveira. Brasília, 01.05.1971.*

SAMPAIO, Regina

1982

*Ademar de Barros e o PSP. São Paulo, Global.*

SANTOS, Wanderley Guilherme dos

1962

*Quem dará o golpe no Brasil? Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.*

1971

*"Eleição, representação, política substantiva", Dados (8): 7-24.*

1973

*"Coalizões parlamentares e instabilidade governamental", Revista Brasileira de Administração Pública, 13(14).*

1977

*"As eleições e a dinâmica do processo político brasileiro", Dados (14): 211-39.*

1979

*The calculus of conflict: impasse in Brazilian politics and the crisis of 1964. Stanford, Stanford University (tese de doutorado em ciência política).*

SARTORI, Giovanni

1960

*"European political parties: the case of polarized pluralism", in LA PALOMBARA, J. & WEINER, M., Political Parties and Political Development. Princeton, Princeton University Press, pp. 137-76.*

1976

*Parties and Party Systems. A Framework for Analysis. Cambridge, Cambridge University Press.*

1982

*Partidos e sistemas partidários (prefácio do autor à edição brasileira). Rio de Janeiro: Zahar, Brasília: Universidade de Brasília.*

SARTRE, Jean-Paul

1972

*Questão de método. São Paulo, Difel, 3.ª ed.*

SÁTIRIO, Ernani

1977

*Ernani Sátiro (depoimento). Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.*

- SCHMITTER, Philippe C.  
1971 *Interest conflict and political change in Brazil*. Stanford, Stanford University Press.
- SCHWARTZMAN, Simon  
1975 *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo, Difel.  
1977 "As eleições e o problema institucional", *Dados* (14): 447-72.
- SILVA, Hélio  
1974 *1944: o Brasil na guerra*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.  
1978 *1954: um tiro no coração*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SIMÃO, Aziz  
1956 "O voto operário em São Paulo". *RBEF* (1).
- SKIDMORE, Thomas  
1969 *Brasil, de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Saga.
- SOARES, Gláucio Ari Dillon  
1964 "Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria", *RBEF* (17): 95-124.
- 1973 *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo, Difel.
- SODRÉ, Nelson Werneck  
1977 "História do ISEB", in *Temas de ciências humanas* (1). São Paulo, Grijalbo, pp. 101-19.  
1977 "História do ISEB — 2. Crise", in *Temas de ciências humanas* (2). São Paulo, Grijalbo, pp. 119-43.  
1978 "História do ISEB — 3. Fechamento", in *Temas de ciências humanas* (4). São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, pp. 69-91.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de  
1976 *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Alfa-Omega.
- STACCHINI, José  
1965 *Março 64: a mobilização da audácia*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- TOLEDO, Caio Navarro de  
1977 *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo, Ática.
- VALADARES, Benedito  
1966 *Tempos idos e vividos (memórias)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- VALE, Osvaldo Trigueiro do  
1978 *O general Dutra e a redemocratização de 45*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- VARGAS, Ivet  
1977-8 *Ivet Vargas (depoimento)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC — História Oral.
- VIANNA, Luís Jorge Werneck  
1978 "O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão". *Cadernos Cedec* (1). São Paulo, Brasiliense.
- VICTOR, Mário  
1965 *Cinco anos que abalaram o Brasil (de Jânio Quadros ao marechal Castelo Branco)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- VILAÇA, Marcos Vinícius & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti  
1965 *Coronel, coronéis*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- WEBER, Max  
1968 *Economy and Society*. New York, Bedminster Press.  
1971 "A política como vocação", in *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2.<sup>a</sup> ed.
- WEFFORT, Francisco  
1965 "Raízes do populismo em São Paulo", *Revista Civilização Brasileira* (2): 39-60.  
1978 *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- WIRTH, John D.  
1977 *Minas Gerais in the Brazilian Federation, 1889-1937*. Stanford, Stanford University Press.

#### REVISTAS CONSULTADAS

- Revista Brasileira de Administração Pública*  
*Revista Brasileira de Estudos Políticos*  
*Cadernos Brasileiros*  
*Revista Civilização Brasileira*  
*Dados*
- Isto É*, São Paulo  
*Manchete*, Rio de Janeiro  
*O Cruzeiro*, Rio de Janeiro  
*Senhor*, São Paulo  
*Veja*, São Paulo

#### JORNAIS CONSULTADOS

- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro  
*Diário do Congresso Nacional*



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

*Folha de São Paulo*, São Paulo  
*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro  
*O Estado de São Paulo*, São Paulo  
*O Globo*, Rio de Janeiro

### ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo Ernani do Amaral Peixoto — FGV/CPDOC  
 Arquivo Getúlio Vargas — FGV/CPDOC  
 Arquivo Gustavo Capanema — FGV/CPDOC

- ABREU, Ovídio Xavier de 88-9  
 AFONSO, Almino Monteiro Alvares 107, 114  
 AGRIPIÑO Filho, João 144  
 AGUIAR, Anésio Frota 96  
 AGUIAR, Jefferson de 113  
 ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de 126  
 ALEIXO, Pedro 110, 229, 248  
 ALEIXO, Renato Onofre de Pinto 89, 124, 150  
 ALKMIN, José Maria de 105-6, 157-8, 160, 165, 170, 174, 181-2, 188, 195, 201-2, 204, 209, 218, 222, 229, 231, 246-8  
 ALMEIDA, José Américo de 91, 148, 180  
 ALMEIDA, Sebastião Pais de 188, 207  
 ALVES, Aluísio 101, 209  
 AMARAL, v. PEIXOTO, Ernani do Amaral  
 AMARAL Valente, Francisco Gurgel do 92  
 ANDRADA, José Bonifácio Lafayette de 68, 144, 174  
 ANDRADE, Armindo Marcílio Doutel de 229  
 ANDRADE, Auro Soares de Moura 114-5, 153, 177, 240-2, 247  
 ANDRÉA dos Santos, Abelardo Fortuna 67  
 ARANHA, Osvaldo Euclides de Souza 92, 202, 207-8  
 ARCHER da Silva, Renato Baíma 24, 48, 85, 97, 123-5, 131, 145-6, 156-60, 163-4, 166, 170, 181, 183, 195, 200-1, 205, 221, 232, 237, 239, 241, 248  
 ARCHER da Silva, Sebastião 124, 146  
 ARRAIS de Alencar, Miguel 237  
 ARRUDA, João Ponce de 197  
 ASSUNÇÃO, Alexandre Zacarias de 197  
 AVELINO, José Georgino Alves de Souza 124  
 BALBINO de Carvalho Filho, Antônio 46, 67, 91-2, 96, 124, 135-6, 149, 151, 173, 177-8, 221, 223, 234  
 BALEIRO, Aliomar de Andrade 95-100, 144, 229  
 BARAÍTA, Joaquim de Magalhães Cardoso 124, 197  
 BARCELOS, Válder Peracchi 124, 132, 154-5, 197, 205  
 BARRETO, Frederico de Barros 114  
 BARROS, Ademar Pereira de 90-1, 152, 158-9, 175-7, 208, 222, 237, 240  
 BARROS, Eugêno de 124  
 BARROSO, José Parsifal 196  
 BASTOS, Abguar 204  
 BELO, Newton de Barros 124, 209  
 BELTRÃO, Heitor da Nobrega 101  
 BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita 40, 69, 76, 95, 110, 117, 144, 164, 166, 190-1  
 BERNARDES, Artur da Silva 70  
 BERNARDES FILHO, Artur da Silva 123, 197  
 BITTENCOURT, Paulo 181  
 BODÉA, Miguel 40  
 BOMENY, Helena Maria Bousquet 147

- COSTA, Artur de Souza 67  
 COSTA, Canrobert Pereira da 159  
 COSTA, Edgar 158  
 COSTA, Fernando de Souza 120, 124, 153  
 COSTA, Fernando Correia da 197, 209  
 COSTA, José Ribamar Ferreira de Araújo (José Sarnei) 147  
 COSTA, Olavo 231  
 COSTA, Plínio 209  
 COUTO FILHO, Miguel 89, 96, 197  
 CUNHA, Luis Fernando Bocaiúva (Baby) 227, 229  
 CUNHA, Manuel Bonifácio da 197  
 DANTAS, Francisco Clementino de Santiago 194, 199, 209, 216-7, 223, 236-7, 239  
 D'ARAUJO, Maria Celina Soares 69, 86-7, 90, 102, 116, 130, 155  
 DENIS, Odílio 160, 167  
 DODSWORTH Filho, Henrique de Toledo 120, 124  
 DREIFUSS, René Armand 108, 221  
 DUARTE, Samuel Vital 67-8  
 DULCI, Otávio Soares 40  
 DULLES, John W. Foster 86  
 DUTRA, Elói Angelo Coutinho 221  
 DUTRA, Eurico Gaspar 48, 69-70, 72, 87-9, 91, 129, 147, 151, 153-4  
 DUTRA, Tarso de Moraes 67, 155, 205  
 DUVERGER, Maurice 38, 41-3, 48  
 ESTELITA Campos, Wagner 68  
 FALCÃO, Armando Ribeiro 98-9, 124, 175, 182, 200, 207, 222, 228, 234, 240  
 FARACO, Daniel Agostinho 106, 155, 158  
 FARIAS, Osvaldo Cordeiro de 111, 130-1, 154, 196, 222, 240, 246  
 FERNANDES, Paulo 113  
 FERNANDES, Rafael 124  
 FERNANDES, Raul 192  
 FERRARI, Fernando 59, 207, 225  
 FERRAZ, José Cândido 144-5  
 FERREIRA, José Feliciano 196, 209  
 FIGUEIREDO, Argemiro de 113, 207  
 FIGUEIREDO, José de Lima 98-9  
 FONToura, João Neves da 89  
 FORTES, José Francisco Bias 88, 129, 135, 173, 197, 201, 204  
 FRANCO, Afonso Arios de Melo 51, 92, 100, 144, 192, 197, 247  
 FRANKLIN, Benjamin 64  
 FREIRE, Vitorino de Brito 121, 125, 146-8  
 FREITAS, José Pedreira de 178  
 FREITAS, Lauro Farani Pedreira de 151  
 GAMA, Camilo Nogueira da 113  
 GARCIA, Filadelfo 158, 205  
 GOMES, Augusto Maynard 124  
 GOMES, Eduardo 71, 88, 90  
 GOMES, Venceslau Brás Pereira 129  
 GONÇALVES Filho, Bento 204  
 GONDIM, Pedro Moreno 180, 209  
 GOULART, João Belchior Marques (Jango) 48, 80, 94-5, 97, 104-5, 107-9, 112-6, 136, 154-5, 179, 177, 183, 191, 201, 207, 209, 213, 214, 218-23, 228-30, 232-5, 237, 240-7  
 GUEVARA, Ernesto (Che) 111  
 GUIMARÃES, Alô Ticolat 113  
 GUIMARÃES, Napoleão de Alencastro 197  
 GUIMARÃES, Ulisses Silveira 46-7, 67-8, 96, 110, 119, 139, 151-2, 156-61, 168, 173, 175-7, 182-3, 224-5, 229, 248  
 GUIMARÃES, Valdemar de Oliveira 68  
 HEILBORN, Maria Luísa 121  
 HERÁCLIO, Chico, v. REGO, Francisco Heráclio do 109  
 HORTA, Oscar Pedroso 109  
 IANNI, Otávio 188  
 JANGO, v. GOULART, João Belchior Marques  
 JOBIM, Váiter Só 87, 89, 123, 155  
 JOFFILY Bezerra de Melo, José 43-4, 100, 106, 122, 127, 145, 148-9, 156, 160-9, 172, 180, 182-3, 204-5, 216, 224-5, 232  
 JOPERT da Silva, Maurício 101  
 JOST, Nestor 34, 154-6, 161, 163, 177, 180-1, 184, 205, 232  
 JUHEMA, Abelardo de Araújo 45, 98, 105-6, 124, 126, 182, 223, 236  
 KINZO, Maria D'Alva 38  
 KUBITSCHKE de Oliveira, Juscelino 23, 48, 54, 73-4, 77, 91, 96, 106, 114-5, 117, 130-3, 135-6, 139-41, 146, 148, 150-60, 162-3, 165-6, 169, 172-9, 181-2, 184, 189-95, 197, 199-205, 207, 210-1, 215-6, 218-21, 223, 232, 236, 245-6, 248  
 LACERDA, Carlos Frederico Werneck de 99, 111, 130, 159, 169, 192, 197, 200, 202, 208-10, 218, 222, 228, 236-7, 240  
 LACERDA, Jorge 179  
 LAFER, Celso 139-40, 172  
 LAFFER, Horácio 91-2, 177, 207  
 LAMOUNIER, Bolívar 38  
 LAURO, Paulo 113  
 LEAL, Leoberto 153, 156, 161-4, 168-9, 178-9, 181  
 LEAL, Vitor Nunes 126, 165, 200  
 LEITE NETO, Francisco 68  
 LEVY, Herbert Vitor 100-1, 113, 216  
 LIMA, Francisco Negrão de 91, 194, 248  
 LIMA, Hermes 217  
 LIMA, Noraldino 129  
 LIMA, Valentina da Rocha 25  
 LIMA FILHO, Osvaldo Cavalcanti da Costa 204  
 LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de 34, 39, 54, 64-5, 121, 127, 147, 153, 191  
 LIMA SOBRINHO, Alexandre José de Barbosa 45, 89, 121, 126, 129  
 LINDENBERG, Carlos Fernando Monteiro 124, 196  
 LINS, José Luís de Magalhães 221  
 LINS de Albuquerque, Etevíno 98, 106, 124, 130, 132, 196, 215  
 LIRA, José Pereira 89  
 LOPES, Lucas 181, 188, 195  
 LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira 112, 159-60, 182, 204-8, 210  
 LOUREIRO de Farias, Osman 124  
 LUDOVICO Teixeira, Pedro 124, 134, 203, 209  
 LUPION de Tróia, Moisés 124, 173, 197  
 LUZ, Carlos Coimbra da 68, 88-9, 129, 157, 159-60, 205  
 MACEDO, João Vieira de 123-4  
 MACHADO, Aníbal Monteiro 89  
 MACHADO, Cristiano Monteiro 89-90, 129  
 MACHADO da Ponte, Expedito 236  
 MACHADO, Guilherme 96  
 MACIEL, José do Rego 124, 132  
 MACIEL, Leandro Maynard 144, 208  
 MAGALHÃES, Agamenon Sérgio de Godói 45, 67, 120, 123-4, 129-30  
 MAGALHÃES, Antônio Carlos Peixoto de 145  
 MAGALHÃES, Juraci Montenegro 150-1, 178, 192, 196, 200, 208, 221  
 MAGALHÃES Junior, Sérgio Nunes de 204, 209, 216, 230  
 MAIA, Alvaro Botelho 124  
 MAMEDE, Jurandir Bizarria 159  
 MANGABEIRA, João 90  
 MANGABEIRA, Otávio 69-71, 88, 150-1  
 MARANHÃO, Jarbas Cardoso de Albuquerque 114, 124, 132  
 MARINHO, Gilberto 222  
 MARTINS, Luciano 188  
 MAZZILLI, Pascoal Ranieri 68, 111-3, 157, 173-4, 182, 213, 247-8  
 MEDEIROS NETO, Luís de Menezes 124  
 MELO, Francisco de Assis Correia de 249  
 MELO, José Munhoz de 197  
 MELO, Leônidas de Castro 124  
 MELO, Taciano Gomes de 203  
 MELO, Leopoldo Tavares da Cunha 235



BORGES Teixeira, Mauro Ludovico 112, 209, 229-30, 237, 245  
 BORNHAUSEN, Irineu 197  
 BRAGA, Nei Amintas de Barros 112, 209, 229  
 BRANDI Cachapuz, Paulo 69, 71, 86, 92, 94, 97  
 BRANT, Celso Teixeira 204  
 BRAS, Venceslau, v. GOMES, Venceslau Brás Pereira  
 BRIGADEIRO, v. GOMES, Eduardo  
 BRITO, Antônio Pereira de Oliveira 45-7, 85, 97, 110, 113, 124, 149-51, 156, 158-61, 163, 173-4, 178, 183, 185, 205, 217, 225, 230, 232, 234, 236  
 BRIZOLA, Leonel de Moura 112-3, 197, 207, 220-1, 227-9, 233, 235-6, 239, 244-5  
 CABRAL, Carlos Castilho 96, 176  
 CAFÉ FILHO, João 56, 76, 89, 155, 159  
 CALAZANS, Benedito Mário (padre) 113  
 CALMON Muniz Bittencourt, Pedro 136  
 CALÓGERAS, João Pandiá 79  
 CAMARA Filho, José Sette 182, 200  
 CAMARGO, Aspásia Brasileiro de Alcântara 25, 148, 180, 224  
 CAMPELO Júnior, Manuel Neto Carneiro 129  
 CAMPOS, Francisco Luís da Silva 249  
 CAMPOS, Milton Soares 66, 69, 129, 207-9, 231, 247  
 CAMPOS, Roberto de Oliveira 182, 188  
 CANEDO, Pio 27, 86, 106, 112, 125, 128-9, 202, 214, 218, 246  
 CAPANEMA, Gustavo 93, 97, 100-1, 111, 115, 129, 161, 174-5, 216, 222, 224, 229, 231  
 CARDOSO, Adauto Lúcio 144, 167, 228  
 CARDOSO, Ciro do Espírito Santo 97  
 CARDOSO, Clodomir 124, 147

CARDOSO, Fernando Henrique 190  
 CARLI, Gileno de 110-1, 225  
 CARMO, Aurélio Correia do 209  
 CARNEIRO, Alcides Vieira 98-9  
 CARNEIRO, Geraldo 200  
 CARNEIRO, José Janduí 127, 180, 209  
 CARNEIRO, Nélson de Souza 67, 222, 234  
 CARNEIRO, Rui 124, 127, 148-9, 180, 189  
 CARNEIRO da Silva, Oscar Napoleão 158  
 CARONE, Edgar 79  
 CARVALHO, Cid Rojas Américo de 139, 146, 156, 160-1, 163, 166, 169, 181, 183, 204-5, 227  
 CARVALHO, Eronildes Ferreira de 124  
 CARVALHO, Getúlio 94  
 CARVALHO, José de Matos 124  
 CARVALHO, Maria Isabel Valadão de 72-5  
 CARVALHO, Orlando M. de 196  
 CARVALHO, Sebastião Celso de 124  
 CARVALHO, Último de 174, 201, 204, 206, 223, 225, 229, 231  
 CASTELO BRANCO, Carlos 217, 220, 231-2, 237, 245  
 CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar 147, 174, 230, 244, 247-8  
 CASTRO, Aluísio de 230  
 CASTRO, José Monteiro de 247  
 CAVALCANTI de Albuquerque, Natalício Tenório 209  
 CERDEIRA, Arnaldo dos Santos 229, 248  
 CHAGAS, Paulo Pinheiro 106, 109, 135, 201, 234  
 CHAVES, João Pacheco e 151-3, 156-7, 168-9, 170, 177, 182, 184, 205  
 CHAVES, Joaquim Ferreira 79  
 CIRILO JÚNIOR, Carlos 68, 88-9, 96, 123-4, 153, 165-6, 168, 177, 194  
 CLEOFAS de Oliveira, João 91  
 COELHO, Levindo Eduardo 129  
 COELHO, Lopo de Carvalho 98-9  
 COSTA, Adroaldo Mesquita da 89

70-1, 87-9, 123-5, 132, 153-4, 160, 167, 169-70, 179, 197  
 RAMOS, Plínio de Abreu 108  
 RAMOS, Rui Vitorino 107  
 RAMOS Branco, Celso 124, 154, 179, 197, 209  
 RAMOS da Silva, Aderbal 153  
 REGO, Francisco (Chico) Heráclio do 126  
 RIBAS, Manuel 124  
 RIBEIRO, Jair Dantas 220  
 ROCHA, Francisco de Paula Brochado 217  
 ROCHA NETO, Bento Munhoz da 159  
 RODRIGUES, José Martins 43, 46, 76, 119, 124, 158, 207, 217, 219, 221, 223, 229-30, 232, 237, 242, 248  
 RODRIGUES, Lupicínio 183  
 SA, Alfredo Prates de 129  
 SALES, Eurico de Aguiar 132, 170, 200-1, 207  
 SALGADO, Plínio 113, 158-9, 176  
 SALGADO da Gama, Clóvis 201-2, 209  
 SALGADO FILHO, Joaquim Pedro 79, 155  
 SAMPAIO, Cid Feijó 196, 221  
 SAMPAIO, Plínio Soares de Arruda 229  
 SAMPAIO, Regina 40  
 SANTOS, Wanderley Guilherme dos 21, 27, 33-4, 39, 69, 72, 75, 81, 213, 251, 254-5  
 SARNEY, José, v. COSTA, José Ribamar Ferreira de Araújo  
 SARTORI, Giovanni 22, 28-36, 40, 44, 53, 63, 142-4, 253, 256  
 SATIRO e Souza, Ernani Aires 221, 229  
 SCHMIDT, Augusto Frederico 248  
 SCHWARTZMAN, Simon 153, 191  
 SEABRA, José Rodrigues 129  
 SILVA, Artur da Costa 249  
 SILVA, Carlos Medeiros 249  
 SILVA, Hélio 69, 79, 92, 96  
 SILVEIRA, Roberto Teixeira da 192, 196  
 SIMÃO, Aziz 191

SIMÕES da Silva Freitas  
 FILHO, Ernesto 91  
 SIMONSEN, Roberto Cochrane 153  
 SKIDMORE, Thomas 86, 109, 235, 237  
 SOARES, Gláucio Ari Dillon 64, 166, 191  
 SOARES de Moura, Raul 79  
 SOARES e Silva, Edmundo de Macedo 126  
 SODRÉ, Nélson Werneck 141, 166  
 SOUZA, Hermes Pereira de 124, 207  
 SOUZA, Maria do Carmo Campelo de 38, 64  
 STACCHINI, José 240  
 TARSO Santos, Paulo de 229  
 TAVORA, Juarez do Nascimento Fernandes 103, 130, 158-9, 176  
 TAVORA, Virgílio de Moraes Fernandes 144  
 THIBAU, Nélson Luis 209  
 TOLEDO, Caio Navarro de 141, 165  
 TOSTES, Lair de Resende 129  
 VALADARES Ribeiro, Benedito 45, 66, 120-1, 123-6, 128-9, 131-2, 134-6, 166, 168, 170, 173, 201, 220, 223  
 VARGAS, Benjamin Dornelles 100  
 VARGAS, Getúlio Dornelles 27, 41, 45, 56-7, 59, 70, 76, 79, 85, 87-93, 95, 98-103, 111, 116, 120, 123, 130-1, 136, 148, 150, 153, 155, 191, 202, 219, 254  
 VARGAS, Lútero Sarmanho 100, 197  
 VARGAS Tatsch Martins, Cândida Ivete 190  
 VAZ, Rubens Florentino 99  
 VIANA, Ari de Siqueira 114  
 VIANA, Fernando de Melo 68, 129  
 VIANA, Luis Jorge Werneck 40  
 VICTOR, Mário 109, 111-2, 114, 237, 248  
 VIEIRA, Heribaldo Dantas 113  
 VILAÇA, Marcus Vinicius 126  
 WAINER, Samuel 95-6  
 WEEFORT, Francisco 176, 188  
 WIRTH, John 121

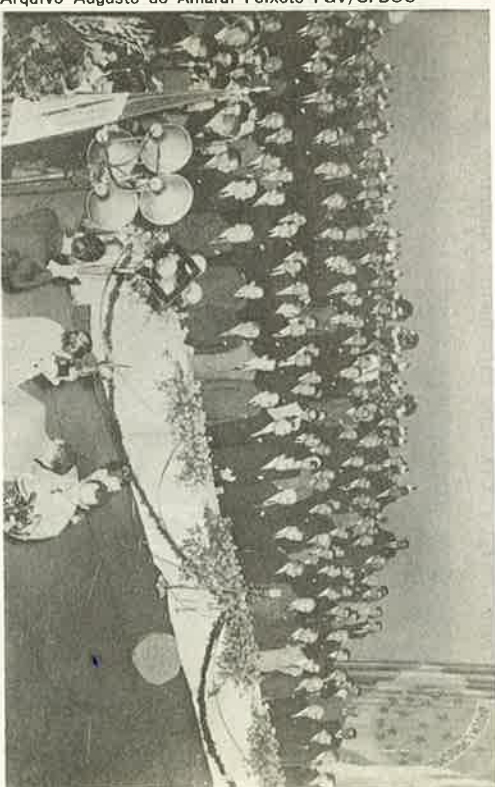
- MELO, Tarcilo Vieira de 149-50, 156, 159-63, 167-9, 173-4, 177-8, 181-3, 237, 244
- MENDES da Costa Filho, João 222
- MENEGETTI, Ildo 124, 132, 173, 245
- MERGULHÃO, Benedito Mansos 98-9
- MICHELS, Robert 23, 35, 120, 133-5
- MINCARONI, Aquiles 66
- MIRANDA, João Pedro da Veiga 79
- MONTEIRO, Agostinho Menezes 197-
- MONTEIRO, Ismar de Góis 124
- MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góis 89, 121
- MONTEIRO Filho, Armando de Queirós 158
- MORAIS, Ângelo Mendes de 209
- MORAIS, Freire de 54-5
- MORAIS, José Ernirio de 110
- MOREIRA, José Guimarães Neiva 204
- MÜLLER, Filinto Strübling 106, 124, 200, 209
- NAVES, Adbon de Souza 197
- NEVES, Jones dos Santos 124
- NEVES, Paulo Baeta 207
- NEVES, Tancredo de Almeida 37, 47, 91-2, 102, 106, 113-6, 182, 187, 201-2, 204, 209-10, 215-6, 218, 223, 230-1, 232, 237, 246, 253, 257
- NOVAIS, Manuel Cavalcanti de 113
- NOVAIS FILHO, Antônio de 113
- NOVELLI JÚNIOR, Luís Gonzaga 153
- OLIVEIRA, Guilhermino de 68, 182, 201
- OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de 64
- OLIVEIRA, José Aparecido de 228
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de 24, 39-40, 43, 63, 121, 245
- PACHECO Pereira, Luís Régis 124, 136, 148-51
- PAIM FILHO, Firmino 124, 132
- PALMER, Thomas 121
- PANDOLFI, Dulce Chaves 40, 129-30, 192, 196
- PASQUALINI, Alberto 155
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral 95-6
- PEIXOTO, Ernani do Amaral 24, 37, 41, 43, 45-8, 51, 53-5, 70-1, 76-7, 88-9, 91-2, 95, 97, 101, 103-4, 107, 112-5, 120-7, 131-2, 124, 158, 166, 173, 187, 193, 195-7, 202-4, 206-7, 210, 213, 215-7, 219, 221-5, 228-30, 232, 234, 237, 239-40, 242, 244-6, 247-8
- PEIXOTO Júnior, Augusto do Amaral 97, 100, 124
- PELACANI, Dante 208
- PENA, José Ribeiro 201-2, 209
- PENA JÚNIOR, Atonso Augusto Moreira 88-9
- PENIDO, Osvaldo Maia 165, 200
- PERÓN, Juan Domingo 98, 163, 169
- PESTANA, Clóvis 92, 103, 155, 158, 205
- PICALUGA, Isabel Fontenele 40, 192
- PILLA, Raul 114, 155, 215
- PIMENTEL, Francisco Menezes 124
- PINHEIRO da Silva, Israel 67-8, 88-9
- PINTO, Carlos Alberto Alves de Carvalho 112, 177, 204, 236
- PINTO, José de Magalhães 201-2, 209-10, 218, 221, 231, 237, 240, 245, 247
- PINTO, Olavo Bilac Pereira 94, 100-1, 144, 174, 228, 240
- PRADO, Antônio da Silva (conselheiro) 152
- PRADO JÚNIOR, Antônio 152
- PRESTES, Luís Carlos 57, 208
- PRÍNCIPE de Oliveira, Hermógenes 205
- QUADROS, Jânio da Silva 48, 68-9, 76, 85, 103-11, 116, 152, 175-7, 208, 210, 213, 218, 225, 247, 254
- RADEMAKER Grünewald, Augusto Hamann 249
- RAE, Douglas W. 53
- RAMOS, Joaquim Fúza 158, 248
- RAMOS, Nereu de Oliveira 68,

Arquivo Empresa Brasileira de notícias



Reunião dos fundadores do PSD no Rio de Janeiro, em julho de 1945. Na cabeceira, o General Góis Monteiro (AL). Ao seu lado, Israel Pinheiro e Benedito Valadares (MG), Ernani do Amaral Peixoto (RJ) e Filinto Müller (MT).

No Teatro Municipal do Rio de Janeiro, a convenção nacional do PSD homologa a candidatura do general Dura à presidência da República em 1945.



Arquivo Augusto do Amaral Peixoto FGV/CPDOC





O presidente Dutra visita a Bahia, em 1947, antecipando o acordo interpartidário (PSD/UDN/PR). À esquerda, o governador Olávio Mangabeira, e à direita o ministro da Educação Clemente Mariani.



Na campanha presidencial de 1950, Vitorino Freire, candidato a vice-presidente pelo PST, e Cristiano Machado, candidato a presidente pelo PSD.



Emeni do Amarel Peixoto é eleito presidente do diretório nacional do PSD, em março de 1951. Na mesa, da esquerda para a direita, Pinto Aleixo, Nereu Ramos, Amarel e Cirilo Júnior.



Getúlio já pensava em Juscelino como candidato à sua sucessão. Em 1953, o presidente da República e o governador de Minas Gerais conversam no Palácio do Catete.



Juscelino é recebido pelo presidente do PSD, Amaral Peixoto, na convenção nacional que homologou sua candidatura à presidência da República em 1955.



Os três dissidentes da candidatura Juscelino, momentos antes da votação na convenção nacional: Nereu Ramos (SC), Etelvino Lins (PE) e Peracchi Barcelos (RS). Em pé, Augusto do Amaral Peixoto.

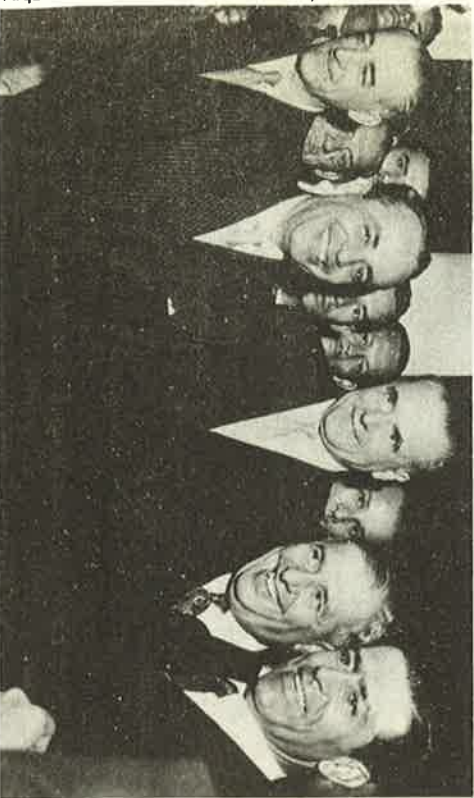


Em abril de 1955, Juscelino e Jango selam o acordo PSD/PTB, que os levaria à presidência e vice-presidência da República.





*Amarel Peixoto e Rui Carneiro (PB), em reunião na sede do PSD, em fevereiro de 1955.*



*Posse de Antônio Balbino no governo da Bahia, em abril de 1955. Da esquerda para a direita, Castilho Cabral (1.º), Antônio Balbino (2.º) e Assis Chateaubriand (4.º).*



*Nereu Ramos toma posse na presidência da República, logo após o "contragolpe preventivo" de 11 de novembro de 1955. Da esquerda para a direita, os Generais Zenóbio da Costa, Floriano de Lima Brainer, Henrique Teixeira Lott e Nereu Ramos.*

PROCEDÊNCIA	CAPIES
DATA DE ENTRADA	4/9/84
VALOR	89,00
	48710

Agência O Globo



Em janeiro de 1956, Juscelino retorna da Europa e é aclamado em comício na Cinelândia. No palanque, Amarel Peixoto e Ulisses Guimarães, que saudou o presidente, em nome do PSD.

Agência O Globo



Juscelino reúne o ministério. Sentados, o ministro da Justiça, Nereu Ramos, o chefe da Casa Militar, General Nelson de Melo, e o vice-presidente João Goulart. Ao fundo, à esquerda, o presidente da Câmara dos Deputados, Ulisses Guimarães.

Arquivo Renato Archer



Juscelino e o deputado da Ala Moça do PSD, Renato Archer (MA), no Palácio do Catete, em novembro de 1956.



Agência O Globo



*O ministro da Fazenda, José Maria de Alkmin, discursa na Câmara dos Deputados, em junho de 1956.*

Agência O Globo



*Amaral Peixoto, embaixador em Washington, e Eurico Sales, ministro da Justiça, em 1957.*

Agência O Globo



*Ulisses Guimarães é aclamado na convenção regional de PSD que homologou sua candidatura ao governo de São Paulo, em 1958. Ao seu lado, Vieira de Melo, candidato ao governo da Bahia.*



O marechal Lott abraça o presidente do PSD, Amoral Peixoto, na convenção nacional que homologou sua candidatura à presidência da República em 1960.



Após a renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, o presidente da Câmara, Ranieri Mazzili (PSD/SP), toma posse na presidência da República, entre o ministro da Marinha, almirante Sílvio Heck, e o ministro da Guerra, marechal Odílio Denis.



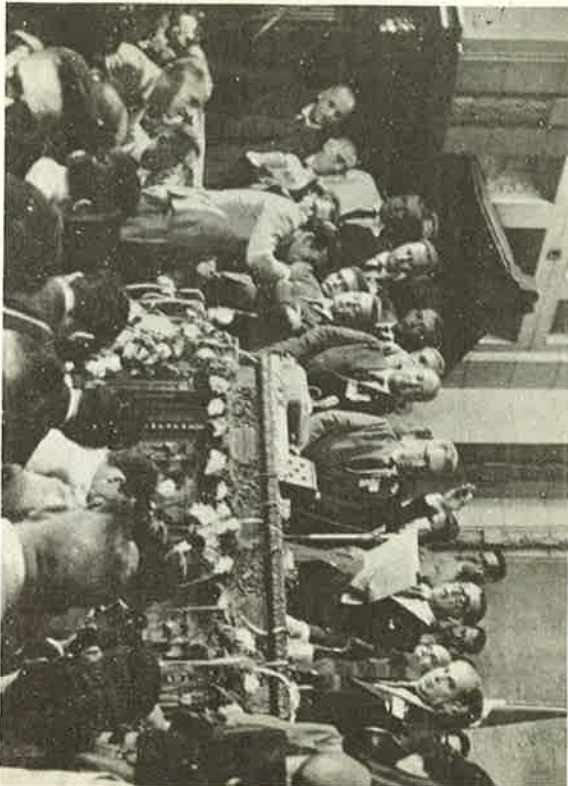
O presidente João Goulart e o ministro do Exterior, San Tiago Dantas, ouvem discurso do primeiro-ministro Tancredo Neves, em fevereiro de 1962.

Tancredo Neves, primeiro-ministro, recebe, em Belo Horizonte, o diploma de "Cidadão da Democracia 61", em fevereiro de 1962. Ao fundo, o ex-governador Bias Fortes.





Agência O Globo



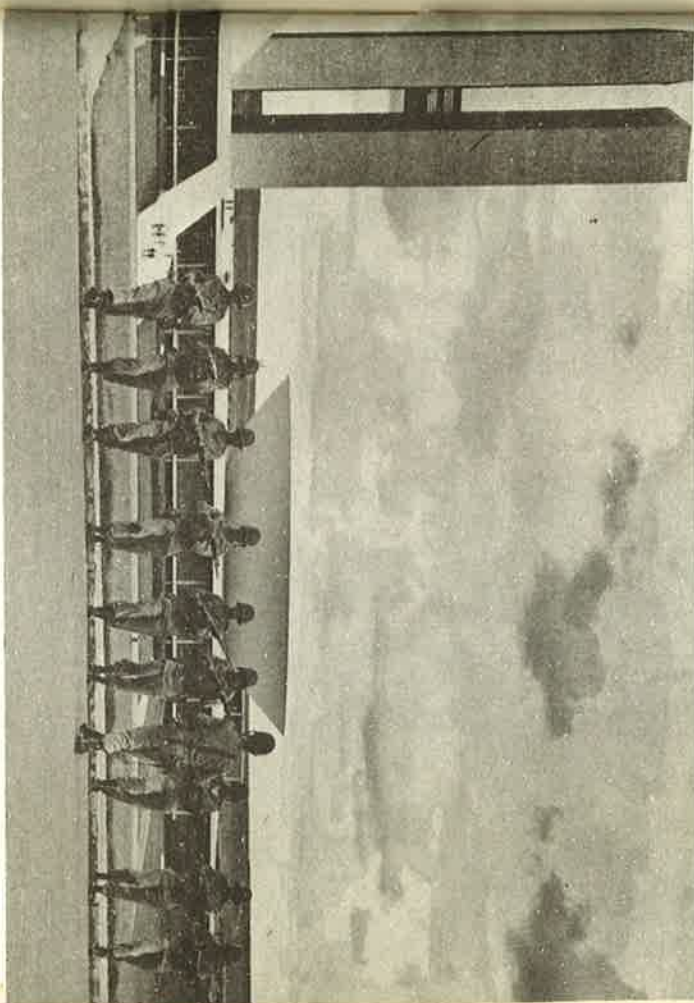
*Juscelino discursa na convenção nacional do PSD, em março de 1964, que homologou sua candidatura à presidência da República em 1965. Ao seu lado, o presidente do partido, Amarel Peixoto.*

Agência O Globo



*O ministro da Justiça, Abelardo Jurema (PSD/PB), discursa no jantar oferecido pelos sargentos ao presidente João Goulart no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, em 30 de março de 1964, véspera da queda do governo.*

Agência O Globo



*Soldados do Exército na frente do Congresso Nacional, em 2 de abril de 1964. Desaparecia o regime inaugurado pela Constituição de 1946.*

PROCEDÊNCIA	CAPES / Antropologia / Saúde		
ADMISSÃO	com pra		
DATA DE ENTRADA	4/9/84		
		89,00	48710

"heranças" que refletem, até hoje, a fragilidade de nosso sistema partidário. A "democracia controlada", sob a hegemonia do velho PSD, expõe as limitações do sistema de representação no populismo. Se a valorização da competição partidária e eleitoral garantia um mínimo de representatividade, o sistema permanecia bloqueado para a efetiva participação política das massas, então reconhecidas através do voto. Nesse sentido, uma das análises mais interessantes deste livro se refere ao conflito, dentro do partido, entre as "raposas" e a "ala moça" no início dos anos sessenta. Os dissidentes colocavam em risco os pilares da tradição política das elites, como o coronelismo, o clientelismo e a "oligarquização das chefias". Foram esmagados. Lucia Hippolito conclui (e, felizmente, com frieza de analista, apesar de sua nítida admiração pela competência pessedista) que a "fuga do PSD do centro", descambando para a direita, contribuiu para a fragmentação do partido e o colapso do sistema em 64. Seria esta a tendência natural de um partido de centro, acuado pelas reivindicações crescentes da cidadania? Um alerta a mais, a ser levado em conta, na atual discussão sobre a transição, os re-arranjos partidários, a conciliação liberal e as propostas de um novo pacto social.

São Paulo, 16/10/84  
*Maria Victoria de Mesquita Benevides*